

QUARTA-FEIRA, 24 DE FEVEREIRO DE 2010

PRESIDÊNCIA: BUZEK

Presidente

(A sessão tem início às 15H05)

1. Reinício da sessão

Presidente. – Declaro reaberta a sessão do Parlamento Europeu, que tinha sido interrompida quinta-feira, 11 de Fevereiro de 2010.

2. Declarações da Presidência.

Presidente. – Permitam-me que apresente as boas-vindas ao Presidente do Conselho Europeu, Ministro Herman van Rompuy, que pela primeira vez assiste à sessão plenária do Parlamento Europeu. Seja bem-vindo, Senhor Presidente, e, uma vez mais, as nossas felicitações.

(Aplausos)

Gostaria de apresentar igualmente as boas-vindas ao Senhor Presidente Barroso. Ao longo dos últimos cinco anos, a presença do Senhor Presidente aqui tem sido absolutamente habitual. Para o Senhor Presidente, de modo algum esta é a primeira vez!

É com pesar que devo informá-los da morte, no acidente ferroviário ocorrido nas imediações de Bruxelas, de Claudia Candeago, nossa colega na Direcção-Geral da Comunicação. A Sr.^a Candeago trabalhava no Parlamento Europeu desde Dezembro de 2008. Em nome de todos nós, gostaria de apresentar sentidos pêsames e manifestar o nosso apoio à sua família e aos seus amigos.

Outra tragédia ocorrida recentemente foi a das inundações na portuguesa ilha da Madeira. A maior tempestade desde 1993 custou a vida a, pelo menos, 38 pessoas. Neste momento de pesar, as famílias das vítimas destas tragédias estão bem presentes nos nossos pensamentos e nas nossas orações.

Solicito agora a todos que se ergam e prestem homenagem às vítimas destas duas tragédias guardando um minuto de silêncio.

(O Parlamento, de pé, guarda um minuto de silêncio)

Muito obrigado.

3. Boas-vindas

Presidente. – Gostaria agora de tornar extensivas as boas-vindas a dois convidados que hoje se encontram connosco vindos da Bielorrússia: a Sra. Bozena Borys, Presidente da União dos Polacos na Bielorrússia, e o Sr. Alexander Milinkevich, vencedor do nosso Prémio Sakharov 2006 e dirigente da oposição democrática na Bielorrússia.

(Aplausos prolongados)

Infelizmente, a Bielorrússia encontrou-se de novo nas manchetes sobre as perseguições de organizações não-governamentais. O Parlamento Europeu protege, e protegerá os valores universais como algo que prezamos e em que acreditamos. Sempre condenaremos regimes autoritários que fazem uso da força e perseguem organizações democráticas, só porque essas organizações não partilham das opiniões do regime.

4. Aprovação da acta da sessão anterior: ver Acta

5. Transporte de cavalos para abate na União Europeia (declaração escrita)

Presidente. – Gostaria de informar que a Declaração Escrita n.º 0054/2009 apresentada pelas senhoras deputadas Lynne e Jędrzejewska e pelo senhor deputado Schlyter sobre o transporte de cavalos para abate na União Europeia, foi assinada hoje, 21 de Fevereiro de 2010, pela maioria dos parlamentares. Logo, nos termos do n.º 4 do artigo 124.º do Regimento, será enviada aos seus destinatários e publicada com os nomes dos seus signatários nos *Textos Aprovados* da sessão de 25 de Fevereiro de 2010.

Gostaríamos de agradecer aos seus autores o terem apresentado esta Declaração.

Elizabeth Lynne, autora. – (EN) Senhor Presidente, é uma ótima notícia, a de que conseguimos o número conveniente de assinaturas. Muito obrigada a todos, por terem assinado esta Declaração escrita.

Presidente. – Gostaria de informar a Senhora Deputada de que não tive qualquer possibilidade de assinar esta Declaração e de que estou disponível para o fazer imediatamente.

6. Composição do Parlamento: ver Acta

7. Medidas de execução (artigo 88.º do Regimento): Ver Acta

8. Decisões sobre determinados documentos: Ver Acta

9. Entrega de documentos: ver Acta

10. Declarações escritas (entrega): Ver Acta

11. Declarações escritas caducadas: Ver Acta

12. Ordem dos trabalhos

Presidente. – O projecto definitivo de ordem do dia elaborado na quarta-feira, 10 de Fevereiro de 2010, pela Conferência de Presidentes, nos termos do artigo 137.º do Regimento, já foi distribuído.

De acordo com os grupos políticos, gostaria de propor as seguintes alterações:

Quinta-feira:

No que diz respeito à sessão de quinta-feira, o Grupo da Aliança dos Socialistas e Democratas Progressistas no Parlamento Europeu apresentou um pedido de adiamento da votação do relatório do senhor deputado Lehne, relativo às contas anuais de certas formas de sociedades, no que diz respeito às microempresas.

Martin Schulz, em nome do Grupo S&D. – (DE) Senhor Presidente, esta manhã, o nosso grupo realizou um debate muito activo sobre o relatório Lehne, relatório, cuja discussão não terminámos no grupo. Isso acontece por vezes, nos grupos. Gostaríamos de que, na qualidade de relator, o senhor deputado Lehne nos desse oportunidade de, até ao período de sessões de Março, pensarmos uma vez mais sobre qual a direcção em que podemos seguir com este relatório, e qual a posição que, na qualidade de Social-Democratas pretendemos adoptar relativamente a este assunto. Reconheço francamente que no nosso grupo existem diferentes abordagens.

Ficaria muito grato se nos fosse dado realizar o debate, mas se o Senhor Deputado Lehne nos permitisse adiar a votação para o primeiro período de sessões de Março. Isso daria ao meu grupo – muito embora creia que também a outros grupos –, pelo menos, um pouco mais de tempo para realizarmos um debate exaustivo e para chegarmos a uma conclusão.

Klaus-Heiner Lehne, relator. – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, penso que é bom que o Grupo da Aliança dos Socialistas e Democratas Progressistas no Parlamento Europeu esteja a estudar este assunto em pormenor. Gostaria, porém, de dizer que, em Dezembro de 2008, o Parlamento aprovou, quase por unanimidade, uma proposta de resolução, na qual convidávamos a Comissão Europeia a apresentar

precisamente o tipo de proposta que neste momento estamos a discutir. O Parlamento também deve manter-se fiel ao que ele próprio decidiu e ao que, durante anos, tem sido intenção declarada desta Casa.

Uma vez que é apenas natural que haja preocupações com uma ou outra coisa relacionada com qualquer proposta legislativa, solucionámos as questões em aberto por meio de um compromisso na Comissão dos Assuntos Jurídicos. Queria deixar bem claro que este compromisso está pronto a ser aprovado. Não obstante, compreendo que pode fazer sentido alargar um pouco mais o grupo que apoia este relatório. Se os esforços do senhor deputado Schulz têm por objectivo aumentar o número de apoiantes, não tenho o que quer que seja contra o adiamento até ao próximo período de sessões, em Março. Essa é a minha opinião pessoal sobre o assunto, e não a opinião do grupo, que, esta manhã, decidiu expressamente de outro modo. Creio, contudo, que devíamos dar aos Socialistas oportunidade de chegarem a uma conclusão, de molde a poderem, também eles, fazer qualquer coisa para ajudar a reduzir a burocracia e a carga que pesa sobre as pequenas e médias empresas.

Dirk Sterckx (ALDE). – (NL) Senhor Presidente, gostaria de agradecer ao meu colega, senhor deputado Lehne, pelo que ele acabou de dizer, mas queria pedir-lhe, contudo, que, nestas circunstâncias, nos seja dada a possibilidade de apresentar alterações e de as debater. Neste momento só está programada uma votação, sem que tenhamos a possibilidade de apresentar alterações ao relatório do senhor deputado Lehne.

Martin Schulz (S&D). – (DE) Senhor Presidente, gostava de reiterar o meu pedido. É indubitável que somos a favor do debate. Apenas estamos a pedir um adiamento da votação. No interesse da justiça, devo acrescentar, porém, que, por mais que compreenda as vãs esperanças do senhor deputado Lehne, o nosso grupo é governado pela democracia. Senhor Deputado Lehne, não posso dar-lhe qualquer garantia a respeito do resultado.

(O Parlamento aprova o pedido)

(O Parlamento aprova a ordem dos trabalhos)⁽¹⁾

Hannes Swoboda (S&D). – (DE) Senhor Presidente, vou ser breve. Nos últimos dias, foram apresentadas duas importantes nomeações: a primeira, do representante da Comissão Europeia nos Estados Unidos da América, em Washington, e a segunda do Representante Especial da UE no Afeganistão. Ambas as nomeações são controversas, estando em curso várias discussões sobre elas. Não pretendo entrar agora na questão do mérito. Gostaria, simplesmente, de pedir, Senhor Presidente, que, antes de entrarem em funções, ambos compareçam perante a Comissão dos Assuntos Externos, para nos permitirem realizar ali um debate intensivo, esperando eu que, com a ajuda do Senhor Presidente, o Presidente da Comissão e o Presidente do Conselho dêem o seu pleno apoio a este assunto.

(Aplausos)

13. UE 2020 - Seguimento do Conselho Europeu informal de 11 de Fevereiro de 2010 (debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia o debate sobre a Declaração do Conselho e da Comissão: UE 2020 - Seguimento do Conselho Europeu Informal de 11 de Fevereiro de 2010.

Presidente. - Senhor Presidente Van Rompuy, uma vez que esta é a primeira intervenção do Senhor Presidente na sessão plenária do Parlamento Europeu, acordámos em que poderia ser ligeiramente mais longa. No início do seu mandato, o Senhor Presidente Van Rompuy gostaria de apresentar a esta Câmara os seus pontos de vista sobre outras questões, sobre questões institucionais. Quinze a vinte minutos serão suficientes para o Senhor Presidente?

Herman Van Rompuy, Presidente do Conselho Europeu. – Senhor Presidente, regozijo-me por ter esta oportunidade de participar num debate com Vossas Excelências, não só para dar informações sobre o encontro informal dos Chefes de Estado ou de Governo realizado há duas semanas - no fim de contas, tratou-se de um encontro informal, sem conclusões formais para comunicar -, mas também para aproveitar esta oportunidade para ter um encontro com Vossas Excelências no início do meu mandato. Se tivesse aguardado a primeira oportunidade formal para prestar informações sobre o Conselho Europeu a realizar no fim de

⁽¹⁾ Outras alterações à ordem dos trabalhos: ver acta

Março, não me teria apresentado perante este Parlamento antes do fim de Abril, uns cinco meses após a minha nomeação como Presidente do Conselho Europeu. Permitam-me, por conseguinte, que aproveite esta oportunidade para expor o modo como vejo o meu papel e as minhas funções. Vou gastar alguns minutos a fazê-lo, para não ter de voltar ao assunto em outras ocasiões futuras.

É evidente que sempre houve uma Presidência do Conselho Europeu, o que não é o mesmo que o "Presidente da Europa", como alguns meios de comunicação social disseram. Então, o que mudou? Três pequenas coisas, mas que, juntas e com o tempo, poderão fazer uma diferença significativa.

Em primeiro lugar, há o elemento da continuidade: os Presidentes anteriores mudavam todos os seis meses, isto é: após cada segundo ou terceiro encontro, o que proporcionava poucas possibilidades de desenvolver uma estratégia a longo prazo. Os nossos parceiros de países terceiros ficavam confusos por terem de se encontrar com um diferente Chefe de Governo cada vez que tinham uma cimeira com a União Europeia. Maior continuidade é fundamental para construir relações e levar a cabo uma tarefa séria.

Em segundo lugar, há a natureza da função: função a tempo inteiro. Os Presidentes anteriores tinham de, ter, simultaneamente, disponibilidade para os seus próprios governos nacionais. Isto significa que, na melhor das hipóteses, apenas a meio tempo podiam tratar dos assuntos europeus. Ao criar um cargo dedicado a tempo inteiro à direcção do Conselho Europeu e ao seu acompanhamento, incluindo a representação externa, o Conselho Europeu tem agora mais possibilidade de desempenhar o seu papel no sistema institucional europeu.

Em terceiro lugar, há o facto de os Chefes de Estado ou de Governo escolherem agora quem pretendem que ocupe esta posição, em vez de essa tarefa ser deixada ao acaso de um sistema rotativo arbitrário. Espero que isso também seja um bom presságio, no que diz respeito ao apoio com que o Presidente pode contar.

Todas estas três mudanças constituem melhorias pragmáticas da anterior arquitectura institucional. Todavia, tomadas em conjunto com o facto de o Conselho Europeu passar a ser agora uma Instituição de direito próprio, essas mudanças dão ao Conselho Europeu maior possibilidade de, ao abrigo dos Tratados, desempenhar as suas funções de "[definir] as orientações e prioridades políticas gerais [da União]".

Alguns comentadores viram muito mais neste papel; outros viram muito menos. Por um lado, alguns consideram a Presidência do Conselho Europeu uma espécie de *président*, à maneira de um Chefe de Estado executivo como, por exemplo, em França. Outros, por outro lado, consideram-no uma mera presidência de uma reunião de Chefes de Governo. Na realidade, não é uma coisa, nem outra. Não é, certamente, um presidente, nem tem poderes executivos por direito próprio. O titular deve expressar as opiniões do colectivo de Chefes de Estado ou de Governo. Por outro lado, o papel não é meramente o papel de um Presidente que concede o uso da palavra a um ou outro membro do Conselho Europeu no decurso das suas reuniões. A função de preparar e depois acompanhar as reuniões, e de representar a União a nível externo - juntamente, por exemplo, com o Presidente da Comissão na Cimeira do G20 -, e o papel de ponte entre as capitais nacionais e as Instituições vai, nitidamente, além da função de presidir apenas a reuniões.

O papel de Presidente permanente é aumentar um sentido de orientação compartilhado: nem mais, nem menos. Para onde vamos? Como lidar com os nossos vizinhos? Quais são os nossos principais parceiros estratégicos no mundo? Onde queremos estar dentro de 10 ou 20 anos? Estas são questões vitais.

No que diz respeito à minha relação com o Parlamento Europeu, o Tratado é muito conciso a este respeito: ele requer simplesmente que eu preste informações ao Parlamento "após [...] reuniões do Conselho Europeu". Isso significa um mínimo de quatro vezes no ano, muito embora, na maior parte dos anos, seja mais provável ser cinco ou seis vezes, com possibilidade de, no futuro, esse número subir para as 10 vezes. Não tardará muito que muitos dos senhores fiquem fartos de me ver! Pessoalmente, irei continuar a multiplicar outros contactos habituais com deputados do Parlamento, como, por exemplo, os encontros a que dei início com dirigentes de grupos e os encontros mensais que mantenho com o Presidente do Parlamento.

O meu papel não devia, de facto, ser confundido com o do Presidente da Comissão. O Presidente Barroso preside a um executivo que é eleito pelo Parlamento Europeu e a que tem de prestar contas. Além disso, apresenta-lhes propostas legislativas e orçamentais, coisa que eu não faço. O Presidente da Comissão tem um estreito contacto diário com o Parlamento Europeu, pelo menos a trabalhar nessas propostas legislativas e orçamentais. A minha função é antes assegurar que os Chefes de Estado ou de Governo possam concordar colectivamente com uma estratégia geral para a União Europeia, quer no que diz respeito ao seu desenvolvimento interno, quer às suas relações externas. Tenho um encontro semanal com o Presidente Barroso. Ambos estamos extremamente conscientes da necessidade de evitar conflitos de competência ou

mal-entendidos quanto a quem é responsável e pelo quê. A opinião pública e os países terceiros podem achar difícil compreender a diferença entre Presidente da Comissão e Presidente do Conselho Europeu. Pessoalmente, tenho confiança em que estamos no bom caminho.

Neste contexto, é igualmente importante recordar que sou Presidente do Conselho Europeu e não do Conselho de Ministros, duas Instituições separadas. O Conselho ordinário, outro ramo da legislatura, com o Parlamento Europeu, continuará a ser presidido por uma Presidência, que continuará a suceder-se rotativamente cada seis meses entre os Estados-Membros. Apenas na configuração dos assuntos externos, onde coordena o poder executivo, tem um Presidente permanente, na pessoa de Catherine Ashton, Vice-Presidente da Comissão e Alta Representante para os Negócios Estrangeiros da UE.

Faço uma pausa neste ponto para prestar homenagem ao trabalho que Catherine Ashton está a realizar. Ao defrontar os múltiplos desafios no domínio dos assuntos externos e da segurança, e ao preparar o Serviço de Acção Externa, a Senhora Baronesa Ashton merece o nosso apoio. Irá ser um privilégio para mim colaborar estreitamente com ela na representação da União no exterior.

Permitam-me que pronuncie apenas umas breves palavras sobre o próprio Conselho Europeu.

O primeiro encontro formal sob a minha presidência irá ter lugar no final do próximo mês. Todavia, no princípio deste mês, tivemos uma útil reunião informal de Chefes de Estado ou de Governo na *Bibliothèque Solvay*, apenas a algumas centenas de metros do local onde nos encontramos. Se foi em consequência do ambiente mais íntimo da Biblioteca ou da proximidade física do Parlamento, as nossas discussões foram produtivas.

Como já disse, não posso comunicar-lhes quaisquer conclusões formais de um encontro informal. No máximo, posso partilhar com esta Assembleia as conclusões pessoais que retirei dos debates e que expus numa carta dirigida aos membros do Conselho Europeu e que sei que tem circulado neste Parlamento. O meu objectivo com este Conselho informal era, sobretudo, preparar as nossas futuras deliberações sobre como melhorar o desempenho da Europa a nível económico, à medida que formos saindo da actual crise económica. Isso implica reflectir sobre os nossos objectivos e as nossa ambições - sobre o assunto, dispomos de um documento muito útil do Presidente Barroso -, mas também sobre como melhorar a nossa governação destas questões. A forma como orientamos a nossa economia europeia integrada - o maior mercado do mundo - para melhorar o nosso desempenho a nível económico constitui uma das questões fulcrais com que se depara a União Europeia.

A nossa inicial troca de pontos de vista sobre este assunto implicou analisarmos o modo como estabelecemos objectivos, como os seguimos e como avaliamos os resultados. Em grande parte, trata-se de coordenar o exercício de competências nacionais, muito embora fazendo pleno uso das competências da União Europeia e dos instrumentos disponíveis. Trata-se, por conseguinte, de uma tarefa para a qual o Conselho Europeu está eminentemente preparado. Na reunião na Solvay, todos os membros do Conselho Europeu concordaram que temos necessidade de melhor coordenação económica, mais centrada na União, tanto para uma política macroeconómica, como para uma política microeconómica. Muitas destas coisas são extremamente técnicas. Tomemos, por exemplo, a ideia de reduzir o número dos objectivos económicos comuns para nos concentrarmos em quatro ou cinco. Estes objectivos deviam ser quantificados, e divisíveis em objectivos estabelecidos a nível nacional. Não faz qualquer sentido termos painéis de avaliação sobre, digamos, 65 diferentes conjuntos de dados.

Além disso, todos os membros do Conselho Europeu estão dispostos a assumir maior responsabilidade numa estratégia comum europeia para o crescimento e o emprego, envolvimento pessoal que é absolutamente indispensável. Temos de passar de recomendações no papel para verdadeiro empenhamento. Fiquei satisfeito por encontrar uma tal ambição em volta da mesa. Quer queiram chamar-lhe melhor coordenação, melhor governação ou, inclusive, governo económico, a chave é o compromisso comum para com o êxito.

Tivemos igualmente um breve debate sobre o melhor processo de implementar as acções europeias na reconstrução do Haiti, um debate que queremos prosseguir, tendo em vista uma melhor implementação do artigo 214º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, relativo à coordenação da ajuda humanitária. O debate sobre o modo como a Europa devia responder estrategicamente à Conferência de Copenhaga sobre as alterações climáticas prosseguirá no próximo Conselho Europeu. Inesperadamente, evidentemente, estabeleceu-se um debate sobre a situação da Grécia. Eu próprio decidi assegurar-me de que este assunto seria tratado no quadro institucional da União Europeia e não fora dele, e que o acordo seria alcançado com a aprovação de todos os Chefes de Estado ou de Governo, bem como do Presidente da Comissão e do Presidente do Banco Central Europeu. Este grau de consenso era uma mensagem a respeito

da aceitação pela Grécia da sua responsabilidade de reduzir de modo credível o seu défice e da nossa solidariedade com ela, se necessário. Estou verdadeiramente ansioso por escutar as opiniões desta Assembleia sobre todos estes assuntos e, não em último lugar, sobre o modo como podemos enfrentar todos os desafios com que está confrontada a nossa União.

Posso garantir-lhes que tenho um objective prioritário para os próximos anos: assegurar que a nossa União está em vias de ser suficientemente forte a nível interno para manter o nosso modelo social e, a nível externo, para defender os nossos interesses e projectar os nossos valores. Penso que todas as Instituições europeias podem, e devem, trabalhar juntas para alcançarem esses objectivos.

(Aplausos)

José Manuel Barroso, *Presidente da Comissão*. – Senhor Presidente, permita-me que, em primeiro lugar, felicite o Presidente van Rompuy pelo que foi um excelente Conselho Europeu informal, pela primeira vez sob a sua presidência.

Depois de termos chegado a acordo entre todos nós sobre uma importante declaração sobre a Grécia, discutimos a Estratégia Europa 2020 - uma estratégia para o crescimento sustentável e o emprego. Tive oportunidade de me concentrar nas questões substantivas das políticas com que estamos confrontados, nos desafios, e nas linhas que a Comissão irá propor formalmente na próxima quarta-feira.

Antes da crise, a economia europeia estava a fazer progressos: registámos 18 milhões de novos postos de trabalho e um ambiente comercial mais dinâmico. Todavia, esses benefícios foram absolutamente aniquilados pela crise financeira e pelo seu impacto sobre muitos dos nossos sectores de actividade: uma queda de 4% do PIB, num só ano; uma subida em flecha do desemprego da ordem dos 10%; um enorme golpe na nossa prosperidade e uma verdadeira ameaça para as nossas sociedades. Ao mesmo tempo, a tarefa está a tornar-se mais difícil: temos uma população envelhecida, um abismo cada vez maior de produtividade em relação aos nossos concorrentes, e deficiências no domínio da educação e da investigação. Todavia, temos também muitos pontos fortes: temos a maior economia de mercado do mundo; temos o mercado único; temos a zona euro. E tudo isto se revelou um importante trunfo na crise.

Hoje, porém, a Europa está perante uma escolha muito importante, eu diria mesmo que perante uma escolha decisiva para as futuras gerações. Esperar pelo regresso dos belos tempos não constitui opção. Opção é uma mudança limitada - o mais baixo denominador comum que traga alguma reforma e algum crescimento. Não obstante, jamais poderíamos recuperar o que perdemos na crise. Esta opção teria como consequência uma Europa de segunda classe na nova ordem mundial. Mudanças mínimas, algum tipo de adaptações.

Creio que podemos, e devemos, ser mais ambiciosos. Podemos aspirar a uma estratégia económica que ponha a Europa na via da competitividade e que possa criar milhões de novos postos de trabalho. Isto, porém, não pode ser feito por meias medidas e mudança progressiva. Temos de transmitir um sentido de urgência; um reconhecimento de que tudo está bem, apesar dos contratempos, não protegerá o nosso estilo de vida europeu nem irá defender os nossos modelos sociais. Pelo contrário. Esses modelos sociais irão ser postos em perigo, se não nos adaptarmos a um ambiente mundial muito mais exigente.

Isso exige um esforço conjunto. Temos necessidade dos Estados-Membros; temos necessidade das Instituições europeias; temos necessidade de interessados, e da sociedade em geral; temos necessidade, especificamente, do envolvimento activo e do apoio deste Parlamento, do Parlamento Europeu, para darmos forma a esta estratégia e a comunicarmos às pessoas.

Na próxima semana, a Comissão irá organizar os principais elementos desta estratégia que irá propor formalmente às Instituições europeias e que irão centrar-se em três prioridades: crescimento inteligente, crescimento inclusivo e crescimento sustentável.

Em primeiro lugar, o principal propulsor do crescimento tem de ser o conhecimento. O conhecimento e a inovação que concebem as ideias de amanhã, as capacidades de amanhã e as tecnologias de amanhã. Em segundo lugar, para fazermos com que continue em vigor o nosso modelo europeu de sociedade, temos de distribuir mais postos de trabalho. O nosso objectivo deve ser sociedades saudáveis, prósperas e seguras, sociedades em que todos sintam que podem desempenhar o seu papel. Isso significa dar emprego e aptidões às pessoas, e significa combater frontalmente o flagelo da pobreza. O problema da pobreza não é apenas um problema nacional, mas sim um problema para o qual temos necessidade de uma resposta comum a nível europeu.

A nossa economia social de mercado tem de ser ligada por cabo, para aproveitar as oportunidades do futuro. Refiro-me ao crescimento sustentável, ao reconhecimento da importância de combater as alterações climáticas, ao reconhecimento da pressão sobre os recursos. Com isto, quero dizer uma economia competitiva, aprofundando o mercado interno, criando melhores condições para o investimento - especialmente para as PME -, uma economia europeia capaz de se manter firme num mercado globalizado.

Estas prioridades não nos são estranhas. Todavia, o facto de ainda não termos sido capazes de realizar estes objectivos torna-os mais, e não menos, importantes. Onde temos de proceder a uma mudança radical não figura na nossa receita das necessidades da economia europeia, mas sim na nossa abordagem do modo como torná-lo realidade.

Do que precisamos para termos êxito? Em primeiro lugar, a estratégia tem de ser abrangente. Não podemos deixar que uma estratégia constituída de modo heterogéneo à vontade do cliente permita que todos façam o que é fácil, as coisas que nos fazem sentir bem, e deixar para outros os verdadeiros desafios. Ainda há muitas questões: quando penso em completar o mercado único, na qualidade dos nossos sistemas fiscais, no modo como despendemos dinheiro numa época de intensa pressão sobre as finanças públicas, só para referir um pequeno número delas.

Em segundo lugar, a nossa estratégia deve envolver todos os sectores da nossa sociedade. Não conseguiremos pôr a sociedade europeia no bom caminho para o futuro se isso se fizer à custa do conflito social. Esse o motivo por que é essencial uma abordagem pró-activa para a criação de postos de trabalho, bem como combater o flagelo da pobreza. É também por esse motivo que temos sido sensatos em reformar os mercados financeiros. Queremos um sector financeiro forte, capaz de financiar a inovação e de ajudar o crescimento do mundo empresarial: um sector financeiro que reconheça as suas responsabilidades mais amplas para com a sociedade e para com os governos que vieram em seu auxílio em momentos difíceis; um sector financeiro que aceite a necessidade, actualmente, de uma supervisão eficaz a nível europeu.

Em terceiro lugar, não devemos confundir ter uma visão global para a economia europeia com a questão "quem faz o quê?" Não devia ser uma questão de um debate sobre competências. O que temos de considerar é o valor acrescentado de uma abordagem europeia. É absolutamente evidente, numa época de globalização, quando temos de discutir com a América, com a China, com a Rússia, e com outros, que existe um valor acrescentado numa abordagem comum, como, por exemplo, no G20, uma iniciativa que na realidade foi lançada pela União Europeia durante a Presidência francesa, pelo Presidente de França e por mim próprio, quando propusemos ao Presidente americano que aceitasse aquelas cimeiras. Há, de facto, que reconhecer que temos maior influência, se actuarmos em conjunto. Não faz sentido reconhecer a interdependência global e rejeitar a interdependência europeia. Esse é o motivo por que temos necessidade de actuar conjuntamente.

Não obstante, ainda será necessário muita acção a nível nacional. É evidente que há responsabilidades nacionais que esperamos sejam tratadas pelos governos, mas que esperamos igualmente que os governos também admitam sinceramente uma abordagem europeia. A abordagem europeia é necessária, não para trazer de volta poderes a Bruxelas - essa não é, de modo algum, a nossa intenção -, mas para ajudar a proceder às indispensáveis reformas das nossas sociedades, para que elas possam trazer mais prosperidade, maior bem-estar aos nossos cidadãos.

Apenas teremos êxito se estivermos dispostos a trabalhar juntos e não uns contra os outros, motivo por que temos necessidade de termos responsabilidade credível a todos os níveis. Temos necessidade de uma coordenação forte e autêntica no domínio económico. O Tratado de Lisboa dá-nos esses instrumentos e nós vamos usá-los.

Neste Conselho Europeu, verifiquei haver consciência deste problema. Posso comparar os debates de esta vez com os debates de há cinco anos, quando estávamos a discutir a Estratégia de Lisboa. Permitam-me que lhes diga muito francamente e muito abertamente que verifiquei haver entre os Chefes de Estado ou de Governo muito mais consciência da necessidade de actuar conjuntamente, bem como mais consciência das coacções externas sobre a economia europeia. Espero sinceramente que, desta vez, tancos interesses nacionais não resistam novamente à necessidade de uma coordenação mais estreita e a um sistema eficaz de governação europeia.

Necessitamos igualmente de medidas importantes a nível da União Europeia para tipificar aquilo que estamos a tentar alcançar: planos concretos. Vamos apresentar alguns deles: projectos como o Plano de Inovação; um novo programa em matéria de qualificações profissionais; uma política industrial adequada; uma agenda digital; tecnologias ecológicas, e um plano ou acção específicos contra a pobreza - projectos que, por si

próprios, têm valor, têm impacto, e que mostram por que motivo a Europa fornece parte da solução e que mostram que a União Europeia não está apenas a falar, mas também está a actuar.

Permitam-me que termine apelando para o Parlamento Europeu para que, como legislador, como autoridade orçamental e como campeão da acção europeia em todos os recantos da União Europeia, mostre o seu forte apoio a estes projectos.

Joseph Daul, *em nome do Grupo PPE*. – (FR) Senhor Presidente, Senhor Presidente do Conselho, Senhor Presidente da Comissão, Senhoras e Senhores Deputados, o Conselho Europeu de 11 de Fevereiro foi o primeiro a ser convocado e presidido por Herman Van Rompuy, cuja primeira comparência em sessão plenária do Parlamento Europeu eu desejo saudar.

Senhor Presidente Van Rompuy, o Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) espera muito de si. Saúdo o espírito positivo e pragmático dos discursos que proferiu desde a sua nomeação, e aprovo também o tom que deseja imprimir ao Conselho Europeu, mas espero que V. Exa. e o Conselho de Ministros se compenetrem de que, com o Tratado de Lisboa, as vossas relações connosco, eurodeputados, mudaram. Somos agora decisores em pé de igualdade, e isso não tem não apenas consequências jurídicas, tem também consequências políticas.

Gostaríamos agora de passar à essência dos debates de 11 de Fevereiro, que é a Estratégia UE 2020, obviamente, mas também o euro e a política económica e orçamental, pois a especulação contra a dívida grega e contra o euro foi certamente o convidado surpresa da biblioteca Solvay.

Gostaria de colocar a seguinte questão: será que o enfraquecimento da nossa moeda comum se deve apenas à crise grega, ou será que o euro está ser alvo de ataques directos por parte daqueles que não vêm com bons olhos o seu poder e o dos Estados-Membros envolvidos?

Em segundo lugar, será que vamos esperar que a situação em certos países da zona euro se agrave para reagirmos, conforme fizemos com a Grécia? De contrário, que planos estão então previstos para corrigir as coisas nos países que correm maior risco? Eis a pergunta que lhe dirijo, Senhor Presidente Van Rompuy.

E faço estas perguntas porque, embora me congratule com as medidas de solidariedade tomadas em 11 de Fevereiro, duvido muito de que nós, europeus, estejamos verdadeiramente à altura da situação. E qual é, afinal, a situação, senão o facto de o alerta grego ter demonstrado até que ponto é necessário tomarmos medidas corajosas para finalmente assegurarmos que a nossa moeda, o euro, reflecte o poder político que lhe está subjacente?

É certo que nós falamos muito, falamos de governação económica, falamos também de governação monetária, mas podíamos tornar as coisas bem mais simples e seguramente mais eficazes se concebêssemos e implementássemos uma verdadeira coordenação financeira dos membros da zona euro. O próprio ex-Primeiro-Ministro francês Edouard Balladur reconheceu recentemente a necessidade de abandonar a soberania em algumas áreas – coisa que não é fácil para um francês – e defendeu que os orçamentos nacionais dos Estados do euro passem a ser aprovados pelo Eurogrupo, antes mesmo de serem submetidos aos parlamentos nacionais.

Gostaria de apadrinhar aqui esta audaciosa ideia, e peço ao Conselho Europeu que a pondere seriamente. Através de uma verdadeira coordenação dos seus orçamentos, os Estados da zona euro adquiririam uma influência e uma margem de manobra sem precedentes. Esse poder conferir-lhes-ia uma forte influência na elaboração de novos regulamentos mundiais, mas exigiria também que as força europeias se unissem no seio das organizações financeiras, onde o euro tem de falar a uma só voz.

Permitam-me que vos cite um admirável exemplo – que foi referido, julgo eu, por José Manuel Barroso, nomeadamente o do FMI, onde os direitos de voto são calculados em função do peso económico dos Estados. Com estes critérios, os Estados Unidos gozam de 16,7% dos direitos de voto, o Japão de 6%, a China de 3,6% e os seis membros fundadores da União Europeia de 18,49%. No entanto, se se apresentassem ao FMI como uma frente unida, os países da zona euro representariam 23% dos votos, e todos os países da União Europeia – unidos, uma vez mais – representariam 32% dos votos, ou seja, quase o dobro dos Estados Unidos.

Senhores Presidentes, Senhoras e Senhores Deputados, eis a realidade do equilíbrio de poderes no mundo. No entanto, uma vez que continua dividida, a Europa é incapaz de fazer valer todo o seu peso. Será que podemos continuar a tolerar tal situação? O Grupo PPE entende que não. Já é tempo, Senhor Presidente Van Rompuy, de os países do euro abrirem os olhos para este estado de coisas e retirarem daí as devidas consequências. Desse modo, estariam preparados para aquilo que em breve irão ter de fazer por uma questão

de necessidade: unirem-se verdadeiramente, ao invés de se agarrarem a esta pretensa soberania económica, que não passa de uma pretensão perigosa.

Stephen Hughes, em nome do Grupo S&D. – (EN) Senhor Presidente, desde o início da crise económica e social, mais de sete milhões de pessoas juntaram-se às fileiras dos desempregados na Europa. No final deste ano, é muito provável que mais de 25 milhões de pessoas estejam desempregadas. O bom estado de saúde das nossas economias e finanças públicas, que tanto nos temos esforçado por pôr em ordem desde o princípio da década de 1990, foi destruído em menos de dois anos. Apesar das medidas de recuperação dispendiosas, a única coisa que conseguimos evitar até à data foi o colapso total do sistema.

O crescimento económico continua a ser extremamente fraco e muitas pessoas deixaram de acreditar na ideia de uma recuperação rápida. O medo do futuro preocupa as nossas sociedades, deu-se um agravamento de todos os tipos de desigualdade, e alguns dos nossos Estados-Membros necessitam desesperadamente da solidariedade e protecção de toda a UE, por terem sido alvo de actividades especulativas caracterizadas por uma total falta de escrúpulos e de controlo. A crise prejudicou gravemente a competitividade mundial da Europa e enfraqueceu a sua influência política.

Trata-se de um panorama desanimador, em que a Europa necessita agora de reinventar o futuro, a fim de salvaguardar o seu modelo de desenvolvimento económico e social.

O Senhor Presidente Durão Barroso vai perguntar ao Conselho da Primavera onde queremos que a Europa esteja em 2020. Trata-se de uma questão muito importante, mas será que podemos dar-nos ao luxo de discutir o futuro distante sem primeiro dar uma resposta aos milhões de europeus que estão agora a sentir o impacto da crise na sua vida e que estão preocupados com o que lhes irá acontecer amanhã - se terão um emprego, se terão a perspectiva de encontrar um novo emprego? Que respostas tem o Senhor Presidente para lhes dar?

Não posso voltar amanhã para a minha região e dizer aos meus eleitores que não precisam de se preocupar, que temos um plano para 2020. Tenho de responder às suas preocupações e receios imediatos, e quero poder dizer-lhes que conseguirão manter os seus empregos, que começarão em breve a ser criados novos empregos e que esses empregos serão dignos e lhes permitirão auferir um salário digno.

De momento, a única prioridade política a médio prazo é a que foi estabelecida pelo Conselho Europeu em Dezembro: a consolidação das finanças públicas. Em 2011, os Estados-Membros deverão iniciar um processo de consolidação destinado a reduzir o seu défice público para um nível inferior ao limite de 3% dentro de dois anos. Ao mesmo tempo, o desemprego continuará a aumentar; o crescimento será demasiado fraco para fazer baixar o desemprego.

Há outras maneiras de tirar a Europa da crise: colocar as pessoas no cerne das nossas prioridades políticas, especialmente aquelas que foram mais afectadas pela crise. Peço ao Senhor Presidente Van Rompuy e ao Senhor Presidente Durão Barroso que reconsiderem a natureza da chamada estratégia de saída. A Europa deve escolher uma via moralmente decente para sair desta crise: uma via humana baseada nos nossos valores fundamentais - que, na verdade, é também uma via mais inteligente em termos económicos.

Isso não acontecerá se a política macroeconómica se concentrar inteiramente numa rápida consolidação, que implica cortes no investimento público, na educação e formação, nos serviços sociais e de saúde. A consolidação não deve ser alcançada exclusivamente através de aumentos dos impostos. Isso afectará ainda mais o potencial de crescimento da Europa, o que significa que a recuperação será extremamente lenta e que grande parte dos actuais desempregados se tornarão desempregados de longa duração.

Os Europeus merecem uma abordagem política mais equilibrada e socialmente responsável. Pensamos que essa abordagem deve envolver uma "estratégia de entrada" no mercado de trabalho, que deve fazer parte integrante da Estratégia 2020 e constituir o seu roteiro para os anos até 2015.

Essa estratégia deve conjugar as prioridades da política macroeconómica com as políticas estruturais nos domínios económico, social e ambiental, visando a criação de um número líquido de pelo menos cinco milhões de novos empregos até 2015, sobretudo no domínio da economia verde. O Conselho Europeu deve anunciar claramente esta intenção na cimeira de Março, como objectivo fundamental da nova estratégia.

Uma coordenação correcta das políticas económicas que vá bastante além da função de policiamento do pacto de estabilidade deve garantir que a consolidação orçamental gradual nos vários Estados-Membros seja conjugada com a preservação de gastos públicos fundamentais em áreas de crescimento e em políticas sociais fundamentais.

Isto exigirá um salto político do pensamento no que respeita à governação da Europa - e, em particular, da zona euro.

A cimeira de Março ou de Junho deve atribuir um mandato ao seu presidente, em estreita cooperação com a Comissão, para que apresente um plano ambicioso para o reforço da governação económica na UE, sobre o qual deve ser tomada uma decisão até ao Conselho de Dezembro de 2010.

Necessitamos de contestar a velha maneira de agir se quisermos extrair lições da crise actual e fazê-la passar à história o mais rapidamente possível. Temos a oportunidade de tornar a Europa mais relevante para os seus cidadãos e não apenas para os mercados. Isto só se tornará uma realidade se a Estratégia 2020 for efectivamente uma estratégia a favor das pessoas e a favor do emprego - por outras palavras, se incorporar um programa ambicioso no domínio social e a favor do emprego digno.

Em nome do meu grupo, peço-vos que façam tudo o que estiver ao vosso alcance para colocar as pessoas - e sobretudo as pessoas mais vulneráveis - no cerne do projecto europeu.

Guy Verhofstadt, em nome do Grupo ALDE. – (EN) Senhor Presidente, em primeiro lugar, permita-me que vá directamente àquilo que eu denominaria o problema mais urgente de hoje. Podemos falar de 2020, mas neste momento temos um problema mais urgente: a zona euro e a Grécia. Temos de encontrar soluções para esta situação.

Penso que nós, Parlamento Europeu, temos de tomar a iniciativa neste domínio. É importante determinar o que aconteceu exactamente na Grécia. Hoje, recebemos informação contraditória. A Grécia diz que forneceu toda a informação à União Europeia e às instituições europeias. Por outro lado, a Comissão Europeia e o Eurostat dizem que não receberam toda a informação necessária. Ao mesmo tempo, os bancos de investimento - Goldman Sachs, Morgan Stanley, Deutsche Bank - estão a minimizar a forma como agiram no caso da Grécia.

Por conseguinte, penso que compete a este Parlamento organizar audições com a comissão competente o mais rapidamente possível, de modo a podermos ouvir o que têm a dizer todas as partes envolvidas neste assunto e descobrir exactamente o que se passou no caso da Grécia. Não podemos falar de acções correctivas, de soluções ou de reformas na União Europeia se, em primeiro lugar, não soubermos o que aconteceu realmente no caso da Grécia em 2008 e 2009, e já antes disso, e penso que é absolutamente necessário que as várias partes sejam ouvidas por este Parlamento.

O segundo ponto que quero focar é que também temos de resolver o problema da dívida da Grécia. Penso que há apenas uma boa solução para isso. Ontem, li um artigo de George Soros no *Financial Times* sobre o assunto e, há dias, li o artigo de Joschka Fischer na imprensa alemã. Diz o que muitas pessoas andam a dizer: a melhor solução para a dívida da Grécia é uma solução europeia - obrigações euro, ou um fundo monetário europeu, sem quaisquer custos para o contribuinte europeu, mas com uma solução para o futuro. Penso que compete também ao Parlamento pedir à Comissão e ao Conselho para reflectirem sobre essa possibilidade e para irem além dos interesses nacionais dos actuais Estados-Membros da União Europeia a fim de examinarem essa possibilidade.

Em terceiro lugar, penso que a parte mais importante deste debate é, naturalmente, o que fazer em relação a 2020. Penso que a Grécia é um excelente exemplo daquilo que correu mal com a Estratégia de Lisboa. A Estratégia de Lisboa era demasiado fraca; o fosso entre a economia alemã e a economia grega acentuou-se nos últimos dez anos: tornou-se maior, e não menor, depois da Estratégia de Lisboa. Aquilo que é necessário - e trata-se da primeira decisão a tomar pela Comissão e pelo Conselho - é reconhecer que o método aberto de coordenação não era um bom método; era um método demasiado fraco. Necessitamos de um instrumento mais arrojado dentro da União Europeia. Esse instrumento mais arrojado é a governação económica dentro da União Europeia.

Senhor Presidente Durão Barroso, espero que dentro de alguns dias, no princípio de Março - penso que é 3 de Março - nos apresente uma comunicação sobre este assunto. Espero que inclua uma estratégia mais arrojada do que aquilo que se concluiu, ou não concluiu, na cimeira informal. Continua a ser um método intergovernamental aberto de coordenação. Melhoraram-no um pouco, tornaram-no um pouco mais rápido, mas, no final, continua a ser um método aberto de coordenação baseado no intergovernamentalismo. O que lhe pedimos é que tome a iniciativa quanto a este assunto, quanto à política económica e quanto a esta questão da governação económica, e que, em conjunto com Olli Rehn, apresente uma proposta arrojada destinada a introduzir a governação económica na União Europeia. É um absurdo termos uma união

monetária, por um lado, e não termos uma união económica, social e política, por outro lado. Os problemas da Grécia são prova disso.

(Aplausos)

Penso que nos tempos que estamos a viver podemos esperar algo de arrojado da Comissão, e espero que, no dia 3 de Março, a Comissão proponha um documento muito mais ambicioso do que foram - a meu ver - as conclusões decepcionantes da cimeira informal.

(O orador aceita responder a uma pergunta segundo o procedimento "cartão azul" nos termos do n.º 8 do artigo 149.º)

William (The Earl of) Dartmouth (EFD). – (EN) Senhor Presidente, gostaria de fazer a seguinte pergunta ao senhor deputado Verhofstadt: está a sustentar que os países que não estão na zona euro devem socorrer os que estão na zona euro? É isso que está a sustentar?

Guy Verhofstadt, em nome do Grupo ALDE. – (EN) Talvez venha a ser necessário socorrer a Grã-Bretanha num futuro próximo, porque vi que o défice orçamental da Grã-Bretanha é ainda maior do que o da Grécia.

(Aplausos)

Se não estou em erro, o défice orçamental corresponde actualmente a 12,9% do PIB. Por isso, penso que aquilo que é mais importante neste momento é definirmos uma estratégia credível para a zona euro, e estou certo de que - talvez não amanhã, mas depois de amanhã - virá uma altura em que a Grã-Bretanha aderirá à zona euro. Pode ter a certeza disso.

Rebecca Harms, em nome do Grupo Verts/ALE. – (DE) Senhor Presidente, espero que o jardim-de-infância britânico tenha a amabilidade de prestar atenção durante uns momentos.

(Interpelações)

Tencionava começar a minha intervenção falando sobre a Estratégia UE 2020, mas agora vou começar por falar sobre a Grécia, especialmente à luz da intervenção da direita desta Assembleia. Penso que aquilo que é menos útil na controvérsia sobre a situação na Grécia e as perspectivas deste país é uma atitude antigrega, nacionalista ou antieuropeia. Na minha opinião, erros que se têm vindo a cometer há muito tempo estão agora a evidenciar-se na Grécia - é frequente virem mais coisas ao de cima numa crise do que em períodos de prosperidade.

Gostaria de retomar uma questão levantada pelo senhor deputado Verhofstadt. Se não queremos acontecimentos anti-europeus, temos de discutir quem é que, em Bruxelas, é responsável por permitir que estas coisas tenham sido ocultadas na Grécia durante tantos anos - talvez até durante todo o período preparatório da união monetária. Senhor Presidente Durão Barroso, penso que uma parte crucial da responsabilidade nesta matéria é sua. Isto, em particular, é algo que tem de nos revelar, porque até agora apenas vimos a ponta do icebergue em termos de responsabilidade e não vimos o sistema de irresponsabilidade que está por detrás desta situação.

Em segundo lugar, há muita coisa na Grécia que também tem de mudar. Temos de manter uma discussão - de preferência amigável - com a Grécia sobre o assunto no âmbito da zona euro. Se esta ajuda é necessária - e penso que será - e se for necessário recorrer mais uma vez à solidariedade europeia, então a Grécia necessita de introduzir algumas mudanças reais. Há, por exemplo, a dimensão excessiva do sector público. A acreditar naquilo que me dizem os gregos com quem falei, 25% dos trabalhadores gregos são estão ao serviço do sector público, e nem sequer se trata de um sector público eficiente. Trata-se de um sector que necessita decididamente de uma reforma.

Contudo, não é apenas ao nível das despesas que é necessário efectuar mudanças, pois também há manifestamente algo de muito errado do lado das receitas. Penso que o Primeiro-Ministro Papandreou está certo ao dizer que tenciona publicar as declarações fiscais dos indivíduos que auferem rendimentos mais elevados na Grécia. Não é necessário comprar CD na Suíça; há outra maneira de resolver o assunto. Isso irá muito rapidamente mostrar que, também na Grécia, as receitas podem melhorar consideravelmente se a evasão fiscal for definitivamente travada e se as pessoas que na Grécia levam uma vida de grande luxo pagaram os seus impostos como cidadãos decentes.

O meu colega, senhor deputado Giegold, irá provavelmente falar sobre as euro-obrigações mais tarde. Gostaria apenas de dizer uma frase sobre a Estratégia UE 2020. O Senhor Presidente Durão Barroso não fez referência absolutamente nenhuma aos fracassos da Estratégia de Lisboa. Penso que o facto de não se avaliar

a Estratégia de Lisboa não augura nada de bom para o êxito, ou possível êxito, da nova estratégia. Como estratégia integrada não é, em princípio, uma má estratégia, mas...

(O Presidente retira a palavra à oradora)

Timothy Kirkhope, em nome do Grupo ECR. – (EN) Senhor Presidente, gostaria de agradecer ao senhor deputado Verhofstadt por nos ter recordado a todos o fracasso das políticas económica de esquerda no Reino Unido. Agradecemos a informação e espero que os meus colegas e eu consigamos remediar isso nas eleições gerais a realizar proximamente.

Mesmo antes da crise recente, as economias da Europa já estavam a perder terreno a favor dos nossos principais rivais e concorrentes. O nosso nível de crescimento era inferior, o nosso desemprego era mais elevado, a nossa posição comercial relativa estava em declínio e a nossa parcela da produção mundial estava a diminuir. Tínhamos lançado a Estratégia de Lisboa, mas sem convicção nem empenhamento suficientes; e a Estratégia não foi bem sucedida, o que não nos surpreende. A Estratégia UE 2020 não pode seguir o mesmo caminho. Congratulo-me com o facto de o meu grupo ter sido dos primeiros a apresentar propostas destinadas a promover o seu avanço.

Necessitamos agora de definir um novo rumo para as nossas economias. Temos de reconhecer que os governos não criam empregos produtivos nem elevam níveis de vida. Só as empresas competitivas e os empresários bem sucedidos é que o conseguem fazer. Os nossos Estados-Membros e as instituições da União Europeia necessitam, portanto, de os apoiar, reduzindo os encargos que lhes são impostos. Não podemos esperar ter economias dinâmicas se exigirmos ainda mais àqueles que estão a gerar crescimento e emprego, impondo-lhes regimes fiscais onerosos e regulamentos burocráticos. Temos de incentivar mais investigação e desenvolvimento, um melhor ensino superior e uma melhor formação profissional, tal como o Senhor Presidente Durão Barroso acaba de salientar. O mercado interno necessita de ser revigorado e alargado a novos domínios.

O que está em jogo não podia ser mais importante. Há quase três séculos que as maiores potências económicas do mundo são também as que têm as constituições mais liberais e mais democráticas; a causa da liberdade e a prosperidade económica têm caminhado a par. Vamos agora entrar numa nova era. No final deste século, é possível que o poder económico tenha passado para Estados com governos antidemocráticos. Esse tipo de capitalismo autoritário não evoluirá suavemente em direcção ao capitalismo democrático e responsável de que usufruímos hoje na Europa e no Ocidente.

Esperamos que esses Estados se liberalizem. Procuraremos incentivá-los amigavelmente a fazerem-no, mas sabemos quais são os riscos. É do interesse dos nossos cidadãos que o programa 2020 consiga estimular a criação de bons empregos e elevar os níveis de vida, e é do interesse do mundo livre que o programa 2020 indique o caminho em direcção a um futuro económico mais sólido para todos os nossos cidadãos.

Lothar Bisky, em nome do Grupo GUE/NGL. – (DE) Senhor Presidente, em tempo de necessidade, descobrimos quem são os nossos amigos, como se costuma dizer. Há 27 governos na União Europeia a tentar - cada um à sua maneira - salvar os seus bancos e as indústrias de grande dimensão. Até agora, isso tem resultado num aumento da dívida de cada país e em taxas de poupança catastróficas para os cidadãos. A política eufemística de contenção salarial, a redução dos encargos não salariais do trabalho e a privatização de riscos como a velhice, a família, a doença e a educação desejada são assuntos que já aqui foram todos mencionados.

Os bancos estão agora a utilizar os pacotes de salvamento financiados pelo Estado para especular contra os orçamentos nacionais. Os bancos já fizeram mais progressos do que os Estados. O banco Hypo Real Estate e o Commerzbank que, na Alemanha, foram salvos graças a milhares de milhões de euros do dinheiro dos contribuintes estão na vanguarda no que respeita ao negócio das obrigações do Tesouro excessivamente dispendiosas da Grécia. O dinheiro dos contribuintes está a ser usado para fins especulativos e trata-se de dinheiro que provém de simples trabalhadores assalariados honestos, que não têm contas na Suíça a que possam recorrer como as pessoas mais ricas.

(Interpelações)

Acreditem que não tenho o menor prazer em citar exemplos negativos da Alemanha. No entanto, um dos partidos do governo na Alemanha está constantemente a pedir que os impostos sejam reduzidos, enquanto ao mesmo tempo se está a pedir ao Governo grego que aumente os impostos. E quem terá de arranjar esse dinheiro? Receio que sejam aqueles que já estão a ter dificuldade em viver com o pouco que têm. Não foi a

Alemanha - em tempos o maior exportador mundial - que há alguns anos desligou os aumentos salariais da produtividade, dando origem ao *dumping* social?

No teatro grego antigo, uma crise significava uma oportunidade - sim, o desafio de um ponto de viragem. A fim de efectuar essa viragem, temos de exigir que seja estabelecido um salário mínimo legal. O mesmo trabalho no mesmo local tem de ter uma remuneração idêntica. Necessitamos de uma harmonização de tipos de impostos dentro da União, mas, acima de tudo, necessitamos de uma verdadeira regulamentação e controlo dos mercados financeiros a nível europeu e de uma verdadeira política económica e financeira europeia, coordenada com base na solidariedade, com metas sociais e ambientais vinculativas.

Nigel Farage, em nome do Grupo EFD. – (EN) Senhor Presidente da Europa - este dia há muito esperado. Disseram-nos que, quando tivéssemos um Presidente, veríamos um gigante político mundial: um homem que seria o líder político de quinhentos milhões de pessoas; um homem que nos representaria a todos na cena mundial; um homem cuja função seria tão importante que, evidentemente, tem uma remuneração maior do que o Presidente Obama. Infelizmente, saiu-nos o senhor. E lamento dizê-lo, mas depois do seu desempenho há pouco... não quero ser malcriado, mas sabe, a verdade é que o senhor tem o carisma de um trapo húmido e o aspecto de um empregado bancário de terceira.

(Protestos)

A pergunta que todos queremos fazer que todos vamos fazer é: quem é o senhor? Nunca ouvi falar de si; na Europa, nunca ninguém ouviu falar de si. Gostaria de lhe perguntar, Senhor Presidente, quem votou por si?

(Protestos insistentes)

E qual o mecanismo - sei que a democracia não é popular entre as pessoas da sua laia - qual o mecanismo de que os povos da Europa dispõem para o afastar? Será isto a democracia europeia?

Pressinto, porém, que o senhor é competente, capaz e perigoso, e não tenho dúvida de que é sua intenção ser o assassino silencioso da democracia europeia e dos Estados-nação europeus. O senhor parece ter aversão à própria ideia da existência de Estados-nação; talvez isso se deva ao facto de ser oriundo da Bélgica que, evidentemente, é em grande medida um não-país.

(Reacções)

Mas desde que assumiu o seu cargo, já vimos a Grécia ser reduzida a um simples protectorado. Senhor Presidente, não tem qualquer legitimidade para ocupar esse cargo, e posso dizer com segurança que falo em nome da maioria do povo britânico ao dizer: não o conhecemos, não o queremos, e quanto mais depressa o mandarem embora, melhor.

Presidente. – Tal como disse, Senhor Presidente, não queria ser malcriado.

Prefiro andar para a frente. Senhor Presidente, aceita uma pergunta segundo o procedimento do "cartão azul"?

Joseph Daul, em nome do Grupo PPE. – (FR) Senhor Deputado Farage, o senhor está disposto a aplicar o artigo 9.º Tratado para pedir simplesmente para sair da Europa? Desse modo ficará tranquilo.

Martin Schulz, em nome do Grupo S&D. – (DE) Senhor Presidente, estou muito desapontado consigo, Sr. Buzek. É inaceitável o presidente de um grupo político chamar ao Presidente do Conselho Europeu um "trapo húmido" neste Parlamento, em vez de fazer uma crítica política.

(Aplausos)

Senhor Presidente, esperava que respondesse com uma advertência. Não é aceitável que este indivíduo espezinhe livremente a dignidade desta Assembleia. Ao senhor deputado Daul gostaria de dizer que não se trata de o Reino Unido deixar a UE. Talvez fosse melhor o senhor deputado Farage renunciar ao seu mandato, uma vez que a União Europeia e o Parlamento Europeu lhe desagradam tanto.

(Aplausos)

Presidente. – Volto a dizer hoje ao senhor deputado Farage o que lhe disse há dois meses: discursos desse género, contendo ataques pessoais a pessoas específicas, não são aceitáveis no Parlamento Europeu. Quando falei com o senhor deputado Farage sobre o assunto, fiz-lhe notar isso. Gostaria de dizer, senhor deputado Schulz, que fiz e vou fazer exactamente o que sugere.

Nigel Farage (EFD). – (EN) Talvez não goste do que eu digo, mas veja o seu comportamento. Depois de os cidadãos irlandeses terem votado “não” num referendo, o Senhor Presidente disse que, ao apoiar o “não” no referendo, o nosso grupo tinha aberto a porta ao fascismo; disse que, como grupo, nos tínhamos comportado no Parlamento como Hitler e os Nazis no *Reichstag*. Danny Cohn-Bendit disse-nos que éramos mentalmente débeis. Sabe, Senhor Presidente, é preciso que... Não pode ser unilateral...

(O Presidente retira a palavra ao orador)

Presidente. – Senhor Deputado Farage, lamento mas o que eu disse não foi uma declaração pessoal. Temos de manter a ordem e respeitar os regulamentos do nosso Parlamento.

Frank Vanhecke (NI). – (NL) Antes de mais, permitam observar aqui com serenidade que estamos a travar este debate nesta Assembleia, em Bruxelas, na Bélgica. Na presente conjuntura económica, nós poderíamos, sem incorrer em qualquer exagero, descrever o país Bélgica como a Grécia do Mar do Norte, pois este país, a Bélgica, possui, depois da Grécia e da Itália, a maior dívida pública em termos percentuais de toda a Europa. Nós somos fundamentalmente um país doente na Europa e, se me for permitido dizê-lo nestes termos, isso não abona de todo a favor do orador precedente, o senhor deputado Verhofstadt, ex-Primeiro-Ministro da Bélgica, que, quando se trata de fraude e de inflacionar o orçamento, poderia mesmo dar algumas lições aos gregos!

Porém, não embandeiremos em arco. Acima de tudo, não afirmemos que vamos conseguir esconjurar a crise por via do aumento da dívida pública, a infame proposta Verhofstadt de um empréstimo público comunitário, cujo preço alguém vai ter de pagar, mais cedo ou mais tarde. Pelo contrário, já constámos, vezes sem conta, que foram as decisões europeias que nos conduziram à crise, as decisões europeias de atirar Maastricht e o Pacto de Estabilidade e Crescimento pela janela fora, a bem das aparências, pois a Europa tinha de parecer que estava progredir.

É essa mesma obstinação eurocrática que também está agora a empurrar-nos a estratégia de adesão da Turquia pela goela abaixo. A realidade económica e geográfica tem agora de ser posta de lado e os cidadãos europeus têm de pagar uma factura exorbitante pela potencial adesão de um país que nem sequer é europeu. A solução não é “mais Europa”. A solução é a responsabilidade nacional e a obrigação de cada Estado-Membro viver de acordo com as suas posses.

Corien Wortmann-Kool (PPE). – (NL) Senhor Presidente Buzek, Senhor Presidente Barroso, e também, naturalmente, Senhor Presidente Van Rompuy, congratulamo-nos pelo facto de V. Exa. aqui estar hoje connosco. As observações que teceu no início do debate tornaram claro o seu desejo de realizar um trabalho ambicioso, assim como o seu desejo de desempenhar a sua função de acordo com o previsto no Tratado de Lisboa. Gostaria felicitá-lo antecipadamente por isso.

É importante que V. Exa. aqui esteja por causa da próxima Estratégia UE 2020, pois ela é crucial para restabelecer o papel da Europa no mundo. Senhor Presidente – e agora dirijo-me também ao Senhor Presidente Barroso -, V. Exas. sabem quais são as nossas prioridades. Elas centram-se numa economia de mercado verde e social. Isso quer dizer que a nossa principal tarefa deveria consistir em voltar a pôr de pé as pequenas e médias empresas enquanto motores do nosso emprego. Não estamos aqui a falar apenas do nosso comércio e dos nossos serviços, mas também da nossa indústria europeia, a qual temos de voltar a tornar competitiva a nível mundial. Estamos a falar também dos nossos sectores agrícola e de produção alimentar de alta qualidade, que são igualmente competitivos na cena mundial. Isso significa que precisamos de PME ricas em conhecimento, inovação e tecnologia sustentável.

A Estratégia UE 2020 tem de ser construída sobre um alicerce como esse, isto é, sobre uma estratégia de saída estreitamente ligada a um pacto de estabilidade e crescimento e à necessária reforma das despesas públicas dos Estados-Membros. Senhor Presidente, a velha Estratégia de Lisboa continha demasiados objectivos vagos e tornou patente a falência do método aberto de coordenação. Por conseguinte, a pergunta que lhe dirijo é a seguinte: que objectivos concretos tenciona lançar no sentido de obrigar os Estados-Membros a darem mostras de um verdadeiro comprometimento com esta nova estratégia, mantendo-se contudo dentro dos limites estabelecidos pelo Tratado de Lisboa no que respeita à soberania?

Marita Ulvskog (S&D). – (SV) Senhor Presidente, segundo os números apresentados pela própria Comissão, há neste momento 80 milhões de cidadãos na UE a viver abaixo do limiar da pobreza. É vergonhoso e é também um obstáculo a todo o processo de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, um homem como o senhor deputado Farage toma a palavra no Parlamento e desata a proferir insultos, numa altura em que a Europa está em crise e temos tantos assuntos importantes para debater. O senhor deputado Farage devia ser suspenso

e não devia ser autorizado a participar no período de sessões da próxima semana em Estrasburgo. Seria uma sanção leve para o comportamento que exibiu.

A nossa tarefa neste momento é formular uma nova Estratégia de Lisboa, por outras palavras, a Estratégia UE 2020. Neste contexto, é importante compreender que a coesão social e o desenvolvimento sustentável são essenciais para haver crescimento económico. A primeira sociedade a libertar-se da dependência dos combustíveis fósseis, por exemplo, tomará a dianteira em termos da criação de novos empregos verdes. Contudo, necessitamos de recursos para que isso aconteça. Pelo menos 50% dos fundos reservados pela UE e pelos Estados-Membros para nos tirar da crise devem ser investidos num *New Deal* Verde susceptível de criar esse novos empregos verdes. O 7.º e o 8.º Programas-Quadro têm de se concentrar na investigação e desenvolvimento no domínio das energias renováveis.

A Comissão deve igualmente desenvolver esforços vigorosos com vista a impedir a exclusão social que se verifica neste momento em toda a Europa e para reforçar os parceiros sociais. Nos últimos anos, a UE tem começado, justificadamente, a ser vista como uma ameaça ao movimento sindical. Esta situação tem de mudar. Como primeiro passo poder-se-ia rever a controversa Directiva Destacamento de Trabalhadores, que, na Europa, passou a ser conhecida como "Directiva Dumping Salarial", e que tanta raiva e tantos conflitos está a gerar. Já tivemos disso que bastasse, hoje, aqui no Parlamento.

Lena Ek (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, a finalidade da Estratégia UE 2020 deve ser libertar o potencial dos cidadãos europeus. Esquecemos frequentemente que as nossas estratégias de crescimento são criadas para benefício dos nossos cidadãos e para bem do futuro dos nossos filhos.

Não há dúvida que a Estratégia de Lisboa fracassou ao tentar incluir tudo. Com um leque de prioridades tão alargado, houve dispersão e perderam-se as oportunidades de alcançar os objectivos ambiciosos que haviam sido estabelecidos.

Para que a UE 2020 seja mais eficaz, há que transformar o seu formato em algo totalmente diferente. Os esforços devem ser orientados para as poucas áreas específicas em que os aspectos fundamentais do crescimento sustentável devem ser abordados.

Sendo o único órgão da UE eleito directamente e tendo-lhe sido conferidos plenos poderes de co-decisão, este Parlamento irá pronunciar-se sobre a Estratégia UE 2020. Por conseguinte, a fim de assegurar a legitimidade e a abertura, a Comissão e o Conselho farão bem em incluir o Parlamento nos trabalhos em curso relacionados com a UE 2020.

Tal como a abertura e a transparência são essenciais para criarmos uma Europa dos cidadãos, são igualmente instrumentos fundamentais para ajudar a evitar crises das finanças públicas semelhantes às que estão a afectar actualmente países de toda a União.

Todas as pessoas estão a apontar o dedo à Grécia, mas há também outros Estados-Membros que se furtaram à aferição de desempenhos, enganaram a Europa quanto aos seus défices e manipularam as suas estatísticas financeiras. O método aberto de coordenação transformou-se num conluio fechado e numa humilhação manifesta.

Não se esqueçam que aquilo que se aplica aos cidadãos também se aplica aos governos. As liberdades acarretam responsabilidades. É tempo de os governos de toda a Europa assumirem seriamente essa responsabilidade, porque os problemas que enfrentamos são graves.

Philippe Lamberts (Verts/ALE). – (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, concordo com a ideia de limitar o número de objectivos da estratégia UE 2020, contanto que estes sejam, pelo menos, objectivos ambiciosos. Ambiciosos, antes de mais, no que se refere à redução da nossa pegada ecológica. Por conseguinte, não se trata aqui apenas do clima, e, desse ponto de vista, regressar ao valor de 20% significa, em nosso entender, ficar muito aquém daquilo que é realmente necessário. Nem mesmo um valor de 30% é ambicioso.

Seguidamente, um objectivo ambicioso em matéria de redução das desigualdades; por exemplo, reduzir em 50% o nível de pobreza na Europa até 2020, o não seria certamente uma meta excessivamente ambiciosa. Um objectivo ambicioso em matéria de educação, investigação, desenvolvimento e inovação, e, claro está, um objectivo ambicioso no que se refere à criação de emprego.

Estes objectivos deverão, como já foi dito, ser mensuráveis e vinculativos - quer se trate de um sistema de bónus ou de outro sistema qualquer, isso pouco importa; o que nos importa são os resultados. Contudo, nós não conseguiremos alcançar esses resultados sem dois ingredientes absolutamente indispensáveis.

O primeiro ingrediente são regulamentos de mercado robustos, e, desse ponto de vista, Senhor Presidente Van Rompuy, os desenvolvimentos em matéria de supervisão do mercado financeiro e as decisões adoptadas pelo Conselho preocupam-nos profundamente.

Relativamente ao segundo ingrediente, gostaria de vincar aquilo que disse o senhor deputado Daul. De facto, Senhor Deputado Daul, os Estados-Membros vão ter de abdicar da sua soberania numa série de domínios, especialmente no domínio fiscal. Interrogo-me sobre qual é a posição do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) relativamente esta matéria. Sem uma forte convergência fiscal não seremos capazes de repor a estabilidade nas nossas finanças públicas e de edificar o nosso sistema fiscal sobre uma base sustentável. Estamos a pensar na energia, estamos a pensar, obviamente, na tributação das transacções financeiras.

Kay Swinburne (ECR). – (EN) Senhor Presidente, apoio a orientação da Estratégia UE 2020, especialmente neste período de crise económica, e insto a UE a concentrar-se nas vantagens comparativas da Europa em termos económicos e competitivos, bem como a utilizar todas as ferramentas e recursos de que dispões, especialmente no domínio da I&D, a fim de criar uma verdadeira mais-valia europeia.

Gostaria que nos propuséssemos dar prioridade à conclusão do mercado único dos produtos e serviços e adoptássemos uma abordagem ambiciosa no que respeita à criação de um mercado único da investigação inovadora. A investigação e desenvolvimento deviam ser vigorosamente incentivadas tanto nas universidades como nas empresas privadas da Europa, de modo a colocarmo-nos na vanguarda das novas indústrias e tecnologias sustentáveis.

Devemos, porém, permanecer vigilantes no que respeita à legislação que apenas dificulta estes processos de desenvolvimento. Necessitamos de melhorar a ligação entre as actividades e investigação do sector privado e académicas e de trabalhar no sentido de facilitar a transferência de conhecimentos para as empresas que criam empregos e riqueza. Para além de aumentarmos os financiamentos disponíveis para fins de inovação, devemos procurar garantir uma diminuição dos encargos administrativos, especialmente para as PME e as micro-entidades. A adopção de políticas em matéria de contratos públicos favoráveis às PME e permitir que as PME participem em parcerias entre o sector público e o sector privado será um primeiro passo.

Uma Estratégia UE 2020 orientada para a inovação em domínios em que possuímos conhecimentos especializados...

(O Presidente retira a palavra à oradora)

Nikolaos Chountis (GUE/NGL). – (EL) Senhor Presidente, estão a ser realizadas hoje na Grécia enormes manifestações contra o desemprego por trabalhadores dos sectores público e privado.

O sentimento de revolta chegou às ruas e os trabalhadores estão indignados perante a dureza das medidas que o Governo grego vai tomar por insistência da União Europeia, especialmente do recente Conselho Europeu em que, em vez de terem sido tomadas medidas destinadas a ajudar as economias mais fracas, em vez de terem sido tomadas medidas para acabar com a especulação e criar um manto de protecção feito de solidariedade económica e social, em vez de se reconhecer que o Pacto de Estabilidade não existe e que reintroduzi-lo irá aprofundar a recessão, e em vez de se reconhecer que o Tratado de Lisboa é um fracasso retumbante, o Conselho está a preparar a Comissão Europeia 2020 como um prolongamento e uma continuação do Tratado.

Estão a tratar a Grécia como um bode expiatório, ditando medidas contra os trabalhadores - que não foram responsáveis pela crise - que irão abrir caminho a medidas semelhantes para outros países.

Os cidadãos da Grécia e os cidadãos da Europa não tardarão em tratar-vos como os cidadãos da Argentina trataram o Fundo Monetário Internacional.

Rolandas Paksas (EFD). – (LT) É simbólico que, vinte anos após a queda do muro que dividia a Europa, estejamos hoje a falar sobre a Europa 2020. Em primeiro lugar, gostaria de expressar a minha aprovação no que respeita às prioridades fundamentais da Estratégia UE 2020: o conhecimento e a inovação, uma sociedade com um elevado nível de emprego, e uma economia competitiva e sustentável. Proponho que acrescentemos mais duas prioridades - o desenvolvimento das infra-estruturas e uma política energética eficaz. Embora

destaquemos o reforço da segurança energética como uma das prioridades mais importantes da política energética europeia e com vista a assegurar a diversificação das fontes de energia e das rotas de abastecimento, não podemos esquecer os importantes projectos "Rail Baltica" e "Via Baltica", que não são apenas importantes para a Lituânia. Penso que, ao prepararmos uma nova estratégia, temos de avaliar as razões pelas quais não conseguimos realizar os objectivos definidos na Estratégia de Lisboa. Devemos não só estabelecer novos objectivos estratégicos e novas tarefas, mas também converter discussões por vezes demasiado longas em acções concretas com prazos precisos.

PRESIDÊNCIA: ROTH-BEHRENDT

Vice-presidente

Francisco Sosa Wagner (NI). – (ES) Senhora Presidente, julgo que esta crise constitui uma oportunidade para avançarmos com firmeza e convicção na criação de uma Europa forte. Nessa Europa forte iremos provavelmente ter de prescindir da expressão "melhorar a coordenação", pois isso significa que tudo depende dos assuntos que têm de ser coordenados, o que conduz inevitavelmente à estagnação e à indefinição.

Sabemos que as finanças e os défices públicos dos países europeus irão padecer enquanto não avançarmos para a integração financeira europeia e enquanto não forem emitidas euro-obrigações.

Seja como for, as instituições europeias já podem empreender acções concretas – e não irei deter-me me toda vã retórica sobre coordenação. Por um lado, temos o Banco Central Europeu para harmonizar a supervisão financeira e, por ...

(Resto da intervenção não disponível por razões técnicas).

Werner Langen (PPE). – (DE) Senhora Presidente, Senhor Barroso, Senhor Van Rompuy, se se pretende que a Estratégia "UE 2020" seja um êxito ela deve – ao contrário da Estratégia de Lisboa – ser realmente posta em prática. Contrariamente ao que disseram anteriores oradores, os objectivos desta não eram errados e a principal razão para o seu fracasso foi o facto de os Estados-Membros não terem cumprido as regras e as suas obrigações. Mais ainda, Senhor Barroso, a Comissão não foi suficientemente corajosa, e não o foi em termos de execução, na altura de exigir reformas ou quando se tratava de implementar a sua própria estratégia.

Graças a uma ampla maioria, o Senhor Presidente da Comissão tem agora uma nova Comissão para o seu segundo mandato, e espero que melhore todos os aspectos, que reinjecte dinamismo na Europa, promova a tecnologia e não só falemos sobre a redistribuição como também possamos concorrer com outras regiões económicas do mundo. Estas regiões não querem saber se os europeus estão de acordo ou se estão a pôr em prática novos programas de redistribuição. Têm a sua própria dinâmica e temos de lhes dar a competente resposta. Ora é esta a tarefa que tal estratégia nos deve permitir abraçar.

Até agora, porém, só foram apresentados projectos e espero que eles sejam aperfeiçoados, pois parecem muito estar imbuídos de uma mentalidade de "deixar tudo como dantes" e não se encontram neles abordagens realmente novas. Nem sequer há nada de verdadeiramente novo da parte do Conselho e do seu novo Presidente. Necessitamos, contudo, desta estratégia para podermos acompanhar o resto do mundo e, para isso, é necessário definir novas condições de enquadramento. Temos de reflectir cuidadosamente sobre os objectivos climáticos do passado, de promover a tecnologia e de não continuarmos a pôr obstáculos no seu caminho.

Exortamos a Comissão, como órgão colegial que é, a não representar os interesses dos diferentes comissários e assumir, antes, um papel de liderança na Europa. Podem ter a certeza do nosso apoio sem reservas. Só assim a Estratégia "UE 2020" terá êxito, não com a cobardia dos governos e a insistência em que alguém pague por aquilo que o parceiro relevante na Europa não fez.

Stéphane Le Foll (S&D). – (FR) Senhora Presidente, Senhor Presidente Barroso, Senhor Presidente Van Rompuy, antes de mais, gostaria de dizer que, no que respeita à estratégia 2020, há um acordo generalizado quanto aos objectivos. No entanto, o problema que o nosso continente enfrenta hoje é que emerge de uma crise grave, cujas características fazem com que o nosso crescimento em termos globais seja extremamente débil, ou mesmo negativo.

Isto requer, pois, uma tomada de consciência política, que, a meu ver, passa por dois objectivos. O primeiro consiste em saber como nos organizamos em termos políticos. Nas posições que assume, o senhor tem duas responsabilidades fundamentais: encorajar a coordenação das políticas económicas – o que é absolutamente vital – e definir objectivos com instrumentos para os realizar.

Isto traz-me ao segundo ponto, que para mim é essencial e que assume simultaneamente a forma de uma pergunta. Para se realizarem objectivos numa política pública, é necessário que haja um orçamento. Hoje, a Europa está perante este dilema: os Estados-Membros têm défices significativos, e quanto mais significativos forem os défices menos dinheiro eles irão colocar no pote comum europeu. Por conseguinte, menor é também a nossa capacidade para reanimar o nosso crescimento.

Como podemos nós sair deste dilema? É esta a questão que eu lhe coloco. A solução depende de dois elementos. Em primeiro lugar, quais são as orientações que vai defender quando discutir as perspectivas orçamentais com os Estados-Membros? Em segundo lugar, será que tem capacidade para a avançar para inovações que permitam ao Banco Europeu de Investimento, assim como ao Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento, assumirem mais responsabilidades, e – por que não? – permitir que a Europa recorra ao crédito para financiar esta necessidade, que é o crescimento de amanhã?

Sylvie Goulard (ALDE). – (FR) Senhores Presidentes, depois da Estratégia de Lisboa, temos agora a Estratégia UE 2020. Tratar-se-á de um nome simples ou de uma mudança de rumo? Dirijo-me agora especialmente ao Presidente Barroso. Ao ler o seu contributo para o Conselho informal, ao ouvir V. Exa. falar hoje, e bem, sobre o número de pobres na União Europeia e sobre a necessidade de desenvolver a regulação financeira, eu disse para com os meus botões: mas que pena, Senhor José Manuel Barroso, o senhor não ter sido um bom Presidente da Comissão Europeia nestes últimos anos! Se o tivesse sido, já poderia ter feito tudo aquilo que hoje nos propõe. Hoje, o senhor diz que foi a crise que o impediu de agir, mas é fácil remeter as culpas a crise. Mas como afinal todos os pecados podem ser perdoados, não percamos mais tempo.

Viro-me, pois, com esperança para o Presidente Herman Van Rompuy, antes de mais para lhe dar umas boas-vindas mais calorosas do que as que antes lhe foram dirigidas por um dos deputados a esta câmara – não pelos outros. É consigo que nós contamos. É um pouco paradoxal, Senhor Presidente Van Rompuy, mas é consigo que nós contamos para relançar a Europa, uma verdadeira comunidade europeia, e o senhor vem de um país que sabe bem o que a palavra "comunidade" quer dizer em termos de interesse geral.

Se V. Exa. se empenhar nesse sentido, terá o apoio de todo este Parlamento, e creio que, no que se refere à Estratégia UE 2020, não podemos deixar-nos enganar pelas palavras. Se as palavras têm algum significado, nós temos, acima de tudo, de pensar no médio prazo, de pensar em termos globais e de pensar mais para além do nacionalismo. Concordo com o que o senhor deputado Lambert disse: neste momento, os Membros do Conselho não estão propriamente a dar-nos uma grande perspectiva europeia sobre a supervisão financeira. Estão com os dois pés em cima do travão.

Pela minha parte, proponho, portanto, um objectivo único, que o senhor menciona no seu próprio documento para o Conselho, e que consiste em ter uma União económica e Monetária em todas as suas dimensões, consolidar as disciplinas e, claro está, consolidar o elemento da solidariedade; temos de lembrar ao Conselho que, se há problemas na Grécia, eles ficam em parte a dever-se aos gregos e em parte à falta de solidariedade.

Reinhard Bütikofer (Verts/ALE). – (DE) Senhora Presidente, é fácil estabelecer óptimos objectivos, e todos nós no início de cada ano fixamos excelentes objectivos, mas o facto de eles continuarem a ser um sonho, uma exortação, ou se transformarem numa agenda, depende de darmos respostas específicas às questões quem, o quê, como, quanto e quando. Ora é isto que precisamos de analisar na agenda da Estratégia "UE 2020". Em meu entender, o senhor deputado Daul pôs o dedo na ferida no início deste debate. A questão é a seguinte: estamos nós preparados para renunciarmos à nossa soberania nacional na área da política económica ou preferíamos antes prescindir da coesão da União, ou do euro, ou daquilo que demorámos décadas a construir? É esta a dramática alternativa. Gostaria também de ter ouvido algumas declarações inequívocas por parte do representante da União Democrata-Cristã da Alemanha (CDU) porque, como sabemos, são os conservadores alemães quem surge frequentemente a colocar obstáculos a que tal seja conseguido.

Senhora Presidente, Senhor Van Rompuy, Senhor Barroso, gostaria não só de ouvir o Presidente do Conselho Europeu dizer, com tranquilidade, que o Conselho pretende estabelecer directrizes nesta área mas veria também com prazer a Comissão, em conjunto com o Parlamento, assumir a tarefa de trabalhar com diligência e energia na elaboração destas directrizes para a governação económica comum da Europa, fazendo-o não apenas pela mão da Senhora Merkel e do Senhor Sarkozy mas também com a preocupação de se esforçar sinceramente para congregar a Europa numa política económica comum.

Charalampos Angourakis (GUE/NGL). – (EL) Senhora Presidente, como bem sabe, enquanto debatemos os resultados do Conselho Europeu informal todos os trabalhadores gregos, até ao último, estão em greve para protestarem precisamente contra estas medidas e resultados. O seu protesto é contra a própria União

Europeia e contra a política dos governos de centro-esquerda e centro-direita que tomam unanimemente medidas contra as bases e o trabalho pura e simplesmente para salvaguardarem os lucros dos monopólios.

A União Europeia, os governos e a Comissão estão a tentar assustar os trabalhadores de toda a União Europeia numa tentativa de os vergar antes da tempestade de medidas contra as bases. Contudo, nesta guerra os trabalhadores respondem com greves em massa, manifestações e comícios – e não o ouvi dizer nada sobre isto, Senhor Barroso –, com manifestações e greves organizadas por sindicatos que têm consciência de classe e são de muitos países da União Europeia.

Só há uma resposta que os trabalhadores podem dar à frente constituída pelos partidos do capital, à rua de sentido único da Europa, aos líderes sindicais comprometidos no processo, ao ataque generalizado do Governo aos salários e pensões de reforma: um aprofundamento dos seus interesses.

Mario Borghesio (EFD). – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores, houve uma manifestação formal de solidariedade para com a Grécia mas, na realidade, o objectivo era simplesmente impor uma rígida política de austeridade nos Estados-Membros da União Europeia.

No encerramento da conferência de imprensa o Senhor Van Rompuy declarou de uma forma clara que a ideia é estabelecer um tipo de ditadura na União Europeia, transformando o Conselho numa junta imperial com poderes cada vez maiores sobre os Estados-Membros.

Antes da cimeira – como revelou o jornal *The Independent* – o Senhor Presidente do Conselho enviou uma carta aos Chefes de Estado e de Governo onde escreveu, num dos anexos, que os membros do Conselho eram responsáveis pela estratégia económica no seio dos seus governos e deviam ser também responsáveis por ela ao nível da UE. Quer se chame a isto coordenação da política ou governação económica, só o Conselho pode formular e defender uma estratégia europeia. Acrescentou ainda que o Conselho Europeu é muito ambicioso, que quer o controlo e agir como líder, embora evidentemente no âmbito do processo de consulta, e que foi por isso que tinha proposto que o Conselho passasse a reunir todos os meses.

Isto são desígnios imperiais dos arquitectos da União Europeia, que também têm um projecto que circula nos corredores da Comissão e onde se apela a que 80% da dívida dos Estados-Membros da UE se torne dívida da União Europeia.

A campanha em prol de um Super-Estado económico lançada nos últimos dias poderá transformar não só a Grécia mas todos os 27 Estados-Membros da União Europeia em protectorados.

Andreas Mølzer (NI). – (DE) Senhora Presidente, a UE adoptou agora uma pós-Estratégia de Lisboa tendo o cuidado de não se comprometer com quaisquer objectivos mensuráveis. Um enfoque na economia verde não será suficiente, por si só, para garantir a competitividade da Europa como local de produção. Em meu entender, e para além de infra-estruturas e de um aprovisionamento energético a funcionar devidamente, tal requererá trabalhadores bem treinados, e não ondas sucessivas de trabalhadores migrantes a inundarem o mercado de trabalho com a sua mão-de-obra barata.

Se é necessário tornar os mercados de trabalho nacionais mais flexíveis, isso não deve conduzir à revogação dissimulada dos períodos de transição para os novos Estados-Membros. Esta altura de crise, em que cada vez mais pessoas ficam desempregadas ou têm que ganhar a vida com trabalho a tempo parcial ou “empregos de um euro”, não é o momento para a UE dar um impulso redobrado à impiedosa concorrência já existente no mercado de trabalho.

A regra geral que devia vigorar na União Europeia devia ser não se usar o despotismo. A UE não deve retirar imediatamente as ajudas financeiras às regiões estruturalmente debilitadas por não terem sido realizadas reformas, nem sequer ameaçar fazê-lo. Não necessitamos certamente de uma nova comissão consultiva para avaliar os objectivos, que irão provavelmente ficar mais uma vez na gaveta. Em vez de mais centralismo temos de transferir de novo a concessão das subvenções para o domínio nacional porque a Estratégia “UE 2020” não deve desencadear outra maratona de concorrência e um êxodo de privatizações, mas antes garantir a prosperidade dos cidadãos da Europa.

A UE tem agora uma oportunidade de ganhar o estatuto de baluarte contra a globalização e esta será provavelmente a sua única oportunidade.

Mario Mauro (PPE). – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores, Senhor Presidente do Conselho, talvez não esteja muito a par disso, como defende o senhor deputado Farage, mas eu sei que os seus ideais estão profundamente assentes na tradição e cultura europeias, e admiro-o e respeito-o por isso.

É precisamente por essa razão que tomaria a liberdade de me pronunciar sobre o seu muito racional discurso recorrendo a uma analogia do mundo do futebol. Parece-me que a visão que tem do seu papel é muito similar à de um médio, um jogador que tem a missão de ordenar o jogo da sua equipa, a qual, depois da mudança nas regras introduzida pelo Tratado de Lisboa, poderá ter mais dificuldade em marcar golos, ou seja, em atingir os seus objectivos.

À luz deste exemplo penso que cabe ao Parlamento arriscar mais do que os outros jogadores, ser um ponta-de-lança que reinvente continuamente o jogo, inspirando-se nas novas regras para reforçar a capacidade de ataque da equipa e fazer avançar o nosso hipotético centro – a Comissão Barroso – para uma posição em que possa marcar.

O que acontecerá se não seguirmos esta abordagem, que eu apoio com entusiasmo? Retiraremos para uma posição defensiva e marcaremos um golo na nossa própria baliza contra os interesses dos nossos concidadãos.

É precisamente por esta razão, Senhor Van Rompuy, que lhe peço que apoie o novo papel de liderança desempenhado pelo Parlamento e o encare não como um obstáculo mas como uma oportunidade. Todos somos chamados a enfrentar este momento histórico, a desempenhar um papel histórico, uma missão histórica, e estou certo que o Senhor Presidente será a pessoa certa para nos liderar.

Juan Fernando López Aguilar (S&D). – (ES) *(Início da intervenção não disponível por razões técnicas)* ... Quando falamos da estratégia 2020, não estamos a falar apenas da estratégia pós-Lisboa, mas também da estratégia de reconhecimento do fracasso no cumprimento dos objectivos de Lisboa ou, dizendo-o de uma forma mais dura e cruel, da estratégia de reconhecimento do fracasso de Lisboa, uma estratégia que foi concebida para assegurar crescimento e sustentabilidade mas que não se cumpriu porque não foi capaz de assegurar essa sustentabilidade, nem do ponto de vista financeiro, nem do ponto de vista ambiental, nem do ponto de vista social.

Do ponto de vista financeiro, a Europa construiu a União Monetária, mas está muito longe não só de construir a União Económica, como até de coordenar a política económica e os estímulos fiscais que devem acompanhar a União Monetária.

Do ponto de vista energético, uma política europeia única é algo que ainda está por inventar. Do ponto de vista social, sentimos por toda Europa a insatisfação dos trabalhadores, dos sindicatos das classes mais desfavorecidas, que estão preocupados com a sustentabilidade do modelo que nos tornou melhores quando nos tornou europeus, o modelo, precisamente, que não foi capaz de assegurar bem-estar e coesão social.

No que respeita à reunião informal do Conselho, realizada a 11 de Fevereiro, gostaria de perguntar qual é o compromisso que o Conselho, a Comissão, e todas as instituições europeias estão dispostos a assumir para reforçar o compromisso com o pacto social, que foi referido na intervenção do Presidente rotativo da União, o Primeiro-Ministro espanhol José Luís Rodríguez Zapatero, para os próximos seis meses?

Um pacto social que seja capaz de afirmar com clareza que, desta feita, a Europa vai apostar na sustentabilidade financeira e ambiental, assim como na preservação do modelo social que nos tornou melhores quando nos tornou europeus.

Jean Lambert (Verts/ALE). – Senhor Presidente, o Senhor Comissário Barroso referiu anteriormente o desejo de uma estratégia ambiciosa, e é verdade que há partes do documento sobre a Estratégia “UE 2020” que são ambiciosas, mas seguramente não é o caso da quantidade de emissões de gases com efeito de estufa, que é patética e não nos leva onde queremos ir. Devíamos estar a considerar um valor de 40% para 2020. É claro que esta questão não tem só a ver com o clima mas também com a disponibilidade de recursos e o aumento da eficiência na sua utilização.

Há também muitos aspectos nesta estratégia que nos parece já termos visto antes, designadamente um crescimento económico que surge cada vez mais como um objectivo em vez de um indicador. O crescimento não devia ser o objectivo de uma estratégia. São muitos os sectores da UE em que tentámos dissociar o crescimento dos transportes, do uso da energia e de outras questões, e há muito que ele foi dissociado dos empregos, e por isso peço-vos que não falem como se o crescimento fosse, de algum modo, criar emprego.

Temos também de encarar não só a redução da pobreza mas também das desigualdades, porque isso tem vantagens demonstráveis já conhecidas, e temos de nos certificar que as nossas instituições financeiras não subvertem os ambiciosos objectivos que possamos vir a adoptar.

Othmar Karas (PPE). – (DE) Senhor Van Rompuy, em primeiro lugar gostaria de lhe agradecer pela carta que nos dirigiu. Posso dizer-lhe que apoio totalmente os princípios, valores e a direcção a tomar que refere nessa carta, e é com prazer que o ouvi dizer hoje que quer reuniões quase mensais, porque a sua missão é trazer os Chefes de Estado e de Governo e os Estados-Membros de regresso à Europa. A própria Estratégia de Lisboa não estava errada, mas sim os métodos, e faltava vontade política para implementar os objectivos nos Estados-Membros. A sua tarefa deve ser coordenar os Estados-Membros em áreas em que os poderes da Comissão Europeia e da UE se afigurem desadequados.

Disse muito claramente que o mercado não chega e, de facto, nós queremos uma economia social de mercado. A união monetária não chega, precisamos de uma união política. O primeiro teste para todos nós será o orçamento para 2011, que terá de se basear já na Estratégia “UE 2020”, que não é o objectivo mas o instrumento com que faremos aquilo que temos de fazer para respondermos à crise financeira e económica. Precisamos de uma maior coordenação da política orçamental, fiscal, económica, educativa e de investigação porque não podemos melhorar a nossa competitividade fixando apenas objectivos económicos. Precisamos, por isso, que a lei das pequenas empresas seja posta em prática nos Estados-Membros. O nosso lema deve ser “as pequenas empresas primeiro” porque assim irão ser criados empregos nas regiões.

Há três coisas que gostaria de ver. Senhor Barroso, precisamos de um estudo dos efeitos de todas as medidas da Comissão na economia real, e não apenas no sector bancário. Precisamos de uma reavaliação das nossas finanças que tome também em consideração as mudanças demográficas e os sistemas de segurança social e de pensões. Precisamos ainda de um pacote conjunto que inclua a coordenação, o processo por défice excessivo, a estratégia de saída e a Estratégia “UE 2020”, de modo a que estes domínios não entrem em contradição entre si.

Alejandro Cercas (S&D). – (ES) Senhor Presidente Van Rompuy, Senhor Presidente Barroso, gosto realmente da música que ouvi aqui esta tarde. Faço votos para que na próxima semana a letra seja a mesma, pois isso significaria que todos nós compreendemos - e os senhores também - que podemos e devemos fixar metas a nós mesmos e que podemos escolher o nosso futuro.

Significaria que não há qualquer determinismo económico, que há uma voz para a política, uma voz para os cidadãos, uma voz para o nosso futuro nas nossas próprias mãos. Significaria que a economia nos estabelece limites e nos proporciona meios, mas que quem define os objectivos somos nós e que a economia é que deve estar ao serviço da sociedade, e não o contrário.

Significaria, também que, conforme foi dito esta tarde, precisamos de uma estratégia a longo prazo, não só a curto prazo, pois julgo que é essa a lição que podemos retirar do passado. E a lição do passado é que nós conhecemos um crescimento económico considerável, mas com base especulação, uma base que não teve em conta a justiça, a equidade, o ambiente, o futuro ou as gerações vindouras.

Por isso espero realmente, Senhor Presidente, que na próxima semana tenhamos documentos que contenham uma agenda ambiciosa, uma agenda que destaque a sustentabilidade, uma agenda que torne compatíveis - porque são interdependentes — as preocupações de ordem económica, social e ambiental.

Gostaria de dizer agora algumas palavras a respeito da dimensão social da agenda: é aí que se manifestam as exigências, os sonhos e as inquietações dos cidadãos, os sonhos e inquietações daqueles que estão dentro e daqueles que estão fora do mercado de trabalho, das vítimas da arrogância dos mercados financeiros, que assumiram o controlo da economia real e que a destruíram.

É aí que residem as esperanças de que ponhamos fim a esta situação, de que façamos uma política em prol do pleno emprego, em prol de empregos de qualidade, de empregos que sejam inclusivos para todos, e de que pugnemos por que o objectivo da Europa seja a excelência e não a luta pelo declínio dos padrões sociais.

Sven Giegold (Verts/ALE). – (DE) Senhora Presidente, Senhor Barroso, Senhor Van Rompuy, a crise na economia europeia é tão profunda que temos de esperar propostas muito específicas para esta situação, propostas específicas de acordo com as linhas apresentadas aqui por vários oradores. A governação económica europeia tem sido reclamada de formas muito diversas pelo Parlamento.

Apresente uma proposta sobre como os riscos relacionados com os elevados níveis de endividamento podem ser distribuídos, de modo a que a Grécia e outros países não se vejam esmagados por elevadas taxas de juro. Apresente uma proposta - tal como pediu a Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários ontem - sobre a forma como podemos fazer face aos desequilíbrios. Não são só os países com défices que necessitam de ser penalizados e introduzir mudanças, também é necessário fazer reformas nos países que têm excedentes

excessivos. Precisamos de estatísticas europeias independentes e de tomarmos medidas eficazes para evitar a concorrência fiscal. Essas propostas já foram apresentadas pelo Parlamento e cabe-lhe agora pôr finalmente estas questões sobre a mesa.

Jean-Pierre Audy (PPE). – (FR) Senhor Presidente do Conselho Europeu, Senhor Ministro, Senhor Presidente da Comissão, Senhoras e Senhores Deputados; V. Exa. está finalmente connosco, Senhor Presidente do Conselho Europeu. Seja bem-vindo! Começarei contudo por reiterar a minha profunda decepção pelo facto de o seu primeiro acto político não ter sido vir aqui apresentar-se aos representantes dos povos da Europa depois de 1 de Dezembro, a data em que tomou posse oficialmente.

Tal como nós, Senhor Presidente Van Rompuy, o senhor é um político, e os políticos não podem existir sem democracia. A lição democrática dos referendos francês e neerlandês de 2005 - e de muitos outros povos, se eles tivessem sido consultados - é que os cidadãos dizem que não são contra a Europa, mas que têm a sensação de que a Europa está a ser construída sem eles, e por vezes mesmo contra eles.

Foi portanto graças à Sra. Angela Merkel, que ocupava o seu lugar em 2007, e ao Sr. Nicolas Sarkozy, que tinha acabado de ser eleito Presidente da República Francesa, que os cidadãos foram de novo postos no centro da integração europeia com o Tratado de Lisboa, O Tratado que criou o alto cargo que V. Exa. detém.

Senhor Presidente Van Rompuy, V. Exa. tem de compreender que na Europa nada pode ser feito sem os cidadãos e os seus representantes, assim como o nosso Parlamento também tem de compreender que nada pode ser feito sem os Estados-Membros e, consequentemente, sem os Chefes de Estado ou de Governo.

Passemos contudo ao que interessa: os povos europeus sofrem porque já não compreendem a enorme turbulência global que se desenrola à sua volta. O dever de V. Exa. é conferir-lhe um sentido, definir o rumo, convencer o Conselho Europeu de que a Europa não é um problema, mas uma solução. A Europa não expõe, protege. A Europa não sofre, actua.

Qual é a sua visão do mundo e do lugar que a União Europeia nele ocupa? Poderá talvez dizer-nos qual é a vertente da intergovernamentalidade que está presente na sua estratégia europeia, particularmente no que se refere à governação económica, que nos faz falta, e ao estabelecimento do Serviço de Acção Externa?

Senhor Presidente Van Rompuy, a União Europeia caminha sobre duas pernas: os Estados e os governos e os povos. Procuramos a cabeça, e o senhor é a cabeça! Além disso, o senhor não devia sentar-se no lugar do passageiro, mas no lugar do condutor, e o futuro da União Europeia dependerá da sua capacidade para conduzir os Estados-Membros para uma união política. Obrigado por estar aqui, Senhor Presidente Van Rompuy. O senhor é um homem de grande craveira. Não tenha medo dos povos e dos seus representantes. Ame-os, e eles retribuir-lhe-ão.

Sergio Gaetano Cofferati (S&D). – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, ao definir a estratégia de médio prazo a União terá de tomar em conta os efeitos da crise económica, que hoje está a penalizar esta zona do mundo – e também outras do planeta –, bem como evidentemente as deficiências que deram lugar aos modestos resultados da anterior estratégia, a Estratégia de Lisboa 2000.

A crise dá-nos alguns indicadores específicos em matéria de desenvolvimento e pleno emprego, se queremos incorporar – como penso ser necessário – este objectivo na nossa acção.

Em primeiro lugar, são necessários instrumentos de regulação e supervisão do sistema financeiro e dos bancos para garantir que as condições negativas que hoje nos penalizam gravemente não se repitam.

Em segundo lugar, iremos necessitar de vultuosos investimentos em inovação, investigação e formação, sobretudo se queremos avançar para uma economia verde. Se se pretende, porém, viabilizar um investimento substancial, a Europa deve dotar-se de obrigações *Eurobond* e de um sistema de prémios e penalizações para poder atingir os seus objectivos económicos. São estas as principais deficiências de Lisboa I.

Teremos de introduzir políticas de redistribuição uniforme tanto em termos de tributação como de salários. Além disso, é necessária uma política industrial e sectorial coordenada que proteja a histórica estrutura fabril deste nosso continente. E por último, precisamos de reformular e relançar o diálogo social como força de coesão e para reduzir os riscos de desemprego a longo prazo a que temos de fazer face.

Pilar del Castillo Vera (PPE). – (ES) Senhora Presidente, Senhor Presidente Van Rompuy, Senhor Presidente Barroso – que não está presente, mas a quem me dirijo também –, a verdade é que foi muito bom vê-los juntos, e sou de opinião que isso se ao facto de termos visto que há uma aproximação e um enfoque sobre

aqueles que devem ser os fundamentos de estratégia comum nos próximos dez anos, e isso, a meu ver, é extremamente importante.

Aquilo que mais me interessou na proposta que conhecemos por escrito e através do discurso de V. Exa. foi que só são necessários alguns objectivos: apenas os altamente prioritários; que eles têm de ser tangíveis, que temos de poder medi-los e que eles têm de ser constantemente avaliados para ver se estamos ou não a avançar nessa direcção.

Penso que isto é fundamental e que representa uma mudança substancial face à Estratégia de Lisboa.

Passo a destacar um desses objectivos: o mercado interno. O mercado interno europeu foi concebido há mais de vinte anos. Passados vinte anos, temos ainda um longo caminho a percorrer para chegarmos a um mercado europeu verdadeiramente interno na maioria dos sectores. Em alguns casos, porque são sectores muito novos, como é caso do mercado digital, mas, noutros casos, a fragmentação e as barreiras que encontramos estão a privar a economia europeia do quadro de escala que ela necessita para poder desenvolver realmente toda competitividade de que precisa, uma competitividade que gerará crescimento, que, por seu turno, gerará emprego.

Senhor Presidente Van Rompuy, Senhor Presidente Barroso, nós precisamos de um forte impulso político: o chamado "business as usual" já não pode ser um instrumento. Nós precisamos de muita liderança e os senhores têm uma grande responsabilidade. É evidente que podem contar com todo o meu apoio para que isso seja possível.

Udo Bullmann (S&D). – (DE) Senhora Presidente, Senhor Presidente do Conselho Europeu, Senhor Comissário, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de abordar rapidamente dois pontos. Em primeiro lugar, já temos uma Estratégia "UE 2020" que prometa o êxito? Não, até agora ainda não temos, e vou dizer-vos porquê. Se, na Comissão e nos Estados-Membros, disserem que iremos primeiro realizar uma rápida consolidação dos orçamentos e depois tratar da economia e do emprego estar-se-á a fazer um cálculo errado. Se não acreditam em nós leiam a declaração divulgada ontem pelo Fundo Monetário Internacional. A procura no sector privado está muito longe de recuperar e estamos preocupados com o investimento público. Se não prosseguirmos uma estratégia integrada com objectivos específicos para o emprego no seu cerne não teremos qualquer possibilidade de lidar com a crise.

Em segundo lugar, temos uma resposta para a crise da dívida nos países que estão a ser mais pressionados? Não, ainda não temos. Mais de um país cometeu erros mas, se virem cuidadosamente os dados e ouvirem os analistas, ficarão a saber que pelo menos metade dos excessos gregos ocorreram por culpa de especuladores – aqueles especuladores cuja actividade a Comissão, durante cinco anos, não quis regular –, e que são os fundos de cobertura ou *hedge funds*. Estamos agora finalmente a fazê-lo, mas o que é que isso significa na prática? Precisamos de um fundo monetário europeu, um fundo que ajude estes países. Precisamos de poder oferecer crédito a taxas sensatas, não apenas fora da zona euro mas também no seu seio, mediante determinadas condições. Temos, porém, de estabelecer também uma política europeia para resolver a crise, e temos de o fazer agora.

Enikő Győri (PPE). – (HU) Senhoras e Senhores Deputados, como membro da troika da Presidência e deputado húngaro sigo com grande apreço a actividade do Senhor Presidente Van Rompuy em prol de um forte empenho da Europa e verifico a fé com que assumiu as suas novas funções. É perfeitamente verdade que é chegada a altura de determinar de que forma a Presidência do Conselho Europeu irá funcionar. Estou convicto de que a Europa, que atravessa uma dolorosa crise, necessita de uma mão e orientação fortes no seu leme. Trata-se também de uma questão de credibilidade para que o novo programa não tenha o destino do anterior, a Estratégia de Lisboa, e digo isto também como deputado de um país que já foi comunista. No meu canto da Europa existe – talvez compreensivelmente – uma aversão natural a bombásticos planos de longo prazo.

Tenho uma observação de cariz institucional e outra de teor substantivo a fazer. Quanto à Instituição: temos de decidir a quem se destina esta estratégia. Se é aos líderes da UE, então o que foi feito até agora é adequado e este calendário apertado é positivo. Mas se considerarmos que se dirige aos cidadãos da UE, que temos de conquistar para o nosso lado, com quem queremos trabalhar e não opormo-nos a eles na formação de uma União mais forte e competitiva, que dê mais vantagens aos cidadãos do que dá agora, então devemos continuar a seguir o Tratado de Lisboa e, com toda a honestidade, envolver o Parlamento e também os Parlamentos nacionais. O debate de hoje não é uma solução alternativa a que se lide com o assunto neste Hemiciclo da forma habitual, com a declaração do relator, nas comissões e grupos políticos.

Quanto à observação substantiva, o objectivo mais importante deve ser a criação de emprego. É a criação de emprego que deve ser o ponto de partida de toda e qualquer nova estratégia. Como consegui-lo? Sabemos muito pouco sobre essa questão neste momento mas sabemos o seguinte: menos prioridades, detecção dos estrangulamentos, coordenação mais apertada da política económica. Tudo isso é óptimo mas por favor levem em consideração que primeiro não devemos deitar fora o que tem funcionado bem. A UE tem sido reforçada pelas políticas comunitárias existentes, e além disso é contra os tratados fundadores descartarmos-nos das políticas agrícola e de coesão que têm servido bem os interesses dos cidadãos da UE. Em segundo lugar, a nova estratégia destina-se a servir os interesses de todas as regiões e não apenas os de determinadas empresas ou países. Graças à coesão, a competitividade da UE irá crescer também. Em terceiro lugar, deixem-nos ajustar a estratégia aos países, pois é assim que iremos conferir credibilidade a todo o conjunto.

Anni Podimata (S&D). – (EL) Senhora Presidente, o debate hoje aqui a ser realizado sobre a Estratégia “UE 2020” é muito interessante mas todos sabemos muito bem que o Conselho Europeu informal de 11 de Fevereiro foi dominado pela chamada questão grega. Também todos estamos cientes de que esta cimeira informal culminou com uma declaração dos Chefes de Estado ou de Governo manifestando apoio político à Grécia, disponibilidade para se agir no sentido da estabilização do euro e salientando que a Grécia não solicitou qualquer apoio financeiro à União Europeia.

Gostaria de aproveitar esta oportunidade para recordar ao Hemiciclo que o Governo e o Primeiro-Ministro gregos enfatizaram repetidamente que a Grécia não está a pedir dinheiro, nem a pedir ao contribuinte alemão, austríaco, sueco ou de qualquer outro país que pague as suas dívidas, e irá assumi-las e limitá-las graças aos seus próprios esforços e com base nas medidas já anunciadas.

E já que falamos deste assunto, senhor deputado Verhofstadt, é incorrecto que a Grécia tenha dito que prestou toda a informação sobre a obrigação da Goldman Sachs. O que disse foi que irá prestar imediatamente todas as informações. Além disso, e não consigo ver daqui o Senhor Presidente da Comissão Europeia, gostaria de manifestar a minha perplexidade por terem sido apenas pedidas explicações às autoridades gregas e à Grécia sobre uma prática que foi usada até à exaustão por numerosos Estados-Membros da zona euro durante dez anos, de 1998 a 2008, tal como relatado em numerosos artigos recentemente surgidos na imprensa estrangeira.

A Grécia não está a solicitar dinheiro mas a pedir algo diferente, algo que devia ser uma evidência, não apenas em razão da sua participação na zona euro mas também, e de um modo mais geral, pela sua participação na União Europeia: a manifestação de apoio político, de solidariedade e de uma confiança que deve ser básica e honesta. Um apoio não apenas por palavras mas que tenha substância e conteúdo e que não seja anulado e subvertido logo que deixarmos de estar à porta fechada.

A Grécia está a solicitar aos seus parceiros que não digam ou façam nada que alimente a especulação e que ponham termo à manifestação de dúvidas sobre se a Grécia irá ou não ser capaz de obter resultados com as medidas que anunciou porque, em última análise, tal enfraqueceria os esforços que o país está a desenvolver.

Não devemos enterrar as cabeças na areia porque todos sabemos que, por intermédio da Grécia, os especuladores estão a tomar como alvo a zona euro e o próprio euro, e por isso deixem-nos tomar todas as medidas necessárias para protegermos ambos.

(Aplausos)

Paolo De Castro (S&D). – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, tenho de expressar o meu sincero pesar, bem como o de toda a Comissão da Agricultura e do Desenvolvimento Rural a que tenho a honra de presidir, por não ter sido feita qualquer referência ao sector agro-alimentar na Estratégia “UE 2020”.

É absurdo que a estratégia proposta pela Comissão para os próximos dez anos não contemple a questão central do desafio relacionado com a segurança alimentar, o crescimento e a retenção dos postos de trabalho nas áreas rurais.

Senhora Presidente, como podemos conceber uma Europa verde e sustentável sem tomar em consideração que 45% de todo o território europeu é gerido por agricultores? Como é possível não tomar em conta quase 30 milhões de pessoas que trabalham nesse território? Estas pessoas são trabalhadores que devem ser salvaguardados e protegidos, e antes de nos focarmos em novos empregos devemos proteger os que já existem.

Gostaria de recordar que a agricultura proporciona toda uma panóplia de serviços essenciais relacionados com, entre outros aspectos, a alimentação, a biodiversidade, a paisagem e o ambiente, e estas tarefas são executadas para bem da vida social e económica das áreas rurais.

A Presidência espanhola insistiu também energicamente na necessidade de uma poderosa política agrícola comum, e por isso estou preocupado com esta omissão muito séria, e espero que o Parlamento a possa corrigir.

Liisa Jaakonsaari (S&D). – (FI) Senhora Presidente, este ano é o ano do tigre, e a China é um tigre económico.

De momento a Índia é um colossal estaleiro, e penso que o desenvolvimento indiano terá um tremendo impacto na Europa. Ora é precisamente por esta razão que precisamos de um novo ritmo, um novo início simbolizado pela Estratégia “UE 2020”. Precisamos de uma política económica comum, uma política fiscal inteligente e coragem para reconhecermos as nossas debilidades estruturais que são o desenvolvimento da investigação e de produtos, questões que foram aqui muito bem apresentadas.

Tenho duas perguntas. Como é que no futuro iremos monitorizar a aplicação do Pacto de Estabilidade e Crescimento com base nesta tragédia grega e na lição que nos deu? E a outra questão que vos deixo é esta: que paus e cenouras devemos usar para permitir que a Estratégia “UE 2020” seja mais bem-sucedida do que a tragédia de Lisboa, uma vez que os Estados-Membros dificilmente a poderiam ignorar mais do que ignoram já?

Marian-Jean Marinescu (PPE). – (RO) Senhora Presidente, Senhor Presidente em exercício do Conselho, é com prazer que vos vejo aqui connosco. Não percebo porque é que o Conselho está a tentar tomar uma decisão com tanta pressa e sem qualquer consulta séria do Parlamento Europeu. Precisamos da Estratégia “UE 2020” porque a Estratégia de Lisboa não se revelou eficaz, mas os documentos que circulam são de cariz geral e não comportam declarações claras sobre os desafios do futuro.

Um exemplo é o aspecto social. Os principais problemas sociais da Europa são o crescente envelhecimento da população e a falta de qualificações elevadas dos trabalhadores.

Nestas circunstâncias, atribuir menos de 2% do PIB à investigação, desenvolvimento e inovação é um erro inicial que deve ser rapidamente corrigido. A investigação e o desenvolvimento podiam basear-se em parcerias público-privadas e no encorajamento dos empresários a investirem em laboratórios e institutos de investigação para desincentivar a fuga de cérebros para os Estados Unidos ou o Japão.

Monika Flašíková Beňová (S&D). – (SK) Vou tentar ser breve para respeitar o limite. Estou desiludida pelo facto de o Presidente da Comissão já não estar aqui sentado, mas penso que a pessoa responsável pela cooperação interinstitucional está presente.

Como passo importante para tornar a Estratégia “UE 2020” um êxito gostaria, por isso, de referir concretamente como é essencial que as várias Instituições da UE deixem de competir entre si e cooperemos todos com seriedade quando se trata de instrumentos sem os quais será impossível atingir os objectivos da Estratégia “UE 2020”.

É, por isso, muito importante que os egoísmos nacionais sejam genuinamente transformados num sentido de responsabilidade nacional e também num sentido de responsabilidade a nível europeu, uma vez que se não abordarmos a questão da harmonização da política social e da política fiscal tão rapidamente quanto possível não poderemos, no futuro, cumprir os objectivos da política económica ou da nossa economia comum europeia, para nos tornarmos numa região verdadeiramente competitiva num mundo globalizado.

Andrew Duff (ALDE). – Senhora Presidente, estou muito agradecido ao Senhor Presidente Van Rompuy por ter descrito as funções do seu cargo, mas continuo a não compreender muito bem porque é que não responde à minha pergunta parlamentar. Queria pedir-lhe que reconsiderasse a sua abordagem da questão das perguntas parlamentares.

Gostaria de pedir desculpa ao Senhor Presidente Van Rompuy pelo lamentável espectáculo do deputado Nigel Farage e garantir-lhe que a grande maioria dos deputados britânicos o irá tratar com grande respeito.

Georgios Papanikolaou (PPE). – (EL) Senhora Presidente, os olhos de toda a Europa – e não só da Europa – têm estado voltados recentemente para a Grécia, como já referiram numerosos oradores.

No pano de fundo da crise económica mundial não é, evidentemente, só a Grécia que tem graves problemas económicos, pois todos sabemos que também outros países os têm.

Estamos a assistir a um ataque especulativo sem precedentes – é com pesar que o digo – que assumiu recentemente contornos de difamação sob a sua pior forma por parte de alguma comunicação social.

Seja como for, podem todos ter a certeza que a Grécia não está falida nem entrou em colapso. Mais ainda, o nosso país nunca pediu apoio financeiro. O que pediu e pede é apoio político. O que pediu e pede é uma prova real de solidariedade por parte dos outros Estados-Membros no quadro da União Monetária Europeia porque, em última análise, é isso que está em questão.

Silvia-Adriana Țicău (S&D). – (RO) No início do ano a taxa de desemprego atingiu 10% enquanto o défice crescia em numerosos Estados-Membros, e os cidadãos da Europa estão à espera de soluções imediatas para os actuais desafios fundamentais que são as mudanças demográficas e as alterações climáticas, bem como a crise económica e financeira.

A União Europeia deve investir prioritariamente na criação e preservação de empregos na educação, cuidados de saúde, agricultura e infra-estruturas de transporte e energia. A União Europeia necessita de uma estratégia energética sustentável e de infra-estruturas modernas, seguras e eficientes de transporte. Temos de investir em medidas de eficiência energética que beneficiem tanto a habitação como a modernização de instalações industriais, permitindo-nos assim criar mais de dois milhões de novos empregos até cerca de 2020.

Além disso, reduzir as emissões poluentes significa modernizar instalações industriais em toda a União Europeia e não deslocalizar a indústria europeia para países terceiros. Por último, mas não menos importante, a população envelhecida e a quebra na taxa de nascimentos tornam necessária uma reforma dos sistemas sociais para que possa ser garantida a cada cidadão da União Europeia uma vida decente.

PRESIDÊNCIA: LAMBRINIDIS

Vice-presidente

Maroš Šefčovič, Membro da Comissão. – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados do Parlamento Europeu, a sessão ultrapassou um pouco o tempo previsto e o Senhor Presidente da Comissão teve de nos abandonar em virtude de outros compromissos, mas é para mim uma honra responder em nome do Presidente Barroso e da Comissão.

Gostaria de começar por agradecer a todos este fascinante debate, as muitas ideias interessantes e o entusiasmo e apoio que têm manifestado à Estratégia “UE 2020”. Sem o vosso apoio, a Estratégia “UE 2020” não pode ter e não terá êxito. Posso garantir-vos que a Comissão agirá de forma muito ousada e que a Estratégia “UE 2020” irá colocar os cidadãos, o emprego e a redução da pobreza no seu cerne e no centro das preocupações. Posso também garantir-vos que retirámos os ensinamentos da Estratégia de Lisboa e que por isso nos iremos focar num menor número de objectivos e iremos definitivamente melhorar a governação.

Na Comissão sentimo-nos muito encorajados pelo forte interesse e pelo que esperamos que seja um forte apoio por parte do Parlamento Europeu. Sentimo-nos também muito encorajados pelo sentido de urgência no Conselho Europeu, onde é muito notório que a atmosfera hoje é muito diferente da reinante há cinco anos, quando discutíamos os parâmetros da Estratégia de Lisboa.

Mas precisamos de fazer mais, de obter apoios locais e regionais para esta estratégia e, mais importante, de conseguir que as pessoas a apoiem. Temos de nos certificar que não irão assistir a outro exercício administrativo e irão encarar esta acção como uma abordagem à forma de melhorar a vida na Europa e nos países e regiões que a compõem. Gostaria de vos pedir, Senhores Deputados, a vossa ajuda nesta tarefa. Em vez de uma concorrência entre Instituições vamos cooperar, focarmo-nos nas nossas prioridades e conseguirmos resultados concretos.

Na Estratégia “UE 2020” gostaríamos de introduzir um sistema de três pilares interligados baseado numa economia inteligente, mais verde e inclusiva, e de construirmos a partir destes pilares iniciativas flexíveis que visassem os estrangulamentos, os problemas que entravam a economia europeia e a impedem de usar todo o seu potencial. Gostaríamos de nos focar mais na educação e formação, para que a mão-de-obra europeia mantenha a vantagem competitiva que a Europa merece. Iremos manter a Estratégia “UE 2020” ligada ao Pacto de Estabilidade e Crescimento porque uma sólida posição fiscal é fundamental para a estabilidade económica.

Hoje falámos muito sobre a Grécia e gostaria de vos garantir que houve consenso sobre o facto de os Estados-Membros da zona euro tomarem se necessário uma acção determinada e coordenada para salvaguardarem a estabilidade financeira da zona euro. A Comissão irá trabalhar em estreita cooperação

com a Grécia e acompanhar a forma de execução das recomendações. Uma missão liderada pela Comissão, com participação do BCE e o apoio técnico do FMI, encontra-se agora em Atenas para avaliar a necessidade de a Grécia tomar medidas adicionais.

Deixem-me ser muito claro: temos as ferramentas para salvaguardar a estabilidade financeira da zona euro se tal for necessário. Isso envolve especificamente os Estados-Membros da zona euro, a Comissão e o Banco Central Europeu, e estamos prontos para criar um quadro europeu que coordene esta actuação, mas cada fase deste processo deve ter o seu tempo, e cabe agora à Grécia impulsionar as reformas e tomar as medidas necessárias. Penso que estamos prontos para agir com ousadia, quer seja no respeitante à Estratégia "UE 2020" ou à situação na Grécia.

Herman Van Rompuy, *Presidente do Conselho Europeu*. – (FR) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, congratulo-me por ter tido este debate, por ter aceitado o vosso convite para vir aqui logo no início do processo da Estratégia UE 2020, pois o debate só agora começou. Tivemos recentemente um debate, a 11 de Setembro, vamos ter um Conselho da Primavera em finais do mês de Março e vamos ultimar a Estratégia UE 2020, ou a estratégia para o emprego e o crescimento, no final do mês de Junho. Por conseguinte, iremos ter bastante tempo para trocar pontos de vista e para fixar definitivamente toda a linha de acção.

Congratulo-me, portanto, com esta ambição europeia e este sentido de urgência que encontrei aqui na tarde de hoje. Houve uma intervenção que só merece o meu desprezo, mas mais nada direi a esse respeito.

No que se refere à estratégia económica, farei uma distinção entre três períodos. O primeiro é o período em que ainda nos encontramos agora, ou seja, a crise financeira e todas as suas consequências. Permitam-me que utilize uma linguagem diferente da que ouvi aqui esta tarde ao longo de todo o debate. Passo a explicar. Gostaria de utilizar uma linguagem que reflecta também aquilo que a União Europeia tem de positivo, pois por mais surpreendente que isso possa parecer, a verdade é nos últimos tempos também aconteceram coisas positivas. Retirámos as consequências e aprendemos a lição que a crise da década de 1930 no ensinou. Entretanto já decorreu um ano sobre a grande crise e, na realidade, em 2010, voltamos a ter um crescimento positivo na maioria dos países. Isso não aconteceu nos anos 30. A crise durou até ao final dessa década.

Por que razão temos agora este crescimento positivo? Porque tomámos medidas. Tomámos medidas para salvar as instituições financeiras, não porque gostemos particularmente delas enquanto tal, mas porque sem elas não há economia. Prosseguimos uma política monetária inteligente. Injectámos liquidez na economia, coisa que ninguém fez há 70 anos. Apesar de todos os problemas, criámos uma zona de estabilidade monetária para, pelo menos, 16 países. Na década de 1930, tivemos desvalorizações competitivas. Hoje não as tivemos. Conduzimos uma política orçamental arriscada utilizando os défices para estimular a economia. Não fizemos o que se fez na década de 1930, nomeadamente restabelecer o equilíbrio orçamental com a maior rapidez possível. Por conseguinte, protegemos o nosso mercado interno, que não é perfeito. Temos de aperfeiçoá-lo, e o Sr. Mario Monti irá apresentar-nos um conjunto de propostas concretas nesse sentido. Contudo, não voltámos a cair no protecçãoismo da década de 1930. Retirámos, pois, alguns ensinamentos da grande crise que acabámos de viver.

E diria mesmo mais. Foi graças à União Europeia que o G20 nasceu; fomos nós que tomámos a iniciativa de criar esta governação mundial em embrião. Foi esta a primeira vez que as grandes potências, velhas e novas, se juntaram para combater a crise, de uma forma imperfeita, é certo, mas nós continuaremos a trabalhar segundo estas linhas. Por conseguinte, a Europa, a União Europeia, não deve ser sempre colocada na defensiva. Há também algumas coisas muito positivas que foram produzidas.

Agora vamos ter de abandonar esta estratégia, esta chamada "estratégia de saída". Vamos ter de encontrar um equilíbrio entre o abandono demasiado prematuro dos estímulos orçamentais e a reposição, a médio prazo, do equilíbrio orçamental, que é absolutamente necessário para financiar os nossos sistemas de pensões, os nossos sistemas de segurança social e os nossos sistemas de cuidados de saúde. Trata-se, portanto, de um equilíbrio difícil que nós temos de encontrar, e o Pacto de Estabilidade e Crescimento oferece-nos os meios para esse efeito, pois não exige um regresso imediato ao equilíbrio orçamental, mas sim que, passo a passo, cheguemos ao patamar dos 3% e, seguidamente, a médio prazo, ao equilíbrio orçamental. Penso que prosseguimos e continuamos a prosseguir uma política sensata.

No que se refere à Estratégia de Lisboa, nós conhecemos as suas deficiências, mas também não podemos esquecer que a crise financeira e económica perturbou por completo a execução da agenda de Lisboa. Claro está que houve lacunas; não vou enumerá-las aqui, elas são bem conhecidas. Direi contudo o seguinte: precisamos de algumas grandes reformas, ou reformas importantes, e estas reformas importantes, a nível europeu e a nível nacional, irão exigir escolhas orçamentais. Não é por acaso – e repeti isto nas conclusões

escritas que tiveram oportunidade de ler – que pretendemos ligar o debate orçamental, efectivamente no seu quadro jurídico do Pacto de Estabilidade e Crescimento, às reformas económicas. E isto porque, se nós dizemos que precisamos, por exemplo, de mais investigação e desenvolvimento, então temos de contemplar isso nos orçamentos nacionais e nas perspectivas financeiras da União Europeia. Significa isso que será necessário fazer algumas escolhas orçamentais.

Outra consequência das nossas escolhas para a Estratégia de Lisboa é que os objectivos que propomos nem sempre serão objectivos “brandos”. Poderão mesmo ser objectivos “duros”. E é aí que surgem as dificuldades. Por um lado, temos a exigência de reformas e, por outro, a implementação das reformas. Não estou a dizer que ouvi isto aqui, mas fora desta Câmara, a nível europeu, as pessoas reclamam medidas, grandes reformas, reformas duras, mas, quando regressam aos seus países, vejo poucos resultados de tudo isso. Precisamos, portanto, de uma posição coerente. Não é só a União Europeia que vai implementar reformas. Nós podemos encorajá-las, estimulá-las e providenciar o enquadramento adequado para elas, mas é a nível nacional que vão ter de ser feitas numerosas reformas, e por isso mesmo é preciso dar mostras uma importante vontade política, e o compromisso político é o mais importante.

Foi aqui muitas vezes dito que precisamos de medidas mais compulsivas. Eu creio, contudo, que isso merece alguma reflexão. Formulei um número considerável de propostas que penso serem mais inteligentes do que as medidas compulsivas. Porém, nem mesmo o Pacto de Estabilidade e Crescimento, que contém muitas medidas compulsivas, conseguiu fazer com que certos países voltassem a entrar na ordem. Portanto, o método não é tudo, o método não resolve tudo, e sem empenhamento político, sem compromisso, o método de nada serve.

Relativamente à estratégia económica, está muito bem que alguns digam que precisamos de mais constrangimento. Porém, no que se refere às orientações de política económica, o Tratado de Lisboa nada prevê nesse sentido. Não fui eu que redigi o Tratado de Lisboa, foram outros, mas ele não prevê quaisquer sanções, penalizações ou medidas negativas no que respeita à implementação das orientações económicas. Leiam com atenção o artigo 121.º para se compenetrarem bem do que vos digo. Esse comprometimento político, tanto a nível europeu como a nível nacional, é, portanto, crucial, pois sem ele nada se fará.

Uma última palavra a respeito da Grécia. Creio que enviámos a mensagem correcta. Transmitimos a mensagem da responsabilidade por parte do Governo grego, que vai ter de gerir uma situação extremamente difícil, uma situação que recebeu de herança. O Governo grego está a tomar algumas medidas corajosas. Em 11 de Fevereiro, comunicou-nos que, se as medidas actuais não forem suficientes para chegar a uma redução do défice de 4% PIB em 2010, tomaria medidas adicionais. Comprometemo-nos a intensificar a monitorização, não só da iniciativa da Comissão Europeia, mas também com a ajuda do Banco Central Europeu e até mesmo de peritos do Fundo Monetário Internacional. Portanto, eu julgo que realmente enquadrámos e definimos muito claramente o aspecto da responsabilidade. Se necessário, existe, naturalmente, um elemento de solidariedade. A Grécia afirmou que não quer recorrer a ele, mas nós previmos duas mensagens: uma mensagem de responsabilidade e uma mensagem de solidariedade, se necessário.

É evidente que temos de retirar conclusões daquilo que aconteceu na Grécia nos últimos anos. Também na zona euro temos de ser mais proactivos, tanto no que respeita à recolha de dados como à política propriamente dita. Esta crise foi também um desafio, um desafio no sentido em que temos de praticar mais a política de coordenação. Na realidade, todas as crises são um desafio. Temos de retirar ensinamentos de todas as crises. Pois bem, é isso mesmo que faremos. Do mesmo modo que aprendemos com a crise da década de 1930, agora temos também de aprender com a crise financeira: mais regulação, mais monitorização dos prémios, uma política bancária mais abrangente. No entanto, temos também de apreender todas as lições da experiência da Grécia e outros.

Senhoras e Senhores Deputados, creio que senti essa mesma ambição nesta Câmara; senti a mesma vontade política de prosseguir uma política e uma estratégia económica que esteja à altura das dificuldades que hoje enfrentamos. Como muitos de vós disseram, não se trata apenas da responsabilidade de uma ou duas pessoas; todas as instituições europeias e todos os Estados-Membros têm de assumir uma responsabilidade colectiva. De contrário, não conseguiremos salvar o nosso modelo social; de contrário, perderemos a nossa posição no mundo. Foi, pois, neste estado de espírito que vim aqui encontrar-me convosco esta tarde, e é neste estado de espírito que irei continuar o meu trabalho.

(Aplausos)

Presidente. - Muito obrigado, Senhor Presidente. Foi sem dúvida um enorme prazer contar com a sua presença aqui na sua primeira comparência em sessão plenária. Na Grécia, temos uma expressão para quem

assume novas funções complexas. Dizemos *σκληρόκεφαλος* para desejar que essa pessoa tenha uma cabeça de ferro que lhe permita suportar tudo o que irá cair sobre ela durante um período difícil. Creio que demonstrou tê-la; se não tem, está a desenvolvê-la. Muito obrigado pela sua presença.

Está encerrado o debate.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

Elena Oana Antonescu (PPE), *por escrito*. – (RO) A crise económica deixou uma profunda marca negativa no potencial de crescimento económico dos Estados-Membros da União Europeia. Acompanhámos os debates sobre esta temática e constatámos que a atenção se centrou nas medidas para sair da crise e para relançar o crescimento económico do ponto de vista financeiro. É, sem qualquer dúvida, uma boa ideia fazer frente aos problemas recorrendo à austeridade. Todavia, consideramos importante ter consciência de que a situação já não é a mesma do que antes da crise. É, efectivamente, o modelo económico que deve ser alterado. Este deve basear-se mais na inovação e em fontes de energia não poluentes, e centrar-se no estado de saúde dos cidadãos. Só poderemos ter uma economia dinâmica se tivermos trabalhadores motivados. Não podemos ter uma economia sustentável se defendermos uma protecção ambiental apenas com meias-medidas. Penso que, para recuperar o potencial de crescimento económico, é preciso começar por mudar o próprio modelo económico, que deve centrar-se naquilo que gera inovação e motivação pessoal. Sair da crise não é, fundamentalmente, um problema de política económica ou orçamental.

Vilija Blinkevičiūtė (S&D), *por escrito*. – (LT) A Europa já recebeu uma lição, quando foi incapaz de implementar os objectivos fixados na Estratégia de Lisboa, e espero que aprenda com os erros que estiveram na origem da crise económica e financeira. Por conseguinte, no futuro, apelo a que se dedique uma maior atenção, em primeiro lugar, à criação de emprego, e não de qualquer emprego, tentando, sim, assegurar-se pleno emprego de qualidade, tendo em conta as necessidades do mercado de trabalho e garantindo a inclusão social. Em segundo lugar, é muito importante prosseguir na via da igualdade de géneros e da erradicação da pobreza, em particular em relação às pessoas que integram os grupos mais vulneráveis, pois são elas as mais afectadas pela pobreza durante estes tempos difíceis. Gostaria também de chamar a atenção para os sistemas de educação e para a importância da aquisição de novas competências. Dado que os mercados de trabalho dos Estados-Membros da União Europeia estão a passar por uma mudança dinâmica, é necessário assegurar que os trabalhadores possuem as competências exigidas pelos futuros mercados de trabalho. Por conseguinte, é imperioso investir na formação dos trabalhadores e na aprendizagem ao longo da vida. Deveríamos prestar atenção a um dos problemas mais graves da sociedade, o crescente desemprego entre os jovens. Se os jovens não tiverem oportunidades de se inserirem no mercado de trabalho, corre-se o risco de a Europa perder uma geração inteira de jovens. Na reunião informal dos Chefes de Estado e de Governo da União Europeia sobre a Estratégia UE 2020, que teve lugar a 11 de Fevereiro, foi suscitada a questão da governação, que se reveste de particular importância. Embora o Conselho Europeu seja muito ambicioso relativamente a este tema, gostaria de o instar a assegurar uma participação ainda mais activa do Parlamento Europeu, dos parlamentos nacionais e de vários sectores do Conselho.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL), *por escrito*. – Neste debate, os responsáveis da União Europeia continuam muito distantes dos reais problemas das populações. Os exemplos que vamos encontrando nas visitas e nos contactos com trabalhadores, agricultores, pescadores, micro e pequenos empresários demonstram que as orientações e políticas da União Europeia estão a contribuir para tornar o trabalho mais precário, agravar o desemprego e a exploração.

Num momento em que o desemprego já atinge mais de 23 milhões de desempregados e a situação de pobreza mais de 85 milhões de pessoas, não se pode aceitar que se insista em políticas que são a causa desta situação.

Por isso, insistimos na necessidade de acabar com o Pacto de Estabilidade e de o substituir por um Pacto de Desenvolvimento e Emprego que dê prioridade à criação de empregos com direitos e ao aumento da produção.

É preciso romper com a dita Estratégia de Lisboa e apostar numa Estratégia de Progresso Social que dê prioridade à luta contra a pobreza, que aposte em serviços públicos de qualidade e em equipamentos sociais, que promova a igualdade e os direitos das mulheres, o que implica uma política orçamental que agilize a atribuição dos apoios comunitários, que antecipe e facilite a sua transferência para Estados-Membros...

(Declaração encurtada por força do artigo 170.º do Regimento)

Kinga Gőncz (S&D), *por escrito*. – (HU) A Estratégia UE 2020 só pode vir a ser coroada de êxito se os Estados-Membros demonstrarem empenhamento suficiente na sua concretização. Além de uma aceitação

inequívoca das responsabilidades nacionais, a chave do êxito reside na implementação das políticas comunitárias, com a disponibilização de recursos para o desenvolvimento, o desenvolvimento regional e a agricultura, contribuindo para o crescimento económico e para a criação de emprego. O método de trabalho descendente, em fase de elaboração, assente numa responsabilidade política acrescida dos Primeiros-Ministros, também propicia mais garantias de uma execução bem-sucedida do que no caso da Estratégia de Lisboa. A Estratégia UE 2020 estabelece igualmente as prioridades do orçamento para o próximo mandato sem prever, no momento actual, um debate pormenorizado. Consequentemente, importa agora salientar a importância de uma política agrícola comum e de uma política de coesão, no quadro do próximo orçamento, para um período de programação de sete anos, com início em 2014. Sem coesão económica, social e territorial, não teremos uma Europa forte e competitiva. A convergência entre as regiões reforça a competitividade da Europa.

Livia Járóka (PPE), por escrito. – (HU) Senhoras e Senhores Deputados, um dos reptos mais importantes com que a União Europeia se depara é a reavaliação da Estratégia de Lisboa, associada ao combate à pobreza e à exclusão e ao reforço da coesão social. A iniciativa UE 2020, que constitui um dos pilares do Trio de Presidências espanhola-belga-húngara, tem de dar resposta aos desafios demográficos e sociais de longo prazo com que o continente se depara. Isso implica uma reflexão sobre o mercado de trabalho e o sistema de educação na Europa. Perante o fracasso da presente Estratégia Europeia para o Emprego, o programa 2020 deve, com efeito, criar mais e melhores empregos, tendo particularmente em consideração a crescente participação das mulheres e dos grupos desfavorecidos no mercado de trabalho. É positivo que tanto a agenda da Comissão Europeia como o plano de acção do novo Trio de Presidências coloquem a tónica em factores indispensáveis ao êxito do programa, nomeadamente medidas destinadas a suprir o trabalho não declarado, a economia clandestina e o abandono escolar precoce, bem como a melhorar as condições de emprego por conta própria. Dado que a exclusão socioeconómica é resultante de numerosos factores interdependentes, as soluções só poderão advir de um plano de acção mais abrangente que aborde todos os domínios conjuntamente, em vez de resultar de ideias com base em projectos que têm prevalecido até à data. É preciso, para ter êxito, abandonar iniciativas isoladas, e adoptar medidas que criem um pacote de políticas equilibradas que se centrem em intervenções precoces e possam garantir uma melhoria genuína de cada uma das medidas efectivas que visam suprir a exclusão social, reflectidas nos indicadores de Laeken.

Iosif Matula (PPE), por escrito. – (RO) A actual crise económica é a mais grave das últimas décadas, traduzindo-se os seus efeitos na redução para metade do potencial de crescimento em toda a União. Este declínio económico é acompanhado do aumento da taxa de envelhecimento da população, que está a entrar os esforços para ajudar à recuperação das economias da União Europeia. Neste cenário, a Estratégia 2020, que pretende ser uma continuação da Estratégia de Lisboa, deve criar as condições necessárias para um crescimento sustentável e para a consolidação orçamental. Com efeito, a aprendizagem ao longo da vida deve ser muito mais acessível, devendo as universidades ser muito mais receptivas a aceitar estudantes não convencionais. Uma melhor correlação entre oferta e procura e uma maior mobilidade dos trabalhadores propiciará a estes mais oportunidades em locais onde há uma maior procura das suas competências. São necessários sistemas de segurança social e regimes de pensões modernos para reduzir a pobreza e a exclusão. As políticas de emprego devem centrar-se na flexibilidade do mercado de trabalho, no qual os trabalhadores devem assumir responsabilidade pela sua carreira através de formação contínua, adaptando-se à mudança e à mobilidade. É crucial uma adaptação ao actual clima de crise económica e ao envelhecimento da população europeia para que possamos propiciar um nível suficiente de apoio às pessoas que estão temporariamente sem trabalho.

Rareş-Lucian Niculescu (PPE), por escrito. – (RO) Comungo dos sentimentos dos senhores deputados que suscitaram o problema da ausência da agricultura da Estratégia UE 2020. Na minha opinião, a agricultura é um sector que pode contribuir para o desenvolvimento da União Europeia e é, simultaneamente, um sector importante na medida em que se encontra no centro da forma de vida europeia. Por último, mas não por isso menos importante, deve dispensar-se uma atenção particular à agricultura, dado que este sector foi fortemente atingido pela crise económica. Para avaliar a dimensão do impacto, basta-nos olhar para a redução dos rendimentos efectivos dos trabalhadores agrícolas, que chegou a ser de 35% nalguns Estados-Membros da União Europeia.

Ioan Mircea Paşcu (S&D), por escrito. – (EN) Na linha da intervenção introdutória do Presidente Van Rompuy, desejo centrar-me na implementação do Tratado de Lisboa. Enquanto, teoricamente, a criação de um cargo de Alto Representante com duplas atribuições se afigura positiva, na prática, em virtude da sua "singularidade", cria problemas imprevistos pelos autores do Tratado. Na falta de um suplente, também com uma função dupla, o titular do cargo de Alto Representante terá, cada vez mais, de escolher entre ficar em Bruxelas para

estar presente, por exemplo, no Parlamento Europeu e voar para uma capital estrangeira, onde a UE necessite igualmente de uma representação a alto nível. Naturalmente, a Senhora Alta Representante pode fazer-se representar, mas, a fazê-lo, será numa base *ad hoc*, à custa do Conselho ou da Comissão. E caso a Presidência rotativa recue para recuperar o equilíbrio, a burocracia aumentará, em vez de diminuir.

Czesław Adam Siekierski (PPE), *por escrito*. – (PL) A Estratégia UE 2020 não deve repetir os erros da estratégia que a antecedeu, a Estratégia de Lisboa. A nova estratégia foi determinada, em grande medida, pela crise económica, cujos efeitos terá de combater. Simultaneamente, devemos compensar a nossa negligência. Dado que as disposições do Pacto de Estabilidade e Crescimento são muito rigorosas, como foi possível a União Europeia chegar a registar um défice de 7% e uma dívida de 80% do PIB? Quem é responsável por isso? O nosso maior desejo é que a União Europeia retome o caminho em direcção a um crescimento rápido, sendo este o objectivo que a Estratégia deve começar por ajudar a alcançar. As actuais disposições da Estratégia não indicam como atingir este objectivo, nem revelam como reconciliar as conquistas sociais da Europa com os problemas demográficos, com o fraco desempenho do regime do seguros de saúde ou com o débil sistema de pensões e subsídios. Além disso, e o horário de trabalho? Por último, e o estabelecimento de um sistema de supervisão e controlo dos bancos e de outras instituições financeiras? Ou como pretendemos aumentar a produtividade? É necessária uma nova abordagem para estes novos reptos.

Bogusław Sonik (PPE), *por escrito*. – (PL) A prioridade da nova Estratégia UE 2020 é converter a UE numa economia de mercado mais inteligente, ecológica e baseada no conhecimento. Para atingir este objectivo, deveremos concentrar-nos, principalmente, no reforço do mercado único e em aumentar a livre circulação de serviços. O papel da Comunidade Europeia deverá ser o de promover o empreendedorismo e também o de simplificar o registo comercial, eliminando barreiras jurídicas e económicas. O apoio, em particular, às PME é uma questão relevante. A supressão do requisito exigido às microempresas de apresentação de declarações financeiras anuais e a facilitação do acesso ao crédito poderão ser passos importantes nessa direcção. Os resultados do inquérito do Eurobarómetro sobre o espírito empresarial das pessoas revelam que a União Europeia ainda está atrás dos Estados Unidos, mas também que mais de metade dos jovens que residem na União Europeia gostariam de vir a tornar-se empresários nos próximos cinco anos. Considero igualmente importante que nos centremos na promoção de um crescimento económico baseado no conhecimento e na criação de uma economia competitiva, coesa e mais ecológica. É por esta razão que devemos dedicar atenção - e aumentar o seu financiamento - ao desenvolvimento e à preparação dos jovens para que sejam capazes de vencer os desafios a longo prazo.

A União Europeia deve implementar uma agenda digital europeia o mais rapidamente possível para contribuir para o estabelecimento de um verdadeiro mercado único e comum no comércio na Internet, para que os consumidores possam aproveitar as ofertas de preços competitivos noutros Estados-Membros e para que as PME possam operar sem entraves no mercado europeu.

Csaba Sándor Tabajdi (S&D), *por escrito*. – (HU) A Estratégia UE 2020 deve alicerçar-se sobre dois pilares. Por um lado, a solidariedade entre os Estados-Membros, que assegura que nenhum Estado-Membro fique para trás nesta crise. Por outro lado, os Estados-Membros devem também demonstrar solidariedade para com a Comunidade, cumprindo fielmente as obrigações decididas conjuntamente. Durante o debate sobre o futuro da União Europeia, nunca devemos perder de vista as políticas já em execução. A política agrícola comum e políticas coerentes são os verdadeiros resultados da integração europeia e os símbolos de solidariedade entre os Estados-Membros e as nações. Como deputado húngaro a este Parlamento e como político de um novo Estado-Membro, considero as novas prioridades formuladas pela Comissão Europeia do mesmo nível de importância: criar uma sociedade baseada no conhecimento, promover a inovação, reforçar a inclusão social, criar novos empregos e uma posição mais decidida contras as alterações climáticas no quadro do desenvolvimento sustentável.

O enfraquecimento das anteriores políticas comuns não pode ser o preço a pagar por uma cooperação mais estreita nos domínios citados. A segurança alimentar assegurada pela política agrícola comum assume uma importância crescente no século XXI, na medida em que os produtos alimentares e a água potável assumem o mesmo significado estratégico que o petróleo assumiu no século XX. Se pretendemos efectivamente reforçar a posição competitiva a nível global da União Europeia, não podemos permitir que algumas regiões fiquem para trás devido a infra-estruturas obsoletas e a serviços de educação, sociais e de saúde deficitários. Por conseguinte, é necessário que exista sempre uma forte política de coesão baseada na solidariedade.

Traian Ungureanu (PPE), *por escrito*. – (RO) A Estratégia UE 2020 deve representar um ponto de ruptura. Caso contrário, a Estratégia UE 2020 será uma Estratégia de Lisboa 2, uma estratégia que terá de ser substituída dentro de 10 anos por uma outra nova. A Estratégia UE 2020 deve constituir, inequivocamente, o início da

fase pós-Lisboa. Devemos estabelecer as prioridades para a estratégia que estamos a lançar para que as reformas geradas pela estratégia 2020 da UE sobrevivam a médio e a longo prazo.

Existem três temas prioritários que devem figurar na Estratégia UE 2020. O primeiro é o apoio activo às PME, baseado na correlação dos programas comunitários com as políticas macroeconómicas. Esta abordagem garantirá um clima económico saudável para as entidades privadas. O segundo é um sistema de educação que prepare a mão-de-obra com base na procura do mercado. Este processo garantirá um melhor nível de emprego nos Estados-Membros. Por último, o Parlamento Europeu deve ver o seu papel reforçado, o que permitirá que a informação efectiva recebida dos Estados-Membros seja utilizada e evitará que as disparidades entre as economias dos Estados-Membros se acentuem. Uma Estratégia UE 2020 organizada em conformidade com prioridades claras permitirá relançar rapidamente o crescimento económico na UE, em especial no contexto das actuais pressões financeiras e económicas.

14. As prioridades do Parlamento para o Conselho de Direitos Humanos da ONU (Genebra, 1-26 de Março de 2010) (debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia as declarações do Conselho e da Comissão sobre as prioridades do Parlamento para o Conselho dos Direitos Humanos da ONU (Genebra, 1-26 de Março de 2010).

Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho. – (ES) Senhor Presidente, a União Europeia está a preparar, em Genebra, em Bruxelas e nas capitais de países terceiros, a primeira sessão deste ano do Conselho de Direitos Humanos.

O Conselho de Direitos Humanos é um fórum para debater a situação dos direitos humanos em todas as regiões do mundo e os esforços desenvolvidos pela comunidade internacional para melhorar a situação dos direitos humanos, que é um dos princípios, um dos elementos, uma das características essenciais do espírito da União Europeia, daquilo que lhe confere a sua verdadeira identidade no mundo.

A Presidência do Conselho tomou muito a sério o papel que lhe incumbe desempenhar neste momento. Tomou muito a sério os desafios que a União Europeia terá de enfrentar durante estas sessões do Conselho de Direitos Humanos. Prova disso é que María Teresa Fernández de la Веja, a Vice-Presidente do Governo espanhol – agindo, neste caso, na qualidade de representante do Conselho da União Europeia –, irá participar no “Segmento de Alto Nível”, que vai inaugurar o 13º período de sessões do Conselho de Direitos Humanos.

A Presidência vai ter, portanto, uma presença activa nos trabalhos do Conselho.

Defenderemos as posições da União Europeia em matérias com especiais implicações para numerosos Estados-Membros e, para além das iniciativas nacionais, a União Europeia irá apresentar resoluções específicas por país.

Continuamos a pensar que o Conselho precisa de ter instrumentos para defender os direitos humanos, a fim de responder a situações de violações graves dos direitos humanos, quer por via de um mandato específico para um país – que é o caso da Birmânia ou da República Democrática Popular da Coreia –, quer através de mandatos temáticos específicos dentro de um país, como esperamos que seja o caso da República Democrática do Congo.

Estas situações terão de ser monitorizadas por parte da comunidade internacional e do Conselho de Direitos Humanos, se quisermos que este Conselho mantenha a sua credibilidade.

Um dos pontos que vão estar na ordem dos trabalhos das próximas sessões do Conselho prende com algo que iremos abordar mais à frente, noutro ponto da ordem de trabalhos desta tarde, nomeadamente as sessões especiais sobre Gaza e relatório Goldstone. A União Europeia considera – como iremos repetir mais tarde – que esse relatório constitui uma análise fidedigna, e a União Europeia venceu a importância de conduzir investigações adequadas e fidedignas sobre as possíveis violações da legislação internacional em matéria de direitos humanos e do direito internacional humanitário.

Por último, gostaria de abordar o problema da revisão periódica do Conselho.

Este vai ser um ano crucial para as negociações sobre a revisão das actividades do Conselho, que vai realizar-se especificamente em 2011.

A União Europeia está a começar a produzir - mas pretende consolidar - uma posição clara, uma estratégia clara da União que nos permita manter um papel activo e um compromisso na protecção e no respeito dos direitos humanos.

Para todos os efeitos, é óbvio que a União Europeia vai continuar a defender - como sempre fez - a independência do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, a independência dos procedimentos especiais, a participação das organizações não-governamentais no Conselho de Direitos Humanos, a capacidade de intervenção do Conselho face a violações fundamentais e graves dos direitos humanos, e o estabelecimento de mandatos por país.

A Espanha, e a Presidência espanhola do Conselho, têm consciência de que assumiram a Presidência rotativa num momento crucial para União e para as Nações Unidas no que se refere à protecção e à promoção dos direitos humanos no mundo.

O Tratado de Lisboa abriu também uma nova fase - como em muitas outras áreas - no domínio da acção externa da União Europeia, e esperamos, portanto, que o nosso trabalho conjunto, sob a liderança da Alta Representante, torne mais clara a voz da União Europeia na defesa dos princípios fundamentais do trabalho do Conselho de Direitos Humanos. Esperamos também que esta fase do trajecto para um Conselho mais activo, mais transparente e mais eficiente beneficie desta fase de transição que a União atravessa sob uma Presidência - que neste momento eu represento - que fará tudo o que estiver ao seu alcance para assegurar que, doravante, os caminhos seguidos pela União e pelo Conselho conduzam ao mesmo objectivo, que é a promoção e a protecção dos direitos humanos no mundo.

Kristalina Georgieva, Membro da Comissão. - (EN) Senhor Presidente, considero muito pertinente a minha presença hoje aqui pela primeira vez para abordar a questão dos direitos humanos, que se enquadra perfeitamente nas prioridades da minha pasta.

A Comissão subscreve totalmente a apresentação feita pela Presidência espanhola, e gostaria de acrescentar duas ordens de observações ao que foi apresentado aqui respeitante às prioridades da próxima sessão e à forma como a UE alinhará com essas prioridades.

A primeira diz respeito a questões temáticas. A UE e o grupo de países latino-americanos estão a trabalhar em conjunto numa proposta de resolução sobre os direitos da criança, dedicando uma atenção especial à luta contra a violência sexual contra as crianças. A Comissão está muito preocupada com o aumento da violência sexual em zonas de conflito e em situações de crise e a sua incidência sobre as pessoas mais vulneráveis, em particular as crianças. A UE garantirá, em conformidade com o consenso europeu sobre a ajuda humanitária, que esta questão será devidamente abordada na resolução.

A UE participará activamente também num painel sobre os direitos das pessoas com deficiência. Existe uma ligação muito clara com as políticas internas comunitárias, dado que concluiremos em breve o processo de adesão à Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Outro domínio temático que se reveste de particular interesse é o direito à alimentação, que é consentâneo com o cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, bem como os direitos humanos das pessoas internamente deslocadas que, ao contrário dos refugiados, não usufruem de uma protecção adequada pelas convenções internacionais, e exerceremos pressão relativamente a este ponto.

A segunda observação que gostaria de fazer diz respeito ao apoio da UE à adopção pelo Parlamento, reunido em sessão plenária, dos relatórios das rondas do exame periódico universal (UPR) que dizem respeito a Estados sujeitos a este processo em Dezembro. Este é um momento muito importante, no qual os Estados sujeitos a este exame podem divulgar os compromissos que contraíram em prol da melhoria da situação dos direitos humanos. Simultaneamente, os Estados podem escolher solicitar assistência internacional para a implementação destes compromissos. A Comissão continua a estar muito receptiva ao debate com os parceiros sobre formas e meios de apoiar a implementação das recomendações destas rondas do UPR.

Muito crítica, aliás como já foi salientado pela Presidência espanhola, é o facto de o impacto deste processo depender, em primeiro lugar, da transparência e da abertura demonstrada pelos Estados-Membros da União Europeia, porque só podemos ser efectivos se dermos nós próprios o exemplo.

Laima Liucija Andrikiienė, em nome do Grupo PPE. - (EN) Senhor Presidente, congratulo-me pelo facto de o Parlamento Europeu se preparar para adoptar uma resolução sobre a próxima sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Congratulo-me ainda pelo facto de o Parlamento Europeu ir enviar uma delegação ao Conselho de Direitos Humanos, na medida em que as nossas recomendações ao Conselho da UE são,

regra geral, sobre como melhorar o trabalho do Conselho de Direitos Humanos e como reforçar o papel da União Europeia nesse processo.

Esta 13.^a sessão é a mais importante que tem lugar em 2010, e incluirá reuniões e discussões de alto nível com Ministros sobre uma série de questões importantes já mencionadas pela Senhora Comissária e pelo Senhor Ministro, nomeadamente, o impacto da crise financeira mundial na situação dos direitos humanos em todo o mundo.

Congratulamo-nos por os nossos parceiros americanos estarem fortemente envolvidos no trabalho do Conselho de Direitos Humanos. Todavia, é com preocupação que vemos alguns países tentar sequestrar o processo e minar a credibilidade do Conselho de Direitos Humanos. O Irão deu sinais de pretender candidatar-se a um lugar no Conselho. Seria deplorável se o Irão fosse eleito, dado que isso aumentaria o número de países onde existem situações problemáticas em matéria de direitos humanos no Conselho. O Conselho de Direitos Humanos correria, nesse caso, o risco de ficar tão inoperante e ineficaz como a sua antecessora, a Comissão dos Direitos do Homem das Nações Unidas. Ou seja, a credibilidade do Conselho de Direitos Humanos enquanto tal está em risco, pelo que devemos fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para manter a sua autoridade.

Richard Howitt, em nome do Grupo S&D. – (EN) Senhor Presidente, gostaria de iniciar a minha intervenção saudando a participação deste Parlamento nas iniciativas das Nações Unidas. No Outono, insistimos em Nova Iorque na nomeação de um novo Secretário-Geral Adjunto para manifestar o interesse na prioridade dos direitos humanos nas Nações Unidas, e no mês que vem estaremos representados, mais uma vez, no próprio Conselho de Direitos Humanos: não unicamente no diálogo com os representantes da UE, mas também a trabalhar com países terceiros como parte integrante do esforço comum europeu para promover o respeito pelos direitos humanos com o resto do mundo. Sinto orgulho por, em Genebra, vermos que a Europa é um campeão dos direitos humanos e, com o trabalho que deverá iniciar-se em Junho deste ano, na nossa resolução de hoje afirma-se que devemos ser um campeão de mais reformas do próprio Conselho de Direitos Humanos.

O Conselho continua muito politizado, e o nosso texto de hoje faz uma crítica justa àqueles delegados que, numa atitude cínica, estacionaram os seus carros à porta da ONU em Genebra, às 6 horas da manhã, para poderem ser os primeiros a preencher a lista de oradores para ajudar o Sri Lanka na sua "moção de não-acção" para evitar críticas às violações naquele país e para evitar o espírito da criação do Conselho de Direitos Humanos: para que funcione todo o ano para tratar as questões das violações dos direitos humanos sempre e quando estas ocorrem. Neste Parlamento, subscrevemos muitos dos princípios enunciados pela Presidência espanhola no que diz respeito a uma reforma mais profunda, e gostaria de me associar à minha amiga, senhora deputada Andrikienė, para dizer que constituirá mais um golpe mortal para o Conselho se o Irão, com o seu historial devastador no que diz respeito aos direitos humanos, for eleito sem oposição da próxima vez, como alguns receiam.

O maior teste à situação dos direitos humanos para qualquer nação é quando somos acusados de violação dos direitos humanos. É por essa razão que me congratulo por que, na reunião organizacional em Genebra a 18 de Fevereiro, tanto a União Europeia como os Estados Unidos se pronunciaram a favor da apresentação de um estudo conjunto sobre a questão da detenção secreta ao Conselho de Direitos Humanos. Não concordaremos sempre com as críticas tecidas, mas devemos estar sempre receptivos às mesmas se queremos que os outros adotem a mesma atitude.

Kristiina Ojula (ALDE). – (ET) Senhora Alta Representante, Senhora Comissária, nós, deputados do Grupo da Aliança dos Democratas e Liberais pela Europa, queremos que a União Europeia tenha visibilidade na próxima 13.^a sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. Na qualidade de co-autora desta resolução, desejo, em particular, chamar a atenção para os números 9 e 13 da resolução, que incidem sobre questões relacionadas com o Irão.

O Grupo ALDE considera inaceitável que o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas seja incapaz - para não dizer que é relutante - de reagir com a celeridade necessária às crises de direitos humanos no Afeganistão, na Guiné-Conacri, no Irão, no Iémen e no Iraque. O mandato do Conselho de Direitos Humanos, que reúne todos os países do mundo, é acompanhar permanentemente a situação dos direitos humanos no território de todos os países membros e reagir com prontidão a qualquer deterioração da situação.

A actual lentidão da resolução das situações é, obviamente, sinónimo da fraqueza e da incapacidade da organização de cumprir os objectivos que estabeleceu. A fraqueza da organização é igualmente visível na candidatura do Irão às eleições para o Conselho de Direitos Humanos que terá lugar em Maio de 2010, o

que é hilariante. Tal ideia é, já de si, absurda, considerando as tentativas inúteis do regime teocrático do Irão de suprimir a desordem civil que se apoderou de todo o país recorrendo a um aparelho repressivo. Toda a comunidade internacional é responsável por isso.

Respeitamos as escolhas do povo iraniano, e o objectivo das nossas críticas é alcançar um futuro melhor para o povo iraniano. Instamos a Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e Vice-Presidente da Comissão a tomar uma posição decidida a este respeito e a exercer uma forte pressão nas Nações Unidas.

Heidi Hautala, em nome do Grupo Verts/ALE. – (FI) Senhor Presidente, à União Europeia apresenta-se uma grande oportunidade de adoptar uma mudança para reforçar o direito internacional no próximo Conselho de Direitos Humanos.

Ouvimos longas listas de questões importantes do Conselho e da Comissão, mas temos alguma garantia de que a União Europeia insistirá efectivamente na sua abordagem? Por exemplo, posso mencionar que o relatório Goldstone sobre as violações ao direito humanitário internacional durante a guerra em Gaza teve uma recepção muito controversa nos Estados-Membros. Na minha opinião, temos o direito a sermos informados pelo representante do Conselho sobre a visão que os vários Estados-Membros têm agora deste importante relatório. Este relatório é crucial num momento em que estamos a tentar pôr termo à impunidade de todos aqueles que são responsáveis por violações do direito humanitário internacional e por crimes de guerra e que pretendemos que sejam entregues à justiça.

Em segundo lugar, à semelhança do meu colega, senhor deputado Howitt, gostaria de mencionar o novo relatório sobre os centros de detenção secretos. A União Europeia deve ter uma acção mais decidida relativamente à tortura e a todos os tipos de tratamentos desumanos infligidos nas prisões, algumas das quais são secretas. Devemos também ser capazes de fazer frente ao facto de que os Estados-Membros da União Europeia são, eles próprios, responsáveis por estes actos. Esta situação não pode continuar; temos também de investigar estas questões, dado que elas nos afectam.

Temos uma oportunidade de fortalecer o poder do Tribunal Penal Internacional adoptando uma posição enérgica sobre a forma como o código dos profissionais do Tribunal pode ser alterado esta Primavera.

Charles Tannock, em nome do Grupo ECR. – (EN) Senhor Presidente, o Conselho de Direitos Humanos tem, inquestionavelmente, objectivos louváveis, mas está seriamente comprometido por alguns dos seus membros. Muitos deles demonstram pouco respeito pelos direitos humanos e pela democracia, incluindo Cuba, a China, o Paquistão, a Arábia Saudita, a Nicarágua e o Gabão - e o Irão, como potencial candidato -, para mencionar apenas alguns. Por conseguinte, é evidente que este órgão tem pouca autoridade moral substantiva. A UE tem de continuar a trabalhar a nível das Nações Unidas e está a realizar um bom trabalho em matéria de segurança alimentar e de direitos da criança. Todavia, há um ataque obsessivo à situação dos direitos humanos em Israel, quando o seu próprio desprezo pelos direitos humanos foge muitas vezes ao controlo.

A resolução deste Parlamento coloca correctamente em evidência que a 13.^a sessão não faz qualquer menção aos graves problemas de direitos humanos associados aos regimes como a Guiné-Conacri, o Afeganistão, o Irão e o Iémen. Em segundo lugar, esta resolução faz referência à CIA e às entregas extraordinárias. Deveríamos pensar duas vezes antes de atacar os nossos aliados americanos quando estes ainda estão a suportar uma carga totalmente desproporcionada de responsabilidade pela nossa segurança na União Europeia.

Nicole Sinclaire (NI). – (EN) Senhor Presidente, enquanto a Comissão defende firmemente os nossos direitos humanos, os britânicos conhecem, desde o século XIII, exactamente esta postura. Devo dizer que o Tratado de Lisboa é uma sombra pálida da nossa Magna Carta.

A Comissão gosta de se ver como um actor global no domínio dos direitos humanos e parece gostar de julgar os outros e de oferecer ajuda e aconselhamento. Todavia, deveria ter uma visão crítica de si mesma. Considero extremamente irónico que, enquanto a UE apoia, correctamente, os direitos das populações de Caxemira que aguardam pacientemente um referendo sobre o direito à autodeterminação que lhes foi prometido pelas Nações Unidas em 1947, a Comissão procura activamente retirar competências aos seus próprios Estados-Membros em domínios políticos importantes, através do Tratado de Lisboa. Com efeito, isto leva-me a suscitar o tema de um referendo que foi prometido ao eleitorado britânico mas que nunca teve lugar. Por conseguinte, o meu eleitorado aguarda a autodeterminação, tal como as populações de caxemira.

José Ignacio Salafranca Sánchez-Neyra (PPE). – (ES) Senhor Presidente, penso que esta é uma excelente oportunidade para reiterar a universalidade, a indivisibilidade e a interdependência dos direitos humanos, como faz o projecto de resolução comum que será aprovado amanhã.

O Parlamento pronunciou-se, em diversas ocasiões, normalmente através do relatório anual sobre a situação dos direitos humanos no mundo, e através de diversas resoluções, como recentemente fizemos no caso do Irão.

Alguns colegas mencionaram o paradoxo – um termo que utilizaram -, que constitui o facto de certos países que possuem um péssimo cadastro em matéria direitos humanos fazerem parte do organismo que é responsável pela respectiva monitorização, e penso que o caso do Irão é um dos mais dos mais óbvios. Este não é o único exemplo, e sou de opinião que, se for efectivamente sustentada por esses países, a Organização das Nações Unidas se tornará ineficaz e que perderá toda a legitimidade política e autoridade moral para condenar tais condutas.

A este propósito, Senhor Presidente, esta semana, outro órgão do Parlamento esteve a ponderar a expulsão de um membro dessa Câmara, a expulsão de Cuba. Além disso, hoje temos de lamentar a morte de Orlando Zapata Tamayo, um velho empreiteiro de 42 anos, prisioneiro político, que faleceu na sequência de uma greve de fome e de uma reclusão arbitrária, desumana e cruel.

O Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Reconciliação Nacional de Cuba, Lisardo Sánchez, uma pessoa muito próxima ao espírito da social-democracia, disse que esta morte era perfeitamente evitável e que a considera um assassinio coberto por roupagem judicial. Senhora Comissária, gostaria de lhe perguntar – visto que já conhecemos a posição da Presidência em exercício do Conselho – se V. Exa. e a Comissão entendem que, do ponto de vista ético e democrático, perante acontecimentos tão lamentáveis como a morte do Sr. Zapata, as relações entre Cuba e a União Europeia precisam de ser elevadas para um nível superior e que lhes seja atribuída prioridade.

15. Boas-vindas

Presidente. – Dou as boas-vindas a Monsenhor Jorge Ortiga, Arcebispo de Braga, bem como aos bispos e à delegação episcopal portuguesa que o acompanha.

Sua Eminência, permita-me aproveitar esta oportunidade para manifestar a nossa solidariedade e as nossas condolências ao povo português, em particular ao povo madeirense, que suportou um enorme sofrimento nos últimos dias. Os nossos pensamentos e as nossas orações estão com eles.

16. As prioridades do Parlamento para o Conselho de Direitos Humanos da ONU (Genebra, 1-26 de Março de 2010) (continuação do debate)

Presidente. – Seguem-se na ordem do dia as declarações do Conselho e da Comissão sobre as prioridades do Parlamento para o Conselho de Direitos do Humanos da ONU (Genebra, 1-26 de Março de 2010).

Vittorio Prodi (S&D). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a 13.ª sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas constitui uma ocasião da máxima importância.

Gostaria simplesmente de recordar um ou dois casos que não são abordados com frequência. Concretamente em relação à questão das prisões, porém, não as destinadas a terroristas, gostaria de recordar as condições verdadeiramente desumanas das prisões no Ruanda e na Líbia, onde pessoas completamente inocentes que se encontram detidas são condenadas à morte.

Gostaria de recordar ainda a questão do povo sarauí, que está por resolver há tanto tempo, e gostaria ainda de recordar os direitos dos refugiados por razões climáticas que são obrigados a abandonar os seus países devido a alterações climáticas dramáticas. Trata-se de factores que devem ser tidos em consideração, justamente porque são também a base da nossa sociedade.

Alexander Graf Lambsdorff (ALDE). – (DE) Senhor Presidente, por ocasião do seu 60.º aniversário, em 2005, as Nações Unidas dotaram-se de duas novas estruturas. A primeira foi a Comissão de Consolidação da Paz e a segunda foi o Conselho de Direitos Humanos. Enquanto a Comissão de Consolidação da Paz realiza o seu trabalho de forma bastante efectiva e cumpriu amplamente as expectativas, o mesmo não pode ser dito, com a melhor das vontades do mundo, relativamente ao Conselho de Direitos Humanos. Foi aqui dito

- e figura na resolução - que é imperativo proceder-se a uma reforma. O trabalho do Conselho de Direitos Humanos também não é isento - os meus colegas referiram-no -; por exemplo, Israel é debatido de uma perspectiva parcial. Para ser honesto, não estou satisfeito com o facto de a única grande questão que a Presidência salientou aqui ser o relatório Goldstone, que sem dúvida merece ser debatido, mas não constitui a questão mais importante.

Se o senhor deputado Howitt afirma que a eleição do Irão - se chegar a concretizar-se - constituirá um golpe mortal para o Conselho de Direitos Humanos, gostaria de saber o que isso significa. Gostaria que fosse tomada uma posição uniforme sobre este tema pelos Estados-Membros da União e também pelo Serviço Europeu de Acção Externa, porque sou de opinião que, se as coisas continuarem desta forma, teremos de considerar seriamente colocar a tónica do nosso trabalho em matéria de direitos humanos nas Nações Unidas de novo no Terceiro Comité, que pelo menos tem representação universal e uma maior legitimidade.

Daniël van der Stoep (NI). – (NL) Os senhores sabem, nós sabemos, o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas é uma grande farsa. O Conselho está, neste momento, refém da Organização da Conferência Islâmica, que é composta por países que se protegem uns aos outros e que visam provocar e difamar o nobre Estado de Israel.

Senhor Presidente, este suposto Conselho de Direitos Humanos contraria tudo o que são os direitos humanos e, em particular, a liberdade de expressão. É escandaloso e desprezível que este Parlamento leve a sério este Conselho hediondo. Senhor Presidente, se esta Câmara acredita realmente nos direitos humanos, nesse caso deveria condenar o constante fluxo de resoluções que visam sufocar a liberdade de expressão, assim como as flagrantes violações de direitos humanos cometidas pelos países que integram o Conselho de Direitos Humanos. Senhor Presidente, para além da Arábia Saudita, do Paquistão, da Indonésia e do Egipto, que se contam entre os mais graves violadores dos direitos humanos no mundo, agora também Irão deseja tornar-se membro do Conselho de Direitos Humanos. Pois bem, agora só falta que a Coreia do Norte venha juntar-se a este clube para termos praticamente todos os Estados párias alegremente sentados ao lado uns dos outros.

Senhor Presidente, para o meu partido, uma coisa é certa: o Conselho dos Direitos do Homem das Nações Unidas é um órgão medonho, um órgão que não pode ser levado a sério. Esta Câmara deve distanciar-se imediata e directamente do Conselho de Direitos Humanos e recusar em absoluto qualquer espécie de diálogo com essa corja de vilões.

Cristian Dan Preda (PPE). – (RO) Gostaria de começar por vos recordar que, quando foi criado, como organismo único no seu género dedicado aos direitos humanos e parte integrante do sistema das Nações Unidas, o Conselho dos Direitos Humanos inspirava esperança, nomeadamente, a esperança de vir a aumentar a protecção dos direitos fundamentais a nível mundial.

A introdução do mecanismo do Exame Periódico Universal, a mais importante inovação em relação à agora defunta Comissão dos Direitos do Homem da ONU, teve por objectivo resolver os problemas relevantes, a excessiva politização e a selectividade no tratamento de casos graves de violação dos direitos humanos. Este mecanismo é vital para o Conselho dos Direitos Humanos poder exercer o seu mandato de todas as formas possíveis. Contudo, importa salientar que os velhos demónios não desapareceram por completo e que o excesso de politização continua a afectar o trabalho deste organismo. Por outro lado, há que dizer que o mecanismo do Exame Periódico Universal não é suficiente para assegurar a efectiva protecção dos direitos humanos. Quando o Conselho não reage com suficiente espontaneidade, como aconteceu no caso da Guiné, para vos dar apenas um exemplo, isso tem consequências extremamente sérias. Pode levar os autores das violações dos direitos humanos a considerar, simplesmente, que não têm de se preocupar com uma eventual punição. A credibilidade deste Conselho depende, portanto, da sua capacidade para actuar com firmeza e rapidez perante a ocorrência de violações graves dos direitos humanos.

Neste aspecto, é importante a União Europeia promover a criação, ao nível do Conselho dos Direitos Humanos, de mecanismos destinados a responder especificamente a crises como as que se verificam, considerando exemplos actuais, no Afeganistão, Guiné-Conacri, Irão, Iémen e Iraque. Creio que é no interesse do Parlamento Europeu que este organismo, o Conselho dos Direitos Humanos, seja tão poderoso e eficaz quanto possível, pois diria que necessitamos de um parceiro credível no diálogo sobre os direitos humanos.

Corina Crețu (S&D). – (RO) Gostaria de falar sobre a situação na Faixa de Gaza, que, como sabem, é uma fonte de constante preocupação em termos de respeito dos direitos humanos, sobretudo após a deterioração das circunstâncias causada pelos confrontos no Inverno passado. Não creio que se possa medir quem sofreu mais neste conflito. As acções militares de ambos os lados fizeram com que, infelizmente, fosse a população civil quem mais sofreu. De qualquer forma, no contexto da situação no terreno, é extremamente difícil

distinguir entre soldados e civis do lado palestino. Por outro lado, os ataques com mísseis lançados pelo Hamas aterrorizaram os civis israelitas.

Visitei a zona durante o conflito e pude ver os problemas e os receios com que ambos os lados se confrontam. Creio que qualquer tentativa de atribuir a culpa pelos acontecimentos que ocorreram a apenas um dos lados está em dissonância com a realidade. Os confrontos sangrentos na Faixa de Gaza e as suas trágicas consequências humanitárias exigem uma acção concentrada em todas as zonas críticas do mundo, sobretudo contra as causas responsáveis por fazer civis inocentes sofrer, bem como um envolvimento acrescido e mais eficaz por parte das organizações internacionais, a fim de impulsionar o diálogo para a paz. Trata-se de um domínio em que a União Europeia tem não apenas a necessária capacidade e credibilidade, mas também o dever de actuar mais energicamente a nível internacional.

Tunne Kelam (PPE). – (EN) Senhor Presidente, também é uma prioridade deste Parlamento lidar com uma situação alarmante em que as actividades do Conselho dos Direitos Humanos se tornaram extremamente politizadas. É da máxima importância, portanto, que as delegações dos Estados-Membros da UE pugnem pelo estabelecimento de critérios para obtenção do estatuto de membro do Conselho dos Direitos Humanos. Refiro-me em particular à introdução de requisitos mínimos em matéria de cooperação com os Procedimentos Especiais e à necessidade de contrariar o recurso a "moções de não-acção", as quais têm impedido a adopção de resoluções sobre determinados Estados que fazem questão de evitar críticas às suas políticas em matéria de direitos humanos.

Gostaria de fazer referência a duas outras prioridades parlamentares. São elas, em primeiro lugar, a Bielorrússia, onde, contrariamente às expectativas, a situação dos direitos humanos não só não melhorou como tem registado um agravamento. Gostaria, hoje, de chamar a atenção para a mensagem de Aleksandr Milinkevich. A Europa dispõe actualmente de verdadeiro poder de influência para pressionar o regime de Alexander Lukashenko a introduzir melhorias reais no país como condição para poderem continuar a contar com a ajuda económica e a cooperação da União Europeia.

Em segundo lugar, gostaria de pedir o vosso apoio em relação ao discurso público realizado a semana passada por dezoito activistas russos dos direitos humanos, incluindo Sergei Kovalev, galardoado com o Prémio Sakharov, os quais estão extremamente preocupados face a uma nova proibição de divulgação, em língua russa, de informações independentes via satélite, medida essa conseguida pelo Kremlin através das pressões que exerceu.

É verdadeiramente prejudicial para a defesa dos valores que a UE professa que esta elogie os defensores dos direitos humanos como Sergei Kovalev e, em simultâneo, ceda perante as alegações de Vladimir Putin de que a transmissão de informações alternativas em língua russa através de satélites europeus constitui uma acção hostil.

Elena Băsescu (PPE). – (RO) Gostaria de chamar a vossa atenção durante o debate de hoje para o caso do soldado israelita Ghilad Shalit, que foi sequestrado em Kerem Shalom em Junho de 2006, com apenas 19 anos de idade. Integrei a delegação oficial do Parlamento Europeu que a semana passada se deslocou a Israel, e uma das reuniões que tivemos foi com Noam Shalit, o pai de Ghilad Shalit. Não obstante os artigos 13, 23 e 126 da Convenção de Genebra sobre os direitos dos prisioneiros de guerra, Ghilad, que também é cidadão francês, não tem tido os seus direitos respeitados, nomeadamente, o direito de receber visitas dos seus familiares e da Cruz Vermelha Internacional, o direito a um tratamento humano e o direito a que seja dada a conhecer a localização exacta do sítio onde se encontra detido. De sublinhar que o próprio ponto 77 do relatório Goldstone, que no restante assume uma posição crítica em relação a Israel, recomenda que Ghilad Shalit deve usufruir dos direitos garantidos pela Convenção de Genebra. Israel, pelo seu lado, respeita os direitos dos prisioneiros.

Csaba Sógor (PPE). – (HU) Na sessão de Março do Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas, a União Europeia deverá afirmar sem ambiguidade que a comunidade internacional não pode ficar calada perante as violações de direitos humanos, não apenas as que ocorrem nos países em desenvolvimento mas também as infracções que se verificam nos países desenvolvidos. A Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas, adoptada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 18 de Dezembro de 1992, é vinculativa tanto para os países em desenvolvimento como para os países desenvolvidos, incluindo os Estados-Membros da UE. No n.º 1 do seu artigo 2.º, a Declaração estipula que as pessoas pertencentes a minorias nacionais têm direito a utilizar o seu próprio idioma, em privado e em público, sem ingerência nem discriminação alguma. Hoje, este preceito é frequentemente violado também nos Estados-Membros da UE. A União Europeia só terá credibilidade se encontrar uma

solução, uma forma de lidar com as infracções aos direitos humanos no seu próprio território que constitua um exemplo para todo o mundo.

Georgios Papanikolaou (PPE). – (EL) Senhor Presidente, os próximos dois anos serão cruciais na consolidação do papel das Nações Unidas no capítulo dos direitos humanos, pois, como sabe, as conclusões da revisão intergovernamental do Conselho dos Direitos Humanos serão publicadas em 2011.

Durante este período, existe o risco de que os países a que os meus colegas se referiram, e que não são particularmente exemplares neste campo, procurem limitar o papel das Nações Unidas.

Ao que já aqui foi dito, gostaria de acrescentar o seguinte: em primeiro lugar, atendendo a que a União Europeia é – e faço votos de que continue a ser – um dos principais actores em termos da defesa dos direitos humanos, uma das nossas prioridades deve ser a de falarmos a uma só voz no plano internacional, evitando, sempre que possível, divergências de opiniões entre nós.

Em segundo lugar, temos de intensificar a nossa cooperação com os Estados Unidos da América no domínio da defesa dos direitos humanos.

Em terceiro lugar, e último, o Parlamento Europeu deve – e pode – acompanhar de perto os procedimentos especiais que irão agora ser introduzidos no que respeita ao Exame Periódico Universal do Conselho, para que haja da nossa parte um contributo real e considerável para a promoção dos direitos humanos em todos os Estados membros das Nações Unidas.

Mariya Nedelcheva (PPE). – (FR) Senhor Presidente, Senhora Comissária Georgieva, Senhor López Garrido, gostaria de chamar a vossa atenção para o ponto 13 da proposta de resolução em apreço, relativo à candidatura do Irão ao Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas.

No passado dia 15 de Fevereiro, o Irão foi submetido a um exame periódico universal, através do qual se procede a uma análise da situação no país no que se refere à protecção e promoção dos direitos humanos. O regime iraniano afirmou que o respeito dos direitos humanos está assegurado no país. Gostaria de salientar alguns factos que contrariam tais afirmações do actual regime no poder.

Ainda ontem Maryam Radjavi nos traçou, aqui no Parlamento, o panorama no que se refere às detenções arbitrárias e às torturas infligidas às mulheres iranianas e aos opositores do regime. Deploramos igualmente as condições políticas impostas aos prisioneiros, e o Campo de Ashraf tornou-se o símbolo da ausência de respeito dos direitos humanos. No período de sessões de Janeiro, os meus colegas parlamentares relataram aqui vários testemunhos do que presenciaram localmente.

Não podemos hoje aceitar que o Irão se torne membro da mais alta instância de defesa dos direitos humanos. Pergunto-me desde logo que mensagem vamos enviar a outros Estados que respeitam verdadeiramente os direitos humanos. A Europa deve falar a uma só voz, fazendo prova da sua coerência, e, tal como a Baronesa Catherine Ashton disse nas suas declarações, afirmemos que a candidatura do Irão, nesta fase, está fora de questão.

Alf Svensson (PPE). – (SV) Senhor Presidente, relativamente à proposta de resolução conjunta do nosso grupo sobre o Conselho dos Direitos Humanos da ONU, congratulo-me de modo particular com os n.ºs 6 e 25, nos quais reiteramos o apoio convicto da UE às resoluções específicas por país. Nos casos em que os direitos humanos são sistematicamente espezinhados, as resoluções específicas por país constituem um instrumento da maior importância, tanto ao nível do Conselho dos Direitos Humanos como da Assembleia-Geral das Nações Unidas. Nos casos em que o governo de um país há muito não participa no diálogo ou em programas destinados a melhorar a situação neste domínio, as resoluções específicas por país são a única medida de que a comunidade internacional dispõe para actuar contra estes crimes.

Não se trata de apontar o dedo a ninguém, como crêem alguns críticos, nem se dá o caso de nós, na Europa, gostarmos de nos intrometer nos assuntos internos de outros países. Trata-se muito simplesmente de fazer saber que não pactuamos com regimes que sistematicamente violam os direitos humanos e oprimem o seu próprio povo. Trata-se de mostrar que somos pela liberdade, não pela opressão. Daí a importância de o lado europeu continuar a defender a existência de resoluções específicas por país no sistema da ONU.

Andrew Henry William Brons (NI). – (EN) Senhor Presidente, os países da União Europeia deveriam pôr a sua própria casa em ordem antes de apontar o dedo a outros. Numerosos países da União Europeia perseguem e prendem pessoas por estas fazerem uso da liberdade de expressão não violenta. Em especial, procuram fazer de qualquer oposição à imigração um delito penal. A censura está viva e de boa saúde. Os

partidos políticos são proibidos, como na Bélgica, ou tenta-se suprimi-los com base em provas inventadas, como na Alemanha, ou procura-se uma proibição sem que ninguém se aperceba, como no Reino Unido, onde o meu próprio partido foi proibido, por ordem do tribunal e a instâncias do governo, de admitir novos membros por um período indeterminado.

Não basta os países intitulem-se democráticos: têm também de respeitar a liberdade de expressão, a liberdade de associação e a liberdade eleitoral.

Diego López Garrido, *Presidente em exercício do Conselho*. – (ES) Senhor Presidente, agradeço as intervenções dos senhores deputados em relação a esta questão, absolutamente essencial e crucial, que, como disse na minha primeira intervenção, constitui um dos elementos fulcrais da União Europeia: a defesa dos direitos humanos.

Nesse sentido, consideramos que a participação no Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas, incluindo o apoio à existência desse Conselho, é uma posição que deve ser mantida pela União Europeia. A UE sempre defendeu a instituição de um Conselho dos Direitos Humanos em substituição da antiga Comissão, como já aqui referi. Sempre entendeu, além disso, que o novo organismo deveria ser um instrumento capaz de lidar adequadamente com situações relativas aos direitos humanos em todo o mundo, situações essas que exigem a acção, a tomada de posição ou a correspondente declaração por parte das Nações Unidas e dos Estados membros que as integram.

Com efeito, a Presidência da União Europeia, a Presidência do Conselho, sempre participou, sistematicamente, nos debates nos vários períodos de sessões do Conselho dos Direitos Humanos em representação da União Europeia, e vai continuar a fazê-lo. A Presidência do Conselho da União participará no próximo período de sessões do Conselho dos Direitos Humanos, em representação do Conselho da União. Naturalmente que isto é perfeitamente compatível com as declarações e as posições de cada um dos Estados-Membros da União e também, já se vê, da Comissão Europeia, como outra instituição da União.

Quero aqui dizer, portanto, que somos favoráveis à existência deste organismo e favoráveis a que se tire proveito de todas as suas potencialidades, o que por vezes é possível, outras vezes não: é evidente que há certas situações em que, devido ao resultado das votações, a União Europeia e os seus Estados-Membros não conseguem todos os seus objectivos. Há casos verdadeiramente positivos, por exemplo, a posição assumida em relação à Somália, que confirmou que há violações dos direitos humanos naquela região. Outros casos há em que os objectivos não são conseguidos, mas os casos positivos superam sempre os negativos.

Gostaria de salientar, a respeito de diversos casos de países que aqui foram mencionados nas várias intervenções, que iremos falar sobre eles.

Com efeito, desejo referir-me ao caso do Irão, pois houve reiteradas alusões à questão da candidatura deste país ao CDHNU. Como sabem, foram feitas constantemente declarações a este respeito. Tenho aqui diante de mim, só deste ano, três declarações da Alta Representante para a Política Externa e de Segurança da União, Catherine Ashton, sobre a situação no Irão, nas quais ela condena e expressa a sua preocupação pelos casos de violações dos direitos humanos e execuções que tiveram lugar no Irão.

Quanto à questão da candidatura, começo por salientar que se trata de uma matéria que, por enquanto, ainda é da competência nacional (a questão da posição em relação à candidatura de países que pretendem integrar o Conselho dos Direitos Humanos). Por outro lado, a questão da situação dos direitos humanos no Irão, das violações desses direitos que ali têm lugar e, por conseguinte, da eventual aceitação ou não da candidatura do Irão ao Conselho dos Direitos Humanos, tem de ser gerida com cuidado a fim de não causar efeitos contrários aos desejados. Somos de opinião, portanto, que a União Europeia, aqui, deve procurar manter uma posição o mais coordenada possível (que é o que está a acontecer neste momento), respeitando a competência nacional e, como disse, actuando com cautela.

Em suma, Senhor Presidente, consideramos que o Conselho dos Direitos Humanos é um lugar onde devemos defender a posição da União Europeia, e é a sede adequada para o fazermos. Além disso, o nosso compromisso com este novo organismo sempre foi no sentido de assegurarmos que não haja passos atrás nem retrocessos no movimento universal da defesa dos direitos humanos e, especialmente, que não haja um voltar atrás numa conquista da humanidade, que é a de os direitos humanos serem considerados um valor universal, o qual deve ser defendido através das fronteiras, sobrepondo-se às tradições e à diversidade, pois esse valor é algo que tem a ver com a própria essência do ser humano.

Kristalina Georgieva, Membro da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, muito obrigada a todos os Membros do Parlamento pelas recomendações aqui veiculadas. Trataremos de assegurar que sejam transmitidas à Alta Representante.

Se me permitem, focarei quatro pontos, em resposta a perguntas e observações específicas que aqui foram feitas.

Em primeiro lugar, sobre o Irão e a candidatura do Irão. Apoio vivamente a opinião expressa pela Presidência espanhola. Posso apenas salientar que o que se espera de todos e cada um dos membros eleitos do Conselho é que, na prática, dêem mostras do mais elevado compromisso com a protecção e a promoção dos direitos humanos.

Em relação ao tão triste caso de perda de vida humana em Cuba, a morte de Orlando Zapata, gostaria de expressar as condolências da Comissão à sua família e condenar veementemente a detenção continuada de mais de 200 dissidentes políticos em Cuba bem como outras expressões de desrespeito dos direitos humanos fundamentais. A Comissão apela ao Governo cubano para que altere a sua política, por forma a estar à altura das obrigações que assumiu à luz do direito internacional. Continuaremos a abordar a questão dos direitos humanos no nosso diálogo com Cuba, com as autoridades naquele país, e utilizaremos esse diálogo como veículo para exercer pressão em relação à problemática dos direitos humanos.

Relativamente aos apelos de muitos para que a União Europeia fale a uma só voz quando se trata de questões relacionadas com os direitos humanos, a Comissão apoia convictamente tal posição.

Quanto ao quarto ponto, sobre a situação na Faixa de Gaza, creio que seria mais adequado abordá-lo no debate que se segue, sobre o relatório Goldstone.

Presidente. – Comunico que recebi seis propostas de resolução⁽²⁾, apresentadas nos termos do artigo 110.º, n.º 4, do Regimento.

Está encerrado o debate.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

Mara Bizzotto (EFD), por escrito. – (IT) Tenho muitas reservas acerca da credibilidade geral do CDHNU. Em todo o caso, nutro a esperança de que a presença de uma delegação da Subcomissão dos Direitos Humanos na próxima sessão do Conselho dê às instituições europeias uma oportunidade para levantar a questão urgente da Cristianofobia. Todos sabemos bem que não é necessário recuar a tempos passados para encontrar casos graves de perseguição anticristã: não estamos efectivamente a falar do passado mas sim do presente e, infelizmente, muito provavelmente também do futuro, pois todos os dias, de todos os cantos do mundo, nos chegam notícias preocupantes e trágicas de crentes cristãos que são atacados, discriminados e assassinados. Sabemos também que se trata de uma questão sensível que até ao momento ainda não foi devidamente abordada, e que isso se deve não apenas ao equilíbrio diplomático que os participantes têm de manter em reuniões como as do CDHNU mas também, obviamente, à política anticristã seguida por países que, não sendo embora exactamente inimigos do Cristianismo, sempre toleraram actos anticristãos.

Por conseguinte, a UE e esta Câmara, numa ocasião em que se encontram sob os holofotes da política mundial, deveriam promover no seio da comunidade internacional uma nova abordagem em relação à questão da Cristianofobia, para que esta seja universal e imediatamente reconhecida como uma grave violação dos direitos humanos e da liberdade religiosa, e que a comunidade actue a fim de travar o seu alastramento, deveras preocupante.

Proinsias De Rossa (S&D), por escrito. – (EN) Dou o meu apoio à proposta de resolução em apreço, que apela, nomeadamente, à Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança e aos Estados-Membros da UE para que trabalhem em prol de uma posição comum enérgica da UE sobre o seguimento a dar ao relatório Goldstone, exige a aplicação das suas recomendações e a responsabilização por todas as violações do direito internacional, incluindo alegados crimes de guerra, e insta todas as partes a proceder a investigações que respeitem os padrões internacionais em termos de independência, imparcialidade, transparência, rapidez e eficácia, em consonância com a Resolução A/64/L.11 da Assembleia Geral das Nações Unidas. A proposta de resolução salienta, além disso, que o respeito do direito internacional em matéria de direitos humanos e do direito humanitário internacional por todas as partes e em todas as

(2) Ver acta.

circunstâncias é uma condição fundamental para se conseguir uma paz justa e duradoura no Médio Oriente. Exorta ainda a Alta Representante da UE e os Estados-Membros a acompanhar activamente a aplicação das recomendações constantes no relatório Goldstone através de consultas às missões externas da UE e às ONG no terreno, e insta a que essas recomendações e as observações conexas sejam incluídas nos diálogos da UE com todas as partes bem como nas posições da União Europeia em fóruns multilaterais.

17. Aplicação das recomendações contidas no relatório Goldstone quanto a Israel/Palestina (debate)

Presidente. – Seguem-se na ordem do dia as declarações do Conselho e da Comissão sobre a aplicação das recomendações contidas no relatório Goldstone quanto a Israel/Palestina.

Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho. – (ES) Senhor Presidente, gostaria de agradecer ao Parlamento Europeu esta oportunidade de intervir sobre a questão da Missão de inquérito sobre o conflito em Gaza, a qual foi patrocinada pelas Nações Unidas e decorreu entre finais de 2008 e princípios de 2009 e é conhecida como o "relatório Goldstone".

As Nações Unidas tomaram devidamente nota da declaração que o seu Secretário-Geral, Ban Ki Moon, proferiu perante o Conselho de Segurança em 21 de Janeiro de 2009, na qual deu a conhecer as suas impressões na sequência da visita que efectuou a Gaza e ao Sul de Israel logo que cessaram as hostilidades.

Além disso, o relatório aqui referido em algumas das intervenções feitas no anterior ponto da ordem do dia, o relatório Goldstone, publicado em meados de Setembro do ano transacto, foi também debatido na 12ª Sessão do Conselho dos Direitos Humanos, entre 14 de Setembro e 2 de Outubro.

Desde o início do conflito que a União Europeia tem insistido em que as partes respeitem cabalmente os direitos humanos e cumpram as suas obrigações à luz do direito humanitário internacional.

A União Europeia deixou claro que faria um seguimento atento das investigações relativas às acusações e às violações dos direitos humanos.

Em Genebra, a Presidência sueca do Conselho definiu nos seguintes termos a posição da União Europeia: em primeiro lugar, a União Europeia considera o relatório Goldstone um documento sério, que contém denúncias de violações graves do direito humanitário internacional, incluindo ataques deliberados contra civis; em segundo lugar, a União Europeia salienta a importância de levar a cabo investigações adequadas e credíveis sobre as possíveis violações do direito internacional pelas partes no conflito, investigações essas que se impõe realizar de acordo com as normas internacionais e que devem, por conseguinte, assegurar que a missão dirija as suas recomendações tanto aos israelitas como aos palestinianos.

A União Europeia confirmou a sua posição construtiva em relação ao relatório Goldstone quando, no debate do Conselho de Segurança das Nações Unidas do dia 27 de Janeiro, há apenas um mês, destacou a importância de realizar investigações adequadas e credíveis sobre as possíveis violações do direito internacional em matéria de direitos humanos e do direito humanitário internacional. Posso informar-vos que subsequentemente, em 4 de Fevereiro de 2010, há poucos dias apenas, o Secretário-Geral das Nações Unidas publicou um relatório sobre a aplicação da Resolução Goldstone da Assembleia-Geral das Nações Unidas.

O Secretário-Geral comunicou as respostas de Israel, dos Territórios Ocupados palestinianos e da Suíça e, nas suas observações, indicou que os processos iniciados por estas três partes se encontravam em curso e que não se podia pronunciar sobre a aplicação da resolução pelas partes interessadas.

Resta saber como vai ser abordado este assunto na Assembleia-Geral das Nações Unidas.

A prioridade da Presidência espanhola nesta matéria é chegar a um consenso na posição da União sobre o projecto de resolução que as autoridades palestinianas pretendem, neste momento, apresentar à Assembleia-Geral das Nações Unidas.

Temos um duplo objectivo: em primeiro lugar, queremos que a resolução seja adoptada por consenso; se isso não for possível, desejamos que a posição a apresentar pela União Europeia seja tão integrada quanto possível.

Em todo o caso, reitero que a Presidência do Conselho apoia aquilo que é solicitado no relatório Goldstone, isto é, a realização de investigações credíveis e independentes em relação às partes no conflito.

Kristalina Georgieva, *Membro da Comissão*. – (EN) Senhor Presidente, desejo apenas subscrever o que aqui foi dito pela Presidência espanhola. Embora a UE não tenha apoiado todas as recomendações contidas no relatório Goldstone, deixou bem claro que considera este um documento muito sério. A UE convidou todas as partes no conflito a lançar investigações sobre as alegadas violações – causadas pelas partes em conflito – do direito humanitário internacional e do direito internacional em matéria de direitos humanos. Estas investigações deverão ser realizadas de acordo com as normas internacionais.

Até ao presente, os passos dados por Israel, pelas autoridades palestinianas e pelo Hamas não produziram resultados tangíveis. Contudo, o apuramento das responsabilidades tem de ser feito. Daí a UE veicular reiteradamente a nossa mensagem principal, a saber, que as partes no conflito devem empreender esforços substanciais para levar a cabo investigações independentes e credíveis sobre as alegadas violações. Atendendo a que isto se prende directamente com as minhas responsabilidades, vale a pena recordar que a Comissão concede financiamento substancial às organizações humanitárias cujos projectos se destinam a prestar ajuda e protecção vitais à população civil palestiniana.

A UE procurará assegurar que na reunião do Conselho dos Direitos Humanos, em Março, seja traçado um plano adequado de seguimento da situação, e esforçar-se-á por se envolver tempestivamente na preparação de uma resolução consensual. Neste contexto, gostaria de aqui referir que, em 18 de Fevereiro, a delegação palestiniana apresentou um projecto de resolução da Assembleia-Geral, na sequência do relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas e a título de seguimento do relatório Goldstone. O lado palestiniano fez saber que é sua intenção solicitar a intervenção da Assembleia-Geral em relação à resolução na sexta-feira, 26 de Fevereiro, reiterar os principais pontos da Resolução 64/10 da Assembleia-Geral de 5 de Novembro de 2009, e solicitar ao Secretário-Geral das Nações Unidas que volte a apresentar um relatório actualizado dentro de cinco meses. Neste momento, em que nos encontramos aqui reunidos, os Estados-Membros e a Comissão estão a proceder a consultas intensas sobre esta questão, a fim de chegarem a uma posição sobre a referida resolução.

A terminar, gostaria de frisar – em apoio da Presidência espanhola – que é muito importante alcançarmos uma posição comum, a nível da UE, e evitar a anterior divisão tripartida.

Elmar Brok, *em nome do Grupo PPE*. – (DE) Senhor Presidente, Senhor López Garrido, Senhora Comissária, creio que é importante proceder a uma investigação credível sobre as violações do direito humanitário internacional, e é nisso que nos devemos concentrar. As conclusões devem ser analisadas, mas isto aplica-se em condições iguais a ambas as partes implicadas, incluindo aqueles que fazem uma guerra assimétrica disparando contra Sderot e outras cidades a partir de uma zona densamente povoada, e determinando por conseguinte o campo de batalha. Esta questão está a ser investigada de uma forma justa e não serão permitidas conclusões imparciais a este respeito.

Isto também serve para mostrar que, no Médio Oriente, mas igualmente noutras regiões comparáveis, só as soluções pacíficas trarão resultados duradouros. Enquanto não for encontrada uma solução pacífica e um entendimento duradouro, não conseguiremos resolver estes problemas. Em casos como o referido, importa também ter plenamente em conta os aspectos de segurança do Estado de Israel, os quais têm de ser levados muito a sério, nomeadamente à luz das informações de que estão a ser desenvolvidos novos mísseis na região, o que constitui uma situação problemática.

Seja como for, cabe assinalar que a decisão de apelar à realização de uma investigação a nível internacional é acertada, se bem que nem tudo possa ser investigado no quadro do relatório Goldstone. O mandato da Missão de inquérito cingia-se aos Territórios Ocupados. Foi afirmado que não houve um único Estado-Membro da União Europeia que tenha votado favoravelmente o relatório no Conselho dos Direitos Humanos. Alguns abstiveram-se, outros votaram contra e outros – como o Reino Unido e a França – recusaram-se, pura e simplesmente, a participar na votação. Também temos de ter este facto em consideração, já que a resolução foi apresentada por “representantes dos direitos humanos e da democracia” como Cuba, a Nigéria e a China. Temos de ter este facto em conta quando procedermos à avaliação da situação. Devemos erguer a nossa voz em defesa dos direitos humanos, mas não com base neste relatório que instiga a guerra política contra um dos lados.

Véronique De Keyser, *em nome do Grupo S&D*. – (FR) Em Dezembro de 2008, a operação “Chumbo Fundido” em Gaza resultou na morte de cerca de 1 500 pessoas, na sua maioria mulheres, crianças e civis. Houve famílias destruídas, escolas bombardeadas, e toda uma população tomada pelo pânico, aprisionada, incapaz de fugir.

Encontrava-me em Gaza durante a ofensiva militar, juntamente com alguns dos meus colegas aqui presentes, e ficámos estupefactos ao ver como uma tragédia daquelas se pode desenrolar perante o olhar da comunidade internacional sem desencadear uma onda imensa de protestos. Gaza não mudou desde então. A destruição prossegue e o cerco mantém-se.

Contudo, foi publicado o relatório Goldstone. Senhor Deputado Brok, qual a diferença entre o relatório Goldstone e a resolução que se lhe seguiu? O relatório Goldstone, esse relatório corajoso que pede simplesmente que se faça justiça, estará a pedir demais? São inacreditáveis as pressões a que hoje se assiste para suprimir este relatório e fazer cair no descrédito o Juiz Richard Goldstone. Este tem sido desdenhado e acusado de anti-semita, embora não seja apenas a Israel que o dedo é apontado no relatório Goldstone. A Fatah e o Hamas também não são poupados a críticas.

Mas hoje quero aqui afirmar claramente – que me desculpem os meus colegas – que o Governo israelita é o único que instaurou uma espécie de reino do terror e que exerce censura para bloquear qualquer seguimento do relatório. Senhor Ministro Avigdor Lieberman, V. Exa. não se encontra hoje presente no Hemiciclo, mas esteve aqui ontem, e gostaria de lhe dizer o seguinte: não haverá intimidação neste Parlamento!

Queremos investigações independentes e realizadas de acordo com as normas internacionais, não tribunais militares a julgar os seus próprios soldados. Senhor Ministro Avigdor Lieberman, também lhe quero dizer que não é bem-vindo entre nós, não por representar o Estado de Israel mas porque as suas posições racistas e xenófobas são incompatíveis com os valores europeus. Nenhum Estado democrático se pode permitir violar o direito internacional sem depois ter de justificar as suas acções. Este Parlamento não se deixará intimidar. Continuará, simplesmente, a exigir que se faça justiça e se denuncie abertamente a tragédia que se vive em Gaza, e que isso seja feito sem recurso à violência mas com determinação. Hoje, exorto o Conselho e a Comissão a aderir, simplesmente, a essa via. À via do esclarecimento e da justiça, nada mais.

Annemie Neyts-Uyttebroeck, em nome do Grupo ALDE. – (EN) Senhor Presidente, a Missão de inquérito das Nações Unidas procurou, através do relatório Goldstone, cumprir o mandato de que foi incumbida. Esse mandato é, ou foi, o seguinte: "Investigar todas as violações do direito internacional em matéria de direitos humanos e do direito internacional humanitário susceptíveis de terem sido perpetradas a qualquer momento no contexto das operações militares levadas a cabo em Gaza, antes, durante ou depois do período compreendido entre 27 de Dezembro de 2008 e 18 de Janeiro de 2009". Foi exactamente o que fez o relatório Goldstone – cuja autoria, a propósito, se deve não apenas ao Juiz Richard Goldstone mas também a duas suas colegas que integraram a Missão.

Os três levaram a cabo investigações sobre o que se passou em Gaza e apresentaram conclusões, no mínimo, perturbadoras. São conclusões extremamente inquietantes pois o que se constatou, na maioria das situações investigadas, é que foram efectivamente perpetradas violações do direito internacional em matéria de direitos humanos, do direito humanitário internacional e das Convenções de Genebra pelas forças de um Estado que afirma ser o único Estado democrático na região. O caso é de facto muito preocupante.

É uma situação que não podemos deixar passar. Assim, quando formos chamados a tomar uma posição sobre este relatório, a questão que se coloca não é a de saber se somos a favor ou contra Israel, ou a favor ou contra os Palestinianos, ou a favor ou contra o Hamas; a questão é saber até que ponto pactuamos com violações do direito internacional em matéria de direitos humanos, do direito humanitário internacional e das Convenções de Genebra, independentemente de quem as comete. É essa a resposta que somos chamados a dar.

Caroline Lucas, em nome do Grupo Verts/ALE. – (EN) Senhor Presidente, gostaria de começar por expressar a minha grande satisfação pelo facto de, finalmente, estarmos a debater em plenário o relatório Goldstone. Com efeito, embora se trate de um assunto da maior importância, a verdade é que até à data a UE se tem mantido vergonhosamente ausente do debate destas matérias. É deveras inadmissível que o Conselho ainda não tenha aprovado as recomendações contidas no relatório Goldstone. A Comissão diz que toma o relatório muito a sério, mas isso não basta: queremos uma aprovação explícita. A Presidência diz que o apoia: pois bem, deve apoiá-lo pública e explicitamente e assegurar que o resto do Conselho o faça também.

Contra este pano de fundo, devo dizer que me regozijo pelo facto de a proposta de resolução do Parlamento sobre o Conselho dos Direitos Humanos, que amanhã iremos votar, conter dois pontos que apelam veementemente à Alta Representante e aos Estados-Membros para que exijam publicamente a aplicação das recomendações do relatório.

A resolução exorta-os também a acompanhar activamente a aplicação das recomendações no sentido da consulta das missões externas da UE e das ONG no terreno, pois as provas de que dispomos até ao momento sugerem que nem as autoridades israelitas nem o Hamas estão a assumir suficientemente a sério as suas responsabilidades. Em Israel, as investigações sobre os alvos e as tácticas utilizadas durante a operação "Chumbo Fundido" foram levadas a cabo por comandantes do exército ou pela polícia militar, o que compromete gravemente a independência dos resultados; do lado do Hamas, ainda não foi adequadamente tratada a questão do lançamento de mísseis contra alvos no sul de Israel. Face a estas lacunas, é óbvio que a UE deve exercer pressão sobre o Secretário-Geral da ONU para que seja elaborada uma avaliação verdadeiramente independente.

Por último, face à crise humanitária persistente que assola a Faixa de Gaza, exorto novamente o Conselho e a Alta Representante a exercerem muito mais pressão sobre Israel para que levante o cerco que está a impedir a reconstrução de Gaza e a exacerbar o sofrimento da sua população.

Michał Tomasz Kamiński, *em nome do Grupo ECR*. – (PL) Senhor Presidente, o relatório Goldstone é extremamente desequilibrado e injusto. Trata-se de um relatório emanado do Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas, entre cujos membros se incluem países como o Irão, a Nicarágua, a Somália e a Líbia. Que direito têm países como estes, onde os direitos humanos foram reduzidos a zero, de avaliar Israel, a única democracia que existe no Médio Oriente?

O relatório provém de uma fonte muito suspeita e que tem uma má vontade obsessiva em relação a Israel. Das 25 resoluções sobre os direitos humanos adoptadas pelo Conselho dos Direitos Humanos da ONU, 20 dizem respeito a Israel. Não há nenhuma sobre os Estados membros daquele Conselho, países que, faço questão de frisar, têm um historial medonho em termos de desrespeito dos direitos humanos, desde os direitos da mulher aos direitos eleitorais.

Insisto em que este relatório é completamente desequilibrado. Procura, com efeito, absolver a actividade terrorista do Hamas. O relatório não denuncia o facto fundamental de que, nos oito anos que antecederam a acção de autodefesa que Israel teve de tomar contra a Faixa de Gaza, foram lançados milhares de mísseis contra cidadãos israelitas inocentes. Qualquer país tem o direito de se defender contra terroristas, e Israel não é excepção. De referir, também, que se encontram actualmente em curso, em Israel, 150 investigações penais sobre actos cometidos a título individual por soldados israelitas. Em Israel existe um Parlamento livre, bem como uma imprensa livre que muitas vezes critica o seu próprio parlamento e as suas próprias forças armadas. Do lado terrorista, infelizmente, não encontramos nada disto.

Creio, pois, que este relatório desequilibrado e injusto, que em minha opinião ataca de forma despidorada o nosso principal aliado no Médio Oriente, não deve ser levado a sério.

Kyriacos Triantaphyllides, *em nome do Grupo GUE/NGL*. – (EL) Senhor Presidente, o relatório Goldstone dá a conhecer as mais flagrantes provas dos crimes e infracções ao direito internacional e ao direito internacional humanitário cometidas por Israel contra o povo palestino. A investigação aponta fortemente para graves infracções cometidas pelas forças israelitas à Quarta Convenção de Genebra. É de notar que, enquanto o lado palestino, embora criticado no relatório, aceita o direito internacional e exorta à sua aplicação, Israel, por outro lado, recusa.

Embora haja elementos que tentam enfraquecer o relatório, instamos os Estados-Membros da União Europeia a defender os princípios que regem o direito internacional e a União Europeia e a apoiar o debate do relatório na Assembleia Geral das Nações Unidas e a sua notificação ao Conselho de Segurança com vista à sua ratificação definitiva e à adopção de medidas. O relatório deverá ser enviado para o Tribunal Penal Internacional na Haia para análise. Se a União Europeia está verdadeiramente interessada em resolver o problema palestino, deverá então deixar de tolerar estes crimes, pois a tolerância traduz-se em incitamento e cumplicidade.

Além do mais, com base nas conclusões do relatório, haverá que analisar de imediato a suspensão de medidas destinadas a promover as relações entre a União Europeia e Israel, bem como a aplicação das disposições do acordo de associação.

O povo da Palestina e de Israel têm todo o direito a um futuro e a uma vida. Temos a obrigação de nos mobilizarmos para chegar a uma solução justa e estabelecer a paz. O relatório Goldstone deverá ser utilizado para criar uma nova dinâmica com vista à consecução de uma solução justa.

Bastiaan Belder, em nome do Grupo EFD. – (NL) O relatório Goldstone foi o centro das atenções na semana passada, durante a visita de trabalho ao Estado judaico da Delegação para as relações com Israel. A delegação recebeu informação circunstanciada sobre a investigação judicial de Israel durante e depois da operação militar em Gaza, tanto da parte de representantes militares como civis. Esta investigação aprofundada das suas próprias acções contesta minuciosamente as terríveis acusações do relatório Goldstone contra as autoridades israelitas.

Além do mais, independentemente do relatório Goldstone, as Forças Armadas Israelitas (IDF- Israel Defense Forces) levam a sério quaisquer acusações levantadas contra elas e investigam-nas em pormenor. Existe uma diferença marcante entre as IDF e o Hamas, o movimento terrorista que é o responsável pela operação de Gaza. Quando é que alguma vez viram o Hamas investigar as suas próprias acções?

Senhor Presidente, a documentação disponível sobre a operação de Gaza não nos deixa dúvidas sobre a resposta a dar. O Hamas expôs deliberadamente os cidadãos palestinianos a grandes perigos de guerra, inclusive em lugares como mesquitas. Em contrapartida, basta ter em conta as intenções e acções dos israelitas, ter em conta a protecção da propriedade e da vida dos cidadãos judaicos contra os ataques terroristas com foguetes do Hamas, que se têm prolongado ao longo de anos, bem como a verdadeira preocupação de Israel com as vidas dos palestinianos. Olhem para todas as precauções que tomaram durante a operação.

Senhor Presidente, apesar das intenções do relatório Goldstone, esta investigação parcial leva a uma dupla justificação: a da operação militar de Israel contra o Hamas e a da existência de Israel como Estado democrático regido de acordo com um Estado de direito. O melhor que os senhores fariam era visitar o Médio Oriente!

Louis Bontes (NI). – (NL) Tinha a certeza absoluta, desde o início, que Israel ia ser rotulado de autor e agressor no conflito de Gaza. Goldstone e os seus métodos de trabalho são aprovados por países como o Egipto e Paquistão, e sabemos bem qual é a situação dos direitos humanos nesses países. Está muito aquém de qualquer nível aceitável.

O relatório não faz qualquer menção aos doze mil foguetes (*rockets*) lançados sobre Israel a partir de Gaza, que representou uma ameaça extremamente grave contra a população local. Israel exerceu o seu direito à auto-defesa. Não há uma única palavra no relatório sobre o Hamas nem sobre o facto de terem usado os seus cidadãos como escudos humanos ou os edifícios públicos para lançar os *rockets* e para armazenar armamento. Nem uma palavra sobre esta questão. Nem uma palavra sobre o facto de as forças policiais do Hamas terem feito parte em tempos de uma organização militar que conduziu a uma luta armada contra Israel.

Senhor Presidente, só nos resta uma coisa a fazer com este relatório Goldstone: deitá-lo fora, e faze-lo já, também. Não devemos perder mais tempo com ele. Isto faz parte de um processo político que não pode continuar. Ponhamos fim a esta perseguição política ao Estado de Israel.

Gabriele Albertini (PPE). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a opinião pública está dividida em relação ao relatório Goldstone.

Concretamente, as forças armadas israelitas são acusadas de ter provocado deliberadamente a morte de inúmeros civis durante as operações de guerrilha urbana. Trata-se de uma acusação muito séria, que parece ignorar alguns factos inegáveis, como por exemplo, a distribuição de panfletos em toda a zona de batalha explicando que as casas que contivessem armas ou munições poderiam ser atingidas, assim como os avisos telefónicos e via rádio, incluindo nas frequências do Hamas, transmitidos antes de atacar edifícios identificados como depósitos de armas.

A chamada técnica do “*knock the roof*” foi também utilizada: se, depois de todos estes avisos, as forças aéreas ainda identificassem edifícios cheios de pessoas, seriam lançados pequenos explosivos, que eram sobretudo altamente ruidosos, e que serviriam para evacuar rapidamente os edifícios.

O exército israelita introduziu sinais de aviso para os civis de Gaza nunca antes utilizados por outros. Quem quer que tenha tido todas estas precauções não pode, em circunstância alguma, ser acusado de atingir deliberadamente civis.

Ontem, no mesmo dia, avistei-me com duas grandes figuras políticas: o Ministro dos Negócios Estrangeiros israelita, Avigdor Lieberman, na parte da manhã, e o Presidente da Autoridade Palestiniana, Abu Mazen, no final do dia. Em ambos os casos, o encontro decorreu num ambiente calmo e descontraído, deixando a esperança de, após tantas décadas de luta, se abandonar finalmente as armas a favor de um processo de paz.

Tal como ambos os governos solicitaram, a Europa deve manter o seu papel equilibrado de juiz imparcial, a salvo de posições ideológicas que só poderão inflamar mais os ânimos de ambos os lados.

IPRESIDÊNCIA: SCHMITT

Vice-Presidente

Richard Howitt (S&D). – (EN) Senhor Presidente, no ano passado, o Senhor Presidente e a Senhora Alta Comissária para os Direitos Humanos, Navi Pillay, vieram a este Parlamento e disseram-nos que o relatório Goldstone sobre as violações dos direitos humanos em ambas as partes em conflito de Gaza era circunstanciado, objectivo e obedecia às normas internacionais.

Portanto, tentemos não transformar este relatório numa fantochada. Trabalhemos com base nele. Falei pessoalmente, acompanhado de outras pessoas presentes neste debate, com representantes do Governo israelita, representantes da Autoridade Palestiniana e, na própria faixa de Gaza, com representantes da comissão criada pela Autoridade de facto, solicitando-lhes que cooperassem com Goldstone e levassem a cabo as suas próprias investigações, de forma independente e credível, a fim de chamar à justiça os responsáveis pelas violações cometidas. Falei com o Secretário de Estado adjunto dos EUA, Michael Posner, quando esteve cá, a fim de encorajar Israel a fazer o mesmo.

Aos nossos colegas da Presidência espanhola que se preparam para a votação nas Nações Unidas de sexta-feira, digo o seguinte: não procurem o consenso da UE a todo o custo. A ideia sugerida por alguns no sentido de uma abstenção unânime por parte da UE seria grotesca para todas as vítimas deste terrível conflito. Cumpre-nos negociar o melhor texto possível, contudo, devo dizer que espero que o número de países a votar “sim” seja superior aos cinco Estados da UE que votaram “sim” na última vez, de modo a manter o mesmo nível de pressão.

Esta investigação do Conselho de Direitos Humanos sobre alegadas violações do direito humanitário internacional – à semelhança da decisão do Tribunal Internacional de Justiça de 2004 sobre o princípio da separação – deve ser tratada com o estatuto próprio de decisões judiciais emanadas de órgãos criados ao abrigo de tratados internacionais que são.

Condeno o líder do Grupo Conservador neste debate, que apelidou a ONU de “fonte suspeita”. Trata-se de uma Organização que representa as mais elevadas aspirações de todos nós neste mundo e merece todo o nosso respeito.

Gostaria de dizer – numa União Europeia forjada na Guerra – que para nós, os crimes de guerra têm de ser submetidos a julgamento. Portanto, não basta o Secretário-geral das Nações Unidas comunicar ao Conselho de Segurança que “não foi possível determinar” a conduta de Israel e dos palestinianos. Essas alegações têm de ser apuradas e a Europa tem de mostrar determinação nesse sentido.

Frédérique Ries (ALDE). – (FR) Senhor Presidente, o objectivo deste debate não é fazer de nós procuradores e juízes daquilo que não estamos à altura de julgar. O nosso objectivo, que neste caso é duplo, é, em primeiro lugar, ajudar a determinar as responsabilidades de cada uma das partes na guerra de Gaza e, para além disso, com um olhar mais orientado para o futuro, diria, perguntar a nós próprios o que é possível dizer e fazer para facilitar o regresso ao diálogo.

No caso vertente, não creio que o relatório Goldstone seja construtivo a este respeito. Além do mais – e vale a pena lembrar isto porque é raro – esta foi a conclusão de todos os países europeus, em que nenhum o apoiou, contrastando com os procuradores de circunstância e grandes defensores das liberdades e dos direitos humanos que são a China, Paquistão, Arábia Saudita, Rússia e Cuba, para citar apenas alguns exemplos. O relatório é controverso, é parcial e não nos ajudará, quer queiramos quer não, a avançar.

Por outro lado, cabe a Israel decidir assumir as suas responsabilidades como Estado democrático e lançar luz sobre os acontecimentos na guerra de Gaza. Estão em jogo os seus interesses militares, diplomáticos e mediáticos – interesses que o estado hebraico soube defender no passado.

Jan Philipp Albrecht (Verts/ALE). – (DE) Senhor Presidente, regozijo-me com o facto de o Parlamento Europeu ter conseguido produzir uma resolução sobre o relatório Goldstone, que reúne um apoio razoavelmente alargado sem transferir simplesmente o conflito do Médio Oriente para Bruxelas. Se queremos manter a possibilidade de uma paz duradoura, cumpre-nos apelar ao que une todas as partes envolvidas, em vez de – como alguns estão a fazer aqui – realçar as fontes de divisão. A fonte de unificação é a aplicabilidade do direito internacional, em particular, no que respeita aos direitos humanos em todo o mundo.

Contudo, da mesma maneira que as partes em conflito têm de permitir e apoiar uma investigação independente, também a comunidade internacional tem de evitar fazer uma apreciação unilateral. Por conseguinte, há que deixar bem claro que a ideia de um lado endemoninhado – Israel – é inapropriada não só neste debate como de uma forma geral. As forças que tentam pôr em questão a legitimação do Estado de Israel têm de encontrar em nós, na Europa, uma clara oposição. Ao invés, as forças em Israel que lutam connosco pela paz, tolerância e direitos humanos no Médio Oriente têm de ser reforçadas. Daí a necessidade de esclarecer, aqui e agora, que consideramos os obstáculos colocados às ONG em Israel por parte de representantes do governo como o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Avigdor Lieberman, inaceitáveis. Essa política é prejudicial para o povo de Israel e, como tal, para a paz no Médio Oriente.

Charles Tannock (ECR). – (EN) Senhor Presidente, o relatório Goldstone foi encomendado pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, que está inundado de inimigos de Israel, pelo que dificilmente poderíamos esperar uma análise equilibrada. O Congresso dos EUA considerou o relatório Goldstone irremediavelmente parcial, e não merecedor de qualquer outra análise ou legitimidade. Não menciona o terrorismo do Hamas e ignora o facto de Israel estar a investigar 150 acusações de má conduta por parte das forças armadas israelitas (IDF) e de vir a chamar à justiça os malfetores.

Contudo, para além da controvérsia sobre este relatório, vive-se uma tragédia humana, a tragédia dos palestinianos que anseiam por líderes moderados e não corruptos que lhes tragam paz, segurança e prosperidade através de um acordo com Israel. Também não podemos esquecer a tragédia de civis no sul de Israel, constantemente sob a mira dos fanáticos da Jihadi do Hamas que entraram nas suas escolas ou lançaram os seus *rockets* mortais.

O Grupo ECR continua a defender a solução de dois Estados como a única solução sustentável a longo prazo para o conflito no Médio Oriente, no entanto o relatório Goldstone nada faz para nos aproximar dessa possibilidade.

Helmut Scholz (GUE/NGL). – (DE) Senhor Presidente, o direito de Israel à existência, a protecção do seu povo e os esforços para promover uma cooperação o mais estreita possível com Israel são, para mim, como alemão e político de esquerda, premissas políticas. Contudo, considero inaceitável que, desde há anos já, 1,5 milhão de palestinianos tenha sido colocado na maior prisão a céu aberto do mundo, reféns de uma política mal concebida. Qualquer pessoa ciente de que mais de 44% de crianças com idades inferiores a 14 anos vivem na Faixa de Gaza compreenderá o legado extremamente perigoso que esta política deixou para o futuro. Claro que a nossa intenção é esquecer a Guerra de 2008 e a política inumana que os civis sofreram. Por essa razão, defendemos uma investigação dos factos e a sua reparação.

Adoptar uma atitude relativista face à violação do direito humanitário internacional e isentar os seus autores das penas aplicáveis só conduzirá a mais ataques suicidas e guerras, alimentando assim a espiral de violência. A Europa não pode continuar a fechar os olhos. Logo, a implementação do relatório Goldstone, incluindo na Assembleia-geral das Nações Unidas, tem de continuar a ser para a UE um dever.

Lorenzo Fontana (EFD). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores, o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas aprovou o relatório Goldstone por uma esmagadora maioria.

Não obstante, os nomes de muitos dos países que formam esta grande maioria – China, Arábia Saudita, Paquistão – fazem-nos parar para pensar e deixam-nos apreensivos face a esta composição. Interrogamo-nos quando vemos que são estes países, que não são propriamente um exemplo em matéria de direitos humanos, a exortar Israel e o Hamas a efectuar investigações aprofundadas sobre as violações dos direitos humanos durante a “Operação Chumbo Fundido”.

Não queremos tomar o partido de qualquer uma das partes em conflito, optando por fazer um juízo equilibrado, transmitindo a necessidade de garantir a segurança de Israel dentro das suas fronteiras, bem como o direito à existência do Estado hebraico e do Estado palestiniano, e manifestando a nossa oposição ao recurso à violência, terrorismo e guerra como forma de resolução dos conflitos.

A nossa cultura cristã e a nossa concepção da humanidade e da história levam-nos a esperar que todas as violações cometidas sejam punidas com firmeza e equilíbrio.

Ria Oomen-Ruijten (PPE). – (NL) Já o disse em mais do que uma ocasião que, se não conhecermos ou reconhecermos o nosso passado, nunca poderemos construir um futuro. Isto aplica-se obviamente ao conflito no Médio Oriente.

Ouvi neste hemicycle muitas críticas ao relatório Goldstone. Conheço Richard Goldstone desde os tempos em que ele era um grande mediador, levando a cabo e liderando muitas investigações na África do Sul. Na minha opinião, Richard Goldstone é o primeiro exemplo de alguém que pode pôr os factos em cima da mesa de forma a propiciar uma conciliação. Infelizmente, a maneira como este relatório foi recebido não abre caminho a uma conciliação, parecendo, ao invés, criar uma maior polarização. Razão por que o relatório foi simplesmente ignorado.

Senhor Presidente, Israel ignorou as conclusões do relatório, mas, paralelamente, reconheceu que cometeu efectivamente erros, pagando uma indemnização às Nações Unidas pelos danos infligidos e processando alguns dos seus militares. Os palestinianos, por outro lado, não tomaram quaisquer medidas. Pergunto-me se a Comissão de Investigação criada em Ramallah está em posição de efectuar qualquer tipo de investigação credível em Gaza.

Senhor Presidente, na próxima sexta-feira terá lugar uma reunião nas Nações Unidas, e espero sinceramente que a nossa representante para a política externa consiga que a unidade e clareza prevaleçam na posição europeia. Cumpre-nos respeitar os direitos humanos, bem como os direitos de ambas as partes em qualquer circunstância. Senhor Presidente, se conseguirmos uma posição de unidade na sexta-feira, será para mim um motivo de satisfação e talvez esteja ao nosso alcance uma solução para o Médio Oriente.

Olga Sehnalová (S&D). – (CS) É sempre estranho comparar números que escondem o destino de seres humanos individualmente. A Operação “Chumbo Fundido” vitimou mais de mil habitantes de Gaza, enquanto fez treze vítimas entre as forças armadas israelitas. Será que precisamos de saber mais alguma coisa para concluir quem é o culpado e quem é a vítima nesta Guerra? Definitivamente, sim! Por exemplo, o facto de, depois de 2006, milhares de *rockets* terem sido disparados na Faixa de Gaza contra a população civil nas cidades de Israel e de estes terem sido lançados a partir de zonas densamente povoadas e também, sem dúvida alguma, a partir de edifícios públicos. Devemos fazer ainda outras perguntas. Como pode um Estado defender os seus cidadãos numa situação destas? É possível lutar com um exército contra terroristas que usam civis como escudos humanos? Se assim for, é possível evitar que os civis passem a ser vítimas? Que fez a comunidade internacional para impedir este tipo de terrorismo? Não existem, intencionalmente, padrões diferentes no domínio do respeito pelos direitos humanos? Encontrar uma resposta para estas importantes perguntas é um desafio para a política externa comum da UE. O objectivo desta política deve ser apoiar o diálogo, criar condições de confiança mútua e procurar uma solução pacífica sustentável para o Médio Oriente no seu conjunto. Proceder a um inquérito neutro sobre todas as circunstâncias que acompanharam e também precederam o conflito em Gaza poderia ser um passo na direcção certa.

Niccolò Rinaldi (ALDE). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o relatório Goldstone está destinado a ser uma pedra angular, cujas possíveis implicações para o futuro ainda não analisámos totalmente, inclusivamente no que respeita à afirmação do direito internacional, a que nós, liberais democratas, atribuímos grande importância.

Saudamos o pedido constante no relatório no sentido de pagar compensações às vítimas civis de um conflito desigual e de recorrer ao Tribunal Penal Internacional nos casos em que as partes não conduzam investigações verdadeiramente independentes e imparciais, como solicitado no passado mês de Janeiro por numerosas associações israelitas de direitos humanos. Estes são factos que poderão prejudicar inclusive um Estado como Israel, que parece ter deixado de se inspirar no extraordinário humanismo da grande cultura Hebraica da qual todos nós descendemos.

A verdade é que a violência continua a ser uma política desastrosa. O Hezbollah está mais forte depois do ataque ao Líbano e o Hamas é hoje mais forte em Gaza. Qualquer pessoa que tenha estado em Gaza depois do conflito, pôde testemunhar o enorme sofrimento das pessoas. Hoje, nós, europeus, temos também o dever de dizer, especialmente a Gaza: continuemos a ser humanos!

Frieda Brepoels (Verts/ALE). – (NL) Creio que o relatório Goldstone demonstrou claramente que tanto Israel como o Hamas cometeram violações dos direitos humanos durante o conflito de Gaza. A Assembleia-Geral da ONU já por duas vezes solicitou a ambas as partes que realizassem investigações independentes mas, decorridos catorze meses, tal pedido continua a ser ignorado quer pelo Governo israelita, quer pela parte palestiniana.

Também me questiono sobre a razão que leva a União Europeia a não velar pelo cumprimento do direito internacional. Por que motivo permite a UE que reine a impunidade naquela região? Se a União Europeia deixar passar estes crimes de guerra sem contestação, irá perder toda e qualquer credibilidade que lhe tenha merecido o respeito do direito internacional. O relatório em apreço não se ocupa da segurança de Israel.

Ocupa-se, sim, de graves violações dos direitos humanos. Como tal, não vejo razão alguma para não se aplicarem as recomendações nele contidas.

Consequentemente, apelo não só à Alta Representante mas também aos Estados-Membros para que enviem todos os esforços para garantir um seguimento adequado do relatório, no terreno. Afinal de contas, só assim poderemos dar oportunidade a que o restabelecimento das negociações de paz seja, de algum modo, coroado de êxito.

Peter van Dalen (ECR). – (NL) O relatório Goldstone é unilateral. Nele se tecem inúmeras críticas a Israel por ter, entre outras razões, disparado sobre alvos civis e económicos. No entanto, o Hamas terá utilizado indevidamente as infra-estruturas civis em causa. Infelizmente, o Sr. Goldstone não achou conveniente averiguar se, de facto, as coisas se tinham passado dessa forma. Como tal, não investigou os erros cometidos pelo Hamas, tendo, consequentemente, lançado duras críticas a Israel. Tal facto leva-me a não depositar grande confiança neste relatório, dado existirem outras fontes que sugerem que membros do Hamas se terão efectivamente entrincheirado em hospitais, ambulâncias e edifícios civis.

Senhor Presidente, termino, fazendo referência a um aspecto positivo. O relatório Goldstone faz inúmeras acusações que têm de ser investigadas. O Governo de Israel tomou, e bem, a iniciativa neste aspecto, tendo lançado uma investigação penal. Devemos congratular-nos com tal atitude. Receio, no entanto, que tenhamos de esperar ainda muito tempo até que o Hamas demonstre idêntico nível de autocritica.

Patrick Le Hyaric (GUE/NGL). – (FR) Quer nos agrade ou não, o relatório Goldstone foi aprovado pela Assembleia-Geral das Nações Unidas e não vejo por que motivo deveriam existir dois pesos e duas medidas em matéria de direito internacional. O direito internacional é só um, e no relatório Goldstone emprega-se o termo "crime de guerra", algo que, aliás, todos puderam presenciar nos ecrãs de televisão. Até mesmo os soldados israelitas testemunharam ter recebido ordens no sentido de disparar sobre civis.

Nestas circunstâncias, a União Europeia e o nosso Parlamento devem criar as condições necessárias para que o Governo israelita cumpra o direito internacional, recorrendo se preciso for à suspensão do artigo 2.º do Acordo de Associação UE-Israel, como sanção. O artigo em causa prevê que "As relações entre as partes, (...) baseiam-se no respeito dos princípios democráticos e dos direitos do Homem, (...)". Tão simples quanto isto. Só falta aplicá-lo.

A União Europeia deve, pois, deixar bem clara a sua determinação de submeter o assunto à apreciação do Tribunal Penal Internacional se nada for feito, em conformidade com a recomendação contida no relatório Goldstone. Por último, o nosso Parlamento tem de tomar uma decisão relativamente a uma questão de importância fundamental: queremos um mundo harmonioso em que a justiça e a paz se tornem finalmente soberanas ou, pelo contrário, privilegiamos a lei da selva, representada pela política da força? Temos de assumir as nossas responsabilidades perante os povos da Europa e de todo o mundo.

Morten Messerschmidt (EFD). – (DA) Senhor Presidente, o assunto que hoje nos ocupa – o relatório em apreço – constitui um capítulo particularmente embaraçoso na história das Nações Unidas. Quem, em sã consciência, é capaz de debater a questão do conflito de Gaza sem referir os milhares de foguetes Qassam que durante oito anos foram disparados sobre os pacíficos cidadãos de Israel? Quem, em sã consciência, é capaz de debater esta questão sem mencionar as centenas de túneis que existem entre o Egipto e a Faixa de Gaza e outros locais, através dos quais se faz o contrabando de armamento, com vista a prejudicar os interesses judaicos em Israel? Quem, em sã consciência, é capaz de elaborar um relatório como este sem aludir ao facto de Israel possuir um sistema jurídico que funciona, ao passo que na Palestina nem um só assassino, nem um só terrorista alguma vez foi chamado a responder pelos seus crimes? A resposta a estas três perguntas é uma só: o Juiz Goldstone. Isto é um escândalo! Trata-se de um assunto embaraçoso para o sistema das Nações Unidas, e o simples facto de o estarmos a debater neste Parlamento torna-o igualmente embaraçoso para a União Europeia.

Proinsias De Rossa (S&D). – (EN) Senhor Presidente, ao ouvir este debate, torna-se difícil perceber que relatório é que alguns dos oradores terão lido, mas não foi certamente o mesmo que eu.

Israel nega a este Parlamento o direito democrático de se reunir com membros do Conselho Legislativo Palestiniano em Gaza, do mesmo modo que nega o acesso aos nossos ministros dos Negócios Estrangeiros. Um militante do Hamas foi assassinado, muito provavelmente, por agentes israelitas que utilizavam passaportes europeus falsos, violando assim a soberania irlandesa, francesa, alemã e também a do Emirato do Dubai. Israel trata-nos com desprezo, o que não é surpreendente, dada a impunidade com que continua a violar os direitos de milhões de palestinianos.

A prova de fogo do nosso compromisso com os direitos humanos e com o primado do direito está na nossa resposta ao relatório Goldstone. Nele se conclui que o cerco de Gaza constitui uma punição colectiva dirigida à população local, e que a Operação "Chumbo Fundido" visava dar prosseguimento a essa política. A Missão de inquérito encontrou provas de tortura intencional, de tratamento desumano, e ainda de inflicção deliberada de grande sofrimento humano. O relatório recomenda o recurso ao Tribunal Penal Internacional, bem como a insistência, por parte do Quarteto de Paz para o Médio Oriente, no primado do direito.

Apoio o apelo feito no relatório Goldstone aos Estados-Membros partes nas Convenções de Genebra, nos quais, devo dizer, se inclui a Irlanda, no sentido de instaurar acções penais nos tribunais nacionais contra os alegados autores de crimes de guerra.

Se me é permitido fazer uma correcção antes de terminar, direi que tem sido aqui repetidamente afirmado que o relatório Goldstone não menciona os foguetes disparados pelo Hamas contra Israel. Contudo, na página 31, refere-se o impacto que tiveram sobre a população civil os ataques de foguetes e morteiros perpetrados por grupos armados palestinianos, no sul de Israel.

Hannu Takkula (ALDE). – (FI) Senhor Presidente, como membros da União Europeia, temos de ter sempre presentes os valores pelos quais a Europa se rege. São eles a democracia, os direitos humanos e a liberdade de opinião, princípios aos quais devemos ser fiéis em qualquer parte do mundo.

O relatório Goldstone propunha-se empreender um estudo imparcial, mas lamentavelmente falhou na concretização desse objectivo. Tal facto, além de ser reconhecido por todas as partes familiarizadas com o relatório, está também patente no próprio material que lhe serviu de base.

Também não nos podemos esquecer que na origem de tudo isto estão países como Cuba, o Paquistão, o Egipto e a Arábia Saudita, que não reconhecem os mesmos valores em que se inspiram a União Europeia e Israel.

Estou bastante chocado com os comentários aqui emitidos pelo senhor deputado De Rossa e a senhora deputada De Keiser. Pergunto-me mesmo que relatório terão ambos lido. Se sabem – como de facto sabem – alguma coisa sobre a guerra civil entre o Hamas e o Fatah, e o número de vidas humanas dizimadas nesse conflito, decerto concordarão que devemos intervir no processo que permitirá ao povo palestiniano não só encontrar uma liderança e uma voz comum, mas também começar a construir o seu próprio país, em vez de o destruir, bem como à sociedade democrática israelita, disparando foguetes contra ela.

Gostaria de dizer que o relatório em apreço é, infelizmente, uma mancha na história das Nações Unidas. Nós, Europeus, também não nos podemos esquecer que Ghilad Shalit, um europeu, francês, e soldado israelita, ainda se encontra prisioneiro do Hamas, e que temos de exercer pressão com vista à sua libertação. Deverá ser esse o nosso primeiro passo.

Geoffrey Van Orden (ECR). – (EN) Aqueles, de entre nós, que são amigos de Israel terão provavelmente questionado muitos dos aspectos de que se revestiu a intervenção israelita em Gaza, mas não o direito de Israel de se defender e tomar medidas eficazes contra aqueles que planeiam e executam actos de terrorismo contra o Estado judaico.

Tenho uma enorme simpatia pelo povo palestiniano comum. No entanto, desde há sessenta anos que este vê as suas expectativas serem defraudadas, quer por aqueles que se intitulam seus líderes, quer por aqueles, de entre eles, que têm como profissão o terrorismo.

Desde o início que se tornou evidente que um relatório emanado do dúbio Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas – e foi esse, Senhor Deputado Howitt, o órgão que o líder do nosso grupo criticou e não a ONU; receio bem que o ponto partidário mesquinho que o senhor marcou tenha sido, afinal, bastante insignificante – se traduziria numa condenação unilateral de Israel. Se por um lado nele se impõem pesadas exigências ao Estado judaico, por outro, pouco se diz sobre o Hamas. O relatório não exige o fim do terrorismo e dos ataques a Israel, limitando-se a pedir aos pretensos grupos armados palestinianos que renunciem aos ataques contra civis israelitas e que procurem evitar prejudicar a população civil palestiniana.

Num relatório de 554 páginas, não vejo nada que ofereça propostas construtivas, concretas, para uma paz e uma estabilidade duradouras. Em vez disso, constatamos que se recorre à retórica dos direitos humanos e aos instrumentos do TPI para atacar Israel, e devo dizer que uma tal distorção não dignifica as Nações Unidas.

Alexandra Thein (ALDE). – (DE) Senhor Presidente, nenhuma das partes em conflito cumpriu até agora as exigências das Nações Unidas, no sentido de realizar investigações independentes e dignas de crédito sobre

as graves violações do direito humanitário internacional relatadas no relatório Goldstone. Trata-se de uma atitude lamentável, sobretudo da parte de Israel, já que, por muito controverso que seja o referido relatório, é obrigação de qualquer Estado que se auto-intitule um Estado de direito democrático permitir que acusações de uma tal gravidade sejam sujeitas a uma investigação independente.

Se a União Europeia leva a sério os seus próprios princípios do respeito pelos direitos humanos e pelo direito internacional, deve exercer maior pressão sobre ambas as partes – incluindo no contexto das suas relações bilaterais –, insistindo para que as investigações exigidas relativamente a possíveis violações do direito internacional e humanitário sejam realizadas de acordo com os princípios do primado do direito. Tal como já aqui foi referido inúmeras vezes, os crimes de guerra devem ser punidos em conformidade com o direito internacional. Se necessário, o Procurador do Tribunal Penal Internacional terá de levar a cabo as investigações nos termos do artigo 12.º, n.º 3, do Estatuto de Roma. No entanto, independentemente do relatório Goldstone, não existe, de momento, qualquer razão para prosseguir com o cerco de Gaza.

Miroslav Mikolášik (PPE). – (SK) O relatório Goldstone, cujas conclusões e recomendações são hoje objecto do nosso debate, ignora o direito de Israel à autodefesa. A intervenção israelita na faixa de Gaza, ocorrida no ano passado, foi uma medida severa e, pessoalmente, lamento todas as vítimas do conflito e respectivas famílias. No entanto, não nos podemos esquecer de que se tratou de uma resposta final a anos de ataques palestinianos contra uma região densamente povoada de Israel.

O Hamas anunciou recentemente que está pronto para encetar o diálogo com a comunidade internacional, incluindo a União Europeia e os Estados Unidos. Gostaria de lançar um forte apelo, no sentido de não alimentarmos tal ideia até que o referido grupo reconheça inequivocamente o direito de Israel a existir e renuncie à violência. As vítimas deste conflito de longa data merecem o nosso profundo pesar, mas é essencial que tenhamos um parceiro palestiniano fiável para as negociações de paz, ou seja, um representante legítimo do povo palestiniano, responsável e digno de confiança. Até que isso aconteça, ocupar mais umas quantas centenas de páginas com recomendações internacionais será pura perda de tempo.

Gostaria igualmente de realçar o papel do Egipto, país que terá de tomar medidas enérgicas para impedir que qualquer tipo de ajuda, sob a forma de armamento contrabandeado através de túneis até Gaza, chegue às mãos dos terroristas.

Antigoni Papadopoulou (S&D). – (EL) Senhor Presidente, o relatório Goldstone não deixa margem para dúvidas. A política de igualdade de tratamento para ambas as partes não está a resultar. Gaza foi, e continua a ser, palco de uma série de crimes. Grassam a pobreza e a miséria e verifica-se um flagrante desrespeito pelos direitos humanos do povo palestiniano. Há testemunhas desta situação. Há relatórios da Cruz Vermelha, do Banco Internacional e do Conselho da Europa sobre crimes contra os palestinianos, sobre o empobrecimento financeiro e ainda sobre as condições de vida desumanas em Gaza.

Não devemos fazer vista grossa. Há vários anos a esta parte que a humanidade tem vindo a testemunhar actos de violência contra os palestinianos. A máquina de guerra israelita tem vindo a desferir ataques impiedosos, sob o pretexto da autodefesa. O povo palestiniano está a sofrer.

Também condenamos com veemência o assassinio de civis em Israel. No entanto, isso não significa que este país tenha o direito de, invocando autodefesa, continuar a cometer uma onda de crimes contra o povo palestiniano. A morte desses civis não lhe fornece um alibi para a prática de tais actos criminosos.

É claro que não somos delegados do ministério público, nem o papel de Pôncio Pilatos nos assenta bem. Não podemos lavar daí as nossas mãos, permitindo que o sangue continue a ser derramado e que os crimes de Israel permaneçam impunes. Ao desejarmos ser respeitadores, abstendo-nos de tomar as medidas necessárias, estamos a dar azo a que a desresponsabilização criminal se instale. Estamos a consentir na impunidade do autor do crime e a agir levemente para com a vítima. Estamos a permitir que a lei do mais forte prevaleça.

Michael Theurer (ALDE). – (DE) Senhor Presidente, o relatório Goldstone descreve violações dos direitos humanos levadas a cabo por ambas as partes. Mais de 1 400 vítimas na Faixa de Gaza é, obviamente, um número excessivo. Contudo, também estou certo de que, se não fossem os ataques de foguetes sobre Israel, não teria havido qualquer resposta militar. No decurso de uma visita no terreno, efectuada pela Delegação para as Relações com Israel, pudemos constatar que o Estado judaico não encara a acção militar com leviandade. A principal acusação do relatório Goldstone – a de que Israel atacou civis de forma deliberada e contínua – não é válida. A questão de saber até que ponto o Hamas utilizou civis como escudos não foi adequadamente investigada. No entanto, o relatório refere que o exército israelita difundiu avisos, através

de chamadas telefónicas e de folhetos, ao passo que o Hamas não fez nada de semelhante em relação aos ataques de foguetes lançados contra Israel.

Contudo, também devemos perguntar se a própria ONU fez o suficiente em Gaza, para impedir, por exemplo, que os foguetes do Hamas fossem disparados de locais próximos das suas instalações. Não me parece que o relatório Goldstone constitua uma base para a ocorrência de novos ataques terroristas a Israel – não justifica uma tal eventualidade. No entanto, talvez não tenha vindo ajudar grande coisa. É óbvio, porém, que aqui no Parlamento Europeu devemos exigir respeito pelos direitos humanos e apelar a ambas as partes para que regressem ao processo de paz.

Nicole Kiil-Nielsen (Verts/ALE). – (FR) Senhor Presidente, em Israel, o trabalho do Juiz Goldstone está a ser demonizado e completamente desacreditado aos olhos dos cidadãos. Paralelamente, está em curso uma violenta campanha de difamação contra os defensores dos direitos humanos, nomeadamente o *New Israel Fund*, uma fundação responsável pelo financiamento das principais organizações de defesa dos direitos humanos naquele país, e em particular contra a sua presidente, Naomi Chazan, ex-deputada da Knesset, académica e intelectual, conhecida pela sua dedicação à causa dos direitos das mulheres e da paz.

Treze grupos pacifistas, entre os quais *Bethlehem* e *Breaking the Silence*, estão a ser vítimas de uma verdadeira caça às bruxas. A União Europeia deve prestar um apoio incessante aos defensores dos direitos humanos, seja em que país for, incluindo obviamente Israel, nação cuja impunidade constitui um insulto aos valores democráticos. A União Europeia deve proteger Israel dos seus próprios demónios.

Robert Atkins (ECR). – (EN) Senhor Presidente, há culpa de ambas as partes mas, do lado Israelita, há também uma reacção exagerada face ao presente relatório e, a bem dizer, face à Operação Chumbo Fundido. Richard Goldstone é um juiz respeitado, de considerável reputação e, além disso, judeu. Sem dúvida que o relatório apresenta falhas, mas Israel deve reconhecer que as críticas se baseiam, na sua essência, em factos. Basta ouvir o testemunho dos soldados israelitas que admitem as suas dúbias actividades, de carácter ocasional, na organização *Breaking the Silence*.

Em consequência deste inquérito, Israel foi forçado a reconhecer o uso de fósforo branco. Então por que motivo não houve uma verdadeira investigação dos actos cometidos por alguns dos seus soldados, que estiveram envolvidos em potenciais – senão mesmo verdadeiros – crimes de guerra? O Conselho Legislativo Palestiniano admitiu as violações que cometeu; já Israel, quer nesta matéria, quer também no que diz respeito ao assassinio recentemente ocorrido no Dubai, tem de deixar de ser tão arrogante e aceitar a justificada apreensão de um sem número de pessoas sensatas e decentes por esse mundo fora.

Seán Kelly (PPE). – (EN) Senhor Presidente, parece-me que as três palavras-chave neste debate são: "independente", "igual" e "neutro". É necessário que haja uma investigação independente sobre alegadas violações dos direitos humanos. Os autores dessas violações deverão ser sujeitos a igual condenação; e, acima de tudo, torna-se necessário encontrar uma voz forte e neutra que sirva de mediadora neste lamentável conflito – voz essa que, infelizmente, não existe de momento, porque a posição da grande maioria das nações poderosas é já sobejamente conhecida.

Penso que se abre assim para a Alta Representante e para o detentor do recém-criado cargo de Presidente do Conselho uma excelente oportunidade de fornecer essa voz neutra, à semelhança, diria, do que George Mitchell fez na Irlanda do Norte e que teve como resultado não só a paz que temos actualmente mas também o facto de pessoas que durante anos se guerrearam e mataram umas às outras estarem hoje juntas no governo. A Alta Representante tem, pois, ao seu alcance essa mesma oportunidade de fornecer a tal voz neutra, independente e justa de que, infelizmente, tanto carecemos.

Diane Dodds (NI). – (EN) Senhor Presidente, se me permite, pediria ao senhor deputado Kelly para esclarecer melhor as suas afirmações, o que estou certa ele fará de bom grado. O partido que represento na Irlanda do Norte está, sem dúvida, no governo, e é um partido que tem sido inteiramente pacífico e não tem andado aos tiros nem a matar pessoas.

Contrariamente ao que tem sido feito pelo IRA e pelos seus representantes políticos.

Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho. – (ES) Senhor Presidente, houve um debate, creio que de um grande pluralismo, em torno, não apenas do relatório Goldstone em si, mas também da situação previamente existente e que desencadeou a sua elaboração.

Creio que podemos reiterar por parte da Presidência que o relatório Goldstone constitui um ponto de referência, tal como já foi referido por parte do Conselho e tal como, em nome da Comissão, a Senhora

Comissária Georgieva referiu na sua intervenção, que muito agradeço. Estamos perante um relatório sério e fiável, que parece ser objectivo e que alerta para a existência, ou possível existência, de gravíssimas violações dos direitos humanos provenientes de diferentes partes do conflito.

Perante o conteúdo do relatório Goldstone, a União Europeia não pode ficar indiferente. Um relatório que, de forma objectiva e credível, menciona a possibilidade de violações muito graves dos direitos humanos não pode deixar ninguém indiferente na União Europeia.

Assim sendo, estamos convictos de que a proposta que surge deste relatório – no sentido de serem conduzidas investigações independentes e credíveis – constitui a via mais adequada para lhe responder, pois trata-se de um relatório importante e que deve exercer impacto em todos nós. Deve causar reacção em todos aqueles como nós, na União Europeia e no Parlamento, que acreditam nos direitos humanos e na sua defesa. Há, portanto, que reagir às violações extremamente graves dos direitos humanos que tiveram lugar neste caso.

Vai ter lugar o debate sobre este relatório, e é nossa convicção que também devemos apoiar o debate no seio das Nações Unidas. Vai igualmente ser debatido no Conselho dos Direitos Humanos. Podemos referir que o Tratado Penal Internacional se encontra igualmente a trabalhar neste caso e a proceder a investigações. Penso que, nesta perspectiva, a União Europeia deverá manter uma posição construtiva e coordenada relativamente aos factos gravíssimos de que o relatório Goldstone dá conta, sendo esta a atitude da Presidência do Conselho.

Kristalina Georgieva, Membro da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, se me permite, começarei por afirmar com clareza que a Comissão tem vindo a manifestar com coerência e de modo veemente a sua enorme preocupação relativamente à situação humanitária em Gaza. O meu antecessor, Senhor Comissário Louis Michel, seguiu para Gaza imediatamente após a operação "Chumbo Fundido". Testemunhou violações de ambos os lados e veio aqui erguer a sua voz de repúdio.

Nós, na Comissão, estamos sempre prontos para colocar dois tipos de questões no topo da nossa agenda. Em primeiro lugar, a necessidade de a legislação humanitária internacional ser integralmente respeitada por todas as partes envolvidas. Em segundo lugar, a necessidade de assegurar que os esforços de assistência chegam efectivamente às pessoas em Gaza.

Desde o conflito, em Janeiro do ano passado, a UE deixou claro que vamos seguir de perto as investigações às alegadas violações da legislação humanitária internacional, e a Comissão chamou e continua a chamar a atenção para a importância de os responsáveis serem responsabilizados e para a necessidade de nos opormos à impunidade das violações do direito internacional.

No contexto do processo de paz no Médio Oriente, o respeito pelos direitos humanos e pela legislação humanitária internacional continua a ter a importância que sempre teve – talvez até mais do que alguma vez teve.

Para que a UE seja um parceiro credível no processo de paz, é necessário demonstrar que aplica os valores fundamentais da UE em todos os contextos e que respeita o acervo da legislação internacional em todas as circunstâncias. Permitam-me mais uma vez reiterar, em apoio da Presidência, que uma posição comum da UE relativamente às questões suscitadas no relatório Goldstone seria um passo muito importante nessa direcção.

Presidente. – Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na próxima sessão.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

Corina Crețu (S&D), por escrito. – (RO) O relatório Goldstone, relativo a uma situação extremamente controversa e que desencadeia fortes paixões, não consegue obter o consenso entre as partes envolvidas no que respeita aos confrontos que ocorreram em Dezembro de 2008 e Janeiro de 2009 entre o exército israelita e militantes palestinos na Faixa de Gaza, uma área dominada pelo Hamas, confrontos esses que causaram sofrimento de ambos os lados. Independentemente da posição das partes envolvidas em relação ao relatório Goldstone, espero que este não seja usado como pretexto para dificultar os debates que pretendem solucionar, de vez e pacificamente, o problema palestino. Na verdade, a prioridade na região é no sentido de reiniciar as conversações de paz, o que implicará, como tem sido o caso até agora, tanto a União Europeia como os Estados Unidos da América. As soluções a alcançar devem garantir ao Estado de Israel a sua existência na região e dar aos palestinos a garantia de que conseguirão viver com dignidade no seu próprio Estado

viável, democrático e independente. A União Europeia deverá estar preparada para assumir uma maior responsabilidade neste processo, de modo a estabelecer relações normais entre Israel e a Palestina. Creio que nos devemos recordar do ponto mais importante levantado no relatório Goldstone: nada pode justificar o sofrimento de pessoas indefesas, e o diálogo é a forma preferível de pôr fim a esta situação, em vez da via da confrontação e do uso da força.

Andreas Mølzer (NI), *por escrito*. – (DE) Em 5 de Novembro de 2009, a Assembleia-Geral da ONU aprovou o relatório Goldstone e aprovou a Resolução 64/10. Estes documentos exortam Israel e os palestinianos a investigarem, no prazo de três meses, possíveis violações dos direitos humanos durante o conflito em Gaza. Infelizmente, nem Israel nem os palestinianos deram ainda seguimento a esta solicitação. Estamos perante uma enorme vergonha, pois o relatório Goldstone dá-nos uma lista muito extensa de desmandos e crimes de ambos os lados. Segundo o relatório, durante os ataques, que duraram três semanas, Israel cometeu graves violações do direito internacional. Houve civis atacados indiscriminadamente e houve casas bombardeadas. Foi igualmente referida a utilização de bombas de fósforo, algo que é condenado pela comunidade internacional. Segundo o relatório, os Palestínianos, por sua vez, usaram foguetes e morteiros para matar deliberadamente civis. As acusações são tão graves que é imperativo que sejam investigadas, e rapidamente. Como o Conselho de Segurança das Nações Unidas rejeitou o relatório Goldstone, não podemos assumir que a recomendação nele contida de remeter a questão para o Tribunal Penal Internacional (TPI), em Haia, seja seguida. Exorto, portanto, em nome da UE, a nova Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Baronessa Ashton, a aplicar uma grande pressão a ambas as partes do conflito, solicitando-lhes que procedam à referida investigação sobre os seus crimes.

Róza, Gräfin von Thun Und Hohenstein (PPE), *por escrito*. – (PL) Senhor Presidente, o relatório do juiz Goldstone está a ser apresentado na cena internacional como sendo um documento objectivo sobre a operação na Faixa de Gaza, no Inverno de 2009. Entretanto, segundo várias fontes, não foi elaborado de forma a permitir que nos possamos referir a ele com a consciência tranquila. Gostaria de mencionar vários aspectos para que o embaixador Dore Gold chamou a atenção durante um debate com o Sr. Goldstone, na Universidade de Brandeis, e que também foram salientados pelo Ministro israelita dos Negócios Estrangeiros.

Ao que parece, os membros da missão vinham manifestando as suas convicções sobre o conflito mesmo antes de a missão ter tido início, e quando se encontravam na Faixa de Gaza foram acompanhados por representantes do Hamas, em cuja presença as testemunhas foram entrevistadas. O juiz Goldstone não deu mostras do devido cuidado aquando da apreciação das provas. Também parece injusto que as palavras das autoridades israelitas, citadas no relatório, não sejam consideradas fiáveis, enquanto a posição das autoridades de Gaza, como o Hamas, não suscita qualquer dúvida aos membros da missão.

À luz das críticas expostas ao relatório Goldstone, exorto a Comissão e o Parlamento Europeu a assegurarem que a opinião pública europeia tenha a possibilidade de se familiarizar com os argumentos de ambos os lados sobre a situação na Faixa de Gaza. A União Europeia esforça-se por que as relações económicas com Israel sejam as melhores possível. Daí ser ainda mais importante que consigamos construir as nossas relações numa base de confiança mútua. Confiar apenas no relatório do juiz Goldstone não vai contribuir para isso.

PRESIDÊNCIA: BUZEK

Presidente

18. Situação da sociedade civil e das minorias nacionais na Bielorrússia (debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia o debate sobre as declarações do Conselho e da Comissão sobre a situação da sociedade civil e das minorias nacionais na Bielorrússia.

Diego López Garrido, *Presidente em exercício do Conselho*. – (ES) Muito obrigado, Senhor Presidente, por me dar a oportunidade de intervir neste ponto da ordem do dia sobre a situação da sociedade civil e das minorias nacionais na Bielorrússia.

Não há dúvida de que a União Europeia está muitíssimo preocupada com a deterioração da situação na Bielorrússia, em especial no que se refere aos direitos humanos.

A falta de liberdade de expressão e de reunião, a pressão crescente sobre a comunicação social, as leis que restringem o uso da Internet e as acções contra militantes da oposição estão a deteriorar e a agravar a situação dos direitos humanos na Bielorrússia.

Na sua declaração em 16 de Fevereiro, no mês passado, a senhora Baronesa Ashton, Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, também manifestou a sua preocupação relativamente à situação da minoria polaca na Bielorrússia, e sobre a detenção pela polícia de alguns membros desta minoria. Esta declaração, esta posição formal da Alta Representante, foi também enviada às autoridades da Bielorrússia através dos canais diplomáticos oficiais.

Na segunda-feira, tivemos oportunidade de debater este assunto no Conselho dos Assuntos Externos, e conseguimos ter um debate aprofundado que, estou certo, se repetirá no futuro. Houve, por acaso, uma intervenção do ministro polaco, em que este manifestou a sua preocupação e o seu sentido de que havia uma necessidade de reagir e tomar uma posição em relação ao assédio sistemático dos elementos da minoria polaca. É preciso dizer também que os diferentes quadrantes da União Europeia estão, sem a menor dúvida, muito preocupados, e acompanham esta situação de forma muito directa e de muito perto.

Creio que é muito importante transmitir às autoridades da Bielorrússia, que devem respeitar os compromissos, assumidos no âmbito da OSCE, de respeitar os direitos humanos e de proteger as minorias, enquanto parte essencial do respeito pelos direitos humanos. No Conselho dos Assuntos Externos a que me referi, houve um pedido expresso, endereçado aos ministros europeus, no sentido de estes chamarem a atenção das autoridades da Bielorrússia para esta situação através dos canais apropriados e nas instâncias adequadas.

Penso que é do interesse comum da Bielorrússia, da União Europeia e de todos os europeus que consigamos ter alguma influência para pôr cobro a estas acções, que são contrárias aos direitos humanos e aos direitos das minorias, muito importantes e significativas na Bielorrússia. Ao mesmo tempo, penso que é importante para a Bielorrússia poder trabalhar na direcção certa, sendo todas as dimensões da Parceria Oriental uma oportunidade para influenciar a Bielorrússia na direcção certa, incluindo o aspecto multilateral.

Kristalina Georgieva, Membro da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, na sequência da declaração da Presidência da UE, que, efectivamente, se refere à posição que a Alta Representante, Baronesa Ashton, expressou sobre a questão, de forma muito clara e muito vigorosa, permita-me acrescentar a preocupação com a deterioração da situação dos direitos humanos na Bielorrússia, em particular no que diz respeito à minoria polaca.

O retrocesso lamentável do avanço da democracia na Bielorrússia, nos últimos anos, constitui um assunto muito grave, mas, posto isto, devemos também continuar envolvidos com a Bielorrússia, e temos de manter canais de comunicação abertos, por muito difícil que possa ser, não necessariamente apenas através de canais relacionados com o Governo - podemos, evidentemente, tomar como base a Parceria Oriental e usá-la - mas também através de contactos com as pessoas. Esses contactos podem ser os mais importantes a prosseguir na Bielorrússia, por meio de intercâmbio de estudantes, através de oportunidades de negócios e intercâmbio cultural através da apresentação de uma plataforma de compromisso com o povo da Bielorrússia e como forma de agarrar uma oportunidade para promover a democracia na Bielorrússia.

Para finalizar, permita-me referir que, apesar deste recuo dos últimos dois anos, a Comissão gostaria de manter o empenhamento e prosseguir, através da sua interacção com a Bielorrússia, uma aceleração de evolução positiva, colocando este processo novamente nos carris, tal como este se encontrava há dois anos atrás.

Gunnar Hökmark (PPE). – (EN) Senhor Presidente, os meus agradecimentos à Presidência espanhola e à Comissão pelas suas palavras referentes a esta situação.

Penso que há um aspecto que temos de deixar claro: aquilo de que estamos a falar não é um incidente isolado – trata-se de acções de uma ditadura, de um regime brutal que tanto nega os direitos às minorias como aos seus cidadãos individuais. É assim que as coisas estão na Bielorrússia, e eu acho que deve ser o ponto de partida para os nossos debates sobre o diálogo com o regime.

Um diálogo deve ser recíproco. Quando mostramos abertura, precisamos exigir que o regime da Bielorrússia faça o que é preciso e este não realizou as mudanças e as reformas que devia ter feito. Quero referir e sublinhar que esta não é uma questão polaca. A Bielorrússia é vizinhança da União Europeia. Está incluída na Parceria Oriental. Este é um problema europeu e, pelas suas acções actuais, o regime da Bielorrússia está a distanciar-se do diálogo aberto e de cooperação com a União Europeia.

Vamos exigir, antes de mais, de um mofo fundamental, o respeito pelas minorias, o respeito pelos direitos humanos, a paragem da brutalidade policial e a vontade de ter um diálogo construtivo com a União Europeia. Creio que esta mensagem deve ficar clara para o regime. O nosso diálogo deve ser um diálogo para a

democracia e os direitos humanos e, naturalmente, devemos virar-nos para a sociedade civil, porque a Bielorrússia é muito mais do que o regime. São as pessoas que vivem na Bielorrússia - os estudantes, os homens e as mulheres, a sociedade. Penso que o que temos visto ultimamente provou que temos de prosseguir com um diálogo orientado para a sociedade civil a fim de reforçar a liberdade e a democracia, bem como o respeito pelos direitos humanos.

Kristian Vigenin (S&D). – (EN) Senhor Presidente, permita-me, em nome do Grupo dos Socialistas e Democratas, expressar a nossa preocupação com a situação dos direitos humanos na Bielorrússia e, em particular no que diz respeito aos recentes acontecimentos com a União dos Polacos. Gostaríamos também de expressar a nossa solidariedade com todos os cidadãos da Bielorrússia, que não são capazes de desfrutar dos seus direitos cívicos e humanos. Estamos a falar de um país europeu do século XXI. Penso que esta é uma questão que não é aceitável e que todos estamos de acordo a este respeito.

Este é o ponto de partida. As principais questões que temos de colocar, agora, são, em primeiro lugar, para onde queremos levar a Bielorrússia e, em segundo lugar, como podemos fazê-lo. Quanto à primeira questão, penso que todos podemos concordar: nós queremos ver uma Bielorrússia democrática, queremos ver as autoridades bielorrussas democraticamente eleitas -, o parlamento, o presidente, governos e representantes locais, queremos ver essas autoridades, a criar um ambiente livre e criativo na Bielorrússia, e, claro, queremos ver o país a aproximar-se da UE.

A segunda questão é saber como podemos conseguir isso. A União Europeia tem mudado a sua política em relação à Bielorrússia, partindo do isolamento para a aproximação, e parece que esta política está a produzir alguns resultados. Naturalmente, não é suficiente, não está a ser feito de forma suficientemente rápida, e nós vemos a evolução, como no passado duas semanas, mostra que temos de ser muito mais comprometidos.

O que eu descobri, enquanto presidente da delegação Euronest e presidente da delegação que vai amanhã à Bielorrússia para ver a situação no terreno, é que falta uma estratégia conjunta entre as três principais instituições: Conselho, Comissão e Parlamento. Precisamos dessa estratégia, a fim de reforçarmos os esforços mútuos e, realmente, precisamos de um diálogo político, precisamos de um roteiro para a Bielorrússia, algo de muito concreto, e não apenas recomendações gerais, mas um plano de acção - um roteiro - ao qual a Bielorrússia possa aderir. Este é um caminho para continuar e não basta fazê-lo apenas no âmbito da cooperação económica e da Parceria Oriental..

Gerben-Jan Gerbrandy (ALDE). – (NL) Também eu considero o debate desta noite como uma questão mais de tipo regional. Vimos que Yanukovich foi eleito na Ucrânia. Trata-se claramente de um presidente que olha mais para Moscovo do que para Bruxelas. Não podemos permitir que a sua visita, na próxima semana, venha lançar areia para os nossos olhos.

Na minha opinião, o que está acontecer agora na Bielorrússia e o tipo de acções que Lukashenko se atreve a tomar quando se trata da minoria polaca no país, são indícios de que também ele está a olhar demasiado para Moscovo, mais do que para o Ocidente. Ao fazê-lo, evidentemente que se sentiu capaz de despojar uma minoria de um Estado-Membro dos seus direitos humanos fundamentais. Como é isto possível? Esta é, obviamente, uma consequência de a Europa ter estado demasiado de costas voltadas para o Leste. Não temos estado suficientemente abertos para a ideia de um verdadeiro acesso a estes países. Naturalmente, devemos condenar com firmeza o que a Bielorrússia está a fazer à sua minoria polaca, mas devemos também flexibilizar um pouco mais a nossa política e funcionar com um regime de vistos menos restritivo. Olhemos para a nossa política energética e sintonizemo-la mais com países como a Bielorrússia e a Ucrânia.

Esse é o apelo que faço: que a Europa vire mais a sua atenção para estes países. Essa atitude terá um impacto muito maior sobre a sua evolução política interna do que estar a condená-los de forma muito dura, deixando Moscovo à vontade para actuar.

Heidi Hautala, em nome do Grupo Verts/ALE. – (FI) Senhor Presidente, a razão fundamental por que este assunto está na ordem do dia é, sem dúvida, a manifestação pacífica, em que 40 representantes da União dos Polacos foram presos, o que devemos, naturalmente, condenar.

Outro motivo de interesse actual, é algo que meu colega Vigenin, já mencionou: após um intervalo muito longo, amanhã, o Parlamento envia uma delegação de apuramento de factos a Minsk, e, no meu caso, estou a representar a Subcomissão dos Direitos Humanos, como um dos quatro elementos do grupo.

Deveríamos estar preocupados com a situação dos direitos humanos na Bielorrússia. Os seus problemas têm a ver com a liberdade de expressão, a liberdade de imprensa e a liberdade de reunião e de associação.

Devemos insistir para que a Bielorrússia proceda à abolição da pena de morte, e, para que as relações entre a Bielorrússia e a União Europeia se desenvolvam, o país terá que melhorar a situação dos direitos humanos no país e em todos os seus aspectos. Tal como outros colegas meus, estou de acordo em que a sociedade civil tem um papel vital a desempenhar nessa evolução.

Ryszard Czarnecki, *em nome do Grupo ECR*. – (PL) Senhor Presidente, a falta de decisão é também uma decisão. A resolução do Parlamento Europeu sobre a Bielorrússia, adoptado em Março, é necessária, mas é ainda mais necessária agora. A perseguição dos Polacos na Bielorrússia não é apenas uma questão relacionada com os polacos, como foi salientado pelos oradores que me antecederam, mas é um sintoma de uma atitude para com as normas europeias, incluindo as normas relativas às minorias nacionais.

A Europa deve tirar a Bielorrússia fora da esfera de influência russa, mas deve também exigir respeito por aqueles valores que são a essência da União, como as liberdades cívicas, a liberdade de imprensa, os direitos das minorias nacionais e religiosas, o direito de associação. Se Lukashenko não entende a linguagem dos valores europeus, certamente vai entender a linguagem das sanções. No entanto, as sanções não devem atingir a sociedade bielorrussa - não queremos sanções desse tipo - mas devem ser sanções que tornem a vida difícil aos políticos e aos funcionários responsáveis pela discriminação contra os polacos e contra a oposição democrática.

Existe um desequilíbrio nas relações entre a UE e a Bielorrússia: a União está abrir a porta a Minsk, mas não está a receber basicamente nada em troca. Esta rua de sentido único não leva a lado nenhum. É tempo de sanções de natureza política, ainda que temporária, mesmo que sob a forma da ausência de representantes do Parlamento da Bielorrússia através da Assembleia Parlamentar Euronest, bem como de um retorno à "lista negra" dos funcionários do regime de Minsk, que não serão admitidos ao território da União Europeia.

Kinga Gál (PPE). – (EN) Senhor Presidente, na qualidade de co-presidente do Intergrupo para as minorias tradicionais, comunidades e línguas nacionais, condeno veementemente as acções das autoridades bielorrussas contra a maior organização da minoria polaca e os membros dessa comunidade minoritária. Como ouvimos hoje, essas pessoas eram, na sua maioria, idosos.

Os factos demonstram não apenas uma clara violação dos direitos das minorias, mas também dos direitos humanos básicos. Estas acções demonstram o carácter anti-democrático deste sistema político e nós, os deputados que testemunhámos os regimes comunistas, reconhecer claramente os métodos.

Desde a sua criação, o Intergrupo sempre defendeu os direitos das minorias nacionais e considera inaceitável qualquer violação dos direitos das minorias.

Exortamos a Comissão, a Senhora Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, a tomarem medidas concretas, de modo a enviar uma mensagem clara ao Governo da Bielorrússia, no sentido de que, sem um compromisso de respeitar os direitos humanos, incluindo os direitos das minorias, não é previsível que sejam sancionadas as relações entre a UE e a Bielorrússia.

Os direitos das minorias, enquanto parte integrante dos direitos humanos não podem ser considerados como um assunto interno. Esta questão não pode ser considerada um caso interno de relações entre polacos e bielorrussos. É um assunto da União Europeia, porque, como já foi dito, tem a ver com a nossa política de vizinhança, com a nossa Parceria Oriental. Nesta perspectiva, pedimos à Comissão que envie uma mensagem clara e tome medidas claras.

Bogusław Liberadzki (S&D). – (PL) Senhor Presidente, agradeço ao Conselho, e também à Comissão, por uma reacção tão rápida. Este é, de facto, um bom exemplo dos nossos parâmetros europeus.

Em primeiro lugar, permita-me dizer que, realmente, não estamos perante conflitos étnicos. Este não é um conflito dos polacos com os bielorrussos ou dos bielorrussos com os polacos. É, simplesmente, uma violação dos direitos humanos e dos princípios da liberdade de expressão e uma violação dos direitos das minorias nacionais. Poderia ter acontecido com qualquer outra minoria. Por que foi acontecer com a minoria polaca? É por esta ser grande, organizada e democrática, e porque, entre outros, tem Milinkevich, vencedor do prémio do Parlamento Europeu. Assim, começou tudo connosco.

Gostaria de perguntar o que devemos fazer. Tive a oportunidade de falar com o Sr. Milinkevich e a Sra. Borys já por duas vezes. Foi por eles declarado: somos cidadãos leais da Bielorrússia e não queremos que haja sanções económicas. Nós não queremos sanções políticas, queremos uma aproximação da Bielorrússia e da União Europeia. Queremos que haja equilíbrio, e queremos que a cooperação seja condicionada aos progressos realizados no processo de democratização do país. Também nós devemos continuar assim. É por isso que

devemos abrir as nossas portas aos cidadãos da Bielorrússia, e também tornar-lhes mais fácil a obtenção de vistos. Cobrar taxas para vistos, e será que uma política de vistos é mesmo necessária? É bom que, amanhã, a nossa missão de inquérito vá para a Bielorrússia. Vamos aguardar pelo seu relatório, e só então decidir sobre as medidas a adoptar.

Konrad Szymański (ECR). – (PL) Senhor Presidente, com o Tratado de Lisboa, foi-nos prometida, a todos nós, uma maior eficácia da política de assuntos externos da União Europeia. Descobriu-se, rapidamente, que o nosso papel no Haiti foi adiado e invisível, a Cimeira União Europeia-EUA foi um fracasso, e a criação do corpo diplomático, foi realizado num clima de disputa entre as instituições da UE, algo que foi prejudicial à qualidade desse corpo. Hoje, tivemos outra oportunidade de mostrar que a União podia agir. Infelizmente, o Conselho adiou a sua decisão, e o Parlamento não é capaz de reagir a uma situação evidente de violação dos direitos humanos, num país cujo papel na política da UE se esperaria ver aumentar.

Senhora Comissária Georgieva, a política de portas abertas e de intercâmbio de estudantes com a Bielorrússia falhou. Falhou hoje, por isso, não venha repetir as mesmas coisas que andamos a ouvir há cinco anos sobre o intercâmbio de estudantes. Esta é uma derrota que afectou a credibilidade da União Europeia. A União Europeia é, hoje, um parceiro fraco e indeciso. Washington sabe disso, Moscovo sabe disso, e com a reacção ambígua à crise na Bielorrússia, Minsk sabe disso também.

Jacek Protasiewicz, (PPE). – (PL) Senhor Presidente, na qualidade de presidente da Delegação do Parlamento Europeu para as Relações com a Bielorrússia, mantenho frequentemente contactos, não só com representantes da oposição, da sociedade civil e de organizações não governamentais, mas também com representantes das autoridades oficiais. Ouço os argumentos que apresentam, e ouço-os dizer que a Bielorrússia tem o direito de adoptar certas normas internacionais ao seu próprio ritmo.

Teoricamente, a União Europeia não devia exercer pressão sobre este país soberano e responsável, porque a responsabilidade pela situação interna do país recai sobre as suas autoridades. Teoricamente, seria possível concordar com uma linha de acção deste tipo, se não fosse o facto de as normas internacionais em causa, que a própria Bielorrússia aceitou ao aderir à Organização de Segurança e Cooperação na Europa, estabelecerem que os direitos humanos não são um assunto de carácter interno.

Foi o que aconteceu recentemente em Iwieniec, uma pequena cidade da Bielorrússia central, onde as autoridades usaram - e, diria eu, abusaram - da força policial contra um grupo de pessoas idosas, pensionistas, chefiados por Teresa Sobol, que, por sua própria iniciativa, angariara um montante considerável de fundos, principalmente no estrangeiro. Teresa Sobol usou este dinheiro para renovar um edifício em ruínas no centro da cidade. Em seguida transformou esse edifício num centro cultural e social dinâmico, para a minoria polaca. A polícia foi enviada ao local antes de o tribunal ter decidido sobre o estatuto legal do edifício. Depois, pessoas convocadas como testemunhas pelos activistas, não estão a ser autorizadas a comparecer em tribunal para depor, de modo a garantir a imparcialidade do julgamento.

Isto não é um ritmo de adopção de normas internacionais. Trata-se de um desvio em relação às normas internacionais, normas que a Bielorrússia se comprometeu a respeitar e que nos promete respeitar como parte do seu diálogo com a União Europeia. Por conseguinte, gostaria de dizer mais uma coisa. Podemos falar de sanções, e chegará o momento de as impor. No entanto, é mais importante que a assistência económica que está a ser considerada fique sujeita à condição de se acabar com este tipo de prática e de se promover uma liberalização e uma democratização reais na Bielorrússia.

Justas Vincas Paleckis (S&D). – (LT) As instituições governamentais devem resolver imediatamente os conflitos e os mal-entendidos em relação às organizações da minoria polaca na Bielorrússia e devem fazê-lo democraticamente, sem recorrer à força nem à violência. Gostaria também de expressar o meu apoio à opinião da Senhora Comissária de que temos de continuar a cooperar e a manter contactos directos com as pessoas. Amanhã, parte para a Bielorrússia a primeira delegação oficial do Parlamento Europeu em muitos anos. Esperemos que sejam mantidas discussões abertas, com a oposição e com o governo. As impressões que forem colhidas em Minsk sobre o conflito aqui mencionado e a participação da Bielorrússia na Assembleia Parlamentar Euronest podem imprimir às relações da UE com a Bielorrússia um rumo melhor. As eleições locais que vão ser realizadas dentro de dois meses serão uma prova objectiva ainda mais importante, que poderá trazer a perspectiva de relações. Desta vez, não se deve tratar de eleições sem uma possibilidade de escolha, em que os meios de comunicação social lêem todos pela mesma cartilha e a oposição não tem voz e é ignorada, eleições em que, de acordo com uma contagem dos votos sem supervisão, quase 100% dos eleitores apoiaram um só partido político e em que os deputados, em última análise, foram nomeados e não eleitos.

Marek Henryk Migalski (ECR). – (PL) Senhor Presidente, o senhor deputado Liberadzki, do Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu, começou por enaltecer as autoridades da União Europeia pela sua reacção. É por causa do seu grupo, senhor deputado Liberadzki, que não vamos adoptar a resolução hoje, portanto, é possível que esteja realmente satisfeito. No entanto, se a Senhora Comissária Georgieva, que efectivamente lida com o desenvolvimento todos os dias, nos vai falar hoje sobre aquilo que foi proposto, não sei quem é que isso poderá satisfazer. Talvez satisfaça o senhor deputado Liberadzki, e talvez satisfaça o seu grupo, mas não irá decerto satisfazer os bielorrussos nem aqueles que desejam o bem dos bielorrussos. Se a própria Senhora Comissária Georgieva, a quem foram atribuídos cinco minutos de tempo de uso da palavra, apenas utilizar dois minutos desse tempo precioso, isso quer dizer não só que aquilo que disse não é muito satisfatório, mas também que não aproveitou a oportunidade para falar claramente sobre o assunto. Por isso, peço-lhe, Senhora Comissária Georgieva, e também às autoridades da União Europeia, que utilizem os instrumentos de que dispõem para combater as violações dos direitos humanos. Não estamos a falar apenas das violações dos direitos dos cidadãos de origem polaca; estamos a falar das violações de direitos humanos.

Edít Bauer (PPE). – (HU) Aquilo a que temos assistido nos últimos dias na Bielorrússia é um exemplo terrível da repressão política da oposição democrática e da minoria polaca. A detenção de opositores políticos e a intimidação de representantes das minorias são práticas bem conhecidas, utilizadas pelos regimes autoritários. Como cidadão da Eslováquia e representante de uma minoria, eu compreendo a situação da minoria polaca, bem como as circunstâncias difíceis da Sra. Borys na Bielorrússia. O tratamento de minorias como inimigos e reféns de um país vizinho é uma manobra política regressiva, normalmente aproveitada por uma liderança política ao enfrentar dificuldades. A perseguição de minorias nacionais faz parte da prática política de regimes não democráticos. No entanto, os direitos das minorias constituem parte integrante dos direitos humanos universais, tal como confirmado pela Convenção-Quadro do Conselho da Europa. A violação dos direitos das minorias, a perseguição, a intimidação e a discriminação de pessoas pertencentes a minorias não podem, portanto, ser consideradas assunto interno de um país. Por esse motivo, a mensagem ameaçadora e chantagista do Governo da Bielorrússia, transmitida aos deputados pelo embaixador da Bielorrússia, é totalmente inaceitável. Senhor Presidente, há apenas uma mensagem que o Parlamento Europeu deve enviar ao governo da Bielorrússia, nomeadamente, que a repressão da oposição democrática e a política de ameaças contra uma minoria são simplesmente inaceitáveis.

Ślawomir Witold Nitras (PPE). – (PL) Senhor Presidente, ouvi com muita atenção o que foi dito pela Senhora Comissária Georgieva e gostaria de dizer que esperava uma reacção um pouco mais vigorosa. Suspeito que a declaração da Senhora Comissária Georgieva teria sido a mesma há duas semanas, antes destes incidentes. Esta atitude não é minimamente aceitável.

No entanto, há uma coisa com a qual eu concordo, embora esperasse resultados claros e que uma ênfase ligeiramente diferente fosse evidente. É, de facto, verdade que aqueles que hoje defendem a aplicação de sanções, às vezes esquecem-se que sanções já foram tentadas e que a política bielorrussa continuou exactamente a mesma, apesar das sanções.

Não podemos dizer hoje que vamos apoiar a sociedade civil na Bielorrússia, porque qualquer pessoa que já lá tenha estado sabe que, de facto, a sociedade civil pode estar apenas agora a emergir. Hoje, das instituições europeias, espero que as obrigações do estado perante os seus cidadãos, que não estão a ser cumpridas na Bielorrússia, o sejam pela União Europeia em sua substituição. Espero que consigamos ajudar a estabelecer lá meios de comunicação independentes, que apoiemos o primeiro canal de televisão livre que lá existe e que tem sido financiado até agora pelos governos, penso eu, de dois países europeus. Tenho esperança de que sejamos capazes de criar oportunidades reais para um grande número de cidadãos da Bielorrússia estudarem na Europa, porque são eles que compõem a sociedade civil.

Mirosław Piotrowski (ECR). – (PL) Senhor Presidente, na legislatura anterior, o Parlamento Europeu adoptou várias resoluções sobre a Bielorrússia, em que, com um diagnóstico preciso da situação, apelou ao regime de Lukashenko para pôr cobro à violação dos direitos humanos.

A União Europeia tem demonstrado boa vontade, levantando parcialmente as sanções relativas aos vistos das autoridades bielorrussas. É com surpresa e preocupação que temos observado a recente política agressiva das autoridades bielorrussas contra as minorias nacionais, especialmente contra a comunidade polaca. Esta política deve ser analisada no contexto dos preparativos para as eleições a serem realizadas na Bielorrússia no próximo ano.

O sequestro de propriedade pertencente à minoria polaca e a repressão ostensiva dos líderes da oposição, que, convém notar, foram agraciados com o Prémio Sakharov do Parlamento Europeu, é uma manifesta provocação à nossa instituição. A nossa Casa não deve apenas reagir da maneira tradicional, com uma resolução adequada, mas deve tomar medidas específicas para disciplinar as autoridades bielorrussas, e deve apelar à Sra. Ashton para nomear, com base no artigo 33.º do Tratado de Lisboa, um representante especial para fiscalizar violações de direitos humanos na Bielorrússia.

Krzysztof Lisek (PPE). – (PL) Senhor Presidente, Senhora Comissária Georgieva, é muito bom que falemos sobre a Bielorrússia aqui no Parlamento Europeu, mas falar não é suficiente. A União Europeia - e isto é o que eu esperaria da Comissão Europeia - deveria agora preparar um plano estratégico para apoiar a oposição democrática, para apoiar a sociedade civil e organizações não governamentais e para apoiar os meios de comunicação social livres. Estamos a falar, hoje, sobre questões como democracia e direitos humanos, que são algo natural para nós e os pilares em que a Europa assenta. A sociedade bielorrussa é composta principalmente por pessoas que só podem sonhar com valores como este. Portanto, esperemos que a Comissão Europeia desenvolva um plano estratégico para ajudar a sociedade civil.

Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho. – (ES) Senhor Presidente, na sequência destas intervenções, não posso deixar de concordar com a condenação expressa pelos senhores deputados relativamente às violações dos direitos humanos que estão a ocorrer na Bielorrússia e que, neste caso específico, estão a afectar uma minoria, a minoria polaca nesse país. Afectam, por conseguinte, a União Europeia, não só porque dizem respeito a uma minoria que tem um ponto de referência nacional num país da União Europeia mas também porque nos estamos a referir a uma grave violação dos direitos humanos das minorias, devendo a nossa atitude, por essa razão, ser a mesma quer se trate de uma minoria polaca ou qualquer outra minoria.

Falamos de uma violação dos direitos humanos, que declaramos serem direitos universais, não sendo esta, por conseguinte, uma matéria que exige uma reacção da União Europeia apenas porque se refere a uma minoria polaca. Deveríamos dizer exactamente o mesmo se se tratasse de uma minoria diferente porque os direitos humanos são indivisíveis e universais.

Gostaria de dizer que o facto de um regime cometer erros e violar direitos humanos não deve implicar a punição dos seus cidadãos.

Acreditamos, por isso, ser importante que a Bielorrússia faça parte da Parceria Oriental. É importante o que a Comissária Kristalina Georgieva nos disse sobre "contactos pessoais". Tudo isso é importante, como é igualmente importante, como é óbvio e muitos colegas disseram, fazer chegar de forma constante, clara e directa às autoridades bielorrussas a nossa posição de total crítica e condenação para com a violação dos direitos humanos.

É o que, por coincidência, a Alta Representante, Catherine Ashton está decidida a fazer, enquanto vai estando atenta a esta matéria mantendo-se em contacto próximo com o Presidente Buzek, que preside a este debate. Vai também aproveitar a oportunidade de estar presente na cerimónia de investidura do Presidente Yanukovich, em Kiev, à qual se pensa assistir Alexander Lukashenko, para abordar esta matéria, que continuará a ser debatida no futuro pelo Conselho dos Assuntos Externos da União Europeia, dado tratar-se de uma matéria muito importante. Congratulo-me, por conseguinte, que hoje tenha sido possível debatê-la imediatamente no Parlamento, nesta Câmara.

Kristalina Georgieva, Membro da Comissão. – (EN) Senhor Presidente, permitam-me que comece por agradecer aos senhores deputados o debate aqui nesta Assembleia, e tecer quatro comentários.

O primeiro prende-se com o facto de o respeito pelos direitos humanos ser, categoricamente, uma das pedras basilares das relações externas da União Europeia, fundação sobre a qual assentam as relações com qualquer país, incluindo a Bielorrússia.

Em segundo lugar, a deterioração da democracia na Bielorrússia atingiu, recentemente, um nível muito infeliz. Porém, a situação não teve início na semana passada. Começou em meados de 2009, tendo levado o Conselho de Ministros da UE a solicitar, em Novembro de 2009, que a Comissão formulasse uma proposta para o chamado "plano interino conjunto" de apoio às reformas, a implementar com a Bielorrússia. Os serviços da Comissão elaboraram esse projecto de plano interino de reformas, que se encontra actualmente nas mãos da Alta Representante, a qual terá, certamente, todo o gosto em ter em conta as recomendações da missão de averiguação a que o Parlamento dá início amanhã.

Em terceiro lugar, será com este último acontecimento em mente que, quando a Alta Representante transmitir aos serviços o *feedback* desse plano interino conjunto, este processo ficará finalizado.

Permitam que apresente ainda o meu quarto comentário. Na segunda metade da década de 1980, surgiu, na antiga União Soviética, a *perestroika*, proporcionado, pela primeira vez na vida de muitas pessoas – incluindo eu própria – uma oportunidade para se candidatarem ao intercâmbio estudantil e profissional. No meu caso, esse intercâmbio levou-me à London School of Economics, o que mudou profundamente a minha vida profissional. Tornou-me seguramente mais prestável e útil para o meu país.

É com a firme convicção de que é através da abertura de canais democráticos para os países que vivem sob regimes de opressão que nós, Europeus, os podemos ajudar que salientei – e reitero – a importância e utilidade dos contactos interpessoais, a utilidade do apoio às empresas, a necessidade de – apesar das grandes dificuldades e do infeliz desrespeito pelas minorias, que condenamos – permanecermos empenhados em aumentar as possibilidades de o povo da Bielorrússia vir a tomar o rumo do mundo livre e a ligar-se à União. Razão por que reitero o apelo a que nos mantenhamos firmes nesse nosso empenho.

Presidente. – Está encerrado o debate.

A votação terá lugar no próximo período de sessões.

Declarações escritas (artigo 149.º)

Sebastian Valentin Bodu (PPE), por escrito. – (RO) A República da Bielorrússia é um dos Estados europeus para os quais o envolvimento na Parceria Oriental da União Europeia constitui um importante passo em frente no desenvolvimento das relações bilaterais, bem como nas relações entre esse país e cada um dos Estados-Membros da UE. Ao entender esta parceria como um instrumento positivo para proporcionar a mudança na República da Bielorrússia, é igualmente imperioso que, nesse mecanismo, se dê a devida atenção à situação da sociedade civil no país, devido ao importante papel que esta desempenha no funcionamento do Estado de direito. A sociedade civil mantém, em particular, a transparência do mecanismo da Parceria, ajudando a reforçar a cooperação entre a Bielorrússia e a UE. Para além disso, deverá ser garantida à sociedade civil a participação em todos os processos fundamentais como parte da Parceria (plataformas, comités, etc.), bem como o exercício do controlo público sobre estes processos. É preciso que a sociedade civil da Bielorrússia possa participar na elaboração da agenda pública, que conduzirá ao progresso social, económico e democrático no país. Essa é a razão por que deverá ser encorajada a realização de reuniões frequentes entre os representantes da sociedade civil e do Governo.

Filip Kaczmarek (PPE), por escrito. – (PL) A repressão que recentemente foi utilizada contra os activistas da minoria polaca na Bielorrússia insere-se num problema muito mais vasto. As autoridades da Bielorrússia não toleram qualquer forma de independência. Não querem, e não aceitam, a ideia da existência de uma sociedade civil. Qualquer manifestação de independência é tratada como oposição política. Por conseguinte, este não é um conflito interno numa organização não-governamental, nem de um conflito polaco-bielorrusso. Trata-se, antes, de uma expressão da posição constante, assumida pelas autoridades da Bielorrússia, que se traduz na tentativa de impedir a liberalização e a democratização. É lamentável que, na Polónia, existam forças políticas que procuram utilizar essa situação para a consecução dos seus próprios propósitos e que se servem destes acontecimentos na Bielorrússia para desacreditar a política do Governo polaco. Os políticos que se comportam desta forma, certamente, não percebem que estão a fazer precisamente aquilo que o Presente Lukashenko deles espera. É do interesse do Presente Lukashenko polarizar e dividir a opinião pública na Polónia e na Europa. Repudiar a política da Polónia e da UE relativamente à Bielorrússia constitui um abuso de liberdade e é prejudicial para a eficácia das acções conjuntas em prol da liberdade e da democracia na Bielorrússia. Muito obrigado.

19. Pequim +15 – Plataforma de Acção da Nações Unidas para a Igualdade dos Géneros (debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia o debate das:

– pergunta oral ao Conselho, apresentada pela deputada Eva-Britt Svensson, em nome da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros: Pequim +15 – Plataforma de Acção da Nações Unidas para a Igualdade de Género (O-0006/2010 – B7-0007/2010), e

– pergunta oral à Comissão, apresentada pela deputada Eva-Britt Svensson, em nome da Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros: Pequim + 15 – Plataforma de Acção das Nações Unidas para a Igualdade de Género (O-0007/2010 – B7-0008/2010).

Eva-Britt Svensson, autora. – (SV) A questão dos direitos da mulher é sempre prioritária para mim, pelo que sinto especial satisfação quando este tema está no centro das atenções nos debates aqui em plenária, como hoje acontece. A Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros aprovou uma resolução que apresenta a posição do Parlamento no que se refere à Plataforma de Acção de Pequim. Gostaria de manifestar os meus sinceros agradecimentos aos nossos colegas da comissão pela sua excelente cooperação.

A Plataforma de Acção aprovada em 1995 no quadro das Nações Unidas foi, historicamente, um passo importante. A Plataforma de Acção aprovada foi o primeiro documento mundial do género, apresentando uma panorâmica geral da situação e dos direitos da mulher. A ONU orgulha-se de possuir uma longa tradição na esfera dos direitos humanos, tendo adoptado uma declaração nesta matéria logo em 1948.

A Declaração Universal é composta por 30 artigos, frequentemente citados. Esta Declaração já referia – no seu artigo 2.º – que todos os seres humanos podem invocar os direitos e as liberdades sem distinção alguma, nomeadamente, como é expressamente referido, de sexo. Na UE, a questão da igualdade entre mulheres e homens está na base, quer dos Tratados, quer da Carta dos Direitos Fundamentais.

A comissão mostrou-se unida no que se refere à importância atribuída à Plataforma de Acção de Pequim e à necessidade de se trabalhar mais especificamente, no quadro da UE, com vista a acompanhar sistematicamente a evolução da situação e garantir que caminhemos rumo a uma igualdade acrescida em todos os domínios. O novo Instituto Europeu para a Igualdade de Género, sedado em Vilnius, será um instrumento para obtermos ajuda neste domínio, disponibilizando também trabalhos de investigação que identifiquem as medidas políticas mais eficazes a adoptar, pois são muitas as áreas em que não dispomos dos dados ou do conhecimento necessários.

Apoio a proposta para uma decisão europeia de protecção, proposta que me apraz muito que a Presidência espanhola tenha apresentado. A Plataforma de Pequim abarca uma série de questões que são de uma importância crucial para o progresso. Trata-se de questões como a pobreza, que afecta sobretudo as mulheres, o acesso insuficiente a cuidados de saúde por parte das mulheres, a violência contra as mulheres e a desigualdade nas estruturas económicas e na política económica.

Como sabem, uma delegação de oito eurodeputados deverá viajar para Nova Iorque para representar o Parlamento Europeu. Acompanharemos as discussões e negociações que fazem parte da avaliação que permitirá compreender até que ponto o mundo avançou nos últimos 15 anos com vista à consecução dos objectivos da Plataforma de Acção. Levaremos connosco para Nova Iorque a resolução que votaremos amanhã, razão por que é importante que possamos dispor dela.

A comissão aprovou um número na resolução que refere que a saúde sexual e reprodutiva e os direitos sexuais e reprodutivos fazem parte dos direitos da mulher, devendo ser melhorados na Europa e em todo o mundo. O Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristão) solicitou uma votação por partes relativamente a esse número. Todos sabemos que, quando se solicita uma votação por partes de um número, é porque se entende que a questão é de extrema importância, e é essa a razão por que não pretendem votar favoravelmente estes aspectos, em bloco, com o resto da resolução.

Concordo totalmente com o Grupo PPE que o n.º 9 é crucial. No entanto, receio que pretendam votar contra este número, o que considero que seria profundamente lamentável. Estou plenamente ciente de que os deputados ao Parlamento Europeu têm visões e valores diferentes, o que é absolutamente correcto. É por isso que debatemos e discutimos. Porém, a redacção actual constitui um mínimo, devendo poder ser aprovada por todos. Não foi proposta qualquer outra redacção para substituir o n.º 9. Seria extremamente lamentável que fôssemos para Nova Iorque com uma resolução que não contemplasse sequer o mínimo no que se refere a esta questão fundamental, que, bem vistas as coisas, é uma questão fulcral a nível mundial.

Espero e acredito que todos possam aceitar a redacção actual, pois apenas refere aquilo que é para todos nós uma evidência. Neste processo, trabalhamos igualmente de perto com milhares de mulheres e diferentes organizações de mulheres, o que confere a este documento uma base ímpar.

Diego López Garrido, Presidente em exercício do Conselho. – (ES) Senhora Deputada Svensson, muito obrigado pela sua pergunta, pois, como sabe, uma das questões prioritárias e centrais da Presidência espanhola é a igualdade de género. A Presidência fixou uma série de objectivos que expressam esta ideia de igualdade, no

que se respeita à importância da Directiva relativa à não discriminação, bem como a um aspecto que a senhora deputada referiu, a saber, a luta contra a violência de género e a importância de dispormos de uma decisão europeia de protecção das vítimas da violência de género.

A este respeito, aprez-me muito ver que está aqui presente a Senhora Comissária Viviane Reding, responsável pela aplicação de tudo o que, de um ponto de vista judicial, diz respeito à igualdade entre homens e mulheres. Gostaria de começar por pedir desculpa pelo facto de não estar aqui hoje connosco a Senhora Ministra espanhola da Igualdade, que esteve presente numa votação no Senado espanhol sobre a reforma da Lei do Aborto, que, aliás, teve um resultado positivo, pois acaba de ser aprovada esta tarde pelo Parlamento espanhol.

O Conselho da União Europeia sempre apoiou a igualdade de género e sempre esteve ao lado da União e das Nações Unidas nesse domínio. A Presidência sueca elaborou o relatório sobre Pequim +15, que a Presidência espanhola apresentará à 54.^a Sessão da Comissão sobre o Estatuto das Mulheres, e cumpre reconhecer que, apesar de terem sido feitos enormes progressos nesta área, muito está ainda por fazer.

A este respeito, a Presidência salientou, por exemplo, a necessidade de se melhorarem os dados e de se fazer um melhor uso dos indicadores criados no quadro da Plataforma de Acção de Pequim. Como sabem, estão a em fase de elaboração na União Europeia 12 indicadores para acompanhar, aferir e avaliar a situação real em matéria de igualdade de género, embora, nalguns casos, ainda não tenhamos conseguido concebê-los, por exemplo, em certos domínios ligados aos direitos humanos, meios de comunicação social e ambiente.

Gostaria de dizer que a Presidência espanhola realizará uma reunião técnica, em Maio, subordinada ao seguinte tema: as mulheres, os meios de comunicação social e os estereótipos. O tema está relacionado com os meios de comunicação social, que é também uma área que se insere nas competências da Senhora Comissária Viviane Reding.

Gostaria de concluir, dizendo que, neste momento, nos debatemos com uma questão de extrema importância, a saber, a crise económica. Para além dos outros danos que esta crise está a causar, poderá igualmente vir a ser um obstáculo aos progressos em matéria de igualdade entre homens e mulheres. No entanto, é igualmente verdade que, paradoxalmente, a igualdade de género nos poderá ajudar a combater a crise: através da igualdade de género e da igualdade de acesso de homens e mulheres ao emprego.

Refiro-me muito especificamente à Estratégia Europa 2020. As Instituições da União Europeia deixaram claro que a dimensão de género deverá ser transversal a toda a Estratégia Europa 2020, de molde a que a questão da igualdade entre homens e mulheres seja também parte integrante da mesma.

No seu relatório do ano passado, o Parlamento Europeu solicitou ao Conselho e à Comissão que incluíssem um capítulo sobre a integração da dimensão do género na Estratégia 2020. O Conselho "Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores" de 30 de Novembro último, o Conselho informal EPSCO, que teve lugar em Barcelona, afirmou igualmente que os Estados-Membros e a Comissão deverão trabalhar, no âmbito das suas competências, com vista a assegurar que a dimensão do género possa ser consolidada na Estratégia 2020, e que todos os domínios políticos relevantes sejam tidos em conta. Estou, por isso, certo de que esse facto, juntamente com o programa de trabalho da Comissão, um importante programa de trabalho que sempre foi um instrumento fundamental de orientação da Estratégia, levarão à inclusão deste tema no documento que a Comissão nos prometeu para 3 de Março sobre a Estratégia 2020 (referido pelo Presidente do Conselho, Herman Van Rompuy, e pelo Presidente da Comissão, José Manuel Barroso).

É preciso que continuemos a trabalhar, que continuemos a promover as políticas de igualdade de género. Não se trata apenas de uma questão de justiça mas também de uma questão de consistência com o espírito da União Europeia, para que esta continue a ser uma referência no mundo em matéria de igualdade entre homens e mulheres.

Viviane Reding, Vice-Presidente da Comissão. – (FR) Senhor Presidente, é para mim uma honra que a minha primeira intervenção no período de perguntas no Parlamento se destine a dar resposta a perguntas relativas à mulher. Na verdade, na qualidade de Comissária responsável pelos direitos fundamentais, considero que o tema dos direitos fundamentais ligados à igualdade de tratamento entre homens e mulheres é um dos mais importantes e também um dos mais antigos. Para além disso, recordo hoje com grande emoção a altura em que, há mais de quinze anos, na qualidade de jovem eurodeputada pelo Luxemburgo, preparei a Plataforma de Acção de Pequim no Luxemburgo. Hoje estamos aqui, no Parlamento Europeu, a preparar o seguimento da Plataforma de Acção de Pequim. Fechámos um ciclo.

Não preciso de o salientar: como sabem, a igualdade entre homens e mulheres é um dos valores fundamentais da União Europeia, e podem contar com o compromisso inabalável da Comissão neste domínio.

Durante o ano em curso, apresentarei uma nova Estratégia da Comissão para a igualdade de género, que será o seguimento do actual Roteiro para Igualdade entre Homens e Mulheres. Dentro de poucos dias, terão início os trabalhos da 54.^a Comissão sobre o Estatuto das Mulheres nas Nações Unidas, assinalando o 15.º aniversário de Pequim, à qual o Parlamento Europeu enviará uma delegação de extrema importância. Eu própria estarei presente em Nova Iorque, juntamente com o Presidente do Conselho, o que acontece pela primeira vez. Ambos interviremos na sessão plenária. Penso que também esse facto comporta um forte simbolismo.

Será igualmente uma oportunidade para aferir, a nível internacional, os progressos efectuados nos doze domínios de acção identificados em Pequim, mas também para identificar as desigualdades que persistem, pois, muito embora se tenham registado progressos, continuam a existir desafios a enfrentar. Para além disso, devo dizer que a União Europeia é, e continuará a ser, uma forte defensora do trabalho das Nações Unidas, no que respeita, quer à reforma em curso dos mecanismos institucionais, quer à criação da entidade relativa às questões de género no seio da Organização.

A União Europeia presta igualmente um apoio de peso no domínio do desenvolvimento, em particular, no contexto dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, que garantem um quadro importante para 50% dos cidadãos que contribuem, no mundo, para esse desenvolvimento. Com efeito, sabemos que sem o contributo das mulheres não haverá desenvolvimento. Razão pela qual a igualdade de tratamento entre homens e mulheres é, na Comissão, uma política horizontal, conduzida não só pela Comissária responsável por esta matéria mas também pelos demais Comissários, nas respectivas esferas de responsabilidade, nomeadamente, nas áreas abarcadas pelas políticas internas da União Europeia, bem como nas suas políticas externas e, em particular, nas suas políticas de cooperação e desenvolvimento.

Todos sabemos que a criação da Plataforma de Acção de Pequim representou um grande passo em frente. Na sequência da aprovação desta Plataforma, a integração das questões de género generalizou-se em toda a União Europeia. Foi essa a mensagem transmitida em Pequim. O impacto tem sido verdadeiramente notável, tendo em conta que, em todos os nossos Estados-Membros, as políticas de igualdade deixaram de estar confinadas a acções específicas, estando hoje integradas em todas as políticas relevantes.

A Plataforma de Acção de Pequim permitiu-nos igualmente acompanhar o progresso realizado no domínio da igualdade com base em indicadores desenvolvidos pelo Conselho para a maioria das áreas de acção. Existem doze acções e nove indicadores. Orgulhamo-nos dos resultados mas ainda estão por criar três indicadores, relativamente aos quais, penso, o Conselho se empenhou, mediante a adopção de conclusões que permitam elaborar e desenvolver esses indicadores que estão pendentes.

Quanto ao 15.º aniversário da Plataforma de Acção de Pequim, a Presidência sueca fez uma avaliação do que foi conseguido ao nível da UE em matéria de igualdade. O Conselho adoptou algumas conclusões e o Parlamento apresentará estes documentos, que, evidentemente, serão acolhidos em todas as outras políticas que a União Europeia desenvolverá.

Ambos os Presidentes acabam de expressar as respectivas opiniões sobre a Estratégia Europa 2020. É absolutamente natural que, neste sistema, que relançará a Europa, as mulheres desempenhem um papel especial, sobretudo numa altura em que cada vez menos pessoas encontram emprego. Com efeito, já nem sequer temos escolha: precisamos das mulheres para o desenvolvimento económico. Já nem sequer se trata mais de uma questão de igualdade de género; é uma questão de política económica, muito simplesmente. Por conseguinte, não há outra escolha. As mulheres são necessárias se quisermos que a Europa ultrapasse as suas dificuldades, e estes novos indicadores ajudar-nos-ão, evidentemente, nesse percurso. Desenvolvemos, no Grupo de Alto Nível, um programa de trabalho que nos permitirá seguir a evolução dos indicadores existentes e criar os indicadores, que ainda são necessários. Naturalmente, seremos assistidos nesta tarefa pelo Instituto Europeu para a Igualdade de Género, que, a partir da próxima semana – e este é mais um símbolo, precisamente na altura em que se realiza a reunião de Nova Iorque –, ficará permanentemente sediado em Vilnius.

Senhor Presidente, no meu regresso de Nova Iorque, conte com a minha visita para discutir a Estratégia da Comissão em matéria de igualdade. Fá-lo-emos em conjunto. Fá-lo-emos para bem de 50% da nossa população, para bem de 50% dos nossos cidadãos, e teremos êxito.

PRESIDÊNCIA: SCHMITT*Vice-presidente*

Christa Klauß, em nome do Grupo PPE. – (DE) Senhor Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, a Conferência Mundial sobre as Mulheres a realizar na próxima semana, em Nova Iorque, dá-nos a oportunidade de chamar a atenção da sociedade de todo o mundo para a igualdade entre homens e mulheres. Desde modo, submeteremos a uma análise crítica a nossa posição quanto aos progressos alcançados e ao que ainda pretendemos fazer. O apelo à igualdade, ao desenvolvimento e à paz na Conferência Mundial sobre as Mulheres, que se realizou em 15 de Junho de 1995, em Pequim, continua, hoje, a corresponder a uma afirmação concreta dos nossos objectivos, inclusivamente na Europa.

Estamos a avançar com um propósito firme em vista. No entanto, é forçoso admitir que o caminho que temos por diante não é fácil, que nesse caminho existem grandes congestionamentos, entraves e, por vezes mesmo, impasses. É preciso que redefinamos constantemente a nossa rota, mantendo sempre bem definida a nossa meta de chegada. Há um velho ditado alemão que diz que muitos caminhos vão dar a Roma. Na procura do caminho comum e correcto, convido-vos, portanto, a que encontremos mais terreno comum.

A política da igualdade de géneros não pode nem deve ser tema para votações por maiorias estreitas e impostas. O meu grupo concede liberdade de voto nesta matéria e, por isso, Senhora Deputada Svensson, pretendemos uma votação por partes. É preciso que a igualdade se torne uma forma de pensar. Isso exige sensibilidade e poder de persuasão. Na sua resolução, a senhora deputada Svensson tocou em numerosas feridas. Subsistem ainda muitos assuntos que urge abordar, e que aqui foram mencionados: pensamento estereotipado, salário igual para trabalho igual, pobreza entre as mulheres, violência contra as mulheres e envelhecimento da sociedade. Temas que dizem respeito, em particular, às mulheres. Para nós, estas são questões absolutamente essenciais da resolução, que pretendemos abordar.

Meras declarações de intenções serão de pouca utilidade. Só a lista das numerosas resoluções, estratégias e pactos ocupa duas páginas do relatório da senhora deputada Svensson. É de extrema importância para o meu grupo que, sempre que se fale de igualdade, sejam referidos homens e mulheres – em pé de igualdade, por assim dizer –, e esperamos que a conferência de seguimento de Pequim resulte igualmente na concretização de progressos da nossa parte no que respeita à promoção da igualdade de género.

Zita Gurmai, em nome do Grupo S&D. – (EN) Senhor Presidente, em 2010, assinalamos o 15.º aniversário do lançamento da Plataforma de Acção de Pequim. Este é um momento de reflexão, no qual temos não só de avaliar aquilo que já conseguimos mas também de ponderar sobre novas formas de atingir os objectivos fixados em 1995.

O início foi tranquilizador: em 1995, chegou-se a um consenso mundial quanto à igualdade entre homens e mulheres sob todos os pontos de vista, incluindo o político, económico, jurídico e social. No entanto, apesar deste consenso, o seguimento apresenta-se menos entusiástico. Continuamos ainda bem longe de alcançar muitos dos objectivos da Plataforma de Acção de Pequim. Em muitos países, a emancipação das mulheres continua a não ser suficiente, e a pobreza tem um rosto feminino.

Para além disso, mesmo no século XXI, mesmo nos países industrializados, voltamos a ver debatidas algumas questões de base, pondo-se em causa direitos já adquiridos, como os direitos à saúde sexual e reprodutiva. Muito me apraz muito que o Parlamento Europeu não siga essas tendências e que, pelo contrário, se empenhe na defesa desses direitos fundamentais. No entanto, os debates políticos e os ataques conservadores aos direitos humanos são alarmantes e colocam claramente em evidência que a luta pelos direitos da mulher não terminou, longe disso.

Penso que os direitos humanos não podem ficar sujeitos a compromisso. Não temos de nos contentar com o menor denominador comum. Por conseguinte, na nossa deslocação a Nova Iorque daqui a uns dias, teremos de nos esforçar para que todas as mulheres disponham dos mesmos direitos e para que estes sejam salvaguardados. Pessoalmente, defendê-los-ei sob o lema "o direito ao meu corpo", que transmitimos a todas as mulheres do mundo.

Antonyia Parvanova, em nome do Grupo ALDE. – (EN) Senhor Presidente, analisando o que foi conseguido desde a adopção da declaração e da Plataforma de Acção de Pequim, há 15 anos, não podemos negar que muito está ainda por fazer. Estamos ainda longe dos objectivos estratégicos de Pequim. A desigualdade e os estereótipos de género persistem em todas as regiões do mundo, incluindo a União Europeia. Se quisermos fazer progressos nesta agenda, é crucial que, a níveis nacional e da UE, existam dados fiáveis e comparáveis no que respeita aos indicadores de Pequim. Precisamos também de nos certificar de que esses indicadores

são monitorizados em tempo oportuno, a fim de actualizar, em conformidade, a Estratégia da UE em matéria de igualdade de géneros.

Há ainda muito para abordar aqui na Europa.

Olhemos para a situação no mercado de trabalho: é preciso que eliminemos a diferença de salários que ainda se mantém, olhando simultaneamente para o papel e a representação das mulheres nas posições de liderança nas organizações públicas e privadas.

Analisando com maior profundidade as considerações sociais, verificamos que as desigualdades e a discriminação que afectam as mulheres conduzem, na maior parte das vezes, à exclusão e à pobreza. A pobreza é a principal condicionante da saúde. A feminização da pobreza tem um impacto real na saúde física e mental das mulheres.

As mulheres pertencentes a minorias são afectadas pela pobreza, exclusão e discriminação. As suas necessidades são, em grande medida, desconhecidas e ignoradas, e as suas vozes não se fazem ouvir. No que se refere às mulheres romanichéis, a esperança de vida chega a ser inferior à da maioria em dez anos. A mortalidade infantil é três ou quatro vezes maior do que a da maioria da população.

É igualmente necessário abordar a discriminação, a exclusão e a pobreza à luz de uma população em envelhecimento. As diferenças na esperança de vida entre homens e mulheres trarão dificuldades sociais acrescidas para as mulheres idosas e sozinhas. Trata-se de um fenómeno novo, crescente e grave e que tem de ser acompanhado de perto e abordado convenientemente.

Por último, Senhora Comissária, gostaria de a encorajar fortemente a apresentar uma directiva sobre a violência contra as mulheres. Conta com todo o nosso apoio.

Nicole Kiil-Nielsen, *em nome do Grupo Verts/ALE*. – (FR) Já em 2006, a ONU reconhecia que as populações mais vulneráveis e mais pobres são as principais vítimas das alterações climáticas. O facto é que as mulheres estão em maioria em ambas as categorias.

Na África Subsariana, por exemplo, embora as mulheres já sejam discriminadas no que respeita ao acesso e ao controlo da terra, o aumento da escassez de terras aráveis devido à seca reduz ainda mais os seus meios de subsistência.

Um relatório recente prevê que, em 2050, mil milhões de pessoas terão fugido de ambientes hostis. A perda de segurança destes migrantes ambientais, forçados a refugiar-se em campos mal equipados, aumenta o grau de ameaça contra as mulheres.

No entanto, temos de reconhecer que, nos últimos 15 anos, nem um só texto legislativo europeu incluiu o aspecto do género.

Em nome do Grupo Verts/ALE, exorto, por isso, a União Europeia e os seus Estados-Membros a integrarem a perspectiva da igualdade entre mulheres e homens em todas as avaliações de impacto, legislação e políticas relacionadas com o ambiente.

Marina Yannakoudakis, *em nome do Grupo ECR*. – (EN) Senhor Presidente, as mulheres ganharam o direito de voto no Reino Unido há pouco menos de cem anos. A luta pelos direitos da mulher não é um fenómeno novo, e gostaria de homenagear todas as organizações de mulheres de todo o mundo que continuam a lutar pela igualdade entre homens e mulheres.

As mulheres querem poder fazer escolhas independentes sobre as suas próprias carreiras ou aspirações familiares: a opção pelo trabalho numa ocupação tradicionalmente masculina ou, de igual modo, a opção de tratar dos filhos e trabalhar em casa. O necessário é conferir poder às mulheres. Nós, na qualidade de Conservadores, acreditamos na escolha livre e, com a capacidade de escolha, na flexibilidade para as mulheres e, subseqüentemente, na igualdade.

Estaremos nós, de forma não intencional, a reduzir a empregabilidade das mulheres ao solicitar que as empresas ofereçam direitos que não podem oferecer no clima económico actual? Poremos nós de parte a ideia de as mulheres ficarem em casa a cuidar dos filhos, porque, como sociedade, valorizamos menos esse trabalho do que o trabalho no escritório?

A Senhora Comissária afirmou com pertinência que é preciso retirar as mulheres da recessão e colocá-las de volta no mercado de trabalho. Afirmando também que é necessário garantir postos de trabalho nas pequenas

empresas, o que nos ajudará a conseguir o nosso objectivo. Através do excesso de legislação, arriscamo-nos a matar as pequenas empresas, o que, por sua vez, limitará as escolhas, que através da nossa luta pretendemos possibilitar às mulheres, e, conseqüentemente, a igualdade que estas merecem.

Mara Bizzotto, em nome do Grupo EFD. – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, no relatório da Presidência sueca sobre Pequim, não se faz qualquer referência à situação das mulheres não ocidentais na Europa. Por conseguinte, ou o problema não existe, ou não queremos reconhecer que ele existe. No entanto, hoje, a situação das mulheres muçulmanas no mundo, inclusivamente na Europa, é trágica.

Se o feminismo ocidental atravessa uma crise de identidade, isso fica a dever-se ao facto de a moda do multiculturalismo ter levado a que muitos de nós evitemos abordar estas questões, que estão no cerne das batalhas que travam tantas mulheres muçulmanas na Europa e no mundo.

Deixemos ficar o multiculturalismo e o politicamente correcto de lado e disponhamo-nos a enfrentar este novo desafio: é preciso que os homens e mulheres europeus apoiem desde já, e não mais tarde, as mulheres muçulmanas que na Europa se batem pela emancipação, bem como que, dessa forma, ajudem os movimentos que, no mundo, erguem a voz contra o fundamentalismo islâmico.

Estamos nós dispostos a lutar para assegurar que, na Europa, as mulheres sejam livres do símbolo da morte espiritual que a burca representa? Estamos nós dispostos a discutir a degradação das condições em que se encontram as mulheres muçulmanas na Europa?

Se o espírito de debate destas questões prevalecer sobre o silêncio, então teremos também a força para apoiar a causa da libertação das mulheres da opressão islâmica no mundo.

Edit Bauer (PPE). – (HU) Quinze anos após a adopção da Plataforma de Acção de Pequim, podemos e devemos obviamente falar de muita coisa. No entanto, prefiro falar daquela que é a nossa função. Temos em mãos um instrumento, a saber, a capacidade de legislar. Muito aconteceu durante estes 15 anos, quer nos Estados-Membros, quer a nível da UE. Foram dados grandes passos, sobretudo como resultado da adopção de legislação contra a discriminação. Esta representou um passo em frente significativo para a consecução da igualdade de oportunidades. Mas, evidentemente, não podemos ficar satisfeitos com a legislação comunitária, ou mesmo com a dos Estados-Membros, uma vez que, com frequência, comprovamos que a ineficácia dessa regulamentação permanece. Frequentemente, a situação altera-se muito pouco depois da entrada em vigor da mesma. A título de exemplo, podemos citar a diferença de salários entre homens e mulheres. A legislação proíbe, há mais de trinta anos, a discriminação entre géneros. No entanto, essas diferenças praticamente não se alteraram nos últimos dez anos, mostrando inclusivamente até uma tendência para um agravamento.

O exercício destes direitos constitui um problema particular, uma vez que o recurso à justiça é com frequência extremamente dispendioso e complicado. As autoridades responsáveis pela aplicação da igualdade de tratamento, encargues de supervisionar a aplicação da legislação antidiscriminação nos Estados-Membros, estão, em geral, mal equipadas e, devido à falta de recursos, a sua competência limita-se, muitas vezes, à divulgação de informação e ao aconselhamento. Esperemos que este ano possamos também ter a oportunidade de analisar a eficácia da legislação que formulamos e que adoptamos aqui. É evidente que nem tudo pode ser resolvido por meios legislativos. É difícil mudar os estereótipos. Todavia, temos de reconhecer que disso depende a eficácia da nossa legislação. Uma frase à guisa de conclusão: de tempos a tempos, vale certamente a pena avaliar o caminho percorrido, mas temos também de não perder de vista as metas que queremos alcançar. Depositamos grande esperança na Estratégia 2020 reformulada, bem como na reformulação da estratégia relativa à igualdade de oportunidades.

Edite Estrela (S&D). - Gostei muito de os ouvir. Trouxeram-nos mensagens positivas e afirmaram a vossa vontade de agir. E, de facto, nós precisamos de muita acção porque, quinze anos depois de Pequim, verificamos que, lamentavelmente, os resultados são ainda muito reduzidos. Não é só o rosto da pobreza que continua a ser feminino, é também o rosto do analfabetismo, do desemprego e dos baixos salários. Subsistem discriminações no acesso à educação e aos cuidados de saúde. São mulheres as principais vítimas de tráfico e violência física, sexual e psicológica. As mulheres estão sub-representadas na política e nos conselhos de administração das empresas, ou seja, estão afastadas da tomada de decisão política e económica.

Também sabemos que, para que as políticas de igualdade sejam adequadas e sejam eficazes, é necessário que o diagnóstico seja fiável, baseado em dados estatísticos comparáveis e desagregados por sexo. É disso que nós precisamos para podermos fazer o correcto diagnóstico e depois tomarmos as medidas adequadas.

Teresa Jiménez-Becerril Barrio (PPE). – (ES) Senhor Presidente, gostaria de dizer que não vim para o Parlamento para aplaudir a nova lei do aborto em Espanha.

Preocupa-me a vida humana, e preocupam-me especialmente as mulheres – que é minha missão defender aqui –, cujas vidas estão em perigo como resultado da violência de género, e estou aqui para lhes oferecer um espaço onde possam viver livremente e em segurança.

A resolução do Parlamento, de 2 de Fevereiro de 2006, recomendava que os Estados-Membros adoptassem uma atitude de tolerância zero em relação a todas as formas de violência contra as mulheres, e que adoptassem as medidas adequadas para garantir uma melhor protecção às vítimas.

O Programa de Estocolmo, adoptado por esta Assembleia, criou um espaço de liberdade, justiça e segurança para todos os cidadãos europeus, atribuindo prioridade ao combate à violência de género. Isso reflecte o sentido do meu pedido à Presidência espanhola para que promova uma decisão europeia de protecção para as vítimas de violência de género durante o seu mandato, a fim de assegurar que estas vítimas disponham do mesmo grau de protecção na totalidade dos Estados-Membros.

Numa Europa sem fronteiras, a luta contra a violência de género também não deverá conhecer fronteiras, e os Estados-Membros deverão trabalhar arduamente para harmonizar a sua legislação, de molde a que a luta contra os maus-tratos infligidos às mulheres ultrapasse os entraves legislativos e possamos, finalmente, proteger as vidas das mulheres e dos seus filhos, pelo menos, na União Europeia,

Insto, por isso, a Comissão e o Conselho a fazerem tudo o que for necessário e o que estiver ao seu alcance para avançar com uma decisão europeia de protecção para as vítimas, que seja um instrumento para garantir que não fique sem punição quem não respeitar a dignidade das mulheres e o seu direito a viverem livremente e em segurança.

Iratxe García Pérez (S&D). – (ES) Senhor Presidente, ... *(o início da intervenção não está disponível por razões técnicas)* ... 30 000 mulheres juntaram as suas vozes, ideias e planos para avançar para uma sociedade mais justa e mais igual. Oriundas de diferentes lugares, com um vasto leque de ideologias e culturas, mas unidas no objectivo de lutar pelo reconhecimento do seu direito à igualdade e à justiça, pela participação social e política das mulheres, pela partilha de responsabilidades, pelo direito à saúde sexual e reprodutiva.

Hoje, estes objectivos estão mais presentes do que nunca e, por conseguinte, há ainda um longo caminho a percorrer. Esta resolução levanta, por isso, questões fundamentais, como a necessidade de a Comissão Europeia desenvolver a sua estratégia de monitorização do programa, sólidas relações com a Plataforma de Acção de Pequim e a promoção das políticas de igualdade de género, sem esquecer a perspectiva de género nos processos legislativos.

É importante não esquecer que, hoje, a Europa pode ser um referencial para o resto do mundo no que respeita às políticas de igualdade, mas é preciso que, no nosso trabalho e nos nossos esforços, mantenhamos em mente todas as mulheres de fora da Europa que não gozam de quaisquer direitos fundamentais.

Por elas e pelas mulheres da Europa, é preciso que trabalhemos arduamente.

Mariya Nedelcheva (PPE). – (FR) Senhor Presidente, Senhora Comissária, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de felicitar a senhora deputada Svensson pela elaboração desta resolução sobre a Plataforma de Acção das Nações Unidas para a Igualdade de Género.

Ainda hoje, as desigualdades entre homens e mulheres persistem em diferentes domínios. Penso, neste caso, no domínio do emprego, onde é flagrante o fosso entre os salários e onde é difícil conciliar a carreira e a vida familiar. Poderia elencar ainda outros casos.

Apesar dos esforços efectuados para combater as desigualdades entre homens e mulheres, nenhum dos objectivos da Plataforma de Acção de Pequim +15 foi concretizado. Não se trata de redefinir aqui constantemente os nossos objectivos, que conhecemos bem. Ao invés, é preciso que reconsideremos as medidas que adoptámos para os conseguir.

Parece-me, por conseguinte, essencial que a União Europeia explique a sua Estratégia no quadro dos objectivos da Plataforma de Acção das Nações Unidas, centrando-se em três áreas principais. A nossa estratégia deverá ter em conta os curto, médio e longo prazos.

A curto prazo, é preciso que haja uma análise circunstanciada de todos os domínios sensíveis, no contexto da crise económica e financeira. Trata-se de definir indicadores precisos que nos permitam avaliar e aferir o

impacto desta crise sobre o emprego e a situação económica das mulheres. Estes indicadores deverão centrar-se nos aspectos económico, social e ambiental.

A médio prazo, está em causa a monitorização e actualização regular, a nível nacional, dos dados de que dispomos. Razão por que a análise regular das séries de indicadores já desenvolvidos no quadro da Plataforma de Acção de Pequim deverá ser conduzida como função da importância do contexto político, económico e social. Ter em conta estes dois aspectos proporcionar-nos-á a consistência necessária a nível europeu com vista à consecução dos nossos objectivos comuns.

Por último, a longo prazo, é preciso que asseguremos que as políticas de igualdade de género sejam integradas, mas encorajemos também o intercâmbio de boas práticas entre os Estados-Membros e, evidentemente, asseguremos que o roteiro da Comissão Europeia seja consentâneo com os progressos alcançados.

Ao adoptar esta estrutura de três níveis, aumentaremos claramente as nossas oportunidades de, finalmente, concretizarmos os nossos principais objectivos.

Sílvia Costa (S&D). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Pequim +15 confronta-se este ano com uma crise financeira, económica e de emprego que está a ter um impacto negativo nas condições de vida e de trabalho de milhões de mulheres na Europa e no mundo, mas que pode constituir uma oportunidade para rever os modelos de desenvolvimento, a organização do mercado de trabalho e as políticas sociais.

A União Europeia deve, em prol das mulheres, colocar no centro do reforço dos objectivos de Pequim +15 políticas que garantam o acesso aos recursos ambientais e ao crédito, inclusive através do microfinanciamento; a conciliação da vida familiar e da vida profissional, nomeadamente mediante a adopção da directiva relativa à licença parental; políticas de formação e incentivos a empresas que contratem jovens e mulheres; e a luta contra o tráfico de seres humanos por via de uma nova directiva, que esperamos tenha por base a resolução aprovada no último período de sessões de Estrasburgo.

Devemos, sobretudo, centrar a ajuda à cooperação para o desenvolvimento na capacitação das mulheres nos países mais pobres, e em particular nos países africanos, construindo com as mulheres a perspectiva de uma aliança euro-africana.

Seria bom – e dirijo-me à Senhora Comissária e ao Senhor Presidente em exercício – que a delegação europeia em Nova Iorque promovesse e conquistasse apoios para a campanha a favor da atribuição do Prémio Nobel da Paz às mulheres de África, simbolicamente representadas pelos dirigentes de associações que operam nos países mais afectados pelos conflitos e pela pobreza.

Sylvie Guillaume (S&D). – (FR) Debateremos hoje a igualdade entre homens e mulheres, quinze anos após a Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada em Pequim, e celebramos também o Ano Europeu da Luta contra a Pobreza e a Exclusão.

Gostaria de estabelecer uma ligação entre estas duas questões, sobretudo por ser verdade que as mulheres continuam a ser as principais vítimas da precariedade do emprego. Em França, por exemplo, elas representam 80% dos trabalhadores a tempo parcial, com empregos precários e mal remunerados. São também as mulheres que, numa percentagem de 80%, ganham menos do que o salário mínimo, o que significa que, no final, recebem pensões que tocam o limar do rendimento mínimo de subsistência. Acresce a isto o facto de a disparidade salarial média entre mulheres e homens persistir a um nível muito elevado.

Até certo ponto, portanto, a igualdade entre homens e mulheres existe apenas em teoria, e as mulheres, que, além disso, continuam confrontadas com um grande número de responsabilidades familiares, são por vezes forçadas a manter vários empregos, para várias entidades patronais, para no final ganharem menos do que os homens.

É por isso que temos absolutamente de criar políticas públicas que visem especificamente pôr fim a estas desigualdades, tanto no mercado de trabalho como a nível doméstico, bem como sistemas de segurança social que respondam activamente às necessidades das mulheres. Sem essas medidas, os objectivos de Pequim correm o risco de permanecer no domínio da utopia.

Vilija Blinkevičiūtė (S&D). – (LT) O princípio da igualdade de género é muito importante para a União Europeia na luta pelos objectivos de crescimento, emprego e coesão social. A União Europeia fez grandes progressos na implementação da Plataforma de Pequim, mas não podemos estar totalmente satisfeitos com a situação actual. O relatório sobre a implementação da Plataforma de Pequim mostrou que, na União

Europeia, os objectivos por aquela estabelecidos ainda não foram alcançados. É muito importante que os indicadores de Pequim sejam utilizados para desenvolver a perspectiva da igualdade de género nos programas de reforma nacionais, bem como nos relatórios nacionais sobre a segurança social e a inclusão social. Continuam a faltar dados suficientemente fiáveis e comparáveis a nível nacional e a nível da UE para determinação dos indicadores sociais, incluindo a pobreza das mulheres, a violência contra as mulheres e os mecanismos institucionais. Uma das tarefas do Instituto Europeu para a Igualdade de Género é o tratamento de dados comparáveis. Os objectivos estabelecidos no programa de trabalho do Instituto devem contribuir, nomeadamente, para implementar os indicadores definidos em Pequim. Estou convicta de que, num contexto de recessão económica, é essencial reforçar os mecanismos institucionais para a igualdade de género.

PRESIDÊNCIA: VIDAL-QUADRAS

Vice-presidente

Mairead McGuinness (PPE). – (EN) Senhor Presidente, quero agradecer aos colegas os seus contributos para este debate.

Falei recentemente perante um grupo de alto nível de trabalhadoras da função pública, mulheres que haviam atingido os níveis mais altos nos seus empregos e que se manifestavam interessadas em saber como progredir ainda mais. Gostaria de inverter ligeiramente o rumo deste debate, pois creio que despendemos demasiado tempo a tentar impelir as mulheres para determinadas profissões, não procurando saber por que razão há profissões em que os homens não se envolvem. A principal razão prende-se com o facto de essas profissões não serem suficientemente bem remuneradas, e vou dar um exemplo muito básico – não pagamos o suficiente às pessoas para efectuarem o trabalho de limpeza, o trabalho que ninguém quer fazer. Se reflectíssemos sobre o modo como os pagamentos são distribuídos neste tipo de profissões, talvez fosse possível alcançar a igualdade a esse nível – tal como no outro extremo da escala. Se queremos alcançar uma verdadeira igualdade de género, temos de reflectir sobre estas questões.

Creio que a Presidência espanhola mostra um grande interesse, por exemplo, pelo papel das mulheres na agricultura. Também aqui as mulheres têm um papel importante a desempenhar, um papel que contudo não é reconhecido e seguramente não é contabilizado, sendo, também este, um aspecto importante das nossas próximas reformas na política agrícola.

Há duas outras questões que gostaria de mencionar. Muitas mulheres estão a dar o seu contributo para este debate, mas temos de ser honestas e interrogar-nos sobre quantas de nós têm filhos a cargo. Se tivéssemos, poderíamos estar aqui? Sim, mas apenas porque ganhamos muito mais dinheiro do que outras pessoas que não podem seguir o exemplo.

Por último, pensemos nas mulheres iranianas. Ontem ouvimos falar a seu respeito e creio que este Parlamento e este debate devem reconhecer a sua luta e desejar que sejam bem sucedidas.

Silvia-Adriana Țicău (S&D). – (RO) A igualdade de oportunidades entre homens e mulheres é um princípio fundamental da União Europeia consagrado na legislação comunitária. Em 2009, as mulheres representavam 24% dos membros dos parlamentos nacionais, 26% dos membros dos governos nacionais e 33% dos presidentes dos conselhos de administração das empresas europeias, bem como 18% dos professores nas universidades públicas europeias. Gostaria também de referir que 81,3% das mulheres jovens completaram pelo menos o ensino secundário e que 59% dos licenciados universitários na União Europeia são mulheres.

A estratégia da União Europeia para o crescimento e o emprego visa garantir que, em 2010, a taxa de emprego entre as mulheres seja de 60%. No entanto, o risco de pobreza entre as mulheres deve-se principalmente à situação das famílias monoparentais encabeçadas por mulheres. Creio que é importante garantirmos às mulheres uma igualdade de oportunidades para o desenvolvimento e planeamento das suas carreiras, bem como condições que favoreçam a conciliação da vida pessoal, profissional e familiar. A este respeito, quero salientar a importância das infra-estruturas de acolhimento de crianças. O nosso objectivo é garantir que 30% das crianças com menos de três anos de idade possam ser inscritas para beneficiar dos serviços de acolhimento de crianças nesta faixa etária.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL). – No momento em que se aproximam as comemorações do Dia Internacional da Mulher, as comemorações dos cem anos e também os quinze anos da aprovação da Plataforma de Acção de Pequim, constatamos que se mantêm problemas sérios na vida das mulheres, vítimas do trabalho precário, do desemprego, do aumento das desigualdades, da crise do capitalismo, da violência na sociedade, no trabalho e na família. A pobreza tem rosto feminino, incluindo aqui na União Europeia onde são a maioria dos 85

milhões de pessoas a viver em situação de pobreza. Assim, não só apoiamos a resolução que foi aprovada na Comissão dos Direitos da Mulher, como esperamos que a maioria deste Parlamento a aprove também, incluindo o parágrafo que sublinha que a saúde sexual e reprodutiva e os direitos que lhes são inerentes fazem parte integrante da agenda relativa aos direitos das mulheres e que é essencial aumentar os esforços que visem melhorar os direitos e a saúde reprodutiva das mulheres a nível europeu e mundial.

É tempo de acabar com as desigualdades e os estereótipos e de dar prioridade à promoção da igualdade de direitos entre mulheres e homens no progresso social.

Corina Crețu (S&D). – (RO) Uma das áreas de acção definidas pela Plataforma de Acção de Pequim, em 1995, visava o combate à violência contra as mulheres. Decorridos quinze anos desde essa histórica conferência da ONU, a avaliação dos esforços feitos para melhorar a situação das mulheres no mundo é decepcionante. Muitos dos programas adoptados ao longo dos anos ficaram, lamentavelmente, longe da realidade, isto para não falar dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, que incluem a promoção da igualdade de género. Infelizmente, a violência doméstica, o uso da violência como arma de guerra, a mutilação genital, os casamentos forçados, o tráfico de seres humanos ou a escravatura sexual continuam a ser o pesadelo que destrói as vidas de milhões de mulheres em todo o mundo.

Creio que não podemos falar em termos de sucesso a menos que a União Europeia se envolva mais fortemente neste domínio. Precisamos de uma estratégia global que vise combater a pobreza, a falta de formação e informação, a impunidade, os conflitos armados e o tráfico humano para fins de prostituição. Penso que é importante não esquecermos que, antes de ser uma causa do mal, a violência contra as mulheres é um efeito desencadeado por um conjunto de factores que temos de erradicar através de uma acção mais unida e mais firme.

Franz Obermayr (NI). – (DE) Senhor Presidente, há um fio condutor que atravessa a Plataforma de Acção de Pequim, e que é a não discriminação. E isso é algo de positivo. As mulheres não devem ser objecto de um pior tratamento do que os homens sem quaisquer razões objectivas.

Não creio, no entanto, que as quotas para as mulheres – a chamada “discriminação positiva” – sejam uma abordagem sensata para esta questão. São as qualificações que devem constituir o critério fundamental, e não o género. Como tal, rejeito firmemente a quota de mulheres na nomeação da Comissão Europeia. Em vez de nos preocuparmos com quotas, devemos concentrar-nos verdadeiramente nas mulheres que são oprimidas e discriminadas.

Na Europa, permitimos que as mulheres muçulmanas continuem a viver numa espécie de sociedade paralela, onde a violência contra as mulheres e outras formas de opressão fazem parte da vida quotidiana. Permitimos que as mulheres muçulmanas na Europa não tenham liberdade para tomar decisões sobre muitas áreas das suas vidas: começando pelo estilo de vestuário, passando pela educação, até à escolha da carreira e também à escolha do marido. Activistas dos direitos das mulheres de países islâmicos abordam-nos, esperando que alguma coisa seja mudada aqui. Onde está a Europa dos direitos humanos quando precisamos dela?

Creio, pois, que devemos parar com estas discussões artificiais sobre quotas e trabalhar, sim, para combater a discriminação massiva que diariamente acontece na Europa sob o disfarce da liberdade de religião – algo que realmente não tem cabimento na nossa esclarecida comunidade de valores.

Monika Flašíková Beňová (S&D). – (SK) Não fora o orador precedente, o senhor mesmo, Senhor Presidente, e o Senhor Ministro, e este teria sido um grupo de mulheres a debater a questão de saber como melhorar a igualdade de género. Esta é, sem dúvida, uma das questões mais importantes da sociedade moderna e da era moderna, e concordo com a senhora deputada Svensson quando fala da necessidade absoluta de coordenar as actividades a todos os níveis.

Além do problema real da persistente desigualdade entre homens e mulheres, falta também, a nível europeu, uma análise de qualidade dos dados estatísticos diferenciados por género no que concerne aos indicadores acordados, nomeadamente a pobreza feminina, a violência contra as mulheres ou os direitos humanos das mulheres. A Comissão deve, portanto, incumbir o Eurostat da tarefa de desenvolver ligações para coordenar a recolha de dados comparativos e de dados dos Estados-Membros e, ao mesmo tempo, exercer pressão sobre estes para que cooperem activamente com o Eurostat.

Apesar disso, a UE continua a ser líder mundial no domínio da igualdade de género e penso que devemos partilhar com o resto do mundo os exemplos de boas práticas que já possuímos na UE. Na próxima ronda de negociações, devemos falar também sobre as coisas boas que já conseguimos alcançar. Creio que dentro

de cinco anos, aquando da passagem do 20.º aniversário da Plataforma de Pequim, devemos finalmente poder celebrar um maior progresso na resolução das desigualdades de género a nível mundial.

Angelika Werthmann (NI). – (DE) Senhor Presidente, a igualdade entre homens e mulheres é um princípio fundamental da UE. É um princípio estabelecido nos Tratados, profusamente enunciado em sítios Web e amplamente citado em muitos locais. Razão por que seria lícito perguntar: por que estamos sempre a falar sobre o assunto? Porque, simplesmente, a igualdade não é aplicada em muitos domínios. Aguardo com expectativa o dia em que já não precisaremos de discutir este assunto e o princípio da igualdade entre homens e mulheres seja finalmente uma realidade no domínio social.

Diego López Garrido, *Presidente em exercício do Conselho.* – (ES) Senhor Presidente, concordo com todas as intervenções que foram feitas, com excepção de uma intervenção do deputado Obermayr, com a qual, por sinal, só concordo em parte.

Devo dizer que estas intervenções das senhoras deputadas são a expressão de uma nova etapa que se inicia na União Europeia, também no domínio da igualdade de género.

A igualdade de género não beneficia apenas as mulheres; beneficia também os homens. A igualdade de género é um princípio essencial de coexistência. Por isso, pensei que hoje iriam intervir tantas mulheres quantos homens, porque se está a falar de algo que nos beneficia a todos, não só as mulheres, e creio que a União Europeia assumiu muito inteligentemente um compromisso com a igualdade de género.

Fê-lo no artigo 2.º do Tratado da União Europeia, que menciona pela primeira vez o princípio da igualdade entre homens e mulheres a nível do direito primário, no artigo 3.º do mesmo Tratado; no artigo 8.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, que estabelece que todas as políticas da União devem ser regidas pelo princípio da igualdade entre homens e mulheres. Isto quer dizer "todas as políticas": ou seja, os Tratados colocam no cerne das políticas europeias o princípio da igualdade de género, que se tornou um princípio nuclear da agenda política da União Europeia. O que temos de fazer é colocar em prática este mandato que nos foi conferido pelo Tratado da União Europeia.

É isso que a Presidência espanhola quer fazer e que o Conselho da União quer fazer, e estamos convencidos de que teremos a colaboração da Comissão nesta tarefa.

Ontem, precisamente, tivemos uma reunião com a Comissão em Madrid. Estava presente a Senhora Comissária Reding, e estamos certos de que vai haver uma colaboração muito estreita da parte da Comissão para que as nossas ambições em matéria de igualdade de género possam ser uma realidade durante esta Presidência.

Para começar, só para mencionar algo que está para breve, vai haver um momento importante no dia 8 de Março – o Dia Internacional da Mulher –, quando o Parlamento Europeu, em Estrasburgo, debater a Carta da Mulher. No mesmo dia, o Conselho "Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores" discutirá também na sua reunião a ideia da igualdade ligada à coesão social, que é outro dos princípios da União, a igualdade de género ligada à coesão social e a erradicação da violência.

O assunto mencionado com mais frequência nas vossas intervenções foi, provavelmente, a necessidade de erradicar a violência de género, que é o maior flagelo das nossas sociedades, o pior das nossas sociedades: a violência contra as mulheres.

Estou certo de que a ordem de protecção contra a violência de género vai ser uma das nossas conquistas, pois haverá que defini-la assim, como uma conquista dos próximos meses. E contaremos, repito, com a colaboração da Comissão e do Parlamento Europeu neste domínio.

Viviane Reding, *Membro da Comissão.* – (EN) Senhor Presidente, as primeiras directivas sobre a igualdade entre homens e mulheres datam da década de 1970 e, desde então, muitas dessas directivas não só alteraram as legislações dos Estados-Membros – nessa altura não havia legislação nesta matéria a nível nacional –, como deram origem às legislações dos Estados-Membros em matéria de igualdade entre homens e mulheres a todos os níveis da nossa sociedade. No entanto – e têm razão quando insistem neste ponto –, temos boas leis, é certo, mas a prática não as segue. Creio que a primeira coisa que temos de fazer não é criar novas leis, mas velar por que as leis sejam de facto aplicadas na sociedade.

Sonho com o dia em que poderemos ter um debate nesta Assembleia como 50% de oradores homens e 50% de oradoras mulheres. Sonho com o dia em que já não precisaremos do Dia Internacional da Mulher porque já não existirá qualquer problema. É bom sonhar, a prática existe, e é preciso que tomemos as coisas em mão.

Por isso, estou muito grata à Presidência espanhola por ter colocado a questão da mulher no topo da lista das suas prioridades.

Estou muito empenhada, tal como os meus colegas da Comissão, em que a perspectiva de género seja incluída em todas as políticas que vamos apresentar. Juntamente com o meu colega László Andor, responsável pelo emprego, velaremos por que este objectivo seja posto em prática no programa de 2020.

Quanto às outras questões, e como já referi, irei trabalhar em colaboração com a Comissão dos Direitos da Mulher e da Igualdade dos Géneros sobre a nova estratégia para a igualdade, na qual questões como as disparidades salariais entre os sexos e as mulheres nos processos de tomada de decisões estarão no topo da agenda, pois são verdadeiros problemas estruturais que temos de resolver. Mas há também questões sociais muito profundas e que temos de abordar com a ajuda de organizações de mulheres, com a ajuda dos ministros dos Estados-Membros, com a ajuda das legislações nacionais, com a ajuda das legislações europeias e há, evidentemente, a terrível questão da violência contra as mulheres. Creio que estas questões vão estar no primeiro plano do trabalho que vamos desenvolver.

Creio porém, Senhoras Deputadas, que quando a vossa forte delegação se deslocar a Nova Iorque para comemorar os 15 anos da Plataforma de Pequim, nos devemos orgulhar porque, se olharmos para o que alcançámos nestes últimos 15 anos, veremos que é muito. É verdade que ainda não chegámos onde os nossos sonhos nos querem levar, mas já conseguimos muito e, com esta experiência, poderemos ajudar as mulheres de outros continentes.

Neste sentido, creio também que a Carta dos Direitos Fundamentais, um belo texto que deveria ser lido por todas as crianças nas escolas europeias e estudado por todos os estudantes nas nossas universidades, toca efectivamente no ponto certo: não há diferença entre homens e mulheres. São iguais e é nossa responsabilidade falarmos muito claramente sempre que esta questão fundamental não tiver expressão na aplicação das legislações pelos Estados-Membros. E não é só neste fórum que devemos falar claramente, devemos fazê-lo também nos nossos Estados-Membros e apontar os problemas que surgem e não são resolvidos, e não manter o silêncio até à sua resolução.

Lanço um apelo a todos os homens deste Parlamento: por favor, unam as vossas vozes às vozes das mulheres.

Presidente. – Comunico que recebi uma proposta de resolução⁽³⁾ apresentada nos termos do n.º 5 do artigo 115.º do Regimento para encerrar o debate.

Está encerrado o debate.

A votação terá lugar amanhã, às 11H30.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

Vasilica Viorica Dăncilă (S&D), por escrito. – (RO) As Nações Unidas instituíram o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, que o mundo inteiro comemora todos os anos no dia 25 de Novembro. A violência contra as mulheres é um fenómeno generalizado, sendo que 45% das mulheres europeias são vítimas de diferentes formas de violência. A nível mundial, uma em cada três mulheres já foi espancada, forçada a manter relações sexuais ou abusada de qualquer outra forma. Esse fenómeno manifesta-se não só na violência no seio da família contra mulheres e raparigas, mas também na exploração, em actos de violência sexual, no tráfico de seres humanos, nos crimes de honra, em práticas tradicionais perigosas como a queima de noivas em casamentos precoces, e em outras formas de violência contra o corpo, a mente e a dignidade das mulheres. Na maioria dos casos, o agressor é o marido ou companheiro, ou um conhecido. Considero que a violência contra as mulheres é uma das mais graves violações dos direitos humanos, sendo este fenómeno ainda mais grave por estar presente em todos os continentes, em todos os países e culturas, independentemente do nível de desenvolvimento económico. Os autores destes actos devem ser severamente punidos. No caso de crimes em grande escala, o Tribunal Penal Internacional deve desempenhar um papel importante e estabelecer uma estreita conexão com as decisões tomadas pelos tribunais nacionais.

Lidia Joanna Geringer de Oedenberg (S&D), por escrito. – (PL) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, aproxima-se o 15.º aniversário da famosa Conferência Mundial sobre a igualdade de direitos das mulheres, organizada pelas Nações Unidas em Pequim. Durante estes 15 anos, os 189 países que assinaram a Plataforma de Acção das Nações Unidas para a Igualdade de Género conseguiram progressos consideráveis

(3) Ver acta.

nos doze domínios de acção identificados no documento, sem excepção. No entanto, a maioria dos problemas então identificados continuam a ser actuais hoje, nomeadamente o problema da violência doméstica contra as mulheres e a participação das mulheres em conflitos armados. Estes assuntos não precisam de ser apresentados no Parlamento Europeu – discutimo-los durante os debates sobre casos de violação dos direitos humanos em quase todas as sessões plenárias. Gostaria, pois, de exprimir o meu apreço pela iniciativa das Nações Unidas que, de cinco em cinco anos, procede a uma análise pormenorizada da Plataforma de Acção num grande número de países (a última foi em 2005), pondo em destaque as questões mais prementes. Há cinco anos, na conferência de Nova Iorque, foi chamada a atenção dos países signatários da Plataforma de Acção para o elevado número de violações de mulheres, o aumento dos casos de infecção pelo VIH/SIDA entre as mulheres e a discriminação existente contra as mulheres no emprego. Infelizmente, essas observações poderiam ser feitas hoje novamente. O que é necessário é um plano de acção muito concreto, com o apoio real de todos os signatários da Plataforma e com a participação da União Europeia, de modo a que, na próxima revisão do programa dentro de cinco anos, seja evidente um progresso claro.

Daciana Octavia Sârbu (S&D), *por escrito*. – (RO) Creio firmemente que a igualdade entre homens e mulheres deve estar entre os objectivos centrais de qualquer democracia. Apesar dos esforços consideráveis feitos na União Europeia para alcançar os objectivos da Plataforma de Acção de Pequim, não foi possível cumpri-los na sua totalidade. Continuamos a confrontar-nos, na Europa, com fortes estereótipos associados às mulheres e significativas diferenças salariais entre homens e mulheres, ao mesmo tempo que os avanços no sentido de atrair mais mulheres para ocupar cargos de decisão têm sido extremamente lentos. De um modo geral, contudo, a igualdade de oportunidades continua a ser, infelizmente, apenas uma aspiração, principalmente nos países da Europa Oriental, os novos membros da UE. A fim de alcançar melhores resultados nos Estados-Membros em termos de realização dos objectivos da Plataforma de Acção de Pequim, é absolutamente necessário dispor de dados fiáveis e comparáveis sobre a situação das mulheres, tanto a nível europeu como nacional, mas também de uma análise periódica dos progressos realizados em áreas críticas identificadas na Plataforma. Apraz-me, contudo, que a Presidência espanhola tenha incluído os problemas da igualdade de género na sua lista de prioridades e conferido uma atenção especial às mulheres que trabalham no sector agrícola. Quero, pois, aproveitar esta ocasião para a felicitar por esta iniciativa.

Joanna Senyszyn (S&D), *por escrito*. – (PL) Uma das áreas estratégicas definidas na Plataforma de Acção de Pequim é a dos direitos das mulheres como parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais. O objectivo é a plena aplicação dos instrumentos internacionais de protecção destes direitos, incluindo a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres. Uma forma de discriminação é a violação dos direitos reprodutivos das mulheres. Um relatório de 2007 sobre o respeito dos direitos reprodutivos na Polónia e as recomendações da Comissão dos Direitos do Homem das Nações Unidas, elaboradas com base neste relatório, mostram claramente que as mulheres polacas têm acesso limitado ao reembolso em caso de contracepção, aos cuidados médicos durante a gravidez, a exames pré-natais e até ao parto sem dor. É-lhes negada a possibilidade de um aborto legal em praticamente todos os casos, mesmo nos casos permitidos por lei. Em resultado deste estado de coisas, são realizados anualmente na Polónia 200 a 400 interrupções legais da gravidez, contra 100 000 ilegais.

Proponho a adopção de uma taxa de aborto legal, calculada como o número das interrupções da gravidez por cada 1 000 nascidos vivos por ano, como uma medida de igualdade das mulheres nos Estados-Membros da UE. Nos países onde as mulheres têm o direito de optar pelo aborto, esta taxa oscila em torno de 200. Na Polónia é de 1. Esta é uma medida objectiva da violação dos direitos reprodutivos das mulheres na Polónia. Faço um apelo a uma cooperação mais eficaz entre a UE e as Nações Unidas no sentido da monitorização dos direitos das mulheres e da introdução de medidas que quantifiquem as violações dos direitos das mulheres.

Anna Záborská (PPE), *por escrito*. – (FR) A resolução não reflecte a totalidade da Plataforma de Acção de Pequim. Como sempre, é mais fácil deter-nos sobre os estereótipos sexistas, a "saúde reprodutiva", para não mencionar o aborto, a CEDAW, a violência ou as quotas. Será que não existem outros problemas para a imensa maioria das mulheres e mães na Europa e no mundo? Não será tempo de fazer face também a outros obstáculos? O ponto 9 da Plataforma de Acção de Pequim, no entanto, declara como seu objectivo o reforço do poder de acção de todas as mulheres. É fundamental que todas as mulheres possam reconhecer-se nas políticas públicas de igualdade de oportunidades, que respeitem a sua diferença natural e a sua complementaridade necessária, e é essencial não perder de vista a importância das identidades nacionais e regionais e da diversidade histórica, cultural e religiosa. A implementação da Plataforma de Acção é da responsabilidade soberana de cada Estado-Membro, tendo em conta e mostrando estrito respeito pelos diversos valores religiosos e éticos, assim como pelo património cultural e pelas convicções filosóficas dos indivíduos e das suas comunidades. Se a implementação da Plataforma de Pequim tivesse respeitado estas

premissas, não teríamos constatado apenas uma ligeira melhoria da situação das mulheres. Esta resolução envia um sinal tendencioso que divide em vez de unir.

Artur Zasada (PPE), *por escrito*. – (PL) Apoio inteiramente o trabalho da senhora deputada Svensson sobre a questão da igualdade de género e concordo que os problemas que levantou têm uma influência significativa no processo de conquista de direitos iguais para homens e mulheres. Ao mesmo tempo, gostaria de salientar que muitas mulheres optam, consciente e voluntariamente, por trabalhar em casa, para a família. Por vezes, são forçadas a abandonar a carreira por motivos imprevistos, como, por exemplo, a necessidade de cuidar de um filho doente ou com deficiência. Um problema importante que se coloca nestes casos é a falta de soluções adequadas em termos de direitos a pensão para estas mulheres. Em muitos países não existem soluções absolutamente nenhuma neste domínio, ou as que existem não são suficientes para garantir às mulheres uma vida condigna. Por isso é essencial que o debate sobre a igualdade entre homens e mulheres inclua também a questão do direito a prestações sociais por parte das mulheres que gerem a casa e cuidam dos filhos.

20. Intervenções de um minuto sobre questões políticas importantes

Presidente. – Seguem-se na ordem do dia as intervenções de um minuto sobre questões políticas importantes nos termos do artigo 150.º.

Vamos dar preferência aos deputados que não usaram da palavra no último período de intervenções de um minuto nos termos do artigo 150.º, em relação aos que o fizeram da última vez.

Traian Ungureanu (PPE). – (RO) Em 4 de Fevereiro de 2010, Traian Băsescu, Presidente da Roménia, anunciou a decisão que confirma a aprovação, por parte do Conselho Supremo de Defesa Nacional, da participação da Roménia no sistema antimísseis dos EUA. O acordo deverá ser submetido ao Parlamento romeno para aprovação. Ao mesmo tempo, o Presidente afirmou que o acordo não é direccionado contra a Rússia. Creio que isto permite à Roménia demonstrar a sua capacidade de agir como parceiro estratégico dos Estados Unidos na região do Mar Negro e de se tornar um fornecedor europeu de segurança.

No contexto actual de desafios globais difíceis, o acordo romeno-americano consolidará de forma inextricável o sistema de segurança dos aliados europeus. É minha convicção que a União Europeia acolherá com satisfação este importante acordo.

Joanna Katarzyna Skrzydlewska (PPE). – (PL) Senhor Presidente, gostaria de manifestar a minha profunda preocupação com o rápido agravamento da situação dos nossos compatriotas na Lituânia. A Lituânia é membro da União Europeia e, não obstante, os direitos fundamentais da minoria polaca são violados naquele país. Vivem cerca de 300 000 polacos na Lituânia, em regiões onde constituem 60-80% da população, mas não têm o direito de utilizar a sua língua materna como língua auxiliar em situações oficiais. Um tribunal ordenou a remoção de placas bilingues com nomes de ruas e oficiais de justiça são enviados para fazer cumprir esta ordem. Os nomes polacos são "lituanizados". Os polacos são alvo de discriminação no âmbito do processo de restituição de terras. O direito das crianças polacas a receber educação com a língua polaca como meio de instrução é cerceado. E os direitos eleitorais dos seus pais são restringidos.

O futuro da União está actualmente a ser ponderado. Ainda queremos viver numa Europa de valores ilusórios, ou de valores reais? O rumo que a União irá tomar depende, em parte, de nós. Vamos fechar os olhos a uma discriminação ostensiva contra uma minoria, ou vamos realmente construir uma Europa mais segura num espírito de respeito pelos direitos humanos?

Andres Perello Rodriguez (S&D). – (ES) Senhor Presidente, gostaria de apresentar a este Parlamento uma queixa e um pedido de apoio. A queixa prende-se com o facto de, no sul da União, na laboriosa e empreendedora cidade de Valência, haver um bairro marítimo histórico, o bairro de Cabañal, que poderá vir a ser destruído por um plano que a Câmara Municipal quer aplicar depois de quase 20 anos de abandono daquela área.

Os residentes locais protestaram contra este plano. O Ministério da Cultura, a pedido do Supremo Tribunal, declarou que o plano será equivalente a um saque do património, e também o Tribunal Constitucional, recentemente, tentou paralisá-lo, deliberando nesse sentido.

A resposta das autoridades públicas foi a de recusar submeter-se às instituições, com o que isso significa em termos de risco, perigo e má pedagogia política.

O pedido de apoio que faço é que, face a este saque do património, a ajuda que os residentes locais possam pedir ao Parlamento lhes seja prestada para evitar que uma tão grande e bárbara aberração tenha lugar num bairro como o Cabañal, no sul da União Europeia.

Cristian Silviu Buşoi (ALDE). – (RO) Na semana passada, participei na reunião da Comissão de Cooperação Parlamentar União Europeia-República da Moldávia, uma reunião com resultados extremamente encorajadores em termos de relações bilaterais e de aproximação da República da Moldávia à União Europeia.

O Governo pró-europeu de Chişinău fez progressos visíveis em poucos meses desde que assumiu funções e creio que estes progressos constituem um sinal claro do desejo sincero da Moldávia de enveredar por uma via de sentido único rumo à Europa. A vontade política do actual Governo da República da Moldávia no sentido de promover reformas que visam a instauração de uma democracia sólida e uma economia próspera ficou demonstrada nas discussões da semana passada. Congratulo-me com o início das negociações sobre um novo acordo de associação em Janeiro deste ano e penso que o Parlamento Europeu deve participar activamente neste processo e apoiar a conclusão de um acordo deste tipo e de um regime de isenção de vistos.

A República da Moldávia partilha os valores da União Europeia e, portanto, creio que tanto a Comissão Europeia como o Parlamento Europeu devem apoiar este governo com assistência financeira, a qual deve ser concedida o mais rapidamente possível, mas também através da experiência que a União Europeia tem para oferecer nos vários domínios nos quais se prevê a realização de reformas, como a justiça ou a economia.

Ryszard Czarnecki (ECR). – (PL) Senhor Presidente, infelizmente, tenho de falar uma vez mais sobre a situação da minoria polaca num Estado-Membro da União Europeia – a Lituânia. Aparentemente, se um Estado pertence à União Europeia, deve respeitar todas as normas europeias. No entanto, Vilnius não está a fazê-lo.

Continua a não existir acordo na Lituânia sobre a sinalização bilingue dos nomes das ruas em locais onde a população polaca não é tanto uma minoria, mas antes a maioria. Existem problemas importantes relativamente ao funcionamento da educação com a língua polaca como meio de instrução. Em resultado das medidas tomadas pelas autoridades educativas da Lituânia, vão ser encerradas cerca de 100 salas de aula polacas. Recentemente, foram impostas importantes restrições a grupos artísticos que difundem a cultura polaca.

Há aqui um estranho desequilíbrio, pois os lituanos na Polónia vêm garantidos todos os seus direitos e recebem importantes subsídios do orçamento de Estado da Polónia. É tempo de haver uma resposta elementar e civilizada. É tempo de organizações internacionais, incluindo o nosso Parlamento Europeu, abordarem a questão da discriminação contra os polacos na Lituânia.

Gerard Batten (EFD). – (EN) Senhor Presidente, esta noite assisti a uma recepção ao Shen Yun Performing Arts Group no salão dos deputados. No ano passado, tive o prazer de ver o Shen Yun Show em Londres. O objectivo deste grupo é reavivar o interesse pela cultura tradicional chinesa, uma cultura que, evidentemente, o Partido Comunista e o Governo chineses fizeram os possíveis por destruir ao longo dos últimos 60 anos.

Fiquei consternado ao saber, esta noite, que um espectáculo previsto para Abril na Roménia foi cancelado devido a pressões exercidas pelo Governo chinês. É absolutamente inaceitável que a Roménia, um país que afirma ser uma democracia, se deixe pressionar desta forma por uma tirania comunista. Devo dizer também que o Shen Yun promove a filosofia da veracidade, da tolerância e da compaixão, pelo que não é de estranhar que o Governo e o Partido Comunista chineses tenham essa ideologia contrária.

Gostaria de propor ao Presidente Jerzy Buzek que corrigíssemos a situação, convidando o Shen Yun a fazer uma exibição no Parlamento em data o mais próxima possível. Seria um gesto claro de apoio a esses extraordinariamente corajosos defensores chineses da democracia.

Seán Kelly (PPE). – (EN) Senhor Presidente, quero aproveitar esta ocasião para condenar neste Parlamento a utilização de passaportes irlandeses, britânicos, franceses e alemães falsificados no recente assassinato de um comandante do Hamas. O chefe da polícia do Dubai afirmou ter praticamente a certeza de que a Mossad estava por trás do assassinato.

Se assim for, tratou-se de um flagrante uso abusivo de passaportes da União Europeia para cometer um crime num país terceiro e, em particular, uma quebra de confiança em que a Irlanda está em causa, porque, desde que obtivemos a independência em 1922, temos sido um país neutro e amigável, o que permite aos nossos cidadãos viajar, talvez mais livremente, em locais onde outras pessoas não seriam autorizados a viajar.

A utilização dos passaportes falsos neste caso comprometeu essa posição, nomeadamente no Dubai. Apelo em especial à Senhora Alta Representante para que investigue este assunto e, se for verdade que o governo ou a Mossad estiveram por detrás disto, terá de haver uma reparação para connosco e para com outros países envolvidos.

Alan Kelly (S&D). – (EN) Senhor Presidente, acabaremos por ultrapassar esta confusão. O mapa dos auxílios regionais para definição das normas relativas aos auxílios estatais na Europa necessita urgentemente de ser redesenhado. Uma preocupação importante a este respeito prende-se como o facto de que, quando escrevi à anterior Comissão sobre este assunto, esta baseava a sua política em números de 2006 do Eurostat. Agora que o mapa dos auxílios regionais está a ser objecto de revisão, é extremamente importante reconhecer que a economia europeia está numa situação radicalmente diferente. Tomando apenas um exemplo do meu próprio país, os níveis de desemprego na região centro-oeste do país cresceram mais de 40% no ano passado, e isto sem mencionar os anos anteriores, em que os números já estavam a subir. Há áreas do centro-oeste, como Limerick, Clare e Tipperary, que necessitam de fundos estatais em grande escala para estimular a criação de empregos no sector primário, cuja falta está a atingir níveis críticos.

Tendo em conta a dramática reviravolta na economia irlandesa, como em outras economias, os anos de 2006 e 2007 poderiam muito bem ter sido há uma eternidade. Embora reconheça que cabe em parte aos Estados-Membros informar a Comissão de quaisquer alterações na sua situação económica, a abordagem da Comissão não deve permanecer a mesma, independentemente da situação.

Corneliu Vadim Tudor (NI). – (RO) Senhoras e Senhores Deputados, creio que a dádiva mais importante que Deus fez ao Homem foi o cão. Os senhores deputados conhecem a citação de Madame Roland, guilhotinada durante a Revolução Francesa: "quanto mais conheço os homens, mais gosto dos cães", enquanto Lord Byron escreveu: "os cães têm todas as virtudes do homem sem ter os seus vícios".

Represento nesta Câmara vários milhões de amantes de animais do meu país que estão indignados com a crueldade contra cães vadios, que são mortos sem piedade. Os visitantes estrangeiros na Roménia ficam consternados ao verem os corpos de cães mortos nas estradas, uma visão bárbara que até as crianças têm de testemunhar. Actualmente, o prefeito de Bucareste solicita a modificação de uma lei alterada pelo Parlamento romeno, apelando à eliminação dos cães vadios. Todavia, os cães são anjos da guarda. É também bem conhecido que, em tempos idos, eles ajudavam a proteger a saúde dos habitantes das cidades fortificadas, porque onde há cães não há ratos nem cobras.

Peço ao Parlamento Europeu que convide o Governo romeno a respeitar a Declaração Universal dos Direitos dos Animais, proclamada em Paris em 1978. Temos de pôr fim ao massacre de cães vadios na Roménia. Quem não ama os animais, não ama as pessoas. Pelo amor de Deus, vivemos no terceiro milénio d.C.!

Ramon Tremosa i Balcells (ALDE). – (EN) Senhor Presidente, gostaria de denunciar a situação do sector da carne suína catalão e europeu. O preço dos suínos continua a diminuir há mais de um ano e há já vários meses que é claramente inferior aos custos de produção. Um dos motivos por que isso acontece é a importação de suínos de países emergentes. Num número demasiado elevado de casos, essas importações entram na União Europeia sem serem suficientemente controladas nas alfândegas europeias.

Num número demasiadamente elevado de casos, essas importações de suínos não cumprem vários regulamentos europeus em matéria de qualidade e segurança dos alimentos que apenas são impostos pela União Europeia aos produtores europeus. Ao que parece, o mesmo vai acontecer nos próximos anos: vai haver um número crescente de requisitos para os produtores europeus em matéria de bem-estar dos animais, mas sem controlo das importações provenientes de países emergentes.

Trata-se de um caso óbvio de concorrência desleal. Deste modo, a Europa vai perder os seus agricultores e produtores de carne suína e, sem eles, perderá uma parte importante do seu sector agro-alimentar. Eram estas preocupações que queria partilhar convosco.

Valdemar Tomaševski (ECR). – (PL) Senhor Presidente, gostaria de mencionar a situação das minorias nacionais na Lituânia, país onde aquelas vêem os seus direitos ser continuamente reduzidos.

Na Lituânia, em regiões povoadas por concentrações de minorias nacionais, há uma proibição geral do uso de sinais informativos bilingues, que há vinte anos que são utilizados. Foram reduzidos os subsídios concedidos a escolas para minorias nacionais e estão a ser feitos preparativos para o encerramento das mesmas como parte de uma chamada "reforma". Não pode ser utilizada em documentos de identificação a grafia original de nomes estrangeiros. Para além disso, estão a ser criadas dificuldades na Lituânia aos polacos que tentam

recuperar terras apreendidas pelo sistema comunista e, recentemente, até a vida cultural das minorias foi atingida. Wilia, o mais antigo grupo de cantares e danças tradicionais polacos na Lituânia, viu o financiamento que recebia do governo ser reduzido para um quarto do montante anterior, tendo sido encerrados três postos de trabalho a tempo inteiro. Apenas um se mantém.

Os direitos das minorias nacionais na Lituânia devem ser respeitados tal como a União exige na sua divisa: Unidade na Diversidade.

Mairead McGuinness (PPE). – (EN) Senhor Presidente, o senhor deputado Tremosa i Balcells levantou a questão da produção de baixo custo na agricultura, que é uma questão que me suscita enormes preocupações, tal como a muitos outros elementos desta Assembleia. No entanto, estou mais preocupada com a Comissão e com a forma como vêem a agricultura, as zonas rurais e, na realidade, todo o sector alimentar, porque na Estratégia UE 2020 parecem ter-se quase esquecido deste sector vital da União Europeia. Gostaria de exortar a Comissão a não ignorar esta importante área. Espero que a sua atitude não seja reflexo da opinião de que este sector deixou de ser importante, em especial numa altura em que estudamos a reforma do orçamento da União Europeia.

Gostaria de recordar à Comissão que a agricultura e o sector alimentar são vitais por motivos de segurança alimentar, por motivos de protecção ambiental e por motivos que se prendem com o emprego nas zonas rurais. Penso que é necessário que este ponto de vista se reflecta na Estratégia UE 2020.

Agradeço a uma organização de jovens agricultores da Irlanda, Macra na Feirme, que representa homens e mulheres, o facto de chamar a minha atenção para este assunto e espero que a Comissão me dê ouvidos.

Silvia-Adriana Țicău (S&D). – (RO) A taxa de desemprego atingiu os 10% na zona do euro no início do ano, em comparação com 9,6% na UE-27. Para os jovens a cifra é superior a 21%. Na União Europeia funcionam cerca de 20 milhões de empresas, excluindo o sector financeiro, 99% das quais são pequenas e médias empresas. Dois terços do total da mão-de-obra no sector privado trabalham em PME.

Insto a Comissão e os Estados-Membros a elaborarem um pacote de medidas especificamente destinadas a apoiar as PME, a fim de contribuir para que saiam da crise económica e financeira. Esse pacote de medidas deve também ter como alvo os que se propõem criar pequenas ou médias empresas. Tais medidas poderão incluir, por exemplo, a adaptação adequada do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização e do Sétimo Programa-Quadro de investigação, bem como a simplificação dos critérios e procedimentos administrativos para a promoção do acesso das PME a projectos postos em prática com a utilização de fundos europeus.

Por último, mas de forma alguma menos importante, tal como acontece no caso dos agricultores, proponho a concessão de garantias governamentais para empréstimos contraídos por PME para as ajudar a sair da crise, garantias concedidas, como é óbvio, por um período de tempo determinado e com um determinado limite máximo.

Georgios Papanikolaou (PPE). – (EL) Senhor Presidente, como sabemos, o problema da imigração ilegal na Grécia é muito pior do que no resto da União Europeia. São vários os motivos para tal, que vão desde a localização geográfica do país até à sua extensa fronteira costeira.

Nestas circunstâncias, a iniciativa do Governo grego, que facilita, em moldes sem precedentes, a obtenção da nacionalidade grega por parte dos imigrantes, é – na melhor das hipóteses – um improviso em tempos como os actuais, e deu origem ao seguinte paradoxo: a proposta apresentada pelo governo do país onde o problema se coloca com mais acuidade contém os regulamentos mais benevolentes de toda a União Europeia, a todos os níveis.

Isto, em vez de desincentivar a imigração ilegal, constitui um incentivo, em detrimento da imigração legal. Mina a coesão social e aborda a questão de forma fragmentada, analisando apenas o último elo de uma cadeia que inclui entrada ilegal, asilo, deportação e licença para ficar e trabalhar na União Europeia. Abre uma janela para a obtenção da nacionalidade europeia por parte de um número indeterminado de imigrantes ilegais.

Vistas as coisas desta perspectiva, trata-se de uma questão europeia de que nos devemos ocupar intensivamente no futuro imediato.

Ioan Enciu (S&D). – (RO) O respeito pelo direito à privacidade transformou-se ultimamente, com a introdução de novas tecnologias da informação, num assunto de particular actualidade. Para além do impacto benéfico dessas tecnologias em numerosos domínios, surgiu igualmente a questão da intrusão na privacidade dos cidadãos e, daí, a questão da necessidade de regulamentar o acesso a dados pessoais. Refiro-me aqui ao

facto de ter de ser garantido aos cidadãos o direito de verificarem a recolha, a armazenagem, a utilização e a distribuição dos seus dados pessoais.

Têm-se verificado atrasos na actual legislação relativa à protecção de dados, a qual já não consegue resolver todos os problemas que têm ocorrido. Uma grande quantidade de reacções por parte da opinião pública apoia claramente a necessidade de regulamentar com rigor o direito à privacidade. Os esforços envidados pela União Europeia para criar uma base de dados jurídica satisfatória nesta área são bem-vindos, mas, a meu ver, continuam a ser insuficientes para responder aos novos desafios.

(Aplausos)

Oldřich Vlasák (ECR). – (CS) Passaram mais de seis meses desde a data em que o Canadá tomou a medida sem precedentes de voltar a impor o requisito da apresentação de vistos a um dos Estados-Membros da UE, neste caso aos cidadãos da República Checa. O Canadá justificou a sua iniciativa com o facto de do outro lado do oceano chegarem pedidos de asilo em massa de cidadãos checos, em particular romanichéis. Nestas circunstâncias, gostaria de dizer que na República Checa se aplicam a todos as mesmas condições, independentemente do facto de terem nacionalidade checa, eslovaca, vietnamita ou ucraniana, ou de serem de origem checa, afro-americana ou romanichel. A Carta dos Direitos e Liberdades Fundamentais, que faz parte da nossa lei constitucional, declara que todos os cidadãos têm direitos nacionais e étnicos iguais. O facto de o Canadá explicar a sua actuação fazendo referência aos Romanichéis é, em si mesmo, discriminatório, porque representa um reconhecimento de que as condições em matéria de vistos estão a ser alteradas devido a um grupo étnico. Em vez de pensar em vistos dispendiosos e que representam uma sobrecarga administrativa, o que o Canadá deveria fazer era reflectir sobre as condições referidas.

Agustín Díaz de Mera García Consuegra (PPE). – (ES) Senhor Presidente, como é do seu conhecimento, no dia 11 de Fevereiro, o Parlamento disse não ao Programa de Detecção do Financiamento do Terrorismo, o Programa SWIFT. Por consequência, o acordo foi suspenso e não há transferência de dados.

No entanto, a Comissão tem de facto um novo mandato de negociação. A pergunta que gostaria de fazer à presidência do Parlamento Europeu – não a si, Senhor Presidente, mas à Presidência de facto – é se temos um interlocutor, se os Estados Unidos estão a negociar com a União Europeia na sequência do colapso ou se estão a negociar caso a caso numa base bilateral com determinados Estados-Membros.

Seja como for, Senhor Presidente, se essas negociações efectivamente se realizarem, exijo que o Parlamento Europeu desempenhe um papel no decorrer das mesmas, e penso que todos nós partilhamos dessa exigência.

Mario Borghezio (EFD). – (IT) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, no dia 23 de Fevereiro, em Villasanta, na Lombardia, uma descarga excepcional de hidrocarbonetos de um depósito situado numa refinaria que já não se encontra em funcionamento deu origem à contaminação maciça do rio Lambro, situado nas proximidades.

As proporções da catástrofe ambiental, em que foram derramados milhares de metros cúbicos de petróleo, não só afectam negativamente o ecossistema do rio Lambro, com consequências também para a sua fauna, como envolvem o risco de alastrar – apesar das medidas tomadas – ao rio Pó, que atravessa todo o Vale do Pó, até desaguar no mar Adriático.

O carácter excepcional e urgente da situação, que já levou a região da Lombardia a solicitar a declaração do estado de emergência, é, não obstante, de molde a requerer também a intervenção da União Europeia – e solicito um sinal nesse sentido da parte da Presidência – tanto do ponto de vista da coordenação das iniciativas a nível ambiental nas áreas em risco, de que faz necessariamente parte a região do Pó, como no que diz respeito ao montante dos recursos financeiros que serão necessários para a recuperação absolutamente crucial da situação do ambiente nesta vasta área afectada por uma gigantesca catástrofe ambiental.

Maria Da Graça Carvalho (PPE). - As disparidades regionais continuam a ser um desafio no contexto da União Europeia. É, por conseguinte, essencial que a política de coesão continue a apoiar as regiões menos desenvolvidas. Neste sentido, congratulo-me com a iniciativa de uma Estratégia da UE para o Mar Báltico e com a iniciativa em curso para a região do Danúbio.

Exorto, assim, o Parlamento a desenvolver um processo de reflexão sobre a possibilidade de novas estratégias para outras regiões. Na região sudoeste da Europa, por exemplo, a Macaronésia (Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde) enfrenta vários desafios comuns, e uma estratégia para esta região iria melhorar os sistemas de comunicação, preservar o meio ambiente, fomentar o crescimento, o intercâmbio científico, a criação de

emprego, a segurança e facilitar a luta contra a imigração ilegal. Constituiria ainda um desenvolvimento da Europa na sua vertente atlântica e estabeleceria mais uma ponte entre a Europa e África.

Luís Paulo Alves (S&D). - Queria salientar que, nas regiões insulares, o transporte aéreo é, por vezes, a única possibilidade de acesso, e que as condições de operação estão condicionadas pela dimensão dos seus fluxos de passageiros e de cargas. Se existem regiões insulares onde a abundância destes fluxos é apetecível para muitos operadores aéreos - atraindo concorrência e preços de transporte baixos, melhorando assim as acessibilidades - outras existem, como os Açores, onde estes fluxos são ainda reduzidos, não sendo atractivos para o interesse dos operadores. Em resultado, as tarifas aéreas são mais elevadas, constituindo um obstáculo à mobilidade das populações e uma condicionante à captação de turistas que permitam que esse enorme potencial de desenvolvimento e de diversificação da sua base económica floresça e se consolide. Esse quadro é particularmente penalizador em épocas de crise como a que atravessamos.

É, por isso, fundamental um apoio temporário que fomente o aumento de fluxos para que o mercado passe a funcionar, partilhando também estas regiões, de elevado potencial turístico, dos objectivos das redes transeuropeias na aproximação das periferias da Europa.

Czesław Adam Siekierski (PPE). - (PL) Apesar de muitos economistas e políticos já terem anunciado o fim da crise na Europa, nós lutamos ainda com as suas consequências negativas. Os dados mensais relativos ao nível do desemprego na União são cada vez mais deprimentes. Neste momento há mais de 23 milhões de desempregados na Europa, o que significa que a crise arruinou os esforços desenvolvidos ao longo de muitos anos para promover o emprego. Um fenómeno excepcionalmente nocivo é o contínuo aumento do número de jovens desempregados. Actualmente, um em cada cinco jovens europeus não tem trabalho. Há que partir do princípio de que esta situação vai ter consequências sociais de excepional gravidade, como sejam o aumento da criminalidade, do alcoolismo, do consumo de droga e do número de famílias desfavorecidas. Quanto a maneiras possíveis de sair rapidamente da situação de recessão, penso que deveremos aproveitar bem o nosso maior trunfo - o mercado interno comunitário. É necessária uma maior coordenação a nível europeu para se utilizarem plenamente as possibilidades do espaço económico comum. Precisamos de prosseguir a simplificação das regras de funcionamento desse espaço e de desenvolver uma verdadeira união económica.

Claudiu Ciprian Tănăsescu (NI). - (RO) Devido ao facto de a sua norma BPF (Boas Práticas de Fabrico) ter expirado no início de Fevereiro, foi retirada ao Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento no domínio da Microbiologia e Imunologia de Cantacuzino, sediado em Bucareste, a respectiva licença de fabrico e comercialização de produtos injectáveis, incluindo vacinas. Na sequência da aplicação das medidas correctivas elaboradas pela gestão do Instituto de Cantacuzino, juntamente com a Agência Nacional dos Medicamentos, e aprovadas pelo Ministério da Saúde, prevê-se que o Instituto recupere a autorização para o fabrico de vacinas na segunda metade de Abril.

Não devemos esquecer, porém, que a interrupção do funcionamento de um instituto de importância estratégica nacional e europeia, como o Instituto de Cantacuzino, implica um elevado risco potencial. É por isso que considero importante que as instituições europeias exerçam um controlo mais rigoroso, que impeça que no futuro se volte a verificar uma situação como esta a nível europeu.

Georgios Papastamkos (PPE). - (EL) Senhor Presidente, com todo o respeito que lhe é devido, intervenho para lhe solicitar que amanhã nos forneça uma lista de todos os que pediram para fazer intervenções de um minuto com base em dois critérios: primeiro, o facto de não terem usado da palavra na sessão plenária anterior e, segundo, a data de apresentação do seu pedido.

Com todo o respeito que é devido ao Senhor Presidente e à Mesa, penso que não é privilégio da Mesa atribuir o tempo como muito bem entende. Há determinados princípios a observar e o primeiro deles é o princípio da transparência.

Aguardamos amanhã pela lista - e vejo que há outros deputados que concordam e aprovam - com os dois critérios, a saber, o critério da data em que apresentaram o pedido e o de terem ou não usado da palavra na sessão plenária anterior.

Presidente. - O critério que utilizamos, como é do vosso conhecimento, é a distribuição igualitária das intervenções entre os diferentes grupos políticos com base na dimensão do grupo e dando também preferência aos que não usaram da palavra na sessão anterior. São esses os critérios que utilizamos.

Michail Tremopoulos (Verts/ALE). – (EL) Senhor Presidente, hoje não usou da palavra uma única pessoa do Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia, mas intervieram cinco ou mesmo sete deputados de outros grupos. Pergunto-lhe...

Presidente. – Foi o que expliquei anteriormente, Senhor Deputado Tremopoulos. Recebemos três pedidos de uso da palavra do seu grupo, todos eles de deputados que tinham intervindo na sessão anterior. Utilizámos, portanto, esse critério para uma distribuição igualitária das intervenções.

María Muñiz De Urquiza (S&D). – (ES) Esses critérios são escolhidos para a sessão pelo Senhor Presidente, ou pelos serviços? Estão escritos em algum lado?

Presidente. – A lista dos deputados que pediram para usar da palavra mostra quais foram os deputados que intervieram na sessão anterior nos termos do artigo 150.º do Regimento.

Com base nessa informação, a presidência dá a palavra a todos os grupos políticos. Por acaso, os três deputados do Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia que pediram a palavra já tinham intervindo na sessão anterior. Por isso não lhes demos a preferência. É o que acontece. Tentamos garantir que todos possam falar, de acordo com a dimensão do grupo correspondente e com o critério que lhes expliquei e que tem a ver com quem não usou da palavra na sessão anterior.

María Muñiz De Urquiza (S&D). – (ES) Esse poderá ser um critério muito razoável, mas está escrito em qualquer regulamento ou no Regimento do plenário ou do Parlamento?

Presidente. – A presidência faz uso das suas competências e interpreta a forma correcta de gerir a sessão de uma maneira justa e equilibrada para todos os grupos.

Chrysoula Paliadeli (S&D). – (EN) Senhor Presidente, gostaria de perguntar se me encontro na lista dos que pediram para intervir hoje e se também estou na lista dos que usaram da palavra no último plenário. É possível ter uma resposta imediata a esta pergunta?

Presidente. – Vou informá-la de imediato, Senhora Deputada Paliadeli: está na lista dos oradores do Grupo Socialista. A ordem das intervenções é a ordem do pedido de uso da palavra: está registada segundo a ordem em que pediu para usar da palavra. Concedemos a palavra a seis deputados do seu grupo.

Chrysoula Paliadeli (S&D). – (EN) Senhor Presidente, com base em quê?

Presidente. – Na ordem cronológica – ordem temporal. Nesta lista foi o número nove.

Vou prosseguir a sessão.

(Intervenção das bancadas)

Já expliquei os critérios. Que mais desejam saber?

Corina Creţu (S&D). – (EN) Senhor Presidente, o nosso único problema é que seria bom saber antecipadamente quem vai usar da palavra. São dez horas da noite e se não nos for concedida a palavra, ficamos aqui para nada. Penso que deveríamos ter uma regra segundo a qual deveríamos saber pelo menos com duas horas de antecedência quem vai usar da palavra nas intervenções de um minuto.

Presidente. – Levaremos em consideração as suas observações.

John Bufton (EFD). – (EN) Senhor Presidente, a culpa não é sua, de modo nenhum, mas isto é uma confusão completa. Estamos aqui esta noite há muitas horas à espera de poder falar. Já são dez horas. Chega a altura das intervenções de um minuto, é-nos atribuído tempo de uso da palavra, mas é uma situação patética. Se vamos passar aqui o nosso tempo a tratar de questões importantes para as nossas regiões, certamente deveríamos poder dizer o que temos para dizer.

Tem de haver um determinado modo de funcionamento na vossa organização, neste Parlamento sem sentido, que nos permita dizer que vamos aqui estar e nos dê tempo de uso da palavra. É um absurdo pensar que passamos todo este tempo aqui sentados à espera, fazendo votos de poder usar da palavra. Os cidadãos do nosso país, do Reino Unido, estão fartos deste absurdo de não podermos defender os seus direitos e falar das questões que lhes interessam.

Isto é um perfeito travesti. Acho que deve falar disto ao Presidente Barroso. Eu já anteriormente disse ao Presidente Barroso que tudo isto é uma farsa. Se vou estar aqui às dez horas da noite de uma segunda, terça, quarta e quinta-feira, pelo menos deviam dar-nos uma oportunidade de falar de questões importantes relacionadas com os nossos Estados-Membros. Peço-lhe, Senhor Presidente, que fale disto agora com os seus governantes, porque isto não é uma democracia, é uma ditadura.

Presidente. – Obrigado. Devo recordar-lhe que o Presidente Barroso é Presidente da Comissão e não do Parlamento Europeu.

Sonia Alfano (ALDE). – (IT) Senhor Presidente, se em vez de toda esta conversa fiada tivéssemos tido oportunidade de usar da palavra, talvez também tivéssemos podido fazer alguma coisa de útil pelo nosso eleitorado, visto que são dez horas da noite e todos sabíamos que devíamos ter podido fazer a nossa intervenção. Todos nós vimos aqui dar voz às exigências do nosso eleitorado. Uma intervenção de um minuto já é muito pouco, e encurtar a lista dos intervenientes também é, a meu ver, uma atitude deveras arrogante.

Presidente. – Senhoras e Senhores Deputados, a situação é muito clara. Dispomos de meia hora para estas intervenções, portanto é a essa meia hora que tenho de me limitar. Os deputados que pedem para usar da palavra preencheriam muito mais de meia hora. O que a presidência faz é aplicar critérios racionais e justos e isso faz parte das suas competências.

Compreendo a vossa frustração. O que faremos, juntamente com o Director dos serviços do plenário, é estudar uma maneira de podermos ter uma ideia aproximada – exacta nunca será, mas pelo menos uma ideia aproximada – de quem irá fazer intervenções, a fim de podermos minimizar o número dos que ficam à espera. Fá-lo-emos de bom grado, o melhor que pudermos.

Agora, se me permitem, vamos prosseguir a sessão, se não ficaremos aqui toda a noite a discutir a mesma coisa.

Este assunto está concluído.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

Tunne Kelam (PPE), por escrito. – (EN) Este é um período para decisões da máxima importância no domínio das relações entre a UE e a Bielorrússia. O programa Parceria Oriental ofereceu oportunidades ao regime da Bielorrússia para atenuar o controlo rígido que exerce sobre a sociedade e abrir caminho para reformas democráticas. Este processo, porém, tem de ser recíproco. A ajuda económica e a abertura dos projectos de cooperação por parte da UE só podem traduzir-se em projectos fiáveis se cada passo revelador de boa vontade dado pela UE for acompanhado por medidas verdadeiramente conducentes ao restabelecimento de uma sociedade aberta e democrática na Bielorrússia. A avaliação da situação feita por Milinkevich, vencedor do prémio Sakharov, é pessimista. Segundo nos disse, a situação dos direitos humanos não melhorou; de facto, piorou. Ao mesmo tempo, tendo presente que o regime de Lukashenko depende mais do que nunca da tecnologia, do dinheiro e dos mercados ocidentais, a UE tem uma influência eficiente sobre o comportamento futuro do regime. No entanto, precisamos de compreender, em primeiro lugar, que o ditador da Bielorrússia está a sondar, para ver até que ponto as reformas democráticas são realmente importantes para os seus parceiros da UE. É por isso que é deveras crucial enviar uma mensagem clara no sentido de que a introdução de reais modificações na situação dos direitos humanos constitui a prioridade para a União Europeia.

21. Catástrofe natural na Região Autónoma da Madeira (debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia a declaração da Comissão sobre a grave catástrofe natural que atingiu a região autónoma da Madeira.

Günther Oettinger, Membro da Comissão. – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a Comissão está preocupada e contristada com os terríveis acontecimentos ocorridos na Madeira, em especial com o elevado número de vítimas. Gostaria de tornar extensiva a expressão da minha solidariedade a todos os habitantes da Madeira afectados pela catástrofe. A Comissão envia as suas condolências, em especial, aos familiares das vítimas.

Ontem, o meu colega Johannes Hahn, na sua qualidade de membro competente da Comissão, teve ensejo de falar com o Presidente da Região Autónoma da Madeira, Alberto João Jardim, que lhe disse que a situação continua a ser grave mas está sob controlo dos serviços de emergência regionais e nacionais, não necessitando neste momento de pedir o apoio do Mecanismo Europeu de Protecção Civil.

Dito isto, acrescentarei que os prejuízos são tão elevados que a Madeira espera receber ajuda financeira do Fundo de Solidariedade da UE. A Comissão está presentemente a analisar todos os meios possíveis para prestar ajuda financeira comunitária à Madeira. Já em 2003, a seguir aos incêndios de proporções horrorosas, concedemos a Portugal ajuda de solidariedade no valor de mais de 48 milhões de euros. O Fundo de Solidariedade foi criado em 2002 para poder prestar assistência financeira a nível comunitário a Estados-Membros afectados por catástrofes naturais graves.

No entanto, a mobilização do Fundo de Solidariedade está sujeita ao cumprimento de determinados critérios. O pré-requisito mais importante é a apresentação de um pedido de ajuda pelo Governo português. Permitam-me que recorde que o regulamento que institui o Fundo de Solidariedade só permite normalmente a mobilização do Fundo para catástrofes de grandes dimensões em que o custo dos prejuízos exceda um limiar de 0,6% do rendimento nacional bruto do Estado afectado. Para Portugal, isto significa actualmente que o custo dos prejuízos tem de ser superior a 958 milhões de euros. No entanto, em circunstâncias excepcionais, e caso sejam cumpridos critérios específicos, poderá ser igualmente concedido auxílio para catástrofes "regionais" de menores proporções, em especial se for afectada uma das regiões ultraperiféricas, como é o caso da Madeira. Visto a Comissão não dispor ainda de informações suficientes sobre a dimensão dos prejuízos, ainda é demasiado cedo para dizer se as condições serão cumpridas.

As autoridades portuguesas deverão proceder agora a uma avaliação rápida e completa dos prejuízos e apresentar um pedido à Comissão no prazo de dez semanas. O meu colega Johannes Hahn reunir-se-á com o Ministro da Administração Interna de Portugal, Rui Pereira, na próxima sexta-feira para discutir quais as medidas a tomar seguidamente. Nos dias 6 e 7 de Março, Johannes Hahn deslocar-se-á à Madeira para ver os prejuízos em primeira mão. A Direcção-Geral da Política Regional da Comissão Europeia estará disponível para prestar qualquer apoio eventualmente necessário para ajudar as autoridades portuguesas a preparar o seu pedido.

Gostaria de lhes recordar que a ajuda financeira do nosso Fundo de Solidariedade não é paga de imediato. O Fundo é um instrumento que ajuda os Estados-Membros a lidar com as consequências financeiras de catástrofes; não é um instrumento de urgência. Os recursos destinados ao Fundo de Solidariedade são providenciados por meio de uma contribuição adicional dos Estados-Membros que é complementar do orçamento normal e portanto exige a aprovação do Parlamento Europeu, por outras palavras, a vossa aprovação, e a do Conselho por meio de uma alteração. A duração do processo, desde a data do pedido até ao pagamento da ajuda, será de vários meses. No entanto, nós, Comissão, envidaremos todos os esforços para que o processo seja tão breve quanto possível.

Os Fundos Estruturais não estão disponíveis para medidas de emergência imediatas. Poderão eventualmente prestar alguma ajuda relacionada com a reconstrução a longo prazo. A Comissão discutirá as opções e possíveis alterações razoáveis e necessárias do programa a curto prazo com as autoridades administrativas em Portugal.

Gostaria de vos garantir que a Comissão fará tudo o que estiver ao seu alcance para ajudar o povo e as autoridades da Madeira a fazer face a esta terrível catástrofe natural.

Nuno Teixeira, em nome do Grupo PPE. – Tomo hoje a palavra, nesta câmara, com a voz embargada pela consternação de quem viveu e assistiu pessoalmente à tragédia que, no passado sábado, assolou a Madeira. As minhas palavras são, obviamente, para me associar ao sentimento de dor e de luto que atingiu as famílias das vítimas mortais, que ascendem neste momento a 42, a quem presto a minha homenagem e respeito pelas suas perdas.

A verdadeira dimensão desta catástrofe está ainda por revelar, uma vez que as equipas de busca e salvamento, que trabalham ininterruptamente desde sábado, num esforço hercúleo que saúdo, só agora começam a chegar às populações mais isoladas. Teme-se que o número de vítimas possa aumentar.

O cenário é de uma destruição em larga escala, com elevados danos materiais em vias de acesso, estradas e pontes totalmente arrasadas e em serviços essenciais como o abastecimento de água e de energia eléctrica. Há cerca de 600 pessoas desalojadas, que perderam as suas habitações e os haveres pessoais. O impacto económico e social desta catástrofe impede as pessoas de retomarem um curso de vida normal. Mas é preciso agora olhar em frente. É preciso dar também uma mensagem de solidariedade, de esperança e de confiança às pessoas. É preciso ajudar e é neste capítulo que a União Europeia e o Parlamento, em particular, têm uma palavra: são fundamentais no processo de mobilização do Fundo de Solidariedade. Quando formos chamados a intervir, temos que o fazer rapidamente porque não podemos pedir às pessoas para esperar, sobretudo quando elas mais precisam de nós.

Apelo daqui à Comissão e ao seu Presidente, Durão Barroso, em especial ao Comissário do Desenvolvimento Regional, Johannes Hahn, e saúdo a sua iniciativa de visitar a Madeira no mais curto espaço de tempo, pedindo-lhe que ele seja também portador desta mensagem de esperança, de ajuda e de apoio à reconstrução porque agora é tempo de reconstruir aquilo que a natureza, desgraçadamente e uma vez mais, nos tirou. Mas tenho a certeza de que o faremos porque, como me ensinou o hino da Madeira, "o povo madeirense é humilde, estóico e valente. É o povo que entre a rocha dura lavrou a terra, é herói do trabalho na montanha agreste. Pela Madeira honrará a sua História e na senda do trabalho lutará e alcançará o seu bem-estar e glória".

Edite Estrela, em nome do Grupo S&D. – Em nome do Grupo S&D, quero transmitir as nossas condolências às famílias das vítimas e manifestar a nossa solidariedade à população afectada pela tragédia que, no passado dia 20, se abateu sobre a Região Autónoma da Madeira, em Portugal. Chuvas torrenciais, fortes ventos e agitação marítima tornaram irreconhecível o centro da turística cidade do Funchal e deixaram um rasto de devastação e morte. Os danos em infra-estruturas públicas e privadas, bem como no património natural e cultural são também elevados. Numa primeira estimativa, Senhor Comissário, prevê-se que ultrapassem os mil milhões de euros, portanto estarão dentro dos critérios previstos do Fundo de Solidariedade. Mas, infelizmente, há também dezenas de mortos a lamentar, um considerável número de feridos e desaparecidos, e centenas de desalojados. As imagens da devastação e sofrimento correram mundo e não deixaram ninguém indiferente. As manifestações de solidariedade vieram dos quatro cantos do globo.

Também a União Europeia e a Comissão Europeia devem manifestar a sua solidariedade activa a esta região insular e ultra-periférica através da mobilização urgente do Fundo de Solidariedade, de forma a minorar os elevados impactos económicos e sociais e a ajudar a repor a normalidade na zona afectada.

Termino, Senhor Comissário, dizendo o seguinte: este Parlamento já aprovou alterações ao Fundo de Solidariedade, por que razão é que elas não estão em vigor, porque é que elas não são aplicadas?

Marisa Matias, em nome do Grupo GUE/NGL. – Iniciámos hoje esta sessão plenária com um minuto de silêncio. Foi um minuto de silêncio com dois sentidos: o da solidariedade pelas vítimas desta catástrofe que assolou a Madeira e suas famílias e um sentido de homenagem a todos os trabalhadores e trabalhadoras que têm prestado auxílio a essas vítimas de forma incansável.

Mas um minuto de silêncio deve fazer-nos reflectir e deve também encaminhar-se para uma reflexão que vai para além daquela que estamos aqui a fazer. O que nós vimos na Madeira é um fenómeno que tenderá a repetir-se cada vez mais. As alterações climáticas fazem com que os fenómenos extremos se repitam e temos que ter respostas para eles. Não podemos evitar as catástrofes naturais, mas também não devemos ficar condenados a que elas tenham que ter efeitos sempre tão dramáticos para a vida das pessoas. É por isso que devemos lutar por políticas de planeamento e de ordenamento que sejam orientadas para o bem público. Mas quero terminar, Senhor Presidente, com aquilo que é mais importante e que nos trouxe aqui: a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu, as Instituições europeias têm de ter a capacidade de dar resposta urgente a uma situação de urgência e para isso são precisos os recursos financeiros necessários e a celeridade necessária.

Nuno Melo (PPE). - Esta tragédia ocorrida na Madeira ceifou muitas vidas, destruiu património e rasgou a face de uma ilha portuguesa, orgulhosa da sua beleza, que tantos visitantes de todo o mundo tiveram já oportunidade de ver. Eu suponho até que ninguém, nem sequer em Portugal, e muito menos em Portugal, estaria preparado para a violência das imagens que, entrando-nos casa dentro, em sucessivas notícias, mostravam carros e pessoas a serem arrastadas pelas águas, casas a desmoronar-se, pontes a ruir, toda uma paisagem a ser alterada pela força da natureza.

Uma tragédia que, como se percebe pelas declarações que aqui trazemos, apesar de tudo não é já apenas uma tragédia que aconteceu numa região de Portugal. É uma tragédia que se abateu violentamente sobre parte da União Europeia que, solidária, deverá ajudar sem reservas. Deverá ajudar sem reservas as famílias das vítimas que pereceram, as pessoas que ficaram sem nada de um dia para o outro e a recuperação de um património edificado, devolvendo à ilha da Madeira aquilo que a natureza lhe roubou. Isto, Senhor Presidente, numa certeza: foi aqui lembrado o que o hino da Madeira reza, mas também eu levo um outro ensinamento do hino que é o hino de Portugal, um hino que diz "heróis do mar, nobre povo, nação valente". Um povo valente que, tal como mostrou noutros tempos da sua História, perante o infortúnio soube sempre dar a volta e soube sempre passar por cima desse infortúnio.

Uma vez mais assim sucederá e, desta vez, com o auxílio, nenhuma dúvida teremos, solidário de toda a União Europeia.

Constanze Angela Krehl (S&D). – (DE) Senhor Presidente, não é certamente agradável o motivo que justifica este debate. A Madeira foi atingida por uma catástrofe natural inacreditável e enviamos as nossas condolências às famílias afectadas. Numa situação como esta, a União Europeia tem de prestar apoio. Neste caso é necessária a solidariedade de toda a União e eu só posso reiterar o que já aqui foi dito. Exorto a Comissão a mobilizar o mais rapidamente possível o Fundo de Solidariedade para se poder prestar ajuda. Gostaria de pedir ao Conselho que garanta que a reforma do Fundo de Solidariedade que o Parlamento aprovou há dois anos seja finalmente executada, porque isso permitirá que se preste mais rapidamente ajuda às regiões afectadas.

Também é necessário que olhemos para o futuro. Nestes últimos anos, a Madeira recebeu muitos recursos dos fundos estruturais e continuará também a recebê-los ao longo dos próximos anos. É necessário que esses recursos sejam utilizados para a tomada de medidas preventivas que permitam reduzir as terríveis consequências de catástrofes naturais e portanto também o sofrimento resultante dessas catástrofes. Isso é algo que, como União Europeia, precisamos de implementar nas regiões e, como tal, também na Madeira.

João Ferreira (GUE/NGL). – A catástrofe na ilha da Madeira exige que sejam tomadas medidas de emergência e concedidos apoios financeiros excepcionais a esta Região Autónoma. Estes apoios deverão ser dirigidos à reconstrução de infra-estruturas e de equipamentos públicos destruídos ou danificados e deverão ser também disponibilizados às populações atingidas pela tragédia nas suas diversas vertentes: económica, social e familiar.

As tragédias são iníquas: quase sempre, quem menos tem é quem mais perde. Importa, por isso, identificar e compensar, na medida do possível e até onde for possível, todos aqueles que perderam os seus familiares, as suas casas e os seus meios de sustento. O que se passou na Madeira demonstra-nos de forma dramática a importância de reforçar a cooperação e a solidariedade na União Europeia, também no domínio da prevenção das catástrofes. Importa, desde logo, criar um quadro financeiro apropriado à prevenção, que reforce e articule instrumentos como a política de coesão, a política de desenvolvimento rural e a política regional, entre outros, para apoiar os Estados-Membros na implementação de medidas de protecção das populações, do ambiente e da economia.

Danuta Maria Hübner (PPE). – (EN) Senhor Presidente, gostaria de exprimir o pesar sentido por todos os membros da Comissão do Desenvolvimento Regional devido à terrível perda de vidas na Madeira e a nossa intenção de fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para ajudar a Madeira neste período de grandes dificuldades. É evidente que as autoridades nacionais e regionais já estão a envidar os maiores esforços para minorar os problemas com que as pessoas se deparam, em especial as que perderam os seus lares, e aguardamos com urgência o seu pedido de ajuda da União Europeia através do Fundo de Solidariedade Europeu. Estou certa de que o pedido será tratado com a máxima rapidez por todos os intervenientes.

Solicitamos à Comissão Europeia que mobilize todos os seus recursos e analise juntamente com as autoridades portuguesas o modo como os programas europeus actualmente existentes podem ser adaptados para prestar ajuda à região. Permitam-me que sublinhe que o Fundo de Solidariedade de que dispomos continua a ter limitações bem conhecidas de todos. Já em Abril de 2005 a Comissão adoptou uma proposta de revisão do regulamento, que foi posteriormente aprovada pelo Parlamento em primeira leitura, em Maio de 2006. Apesar da inegável utilidade de um Fundo de Solidariedade mais flexível, apesar da necessidade de alargar o seu âmbito de actuação de forma a abranger catástrofes imprevistas provocadas pelo homem e actos criminosos, para além das catástrofes naturais, o Conselho ainda não conseguiu, desde Maio de 2006, chegar a uma posição comum relativamente à revisão do Fundo.

Perante os terríveis acontecimentos ocorridos na Madeira, vemos mais claramente do que nunca que necessitamos de um Fundo de Solidariedade que possa efectivamente responder aos desafios e permita à União prestar ajuda com prontidão e eficácia quando há Estados-Membros que são atingidos por uma catástrofe. Gostaria, por isso, de exortar a Presidência espanhola a relançar o processo de alteração do Fundo de Solidariedade, provando com isso que o espírito da verdadeira solidariedade europeia continua no cerne do projecto europeu.

Paul Rübig (PPE). – (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, é evidente que as catástrofes também são uma consequência do aquecimento global. Precisamos de envidar esforços para lidar com estas ocorrências, com as quais nos confrontamos com uma frequência cada vez maior. Coloca-se por isso a questão de saber se a ajuda não devia ser prestada com verbas do Fundo de Ajustamento à Globalização, em particular aos trabalhadores da Madeira, porque é evidente que muitos locais de trabalho foram destruídos, e se não poderíamos apoiar as pequenas e médias empresas no trabalho de reconstrução. Poderíamos prestar uma ajuda considerável, nomeadamente, a artesãos e ao sector dos serviços.

Solicito por isso à Comissão que estude a possibilidade de disponibilizar de imediato recursos do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização.

Antigoni Papadopolou (S&D). – (EL) Senhor Presidente, também eu expresso o mais profundo pesar perante a catástrofe de dimensões bíblicas que atingiu a Madeira e o meu total apoio ao Governo português. Faço votos de que não aumentem os números trágicos relativos à perda de vidas humanas e de pessoas desaparecidas.

O planeta está a enviar-nos um SOS. As alterações climáticas, conjuntamente com taxas desenfreadas de utilização dos solos e de desenvolvimento industrial, demonstram o nível de vulnerabilidade do ambiente. As inundações catastróficas registadas no passado na Alemanha e em países da Europa Central e Oriental, e os incêndios na Grécia deixaram feridas que continuam abertas. Definitivamente, as catástrofes não têm fronteiras nacionais.

Insto, por isso, a Comissão Europeia a dar uma resposta positiva aos apelos do Parlamento Europeu no sentido de se tomarem medidas mais enérgicas a nível comunitário em matéria de prevenção de catástrofes naturais e provocadas pelo homem e respectivo impacto.

Solicito também apoio imediato para as vítimas da Madeira. É muito importante haver uma política comunitária eficaz e financiamento especial de emergência, e mais um conjunto de medidas que permitam a recuperação imediata dos prejuízos sem processos burocráticos.

Apresento as minhas condolências aos familiares das vítimas.

Ilda Figueiredo (GUE/NGL). – As famílias afectadas pela tragédia que se vive na Madeira merecem o nosso profundo pesar, todo o apoio solidário, prestando homenagem às dezenas de mortos, aos feridos e às centenas de desalojados. A mensagem de solidariedade e de esperança às populações da Região Autónoma da Madeira, após esta grave catástrofe, exige procedimentos céleres e processos simplificados e excepcionais para apoiar as vítimas da destruição das suas vidas e dos seus bens.

É necessário mobilizar o Fundo de Solidariedade, mas é também necessário utilizar todos os outros Fundos possíveis através de medidas de emergência que cheguem urgentemente às famílias atingidas por esta catástrofe e para que a Região Autónoma da Madeira possa rapidamente reconstruir toda a zona afectada. É preciso que, neste momento, toda a celeridade nos procedimentos seja tida em conta.

Georgios Papanikolaou (PPE). – (EL) Senhor Presidente, as cheias trágicas que atingiram a região autónoma da Madeira vêm recordar-nos que as catástrofes naturais causadas pelas alterações climáticas, a falta de planeamento e de infra-estruturas e a falta de informação e prontidão na tomada de medidas podem conduzir a uma tragédia humana, como aconteceu neste caso

Gostaria também de recordar à Assembleia que, há alguns dias, enormes cheias atingiram outras regiões da Europa, como a Bulgária e a região de Evros, na Grécia, causando a perda de bens.

Gostaria de recordar igualmente à Assembleia que a Directiva 2007/60/CE exige que os Estados-Membros procedam a uma avaliação preliminar do risco de inundações para cada região hidrográfica e regiões costeiras correspondentes do seu território, até 2011.

Temos o dever de pressionar os governos nacionais para garantir que a directiva em questão seja cumprida pelos Estados-Membros. No entanto, a União Europeia também tem o dever – e não acredito que alguém discorde do que afirmo – de desenvolver uma acção ainda mais intensa no domínio da prevenção das catástrofes naturais, no domínio da protecção, em última análise, da vida humana.

Andres Perello Rodriguez (S&D). – (ES) Senhor Presidente, umas vezes é por causa dos incêndios, outras vezes é por causa das secas, e outras ainda é devido a inundações devastadoras como aquelas de que estamos a falar, mas o sul da União transformou-se na demonstração mais evidente e também mais infortunada das terríveis consequências das alterações climáticas. Se tivéssemos um observatório europeu, ele demonstraria claramente ser esse o caso, razão pela qual é tão importante combater as alterações climáticas.

Todavia, também é importante prestarmos agora urgentemente ajuda à Madeira nesta tragédia, e exortamos a Comissão a que o faça sem demora, com a máxima urgência.

É nestas ocasiões que a União tem de demonstrar que é eficaz, que presta apoio e que está próxima dos seus cidadãos, em especial dos que dela mais necessitam.

Juntamente com os deputados espanhóis do Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu, vou apoiar esta resolução de ajudar o nosso querido país vizinho, Portugal, e a Madeira. Exortamos a Comissão a pôr-se ao lado do Governo português sem demora, sem reservas e sem poupar nos recursos, a fim de minorar o mais possível as consequências desastrosas desta tragédia.

Seán Kelly (PPE). – (EN) Senhor Presidente, desde criança que o meu bolo preferido é o bolo da Madeira, e quando descobri que havia uma ilha encantadora chamada Madeira, passei a ter com ela uma afinidade. Por isso, quando soube da devastação de sábado passado, senti uma forte solidariedade com os habitantes daquela ilha, em especial com o meu amigo Nuno Teixeira e os outros colegas portugueses, porque na minha região também sofremos as consequências de inundações mesmo antes do Natal.

Fiquei muito satisfeito ao ouvir as palavras e o tom em que as mesmas foram proferidas pelo Senhor Comissário quando estendeu a mão, em sinal de amizade, ao povo da Madeira neste período terrível que está a viver, que provavelmente passará a ser conhecido por "Sábado Negro".

No entanto, num contexto mais alargado, penso que é necessária uma análise dos critérios para accionar o Fundo de Solidariedade. Basear o recurso ao Fundo no valor equivalente a 6,6% do PIB e 985 milhões de euros é estabelecer um limiar demasiado alto, porque muitas destas tragédias são de âmbito muito local, mas podem ser muito devastadoras.

Temos de ter isso em conta. No entanto, a curto prazo, faremos o que pudermos pela Madeira e congratulo-me com a declaração do Senhor Comissário nesse sentido.

Jaroslav Paška (EFD). – (SK) Em nome do Grupo da Europa da Liberdade e da Democracia, gostaria de manifestar a minha solidariedade com os habitantes da Madeira e expressar a firme convicção de que a ajuda europeia em prol dos que foram atingidos pela catástrofe chegará mais rapidamente neste caso do que chegou no caso do Haiti. Gostaria de acreditar que tanto a Comissão Europeia como o Governo português responderão de forma mais eficaz à catástrofe natural na Madeira do que responderam em casos anteriores.

Gostaria também de apoiar os meus colegas deputados que exigem a introdução de melhorias no mecanismo de prestação de ajuda comunitária em casos de catástrofes naturais, a fim de que essa ajuda possa ser prestada de forma eficaz e rápida.

Luís Paulo Alves (S&D). - Também eu queria deixar aqui uma homenagem de solidariedade para com os familiares e amigos das vítimas dos trágicos acontecimentos de sábado, na ilha da Madeira.

Como açoriano, como português e como europeu, não posso deixar de apelar ao Parlamento e à União para a sua manifestação de solidariedade activa a favor da Região Autónoma da Madeira e das suas populações.

É nas regiões que a presença da União precisa de se fazer sentir e é justamente nestes momentos, em que a sua solidariedade é mais necessária, que também é mais importante que ela se faça sentir.

Franz Obermayr (NI). – (DE) Senhor Presidente, permita-me que comece por expressar às vítimas e às famílias afectadas a minha profunda solidariedade. Na Áustria, temos um ditado muito simples que diz o seguinte: quem presta ajuda rapidamente presta ajuda a dobrar. Não deveríamos ter condicionantes a esse nível. É necessário que encontremos rapidamente os fundos que nos permitam disponibilizar recursos e que prestemos ajuda sem demora aos que foram atingidos. Também será necessário proceder a determinadas análises.

Como vivo numa região montanhosa, compreendo muito bem o que aconteceu neste caso. Cometeram-se aqui erros semelhantes aos que se cometeram no nosso país. Efectuámos obras de alinhamento e obras de engenharia hidráulica sem ter em conta a natureza, e de pequenos cursos de água e pequenos canais brotaram grandes rios. Assisti com horror, ou por outras palavras, com profunda solidariedade e compreensão a estes acontecimentos, que também estiveram na ordem do dia na Áustria há dois ou três anos atrás. Logo a seguir às operações de limpeza, a seguir à limitação dos prejuízos, é necessário que colaborem para corrigir esses erros. Oferecemo-nos para ajudar nessa tarefa. Recebemos ajuda internacional aquando da terrível catástrofe da avalanche de Galtür. Foi necessária ajuda internacional para podermos evacuar toda uma aldeia e socorrer as pessoas que tiveram de ser retiradas com recurso a meios aéreos. Este é um momento adequado para enviar um sinal positivo e demonstrar solidariedade europeia internacional e, pela parte que me toca, estou disposto a fazer o que puder para ajudar neste contexto.

Elisa Ferreira (S&D). - Também eu me quero solidarizar com a dor dos madeirenses e pedir insistentemente às Instituições europeias e, em particular à Comissão, que desbloqueiem todos os meios disponíveis, todos

os meios ao seu alcance para realizarem esse auxílio. Gostaria também de sublinhar que, quando há uma desgraça deste género, é muito mais difícil atacar as suas consequências se ela ocorrer em países pobres e em regiões pobres. Mas no caso da Madeira, também temos de ter em consideração que a base económica da Madeira fica directamente afectada pelo facto de, dependendo do turismo, sofrer uma consequência dupla: as suas belezas naturais, os seus acessos, a sua qualidade de vida fica toda destruída. Portanto, há de facto uma situação diferente quando nós temos problemas desta gravidade em países pobres e em regiões pobres e, em particular, em regiões montanhosas e turísticas, como é o caso da Madeira.

Daí que seja absolutamente essencial que todas as adaptações que foram previstas e pedidas e que foram aqui lembradas, relativamente ao Fundo de Solidariedade, não esperem mais. Devem entrar imediatamente em função porque, devido às alterações climáticas, estes processos, infelizmente, vão repetir-se, sobretudo nas regiões mais pobres da Europa, que são aquelas que vivem em regimes torrenciais em termos de água e de seca extrema durante o Verão.

Günther Oettinger, *Membro da Comissão*. - (DE) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de vos agradecer a oportunidade de falar aqui no Parlamento sobre as inundações na Madeira.

Os senhores lançaram um apelo impressionante à Comissão para prestar ajuda à Madeira na actual situação e demonstrar a solidariedade europeia. A Comissão está disposta a fazê-lo. Como é que o podemos fazer exactamente é algo que necessita de ser resolvido nos próximos dias e nas próximas semanas em estreita colaboração com as autoridades portuguesas. Temos de obedecer, e vamos obedecer, às regras do Fundo. Onde essas regras nos deixam alguma margem de manobra, a Comissão utilizá-la-á em benefício da Madeira. Em primeiro lugar, é necessário avaliar os prejuízos e seguidamente há que elaborar e apresentar um pedido de ajuda. É por esta ordem que se devem fazer as coisas. A Direcção-Geral da Política Regional e o meu colega, o Comissário Hahn, prestarão aconselhamento e apoio a esse respeito.

A senhora deputada Estrela solicitou que se alterasse a directiva fundamental nesta matéria e as regras do Fundo. Há mais de quatro anos, a Comissão apresentou uma proposta nesse sentido que recebeu o apoio do Parlamento. Ainda se encontra no Conselho. No entanto, por uma questão de precisão, gostaria de dizer que as propostas que fizemos nessa altura não ofereceriam melhores possibilidades de ajuda neste caso específico. É certo que a prevenção tem de continuar a ser uma área na qual de devem concentrar as atenções da nossa política. A política de coesão é, pois, precisamente o instrumento certo a utilizar.

Gostaria de vos assegurar uma vez mais que a Comissão fará tudo o que estiver ao seu alcance para ajudar os cidadãos e a administração da Madeira a fazerem face a este terrível acontecimento.

PRESIDÊNCIA: WALLIS

Vice-presidente

Presidente. – Está encerrado o debate.

A votação terá lugar no período de sessões de Março I.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

Maria Da Graça Carvalho (PPE), *por escrito*. – Quero aqui manifestar o meu profundo pesar e apresentar as mais profundas condolências às famílias das vítimas da catástrofe natural que se abateu sobre a Madeira.

Expresso a minha solidariedade para com todo o povo madeirense, instituições e Governo regional. Apelo à solidariedade das instituições da União Europeia no sentido de uma aplicação célere e flexível do Fundo de Solidariedade, nomeadamente na fixação do montante máximo possível tendo em conta a especificidade da Madeira como região insular e ultraperiférica.

Apelo à Comissão Europeia para que a aplicação dos Fundos Estruturais - FEDER, FSE e Fundo de Coesão - seja feita com base em procedimentos céleres e simplificados.

Apelo ainda à boa vontade da Comissão Europeia para negociar a reprogramação, a meio do Quadro Comunitário, das verbas dos Fundos Estruturais com as autoridades competentes tendo em conta esta catástrofe.

José Manuel Fernandes (PPE), *por escrito*. – Manifesto profundo pesar e solidariedade para com a população da madeira, as suas instituições e o Governo Regional face à tragédia de força maior que se verificou no passado dia 20 de Fevereiro, na Região Autónoma da Madeira e que teve como consequência várias dezenas

de vítimas mortais, desaparecidos, desalojados, feridos e avultados prejuízos materiais. Esta situação exige medidas de solidariedade rápidas e efectivas por parte da UE. Assim, solicita celeridade máxima, a todos os intervenientes na atribuição do fundo de solidariedade, de modo a que este seja mobilizado rapidamente. É ainda urgente que os vários fundos da União Europeia possam ser mobilizados de forma flexível, adiantando-se pagamentos, simplificando procedimentos e com uma taxa de co-financiamento mais elevada para fazer face às necessidades da Região Autónoma da Madeira. Defende-se que o fundo de solidariedade seja revisto tal como já foi solicitado pelo parlamento. Este fundo deve funcionar como um fundo de emergência onde os prazos para a sua disponibilização sejam muito diminutos e os montantes disponibilizados sejam aumentados.

Krzysztof Lisek (PPE), por escrito. – (PL) Gostaria de oferecer as minhas condolências às famílias daqueles que morreram em consequência das inundações e dos deslizamentos de terras provocados pelas fortes chuvas na Madeira. Não se pode brincar com a natureza e, uma vez que não podemos prever os desastres naturais, deveríamos fazer tudo o que estivesse ao nosso alcance para evitar os seus efeitos destrutivos e prestar assistência às vítimas. Face aos desastres naturais e a outras situações de crise, a União Europeia deveria ser capaz de dar uma resposta rápida e eficiente, utilizando os recursos apropriados. Em relação a isto, como já sublinhei em alterações apresentadas relacionadas com o projecto de relatório do senhor deputado Danjean, acerca da desenvolvimento da Estratégia de Segurança Europeia e da Política de Segurança e Defesa Comum, é essencial garantir o funcionamento eficiente de instrumentos para reagir a situações de crise com uma boa organização de centros de comando, adequados às necessidades das acções empreendidas, como parte do primeiro e do segundo pilares. Um bom planeamento e uma gestão eficiente destes centros permitirão levar a cabo uma acção eficaz nos territórios dos Estados-Membros da União Europeia e de outros países que necessitem de ajuda.

Mais especificamente, é necessária uma melhor coordenação das forças de salvamento, de polícia, militares e de combate a fogos na UE. Deveria ser considerada a utilização de unidades especiais, como o Grupo de Busca e Salvamento do Serviço Nacional de Bombeiros da Polónia, que possui certificação da ONU.

22. Projectos de investimento relativos às infra-estruturas energéticas na União Europeia (debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia o relatório (A7-0016/2010) da deputada Adina-Ioana Vălean, em nome da Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia, sobre a proposta de regulamento do Conselho relativo à notificação à Comissão de projectos de investimentos nas infra-estruturas energéticas na Comunidade Europeia e que revoga o Regulamento (CE) n.º 736/96 do Conselho (COM(2009)0361 – C7-0125/2009 – 2009/0106(CNS)).

Adina-Ioana Vălean, relatora. – Senhora Presidente, agradeço a sua presença no plenário esta noite. Gostaria de agradecer a todos os relatores-sombra os debates frutuozos e o trabalho relativo a este relatório. A entrada em vigor do Tratado de Lisboa está a dar mais competência à União Europeia no campo da política energética. Creio que, se os Estados-Membros trabalharem em conjunto, esta é uma área onde a Europa pode garantir energia segura, mais barata e mais eficiente para os seus cidadãos. Juntos, podemos minimizar o impacto de acontecimentos imprevisíveis, como a interrupção do abastecimento de gás com que a Europa se confrontou no Inverno passado.

Como é evidente, a Europa não pode interferir no trânsito do gás fora das suas fronteiras, nem tão-pouco resolver disputas como ele relacionadas, mas o que podemos fazer é garantir que a nossa infra-estrutura seja capaz de aguentar insuficiências e cortes de abastecimento, e tornar o mercado mais transparente e eficiente. A Europa colocou este assunto entre as principais prioridades da sua agenda. No ano passado, adoptámos um terceiro pacote energético, cujo objectivo consiste em garantir um mercado energético mais competitivo e eficiente. Um regulamento sobre a segurança do fornecimento de gás está actualmente a ser estudado pelo Parlamento, e a votação de amanhã sobre o regulamento relativo à notificação dos investimentos em infra-estruturas energéticas contribuirá para tornar o mercado mais transparente e mais previsível.

Neste contexto, penso que seria uma pena desperdiçar a oportunidade que este novo instrumento oferece, ao não aplicar o fundamento jurídico correcto conferido pelo novo Artigo 194.º do Tratado de Lisboa. É uma questão institucional, política e jurídica muito importante. Este regulamento não é somente uma ferramenta para recolha de informação; pode também proporcionar uma visão global dos investimentos em infra-estruturas energéticas como base para a elaboração das políticas. Por conseguinte, no caso de o

Conselho adoptar este regulamento com o fundamento jurídico incorrecto, julgo que o Parlamento deveria levar esta matéria mais longe, até ao Tribunal de Justiça Europeu, e posso desde já garantir que o fará.

Passemos agora à substância. Disse isto anteriormente ao Senhor Presidente Barroso e vou repeti-lo a si, Senhor Comissário Oettinger: a Europa está num ponto de viragem e, neste momento, a nossa prioridade deveria centrar-se, mais do que nunca, em apoiar as nossas empresas e em criar um ambiente positivo para a competitividade. Por conseguinte, precisamos de políticas fortes e, mais especificamente, de uma política energética mais forte e de confiança. O objectivo final consiste em garantir energia segura e barata, tanto para os nossos cidadãos como para as nossas empresas. Nesta perspectiva, espero que a recolha de dados não se torne uma finalidade em si própria. Temos de garantir que este regulamento não se tornará mais um fardo burocrático para as empresas e que a confidencialidade da informação comercialmente sensível será reforçada.

Sobre outra questão, lamento que os Grupos PPE e S&D tenham introduzido uma alteração que exige às empresas da UE que forneçam dados sobre os investimentos em projectos em países terceiros. Desafio quem quer que seja a encontrar nos tratados fundamento jurídico que permita a extraterritorialidade na política energética. Além do mais, penso que deveríamos começar por demonstrar que sabemos o que está planeado a nível europeu, antes de olharmos para fora das nossas fronteiras. Também já reparei que este Parlamento se sente tentado a incluir tudo neste regulamento. Na minha opinião, isso é um erro. Para que este instrumento seja eficiente, devemos centrar-nos em informação verdadeiramente consistente e tentar evitar demasiada burocracia e questões de confidencialidade para as nossas empresas e para a Comissão. Tentei alcançar este equilíbrio dando à Comissão, por um lado, a oportunidade de ter uma visão global sobre possíveis desenvolvimentos futuros, mas também, por outro, garantindo que esta visão fosse tão exacta quanto possível.

Precisamos também de alguma certeza relativamente a investimentos futuros, a fim de garantir uma elaboração das políticas adequada e sólida. Eu própria sinto necessidade de ser tranquilizada, Senhor Comissário Oettinger. Quero evitar uma situação em que a Comissão, tendo reunido os dados, comece a impor planos de investimento e acabe a dizer às empresas que não devem investir aqui, mas ali. Todavia, deveriam ser fornecidos incentivos e soluções para que as empresas fizessem investimentos não lucrativos a curto prazo, que poderão vir a ser necessários para garantir a segurança do fornecimento, pois de outro modo as lacunas persistirão.

Vou ficar por aqui. Agradeço a vossa atenção e fico a aguardar os vossos comentários.

Günther Oettinger, *Membro da Comissão*. – (DE) Senhora Presidente, Senhora Deputada Vălean, Senhoras e Senhores Deputados, a crise do gás que ocorreu no início do ano passado mostrou-nos como é importante para a Europa ter uma infra-estrutura energética instalada, que não só promova o funcionamento do mercado interno mas também possibilite a solidariedade entre os Estados-Membros e as regiões afectadas na eventualidade de uma crise. Por conseguinte, é importante que a Comissão tenha uma visão geral de quais os novos projectos de investimento que estão planeados ou em construção, e quais as velhas instalações que vão ser desactivadas de forma definitiva. Desta maneira, a nossa proposta consiste em desenvolver e reelaborar um instrumento de informação que foi criado por altura de uma outra crise, a primeira crise dos preços do petróleo.

Esta proposta tem como finalidade expandir a área de aplicação do regulamento, em particular nos campos das energias renováveis e da captura e armazenamento de carbono (CCS). Saudamos as propostas feitas pelo Parlamento no sentido de incluir áreas de aplicação como redes de aquecimento distrital ou capacidades de produção de gás, carvão e petróleo. Desejamos também ter em conta as obrigações de informação existentes, desde que seja utilizável a informação disponível no contexto das análises que serão levadas a cabo pela Comissão.

(Perda de som)

(O debate, interrompido às 22H55 em virtude de problemas técnicos, é reiniciado às 23H00)

Presidente. – Gostaríamos de tentar novamente e de ver se funciona com o alemão.

Günther Oettinger, *Membro da Comissão*. – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, levantei a questão de saber como a Comissão deseja avaliar a informação que obtém dos Estados-Membros no contexto deste regulamento. As nossas análises debruçar-se-ão em primeiro lugar sobre o desenvolvimento previsto da infra-estrutura em termos das alterações esperadas na procura. Avaliaremos se as novas capacidades esperadas corresponderão ou não às previsões da procura futura ou se podemos contar com insuficiências.

A este respeito, ao contrário do que acontece com o actual regulamento, julgo que seria importante que fosse introduzido um diálogo institucional sobre estas áreas temáticas. Por conseguinte, a Comissão propõe, em primeiro lugar, a publicação de um relatório todos os dois anos sobre os desenvolvimentos estruturais em infra-estruturas energéticas. Isto tem como finalidade ajudar a aumentar a transparência de todos os operadores do mercado. Em segundo lugar, queremos também um debate político com o Parlamento e os Estados-Membros, para que sejam retiradas conclusões. Gostaria de sublinhar este último ponto, porque uma coisa é evidente: o regulamento em si é um instrumento para recolher e reunir informação que nos indica se é necessário levar a cabo alguma acção. A forma como isso será feito tem de ser determinada no contexto das iniciativas específicas de política energética.

Isto leva-me à questão, Senhora Deputada Vălean, que lhe interessa a si e a todo o Parlamento, ou seja, o novo artigo 194.º do Tratado de Lisboa e a sua aplicação. Para todos nós – Parlamento, Conselho e Comissão – este artigo representa simultaneamente uma oportunidade e uma obrigação para moldar a política energética da UE em estreita cooperação – por outras palavras, em conjunto com o Parlamento Europeu em particular. Como novo Comissário para a Energia, gostaria, por conseguinte, que este Parlamento participasse de forma extensiva, tanto quanto possível e logo desde início, em todas as medidas políticas futuras. Contudo, o acto jurídico ao qual se refere o debate de hoje reporta-se apenas à recolha e à avaliação de informação no sector energético, e baseia-se, por conseguinte, segundo a interpretação da Comissão, nos Artigos 337.º e 187.º do Tratado Euratom. O conteúdo do regulamento está em conformidade com estes dois artigos de direito primário e, de acordo com a jurisprudência, a escolha de fundamento jurídico para o direito secundário deve estar ligada a critérios mensuráveis relacionados com o conteúdo.

Nenhuma política energética é determinada somente pela recolha e avaliação de informação, razão pela qual, em minha opinião, é necessária aqui uma decisão. Peço a vossa compreensão a este respeito.

Marian-Jean Marinescu, em nome do grupo PPE. – (RO) Senhor Comissário, V. Exa. tentou explicar a razão pela qual não estamos a trabalhar numa base de co-decisão. Eu próprio partilho da opinião da senhora deputada Vălean, relatora deste relatório, no sentido de que teria sido uma boa ideia este regulamento ser discutido numa base de co-decisão.

O novo regulamento é um instrumento legislativo de suprema importância para o mercado energético da União Europeia. Esta análise deveria suplementar estratégias nacionais e regionais, e ajudar a consolidar a segurança energética, identificando potenciais lacunas e riscos em termos de infra-estrutura e de investimento, com vista a garantir um equilíbrio entre oferta e procura no sector energético.

Penso que a proposta da Comissão contém uma série de pontos pouco claros, mas que, julgo eu, foram resolvidos pelas alterações apresentadas, como foi o caso da questão da publicação de dados energéticos enviados pelos Estados-Membros. Estes dados devem ser agregados a nível nacional e regional. Isto ajudará a evitar a exposição de informação comercialmente sensível.

Outra questão prende-se com a necessidade de esclarecer o que se entende por "organismo específico" ou organismo encarregado da preparação e aprovação de planos plurianuais de desenvolvimento da rede e investimento em infra-estruturas energéticas a nível da UE. Há também a questão de como evitar a dupla recolha destes dados e de como determinar a altura em que os relatórios para um determinado projecto devem ser apresentados, por exemplo, depois de as autoridades terem recebido o pedido de licença de construção.

Outro aspecto particularmente importante é a questão que se prende com a monitorização em países terceiros de investimento europeu com impacto sobre o mercado energético europeu. Penso que os investimentos feitos em países terceiros, quer pelos Estados, quer por empresas nacionais, que têm um impacto significativo sobre o mercado energético, devem ser comunicados como parte deste regulamento.

Adam Gierek, em nome do Grupo S&D. – (PL) Senhora Presidente, a integração, segurança e solidariedade energética europeia requerem uma gestão comum do investimento em todos os Estados-Membros, como parte de uma infra-estrutura energética, num sentido lato, e, em particular, da infra-estrutura de transmissão. Soluções óptimas para o investimento nesta área exigem informação objectiva acerca da situação da infra-estrutura em cada um dos sistemas nacionais, bem como informação que é essencial para realizar um estudo central da UE da futura integração.

O que é importante é o elemento de concorrência no mercado comum de produtos e serviços, que é sobretudo influenciado pelo custo da energia em cada Estado-Membro, e a necessidade de manter segredos comerciais

não obscurecerem nem perturbarem os processos de integração. Mantenhamos secreto apenas aquilo que devemos manter secreto – as infra-estruturas militares.

Isto é importante, sobretudo porque as decisões tomadas acerca de investimentos deste género, como, por exemplo, a construção de um gasoduto do Norte ou do Sul, não deveriam ser medidas exclusivamente egoístas, tomadas no interesse de apenas uns quantos Estados-Membros da UE. Vamos estabelecer um plano de infra-estruturas energéticas complexo e a longo prazo para toda a União, com base nos princípios da cooperação, da confiança e da solidariedade. Infelizmente, o actual regulamento servirá este propósito apenas até um certo ponto, e deveria, em minha opinião, abranger também, por exemplo, as prioridades dos Estados-Membros.

Lena Ek, em nome do Grupo ALDE. – (SV) Senhora Presidente, fico extremamente satisfeita ao verificar o empenho da Comissão em promover as melhores práticas e em aumentar a eficiência energética no mercado europeu da energia. A eficiência energética é crucial para os postos de trabalho e para o crescimento da Europa, e é essencial se quisermos atingir o objectivo dos 2 °C. Neste contexto, os dois principais pré-requisitos são redes de energia inteligente e um mercado interno da energia livre e a funcionar bem. Como é evidente, estes dois requisitos obrigam a que a Comissão tenha um bom conhecimento acerca do mercado e da infra-estrutura actuais – e é disso que trata esta proposta.

Contudo, é também necessário que a burocracia que trata desta informação seja eficiente. Devemos evitar a duplicação, e a informação transmitida deverá ser a necessária para alcançar os objectivos estabelecidos. Se quisermos ter um mercado que funcione, é também muitíssimo importante que a informação reunida proveniente das empresas europeias seja protegida, a fim de evitar qualquer perturbação do mercado. Vou apoiar o relatório da autora e peço ao Parlamento que rejeite as propostas incrivelmente burocráticas apresentadas pelo Grupo dos Verdes/Aliança Livre Europeia.

Como já foi mencionado anteriormente, os objectivos da proposta são extremamente importantes - de tal forma, que lhes foi atribuído um fundamento jurídico específico no Artigo 194.º do Tratado de Lisboa, no qual são enumerados praticamente palavra a palavra. A participação integral do Parlamento Europeu através do procedimento legislativo ordinário conforme a este Tratado deveria, por conseguinte, ser algo de evidente. Qualquer outra coisa não seria digna de nós e constituiria um começo profundamente infeliz na cooperação de que necessitamos entre o Parlamento e a Comissão, com vista a criar um mercado interno da energia dinâmico.

Yannick Jadot, em nome do Grupo Verts/ALE. – (FR) Senhor Comissário, é de louvar que queira debater o efeito deste instrumento no Parlamento Europeu, mas, no que diz respeito ao Parlamento Europeu, o que deve ser respeitado acima de tudo é o procedimento legislativo ordinário. Este instrumento poderá vir a ser útil, mas poderia ser mais operacional, mais eficaz e mais transparente.

Mais eficaz, sobretudo, se tivesse em conta todas as fontes de energia descentralizadas. Não se trata de contar todos os painéis solares existentes, mas ao nível dos Estados-Membros possuímos informações que poderiam ser reunidas, a fim de contabilizar a totalidade dos planos de energia descentralizada. Quando falamos de democracia e de transparência, fico surpreendido ao ouvir o nosso colega liberal responder "burocracia". Este instrumento tem de ser transparente, tem de ser debatido, e a Comissão tem de consultar todas as partes interessadas, os sindicatos e as associações, entre outros. Por último, os contribuintes estão a participar imenso no esforço de transição energética, e é importante que tenhamos informações sobre financiamento, para saber exactamente de que forma eles estão a financiar a transição energética na Europa. Espero que as alterações que foram propostas sejam adoptadas amanhã por um grande número de deputados, mais do que aqueles que hoje aqui estão presentes.

Evžen Tošenovský, em nome do Grupo ECR. – (CS) A proposta para uma informação regular acerca dos projectos de investimento na área da infra-estrutura energética da UE é questionável. Isso envolverá organismos da UE na área das relações concorrenciais entre empresas que na sua maioria são privadas. Em minha opinião, esta proposta contém dois níveis. Um deles está relacionado com o conteúdo deste género de informação obrigatória, em particular no que respeita ao seu alcance e pormenores. O segundo nível está relacionado com o nível de confidencialidade e com as consequentes obrigações da Comissão em manter o sigilo.

Acredito firmemente que a informação que necessita de ser comunicada deveria ter uma natureza mais descritiva, fornecendo uma perspectiva geral das redes energéticas e do seu desenvolvimento futuro. Desta maneira, a Comissão teria uma visão suficiente das ligações entre países individuais e, ao mesmo tempo, teria também uma visão suficiente das redes existentes e das perspectivas para o futuro. Como é lógico, isto

levanta também a questão das medidas que a Comissão tomaria caso estivesse convencida de que em determinada área existia uma capacidade insuficiente, ou de que, pelo contrário, existia um excesso de capacidade. Com um nível suficiente de informação geral, eliminaríamos também o problema das discussões incómodas relativas à manutenção do sigilo em relação a determinados planos estratégicos das empresas energéticas.

Jaroslav Paška, em nome do Grupo EFD. – (SK) Os acontecimentos dos últimos anos mostraram-nos que a segurança energética da UE é mais um desejo do que uma realidade.

Os sistemas energéticos dos Estados-Membros da UE não são suficientemente compatíveis nem estão suficientemente interligados. É por isso que muitos países se viram privados de aquecimento e de gás no início do ano passado, apesar de toda a solidariedade e boa vontade da UE. Serão necessárias iniciativas alargadas por parte da Comissão Europeia para corrigir esta situação, e é, por conseguinte, necessário que a Comissão Europeia seja informada no seu trabalho de uma maneira qualificada e pormenorizada, quer pelos Estados-Membros, quer pelo sector privado.

Por estas razões, podemos considerar o projecto de Regulamento do Conselho relativo à notificação de projectos de investimento em infra-estruturas energéticas como um passo natural e necessário no alargamento da política energética da UE, que responderá aos actuais desenvolvimentos no campo do abastecimento energético na UE. As propostas de alteração incluídas no relatório sobre este ponto do programa melhoram a redacção do regulamento, daí que considere correcto apoiá-las.

Amalia Sartori (PPE). – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o excelente relatório da deputada Vălean faz algumas observações sensíveis, com as quais concordo.

Em primeiro lugar, o requisito de garantir um nível óptimo de segurança no que respeita aos dados e informações solicitados ao abrigo da proposta, nomeadamente os que os operadores económicos vêm como dados sensíveis. Em segundo lugar, o requisito de prever a possibilidade de agregação dos dados também a um nível regional mais alargado, visto que, por vezes, o nível nacional é insignificante. Em terceiro lugar, a comunicação deve ter uma finalidade prática e complementar a análise do desenvolvimento do sistema europeu de aprovisionamento de gás.

Por conseguinte, a Comissão devia ser obrigada a discutir as suas análises com os Estados-Membros e com os operadores dos sectores, compromisso que, de resto, a Comissão assumiu aqui perante nós.

De igual modo, temos de conseguir evitar a duplicação do trabalho que os operadores, as autoridades reguladoras nacionais e os Estados-Membros têm de empreender para definir os planos nacionais destinados a proteger a segurança do aprovisionamento, com especial referência às infra-estruturas do sector do gás, e garantir que, caso decidam alterar os seus planos de investimento, os operadores não sofram qualquer penalização por isso.

Terminarei chamando a atenção para o artigo 1.º, n.º 2, da proposta, no qual são discutidos os prazos de comunicação. Importa considerar o facto de muitos projectos não passarem da fase do planeamento. Deste modo, seria possível otimizar os resultados se a comunicação se aplicasse apenas aos projectos que tivessem obtido as autorizações e licenças necessárias ou àqueles para os quais haja uma decisão de investimento final tomada.

Silvia-Adriana Țicău (S&D). – (RO) Gostaria de começar por felicitar a relatora pelo seu excelente trabalho. O Tratado de Lisboa reforça as competências da União Europeia no domínio da política energética. A segurança energética da UE e a solidariedade entre Estados-Membros em situações de crise energética são fundamentais para a política energética da União Europeia. O presente Regulamento estabelece um quadro comunitário para comunicar à Comissão os dados e informações sobre projectos de investimento em infra-estruturas energéticas dos sectores do petróleo, do gás natural, da electricidade e dos biocombustíveis, bem como sobre projectos que envolvam a armazenagem em depósitos geológicos do carbono emitido pelo sector da energia.

Efectivamente, a Comissão poderá apresentar propostas para melhorar a utilização das capacidades existentes e encontrar soluções para as situações de crise energética. O regulamento não deverá agravar significativamente a carga administrativa suportada pelas empresas energéticas. No entanto, creio que este regulamento deve também aplicar-se às empresas europeias que invistam em projectos de infra-estruturas energéticas em países terceiros e directamente ligadas às redes energéticas de um ou mais Estados-Membros, ou que tenham um

impacto significativo nas mesmas. Assim, faço votos de que a alteração 74 tenha um apoio maioritário amanhã.

Roger Helmer (ECR). – (EN) Senhora Presidente, algumas das alterações hoje aqui em apreciação reflectem a nossa obsessão maníaca com as energias renováveis. Embora a teoria do aquecimento global antropogénico esteja a soçobrar à vista de todos, continuamos a falar sobre a importância da redução das emissões de CO₂.

Mas, se quiséssemos realmente empenhar-nos na redução das emissões de CO₂, devíamos, seguramente, promover as centrais nucleares e não as energias renováveis. Optámos por criar incentivos que distorcem gravemente o mercado a favor das energias renováveis e em detrimento da energia nuclear.

A Europa precisa de uma capacidade geradora competitiva, fiável, generalizada e em carga de base que a energia nuclear pode assegurar. Efectivamente, não podemos depender do fluxo patético e intermitente da electricidade produzida pelos parques eólicos para abastecer as indústrias europeias.

Muitos países da UE, incluindo o meu, enfrentam a perspectiva da escassez energética no final desta década, em parte devido à directiva relativa às grandes instalações de combustão. Se não começarmos a construir já uma capacidade geradora a sério, ou seja, baseada na energia nuclear e no carvão, um dia, a luz apaga-se.

Bogusław Sonik (PPE). – (PL) A questão da energia e da rede energética é crucial para o futuro da economia europeia. A importância da segurança energética é repetidamente mencionada em documentos, debates e reuniões. Contudo, para que as palavras e as declarações sejam seguidas de soluções específicas e efeitos mensuráveis, devemos, antes de mais, assegurar um nível de financiamento adequado para os investimentos previstos. De acordo com um relatório produzido pela Exxon Mobil, uma das maiores companhias mundiais do sector dos combustíveis, a procura mundial de energia vai crescer cerca de 1,2% ao ano, pelo que, até 2030, a procura aumentará aproximadamente 35%.

As necessidades de gás, que será a segunda fonte de energia mais importante, aumentarão 1,8% ao ano. Neste momento, o mundo consome pouco mais de 3 mil milhões de m³. Em 2030, necessitará de cerca de 4,3 mil milhões de m³. Uma das consequências das crescentes necessidades de gás da Europa será a dependência acrescida das importações deste recurso, que passarão de 45% em 2005 para 70% em 2030. Perante estes números, o apoio financeiro da Comunidade Europeia à rede energética deve ser visto como estratégico.

Na actual situação económica e financeira, é deveras difícil encontrar investidores para muitos projectos, pelo que apenas um apoio adequado por parte da União Europeia permitirá a sua prossecução. Deve ser dada prioridade aos projectos que se concentrem nas necessidades transfronteiriças e contribuam para o desenvolvimento de novas tecnologias, que se revestem de uma importância fundamental para as necessidades energéticas futuras da Europa. Estes projectos ajudarão a eliminar as diferenças nas ligações entre os sistemas da União Europeia e permitirão otimizar a utilização das fontes energéticas próprias da UE.

Seán Kelly (PPE). – (EN) Senhora Presidente, esta questão é muito importante por pelo menos três razões: em primeiro lugar, temos de pensar na segurança energética, pois, mais tarde ou mais cedo, os combustíveis fósseis esgotar-se-ão; em segundo lugar, os nossos objectivos em matéria de combate às alterações climáticas para 2020, ou, como alguns defenderam, para 3020 ou mesmo 4020; em terceiro lugar, aspecto deveras importante, temos de reduzir a nossa dependência de combustíveis fósseis fornecidos por regimes ditatoriais e, por vezes, instáveis.

Assim, o tempo não corre a nosso favor, e um dos domínios que requer muita atenção é o da investigação e da inovação. Inquieta-me a duplicação de esforços neste domínio.

Soube, recentemente, que havia 45 grupos diferentes a investigar bactérias *Salmonella*. Se isto é possível com bactérias *Salmonella*, poderemos muito bem ter 450 grupos a fazer o mesmo tipo de investigação no domínio das energias renováveis, por exemplo, energia eólica, energia solar, energia das marés e energia das ondas.

Assim sendo, queria perguntar à Comissão que planos tem para coordenar a investigação, de modo a otimizar e direccionar a utilização de recursos para a obtenção da tecnologia de que precisamos.

Ioan Enciu (S&D). – (RO) Quero felicitar a senhora deputada Vălean por este relatório e gostaria de destacar alguns aspectos sobre a importância dos investimentos em infra-estruturas. O desenvolvimento contínuo das infra-estruturas energéticas é a única maneira de lidar com uma sociedade em constante mutação. O desenvolvimento das redes existentes, a par dos investimentos em novos tipos de redes adaptados a recursos

energéticos inovadores, é um factor vital para facilitar o acesso da população e da indústria a novas fontes de energia.

Presentemente, há uma cooperação regional *de facto* no sector da energia. Porém, esta tem de ser reforçada com uma regulamentação clara. A solidariedade entre os Estados-Membros tem de passar do plano das ideias para o mundo real. Importa também aumentar o investimento em sistemas de TI para acompanhar e apresentar relatórios sobre as existências de combustível numa situação de crise.

Por fim, gostaria de salientar que os investimentos e o desenvolvimento de soluções de TIC no sector da energia são fundamentais para o desenvolvimento de uma economia energeticamente eficiente e com baixa produção de carbono.

Miroslav Mikolášik (PPE). – (SK) O Tratado de Lisboa, que reforçou as competências da UE no domínio da política energética, deve ser activamente explorado para superar as dificuldades e prevenir eventuais problemas no mercado de energia.

O fornecimento de informações sobre projectos de investimento nas infra-estruturas energéticas ajudará a identificar os desequilíbrios entre a oferta e a procura neste sector e, com isso, contribuirá para a criação de uma melhor política energética comum num espírito de solidariedade, capaz de aproximar os Estados-Membros no mercado da energia. Pelas razões atrás referidas, comungo da opinião de que é necessário reunir informações precisas e adequadas sobre os investimentos previstos, de modo a que a UE possa tomar decisões fundamentadas em matéria de política energética, com base numa visão integrada e na situação dominante em todos os Estados-Membros.

Czesław Adam Siekierski (PPE). – (PL) A garantia de um aprovisionamento energético estável e contínuo tornou-se uma prioridade para os governos dos Estados-Membros da União Europeia e para a Comunidade em geral. A responsabilidade específica por esta matéria recai sobre a Comissão Europeia, que, com as suas acções, deve visar garantir o aprovisionamento energético da Comunidade através do desenvolvimento e do acompanhamento do regular funcionamento do mercado europeu da energia.

Um dos mecanismos da política energética multidimensional da Comissão deve ser o apoio a projectos de investimento eficazes no sector da energia. A Comissão deve efectuar regularmente análises e investigação. As análises devem basear-se em informações sobre projectos de investimento nas infra-estruturas energéticas dos vários países, incidindo tanto sobre os meios e instalações actualmente utilizados como sobre a análise de projectos de investimento que visem aumentar a diversificação tanto das fontes de matérias-primas para a produção de energia como da forma como estas são transportadas e processadas. Quando estiver na posse de análises semelhantes de todos os países da UE, a Comissão poderá escolher a estratégia mais vantajosa para o mercado europeu da energia.

Paul Rübiger (PPE). – (DE) Senhora Presidente, Senhor Comissário Oettinger, um dos principais problemas do sector da energia é, naturalmente, a armazenagem da energia. Creio que, no contexto da segurança do aprovisionamento, precisamos de pensar mais sobre a questão da armazenagem. No contexto específico das energias renováveis, trata-se de um enorme desafio.

Por outro lado, temos igualmente de criar redes inteligentes. Quanto mais energia renovável tivermos, mais possibilidades teremos de tornar o nosso ambiente bastante mais eficiente em termos energéticos com as redes inteligentes e, em última análise, oferecendo incentivos às famílias para a utilização de contadores inteligentes que permitam reduzir quer o consumo quer os custos. O aumento da eficiência desempenhará um papel muito importante e fundamental no futuro, não só na produção, mas também, e em especial, no consumo de energia.

Günther Oettinger, Membro da Comissão. – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de vos agradecer as vossas valiosas sugestões de melhoria. A Comissão dará os devidos passos para fazer com que muitas das vossas sugestões sejam tidas em consideração pelos Estados-Membros na versão final do regulamento.

A Comissão está consciente do carácter confidencial das informações relativas aos projectos previstos. Por esse motivo, concordamos com as sugestões deste Parlamento no sentido de publicar apenas os dados que já tenham sido recolhidos a nível nacional. Além disso, os dados devem ser agregados a nível europeu, de modo a impedir inferências sobre empresas em particular e as suas políticas comerciais. Este aspecto é importante nos casos em que existe apenas uma empresa a operar a nível nacional num determinado sector energético.

Tal como já mencionei, congratulamo-nos também com o alargamento do âmbito de aplicação às capacidades de produção do petróleo, do gás e do carvão. Não quero esconder que os Estados-Membros são menos favoráveis a esta proposta, mas prometem analisar a inclusão destas capacidades num prazo de cinco anos.

Independentemente das nossas interpretações divergentes quanto à base jurídica do regulamento, posso garantir-vos que a Comissão pretende realizar um amplo debate no domínio das infra-estruturas. O novo instrumento a criar em matéria de infra-estruturas e solidariedade, que se destina a passar do apoio financeiro comunitário para as redes transeuropeias de energia, dará o mote para tal, assim como os relatórios intercalares da Comissão sobre a execução do Plano de Relançamento da Economia Europeia no que respeita aos benefícios para os projectos no sector da energia.

Adina-Ioana Vălean, relatora. – (EN) Senhora Presidente, gostaria de agradecer ao Senhor Comissário e aos colegas deputados o seu interessante contributo para o debate.

Apenas algumas palavras em jeito de conclusão - a minha, pelo menos. Em primeiro lugar, gostaria de frisar que as políticas devem, obviamente, abster-se de interferir com o mercado. Convém não esquecermos que a Europa é uma economia de mercado e que as políticas têm aqui o único objectivo de corrigir as insuficiências do mercado.

Em segundo lugar, continuo a ser convictamente da opinião de que não devemos usar este regulamento para verificar a correcta aplicação de outros regulamentos ou incluir informações exaustivas. Não se trata de um exercício de estatística. Temos, claramente, de manter as informações recolhidas dentro de um determinado grau de pertinência. Caso contrário, o efeito das mesmas diluir-se-á no meio de uma quantidade maciça de dados. E este regulamento não pretende delinear uma política para as energias renováveis ou para o sector do gás.

Finalmente, gostaria de dizer à minha colega deputada, Lena Ek, que espero que os dados agregados resultantes deste regulamento nos ajudem a sermos mais inteligentes em matéria de energia e sejam do nosso interesse geral.

Presidente. – Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quinta-feira, 25 de Fevereiro de 2010.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

Paolo Bartolozzi (PPE), por escrito. – (IT) Felicito a Comissão Europeia por ter apresentado ao Conselho o regulamento alterado sobre projectos de investimento nas infra-estruturas energéticas na União Europeia.

O relatório enriquece o conteúdo de forma significativa e actualizada, e isto por duas razões. A primeira razão é o fornecimento de informações transparentes sobre a segurança e a confidencialidade dos dados sensíveis que a Comissão terá de receber periodicamente para conduzir a política energética de forma eficaz. O relatório está em sintonia com o Tratado de Lisboa, no qual é dada especial atenção à política energética através do reforço e da coordenação dos seus métodos e dos investimentos necessários para o sector.

O facto de a Cimeira de Copenhaga não ter logrado satisfazer os líderes políticos mundiais significa que se exige uma mudança de estratégia quanto às políticas a aplicar. O Parlamento Europeu está a dar especial atenção ao problema, com o objectivo de controlar os investimentos no sector da energia para a construção, transporte e armazenagem de produtos energéticos associados, de modo a satisfazer as indústrias da produção e da distribuição e, consequentemente, proteger a saúde dos consumidores.

A segunda razão é que, em virtude da escassez de produtos energéticos na UE e do aumento diário da procura interna - bem como das importações -, a política energética tem de se centrar na diversificação, na segurança do aprovisionamento e na eficiência energética.

Elena Băsescu (PPE), por escrito. – (RO) O princípio da solidariedade deve servir de plataforma para a definição das políticas da União Europeia em matéria de energia. Trabalhando em conjunto, os Estados-Membros podem garantir um aprovisionamento mais seguro, barato e eficiente de recursos energéticos aos cidadãos e às empresas. É de extrema importância para a União Europeia ter uma infra-estrutura energética que facilite a cooperação entre Estados-Membros, de modo a reduzir os problemas que emergem durante as crises energéticas. Com este regulamento, a Comissão Europeia terá informações sobre as estruturas energéticas que lhe permitirão obter uma visão panorâmica do sector. Tais informações incluem dados sobre as infra-estruturas dos sectores do petróleo e do gás natural, bem como das fontes de energia renováveis. Feita

a recolha dessas informações, será possível detectar as deficiências do sistema energético europeu e, seguidamente, propor medidas para as corrigir. As medidas tomadas a nível europeu devem complementar as estratégias nacionais e regionais. Penso ser extremamente importante protegermos a natureza confidencial das informações comerciais recolhidas, bem como acompanharmos os investimentos europeus em países terceiros que tenham um impacto importante no mercado da energia da UE.

Sergio Berlato (PPE), *por escrito*. – (IT) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, a proposta de regulamento sobre projectos de investimento nas infra-estruturas energéticas na Comunidade Europeia constitui um importante instrumento para promover com eficácia uma política energética a nível da UE.

Apoio os fundamentos subjacentes a esta proposta, nomeadamente a necessidade de definir um quadro coerente e abrangente para o desenvolvimento dos investimentos em infra-estruturas energéticas na UE que permita à Comissão acompanhar a evolução dos projectos de investimento previstos no sector da energia.

O acompanhamento é, seguramente, crucial para assegurar a transparência da política seguida em prol dos projectos, mas sob condição de se minimizar a carga administrativa que pesa sobre as pequenas e médias empresas, que representam a força motriz da economia da UE.

Considero ser positivo o compromisso alcançado no sentido de garantir que os dados dos operadores do mercado sejam recebidos e processados pela Comissão com as necessárias garantias de confidencialidade. Os projectos de investimento em infra-estruturas energéticas são vitais para a criação de um mercado da energia livre e competitivo.

Por este motivo, exorto a Comissão a, periodicamente, e com base nos dados recolhidos, apresentar uma análise do desenvolvimento estrutural do sector da energia, com o fito de identificar eventuais domínios passíveis de melhoria no mercado e quaisquer obstáculos à optimização do seu funcionamento.

András Gyürk (PPE), *por escrito*. – (HU) Não passa um dia sem que um Estado-Membro ou uma grande empresa anuncie planos importantes para o sector da energia. Vários gasodutos, parques eólicos offshore e dúzias de centrais eléctricas encontram-se em fase de projecto. Ao mesmo tempo, porém, a coordenação entre os futuros investimentos deixa muito a desejar. Só isto seria motivo mais do que suficiente para aprovar a regulamentação que está actualmente sobre a mesa e que permitirá a consolidação numa estrutura unificada de todas as obrigações de comunicação que recaem sobre os Estados-Membros relativas a investimentos em energia. A regulamentação a adoptar irá permitir a harmonização de investimentos regionais e facilitará o planeamento conjunto, reforçando assim o mercado da energia e a segurança do abastecimento.

Penso que é importante os requisitos da proposta relativa à comunicação dos investimentos não se traduzirem num fardo administrativo excessivo para as autoridades dos Estados-Membros. Devemos assegurar a correspondência do método relativo à comunicação dos investimentos com as regras previamente adoptadas. Vale a pena recordar, nesse contexto, que mesmo agora as directivas da UE relativas ao mercado interno da electricidade e do gás natural requerem a preparação de planos de investimento de dez anos.

A proposta inicial da Comissão Europeia não compreendia os investimentos em aquecimento urbano. Por esse motivo, a alteração proposta pela Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia no sentido da sua inclusão nas disposições obrigatórias, deve ser aprovada. Não nos devemos esquecer que nos novos Estados-Membros o aquecimento urbano desempenha um papel importante nos serviços prestados à população. Na Hungria, por exemplo, este tipo de aquecimento abastece aproximadamente 2 milhões de pessoas. Os investimentos em aquecimento urbano não devem deixar de ser tomados em consideração no âmbito da harmonização das políticas de investimento em energia.

Edit Herczog (S&D), *por escrito*. – (HU) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, apesar das grandes incertezas em torno da implementação de projectos de investimento nas infra-estruturas para a indústria energética, acrescidas pelas graves dificuldades que a actual crise económica e do crédito está a causar ao nível dos planos de investimento no sector da energia, devemos ver, claramente, que o factor-chave da nova política energética da Europa, que visa garantir o abastecimento seguro ao mesmo tempo que diminui os efeitos causados pelas alterações climáticas e mantém a competitividade, passa por um forte investimento ao longo dos próximos anos em infra-estruturas para a indústria da energia na União Europeia. Esta será uma ferramenta importante para moldar a política energética comum.

Sem informação suficiente acerca das nossas infra-estruturas, não poderemos apoiar eficazmente a política energética europeia no plano comunitário. É por essa razão que considero que o nosso objectivo na Comunidade consiste no fornecimento de informação precisa e regular acerca de projectos de investimento

nas infra-estruturas energéticas da UE, em atenuar o fardo da recolha de informação, em melhorar a análise útil baseada em informações submetidas à Comissão e, ao mesmo tempo, em aliviar o fardo sobre os actores do sector privado que desempenham um papel crescente no investimento no desenvolvimento de infra-estruturas.

Bogdan Kazimierz Marcinkiewicz (PPE), *por escrito*. – (PL) Gostaria de apresentar os meus sinceros agradecimentos à relatora pelo relatório equilibrado que elaborou. Os esforços consolidados dos Estados-Membros e da Comissão Europeia, reflectidos no relatório, irão assegurar um sistema integrado e melhorado para a segurança energética da União, ao mesmo tempo que permitirão alcançar uma melhor eficiência e reduzir o consumo de energia. Como parte da política energética da Comunidade, a Comissão e os Estados-Membros devem identificar os investimentos necessários para satisfazer as necessidades estratégicas da EU em termos da oferta e procura de gás natural e de electricidade. O regulamento estabelece quadros comuns, com base nos quais a Comissão Europeia recebe dados e informação relativa a projectos de investimento nas infra-estruturas energéticas na área do petróleo, do gás natural, da electricidade, dos biocombustíveis e de projectos de baixas emissões relativos a projectos de investimento em sistemas de aquecimento urbano e em sistemas de arrefecimento. O carvão é, indiscutivelmente, um elemento necessário à manutenção da estabilidade do sistema energético, que não pode ser ultrapassado por fontes de energia renováveis, na medida em que não irá satisfazer as necessidades de expansão contínua de sectores económicos em desenvolvimento nos novos Estados-Membros. Ao apontar para as vantagens do carvão enquanto fonte de energia, devo salientar que a utilização de novas tecnologias irá permitir alcançar uma maior redução da poluição e a adopção gradual dos limites estabelecidos para as emissões de CO₂.

Rovana Plumb (S&D), *por escrito*. – (RO) No contexto da nova política energética destinada a garantir o abastecimento de energia, atenuar o impacto das alterações climáticas e assegurar a competitividade, os investimentos em infra-estruturas energéticas desempenham um papel vital. As novas necessidades políticas, tais como objectivos para o cabaz de combustíveis, irão modificar as políticas dos Estados-Membros de forma a poderem beneficiar de novas infra-estruturas energéticas modernizadas.

A proposta da Comissão vai no sentido da revisão do actual sistema de comunicação de projectos de investimento nas infra-estruturas energéticas. O objectivo é a recolha de informação adequada relativa a investimentos previstos, com vista a permitir à Comissão monitorizar a situação relativa às infra-estruturas e antecipar potenciais problemas. Dado que a legislação da UE actualmente em vigor já prevê a obrigatoriedade de apresentar relatórios e comunicações relativos aos investimentos e infra-estruturas, a utilização desta informação deverá ser objecto de uma melhor coordenação, de modo a evitar a duplicação de obrigações, tais com a apresentação de relatórios e a confidencialidade, ao mesmo tempo que é melhorado o acesso dos cidadãos à informação. Apesar de a proposta colocar o enfoque principal nos aspectos administrativos, dá uma ideia da natureza e das características previstas relativamente a futuros investimentos.

Importa, portanto, colocar maior ênfase sobre o impacto ambiental dos projectos, com vista a dar garantias e incentivos adicionais à construção e desactivação de infra-estruturas energéticas, de modo sustentável e com respeito pelo ambiente. As minhas felicitações ao relator.

Richard Seeber (PPE), *por escrito*. – (DE) Lidar com a crescente procura de energia, ao mesmo tempo que se protege o meio ambiente, principalmente no que diz respeito às alterações climáticas antropónicas, constitui uma das principais tarefas com as quais a UE vai ter de lidar no futuro. Neste contexto é absolutamente fundamental que a União Europeia tenha conhecimento de todos os projectos relativos a infra-estruturas energéticas nos Estados-Membros. Este aspecto permite melhorar a eficiência do trabalho associado à concepção de uma solução europeia relativa à energia. O texto em apreço relativo à troca de informação sobre projectos de investimento nas infra-estruturas energéticas irá facultar uma boa perspectiva das infra-estruturas energéticas existentes na Europa.

Escusado será dizer que o presente relatório não deverá proporcionar uma oportunidade para uso indevido dos dados. Por esse motivo saúdo o compromisso multipartidário que estabelece regras claras relativas à transferência de dados. A monitorização central também permite estabelecer antecipadamente se a Europa está demasiado concentrada numa única fonte energética. Em termos globais, o relatório representa o progresso em direcção a um cabaz energético moderno.

Vladimir Urutchev (PPE), *por escrito*. – (BG) Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, até aqui a necessidade de elaborar rapidamente uma política energética comum era apenas debatida quando ocorria uma crise, como a que atravessámos no Inverno de 2009. Podemos afirmar, com justificada preocupação, que não podemos permitir que as coisas continuem nestes termos. Por esse motivo, saúdo o relatório da

senhora deputada Vălean, que considero um passo importante para a criação de uma política energética comum europeia. É evidente que a adopção de um conjunto de directivas e de regulamentos aplicáveis ao sector da energia irá criar as condições necessárias para a elaboração dessa política comum. Penso que estamos a chegar ao ponto em que podemos inclusivamente começar a falar de um acordo relativo à criação de uma Comunidade Europeia da Energia. A introdução de um sistema de comunicação para projectos de investimento no sector da energia em cada Estado-Membro irá permitir à Comissão ter uma visão global acerca do modo como as infra-estruturas energéticas da UE se estão a desenvolver, ao mesmo tempo que orienta os países na resolução das áreas mais fracas e problemáticas. Este aspecto irá concorrer para a obtenção de infra-estruturas fiáveis e satisfatórias, capazes de suportar o funcionamento do mercado interno da energia e atenuar as eventuais crises. O aspecto mais importante reside no facto de uma infra-estrutura energética europeia comum ser uma condição prévia para uma política energética comum da UE, aspecto sobre o qual o Parlamento Europeu tem vindo a insistir num conjunto dos seus documentos.

23. Previsão de receitas e despesas para o orçamento rectificativo 1/2010 (Secção I, Parlamento Europeu) (debate)

Presidente. – Segue-se na ordem do dia o relatório (A7-0017/2010) do deputado Vladimír Maňka, em nome da Comissão dos Orçamentos, sobre a previsão de receitas e despesas para o modificação orçamental 1/2010 (Secção I, Parlamento Europeu) (2010/2014(BUD)).

Vladimír Maňka, relator. – (SK) Estamos todos plenamente conscientes de que será apenas através do esforço conjunto ao nível europeu que poderemos fazer frente aos maiores desafios do século XXI, nomeadamente as alterações climáticas, os riscos e custos associados às matérias-primas e à energia, a globalização económica e as ameaças à nossa segurança.

Para que a Europa possa enfrentar estes problemas, é necessário que tenha ao seu dispor instrumentos eficazes e complexos. O Tratado de Lisboa facultará esses instrumentos.

Em Dezembro aprovámos o orçamento das Instituições Europeias para 2010. Por razões relacionadas com a implementação do Tratado de Lisboa, os trabalhos relativos ao orçamento não puderam ser finalizados em Dezembro e irão prolongar-se durante o mês de Abril. Encontramo-nos actualmente na fase inicial da entrada em vigor do Tratado e a UE irá ter necessidade de dispor de fundos, logo desde o início, para implementação das novas políticas. O Tratado de Lisboa tem impacto ao nível de todos os serviços do Parlamento Europeu e de outras instituições. No que diz respeito ao Parlamento Europeu, os processos tratados segundo o procedimento de co-decisão irão aumentar dramaticamente, passando a abranger até 95% da legislação. Áreas como a liberdade, a segurança e a justiça, a agricultura, as pescas, a investigação e os fundos estruturais foram acrescentadas. Irá registar-se uma maior utilização da votação por maioria qualificada no Conselho e será criado um conjunto de novas bases jurídicas em áreas como o turismo, o desporto, a energia, a defesa civil, a administração e a cooperação. Tudo isto acarreta um aumento das actividades legislativas da UE de um modo geral, com impacto global significativo ao nível dos poderes do Parlamento Europeu e das actividades deste, o que explica a necessidade de reforçar a administração.

A principal prioridade da modificação orçamental proposta pela Presidência do Parlamento Europeu, ligada ao Tratado de Lisboa, é assegurar que o Parlamento Europeu disponha de recursos suficientes para desempenhar o seu papel legislativo. Devemos recordar que o PE estabeleceu um limite para as suas próprias necessidades em 1988. Definiu este limite como 20% dos custos administrativos globais das instituições. Em 2006, no âmbito das negociações relativas ao quadro financeiro plurianual para 2007-2013, o Parlamento Europeu aprovou este limite como limite máximo dos custos administrativos das instituições. Desde 2006, as despesas do Parlamento Europeu sofreram um aumento, ligado à entrada em vigor do Estatuto dos Deputados ao Parlamento Europeu, apesar de na segunda página do mesmo Estatuto estar mencionado que são reservados fundos para o efeito nos orçamentos dos próprios Estados-Membros. Actualmente torna-se necessário cobrir os custos decorrentes do novo papel do Parlamento Europeu e que resulta da entrada em vigor do Tratado de Lisboa. Foi referido que o limite das despesas de 20% não tomou em consideração nem o Estatuto dos Deputados ao Parlamento Europeu nem o Tratado de Lisboa. Apesar de o Estatuto dos Deputados ao Parlamento Europeu estar previsto no Tratado de Lisboa, a Comissão dos Orçamentos insistiu para que no orçamento do Parlamento Europeu para 2010 houvesse uma adesão ao limite de 20% previsto no âmbito do quadro financeiro plurianual inicial. Também conseguimos este objectivo.

Contudo, ao elaborar o orçamento para 2011, será necessário estabelecer cuidadosamente a nova fórmula, de modo a garantir a sustentabilidade do orçamento no período subsequente. Gostaria de salientar que a

melhor forma de garantir a sustentabilidade do orçamento será criar um orçamento baseado nas necessidades actuais e não nos índices da inflação. Apenas esta abordagem poderá garantir que o orçamento reflecta somente as necessidades actuais, reforçando desse modo a transparência e a eficiência.

José Manuel Fernandes, *em nome do Grupo PPE*. – Este orçamento rectificativo resulta da entrada em vigor do Tratado de Lisboa. O Parlamento assume novas competências, novas responsabilidades e, por isso, tem de ter os meios adequados para estar à altura deste novo desafio. Saliento que os cidadãos europeus exigem legislação de excelência por parte do Parlamento Europeu e, para tal, importa facultar aos deputados, às comissões e aos grupos políticos os meios necessários.

As normas legais, orçamentais e da boa disciplina financeira são cumpridas neste orçamento rectificativo. Consideramos, aliás, que o rigor orçamental e a procura da poupança devem estar presentes mais do que nunca, e os cidadãos europeus também assim o esperam, na execução deste orçamento. Por isso, voltamos a reafirmar a importância da elaboração de um orçamento "base zero", que garanta mais rigor e transparência, e também solicitamos informação urgente sobre as reais despesas fixas do Parlamento Europeu. Insistimos ainda na necessidade de um planeamento a longo prazo da política imobiliária, de modo a assegurar-se a sustentabilidade orçamental.

Realçamos ainda que reduzimos a reserva para os edifícios em 4 milhões de euros. Desta forma, o nível total do orçamento passa a representar 19,99% da rubrica inicial, a rubrica n.º 5, que foi aprovado em primeira leitura.

Estamos certos de que estes meios contribuem para estarmos à altura dos legítimos anseios, das expectativas e daquilo que os cidadãos europeus nos exigem.

Göran Färm, *em nome do Grupo S&D*. – (SV) Senhora Presidente, esta modificação orçamental é essencialmente de natureza prática e tem por objectivo a adaptação dos procedimentos do Parlamento às novas tarefas que lhe competem ao abrigo do Tratado de Lisboa. Há um ponto, porém, que é uma questão de princípio: refiro-me à decisão adoptada há vinte anos atrás, segundo a qual o Parlamento não deve absorver mais do que 20% do orçamento administrativo da UE.

Esta decisão terá como consequência que iremos ultrapassar marginalmente este limite – mais em resultado de alterações técnicas do que em resultado de uma nova política. Contudo, este facto suscitou um debate acerca da regra dos 20%. A menos que sejam introduzidos cortes substanciais, este limite será ultrapassado quando a decisão de hoje tiver o seu impacto total em 2011. Existem bons motivos para debater a alteração desta regra dos 20%, visto o papel do Parlamento ter mudado mais do que o das outras instituições, mas não devemos abandonar este princípio sem primeiro ponderar cuidadosamente a questão.

Estou a pensar principalmente em dois aspectos. Em primeiro lugar, devemos ponderar o facto de muitos Estados-Membros estarem neste momento sob extrema pressão para reduzir o pessoal e os salários. Numa situação como esta não poderemos apenas continuar a aumentar a administração da UE. Em segundo lugar, devemos lembrar que procedemos à afectação do orçamento administrativo da UE em conjunto com as outras instituições e que, na decisão de 1988, prometemos que se ponderássemos abandonar a regra dos 20% apenas o fariamos após um diálogo com o Conselho. Este aspecto é particularmente importante, atendendo às difíceis negociações com o Conselho e que são iminentes no que concerne ao Serviço de Acção Externa, ao Regulamento Financeiro, ao orçamento a longo prazo, etc.

Voto a favor do relatório mas, ao mesmo tempo, gostaria de emitir um alerta em relação ao futuro.

Angelika Werthmann (NI). – (DE) Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o Tratado de Lisboa reforça a UE como um todo. Reforça o envolvimento dos cidadãos europeus e também reforça o Parlamento Europeu. O reforço do estatuto do Parlamento Europeu também implica maiores obrigações legislativas. Estas deverão ser satisfeitas, o melhor possível, de acordo com os conhecimentos e convicções de cada Membro a título individual.

Neste contexto, gostaria igualmente de referir o lema da excelência legislativa. O meu "sim" à modificação do orçamento do Parlamento é condicional. Face à crise que se agrava cada vez mais, torna-se necessário gerir as nossas finanças com a maior cautela. Por outro lado, enquanto deputados ao Parlamento Europeu também temos o dever de realizar, o melhor possível, o nosso trabalho legislativo. Este duplo requisito deve ser cumprido.

Salvador Garriga Polledo (PPE). – (ES) Senhora Presidente, prova da confiança que os Membros deste Parlamento depositam na Comissão dos Orçamentos é o facto de estarmos a votar um aumento substancial

do orçamento do Parlamento, incluindo a parte relativa ao subsídio de assistência parlamentar, e os quatro ou cinco membros da Comissão dos Orçamentos serem praticamente as únicas pessoas aqui presentes. É um sinal positivo de que confiam em nós.

Contudo, o facto de estarem aqui presentes dois coordenadores do Grupo da Aliança Progressista dos Socialistas e Democratas no Parlamento Europeu e do Grupo do Partido Popular Europeu (Democratas-Cristãos) constitui uma confirmação de que concordamos totalmente com este aumento do orçamento por considerarmos que não viola as normas de austeridade que impusemos a nós próprios.

O Parlamento Europeu é uma instituição muito especial, como o senhor deputado Färm bem sabe. Qualquer Estado-Membro, a Suécia, a Espanha ou outro, que estivesse constantemente a aumentar a dimensão das suas regiões, o número de deputados ao parlamento ou as suas funções, ver-se-ia obrigado a reforçar o seu orçamento para o parlamento.

É o que sucede em relação ao Parlamento Europeu, pelo que se torna necessário votar a favor.

É verdade que teremos de assegurar a sustentabilidade da despesa ao longo dos próximos anos, o que nos obrigará a falar seriamente acerca da política relativa aos edifícios e das futuras políticas relativas ao pessoal e ao equipamento de escritório. Tudo isto deverá ser ponderado no futuro, no contexto da sustentabilidade e dos gastos.

A Mesa do Parlamento Europeu e a Comissão dos Orçamentos adoptaram posições divergentes, na medida em que a Mesa defende as necessidades dos deputados, ao passo que a Comissão dos Orçamentos defende a austeridade e a realidade orçamental.

Penso, contudo, que o acordo é positivo e que iremos poder aprová-lo amanhã, sem problemas.

Derek Vaughan (S&D). – Senhora Presidente, falo em nome do Grupo S&D, embora a maioria dos deputados reconheçam a necessidade da afectação de recursos adicionais como consequência do Tratado de Lisboa. Existe, todavia, um conjunto de questões relativas à oportunidade e ao financiamento destas propostas. Alguns deputados levantaram algumas dessas questões.

Existem igualmente outras questões. Por exemplo, em que provas se baseia a necessidade acrescida de recursos humanos? Os números foram meramente tirados do ar? Caso essa necessidade se baseie em provas, penso que nos deveriam ter sido apresentadas essas provas.

Outro aspecto: como será afectado o pessoal adicional para o secretariado? Creio que também nos deveria ter sido facultada essa informação.

Penso ainda que, se aceitarmos o subsídio complementar de assistência de 1 500 euros por mês, deveríamos também analisar outras despesas, como por exemplo os custos relativos a espaço de escritório adicional que se venha a revelar necessário. De facto, deveriam ter-nos sido facultados os custos globais inerentes aos mesmos.

Amanhã os deputados a este Parlamento terão de tomar uma decisão difícil. É sempre algo controverso quando se trata de atribuir recursos a nós próprios. Se nos tivesse sido facultada toda a informação que UE e os meus colegas pediram, talvez a decisão que os deputados vão ter de tomar amanhã fosse mais fácil.

Gerben-Jan Gerbrandy (ALDE). – (NL) Dada a hora tão tardia a que estamos a debater esta questão, poderíamos ser levados a pensar que o nosso próprio orçamento não suporta a luz do dia.

Senhora Presidente, é óbvio que o Tratado de Lisboa implica um acréscimo de obrigações, mais poderes e mais trabalho, mas será que isso também significa que precisamos de mais pessoal, de um modo geral, para as comissões parlamentares, para os grupos e para os deputados? Duvido! Penso que se quisermos ser mais políticos e eficientes na forma como trabalhamos, o melhor que podemos fazer é fazê-lo dentro dos limites do actual orçamento.

Por último, Senhora Presidente, parece existir um conjunto de medidas que devem ser adoptadas. Não estamos a falar apenas de um aumento único este ano, pois aparentemente para o ano iremos aumentar de novo o orçamento, aspecto com o qual o meu grupo não concorda. Se concordamos com um aumento neste momento, isso deve-se ao Tratado de Lisboa, sendo esta a única altura em que poderemos apresentar este argumento. No que nos diz respeito, deve tratar-se de um aumento único e não repetido no próximo ano e novamente no ano seguinte. Daqui resultaria apenas que iríamos necessitar de mais edifícios.

Marian-Jean Marinescu (PPE). – (RO) A excelência legislativa constitui uma prioridade para o Parlamento, e os deputados ao Parlamento, as comissões parlamentares e os grupos políticos devem poder dispor de recursos adequados para poderem alcançar este fim. As novas despesas administrativas que resultam da implementação das disposições do Tratado de Lisboa estão agora incluídas no orçamento do Parlamento. Acresce que o relatório também salienta a importância do papel legislativo mais amplo que o Parlamento irá desempenhar, o que explica a necessidade de recursos financeiros adicionais para o desempenho deste mandato. Torna-se necessária a realização de acções concretas para assegurar um orçamento estável através da elaboração de uma política orçamental de base zero e planeamento a longo prazo, para ir ao encontro das necessidades do Parlamento em termos da política relativa aos edifícios.

Penso que a referência financeira global do orçamento do Parlamento deve continuar a ser o programa inicial do quadro financeiro plurianual, a fim de garantir a salvaguarda dos seus interesses, ao mesmo tempo que é mantida a disciplina orçamental. Creio, ao mesmo tempo, que o limite tradicional de 20% será de manter e congratulo-me com o consenso que se registou, no sentido de não ser ultrapassado este limite no presente caso. Apoio igualmente a ideia de que devem ser tomadas medidas para garantir a sustentabilidade orçamental nos anos futuros, ao mesmo tempo que se reafirma a importância da elaboração de uma política orçamental que garanta um maior rigor. Também creio que a transparência é necessária, o que consequentemente significa facultar informação clara sobre o volume global das despesas fixas no orçamento do Parlamento Europeu.

Paul Rübiger (PPE). – (DE) Senhora Presidente, chegados ao final deste procedimento, gostaria de referir que o Parlamento Europeu abordou esta matéria de uma forma altamente responsável. Gostaria de agradecer em particular à Mesa por ter encontrado uma forma de respeitar o limite máximo de 20%. Durante uma crise económica é importante que todos usemos da maior cautela em relação ao dinheiro dos contribuintes, assegurando, todavia, que os deputados ao Parlamento Europeu disponham de recursos satisfatórios e eficientes. Os 4 milhões de euros poupados em edifícios não nos devem impedir de utilizar os recursos existentes na transformação do nosso edifício num dos edifícios mais modernos do mundo, permitindo-nos trabalhar em prol dos nossos cidadãos do modo mais eficiente possível.

Vladimír Maňka, relator. – (SK) Chegado a este ponto, gostaria de agradecer a todos, Senhoras e Senhores Deputados, pelos vossos pontos de vista e intervenções e igualmente por procuraram uma solução no seio da comissão competente quanto à matéria de fundo.

Gostaria de referir que no orçamento para 2010 estabelecemos medidas sistémicas que permitem obter poupanças financeiras e reduzir a pressão sobre os limites dos gastos. Em Outubro do ano passado, chegámos a acordo em sede de procedimento de conciliação de que seria realizada uma auditoria administrativa ao Parlamento Europeu este ano, abrangendo a DG INLO e os serviços de segurança. O objectivo consistia em determinar até que ponto os recursos estão a ser utilizados da melhor forma possível. Os resultados da auditoria deveriam constituir um ponto de partida para progressos adicionais e uma maior eficiência. Também considero que podem existir poupanças potenciais numa melhor utilização dos nossos próprios recursos, nomeadamente no que se refere aos serviços de interpretação ou à área do teletrabalho. Aguardo informação actualizada por parte do Parlamento Europeu e de outras instituições sobre a forma como tencionam aproveitar recursos temporariamente não explorados, não apenas em termos de serviços linguísticos mas também no que respeita ao arrendamento de espaços de escritório, serviços de reprografia, etc. Acredito firmemente que as poupanças que é possível realizar ao nível do orçamento serão alcançadas através de uma estratégia de médio prazo na área dos activos e dos edifícios, os quais continuarão a contribuir para a sustentabilidade do orçamento do PE. A administração do Parlamento Europeu irá apresentar a estratégia em causa nos próximos dias. Senhoras e Senhores Deputados, gostaria de manifestar, mais uma vez, os meus agradecimentos pela vossa cooperação e pela atitude responsável que exibiram relativamente a esta questão.

Presidente. – Está encerrado o debate.

A votação terá lugar na quinta-feira, 25 de Fevereiro de 2010.

Gostaria de agradecer a todos. Quero também agradecer aos nossos técnicos e aos intérpretes, cujo apoio nos permitiu trabalhar aqui, esta noite.

Declarações escritas (Artigo 149.º)

Alexander Alvaro (ALDE), por escrito. – (DE) Gostaria de felicitar o senhor deputado Manka pelo sucesso que obteve nas negociações, tendo em conta o quadro muito apertado do orçamento para 2010. Para além dos ajustes necessários e circunstanciadamente justificados ao nível da política do pessoal e dos edifícios do

PE, existe, em minha opinião, a questão espinhosa do aumento do subsídio de assistência no valor de 1 500 euros. Lamentavelmente, por razões de ordem processual, não é possível votar separadamente sobre esta matéria, dado o aumento do subsídio de secretariado dos deputados ao Parlamento Europeu a partir de Maio de 2010, decidido pela Mesa, ser inapropriado num momento de crise financeira. Não há dúvida de que, ao abrigo do Tratado de Lisboa, que recentemente entrou em vigor, o Parlamento irá, de um modo geral, necessitar de capacidade adicional para poder realizar o trabalho legislativo, mas desde a introdução do estatuto dos assistentes no início da actual legislatura não existem ainda quaisquer provas no sentido de que os deputados ao Parlamento Europeu precisem, de facto, de mais assistentes. Além disso, o "poder de compra" dos fundos adicionais difere muito de Estado-Membro para Estado-Membro, aspecto que deverá igualmente ser tido em linha de conta no relatório a elaborar sobre os resultados obtidos na sequência da introdução das novas regras aplicáveis aos assistentes dos deputados ao Parlamento Europeu. Devido ao limite em termos de espaço de trabalho e instalações que existe actualmente no Parlamento, receamos igualmente que o aumento do subsídio de secretariado no valor de 1 500 euros, hoje aprovado, possa, desde já, criar condições para futuros aumentos, necessidades e futuras instalações de trabalho. À luz do acima exposto, o Partido Liberal Alemão (FDP) no Parlamento Europeu irá abster-se de votar.

Cătălin Sorin Ivan (S&D), *por escrito*. – (RO) Esta modificação orçamental responde a uma necessidade real. No dealbar da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, os poderes do Parlamento Europeu aumentaram substancialmente num conjunto alargado de domínios. A consequência directa desta expansão é um volume muito maior de trabalho, cuja qualidade deverá satisfazer os mais elevados padrões legislativos. Não se trata de estarmos a pedir dinheiro para nós próprios, conforme alega a imprensa. Precisamos, sim, de dotar a instituição do Parlamento Europeu com os recursos necessários para ir ao encontro das expectativas dos cidadãos europeus em relação a este fórum.

Georgios Stavrakakis (S&D), *por escrito*. – (EL) Também gostaria de agradecer ao relator o trabalho que realizou. Os poderes acrescidos facultados ao Parlamento Europeu ao abrigo do Tratado de Lisboa irão, indiscutivelmente, reforçar consideravelmente o papel do Parlamento Europeu e formular respostas tangíveis e efectivas às expectativas dos cidadãos europeus. Ao mesmo tempo, contudo, o aumento do leque de actividades impôs requisitos adicionais em termos de mais pessoal, tanto no que diz respeito à administração do Parlamento Europeu como ao nível dos grupos políticos e gabinetes dos deputados ao Parlamento Europeu. A alteração ao orçamento do Parlamento Europeu não só era esperada como também necessária, se pretendemos que o Parlamento Europeu responda de modo eficaz às suas novas responsabilidades, reforçando ainda mais as suas credenciais democráticas. Quero fazer lembrar a esta Câmara que foi introduzida uma alteração semelhante no orçamento do Conselho, com vista a poder responder aos requisitos administrativos, quando foi criada a instituição do Presidente do Conselho Europeu, sendo ainda esperadas propostas semelhantes destinadas a modificar o orçamento da Comissão Europeia. A aprovação desta alteração irá permitir tanto à administração do Parlamento como aos grupos políticos e aos deputados ao Parlamento Europeu responder melhor e mais eficazmente aos novos requisitos.

24. Ordem do dia da próxima sessão: ver Acta

25. Encerramento da sessão: ver Acta

(A sessão é suspensa às 23H50)